

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/337448432>

Carlos Sangreman Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro textos de

Book · November 2019

CITATIONS

0

READS

1,706

10 authors, including:



Carlos Sangreman
University of Aveiro

37 PUBLICATIONS 52 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Mamadu Alfa Djau
Federal University of Santa Catarina

4 PUBLICATIONS 7 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Guiné-Bissau LAB [View project](#)



Guiné Bissau Lab [View project](#)

Carlos Sangreman

(3coord.)

Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro



textos de:

Carlos Sangreman | Fátima Proença | Luís Vaz Martins |

Mamadu Alfa Djau | Pedro Rosa Mendes | Rui Jorge Semedo

Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro

Edição:



Apoio:



Ficha técnica

ISBN: xxxxx

Título: Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro

Coordenador: Carlos Sangreman

Autores: Carlos Sangreman, Fátima Proença, Luís Vaz Martins, Mamadu Alfa Djau,
Pedro Rosa Mendes, Rui Jorge Semedo

Fotografia da capa: Organização das Nações Unidas na Guiné-Bissau (2019)

Edição: CEsa – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto
Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

Revisão final e criação gráfica: Rita Cavaco

Depósito legal nº xxxxx

Apoio à publicação: xxxxx

AUTORES



Carlos Sangreman é licenciado em Economia no ISEG da Universidade de Lisboa e doutorado em Estudos Africanos em Ciências Sociais, no ISCTE, com uma tese sobre o bem-estar num Estado frágil (a Guiné-Bissau, 2003), técnico superior no INE, consultor internacional desde 1985 até ao presente, com missões em todos os PALOP e Timor Leste para Organizações Internacionais como o Banco Mundial, PNUD, OIM e União Europeia e países como Portugal, Suécia, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Entre 1986 e 1987 foi assessor para a estatística do Ministro do Plano da Guiné-Bissau, e entre 1998 e 2003 assessor do Ministro da Solidariedade e Segurança Social de Portugal para a organização do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento e entre 2008 e 2012 assessor do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, para dinamizar o Fórum da Sociedade Civil para a Cooperação para o Desenvolvimento. Investigador responsável de projetos com financiamento público e privado, nacional e internacional, autor, coautor e coordenador de livros, capítulos de livros e artigos em revistas. É atualmente investigador e membro dos órgãos sociais do Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CESA), unidade de investigação que integra o consórcio CSG – Investigação em Ciências Sociais e Gestão na Universidade de Lisboa.

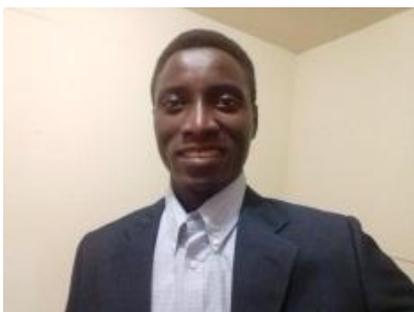


Fátima Proença é diretora da Organização Não Governamental Associação para a Cooperação entre Povos (ACEP), com frequência do curso de economia do ISEG (1971/74) tem uma larga experiência como profissional da Cooperação para o Desenvolvimento desde 1983 em todos os PALOP, Timor e Brasil em trabalho de reforço das organizações não-governamentais daqueles países. Foi presidente da Plataforma das ONGD portuguesas e tem sido coordenadora e/ou autora de projetos de cooperação para o desenvolvimento e de educação para o desenvolvimento. Tem participado em livros, feito comunicações e artigos de revistas regularmente sendo os últimos “Cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos –os casos de Cabo Verde e Guiné-Bissau”, coautoria, 2009, “Entre o entretenimento e a assistência”, apresentação ao Observatório de Africa e América Latina, Programa Futuro Próximo, Fundação Gulbenkian, 2011, “Eficácia das ONGD em todos os campos e latitudes”, ed. Plataforma portuguesa das ONGD, 2013, “Guiné-Bissau: 40 anos de impunidade”, coautoria, ed. LGDH, 2014, “Desafios – Uma história de Direitos”, coautoria e coordenação, ACEP, 2014. Distinguida com a Comenda da Ordem de Mérito por S. Exa. o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, em 1998, pela atividade de Cooperação para o Desenvolvimento com os PALOP.



Luís Vaz Martins, nascido em 1972, Bissau, licenciado em Direito, inscrito na Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau, com vasta experiência na matéria dos direitos humanos e conhecedor do sector judiciário guineense. Anterior responsável pelo projeto “Observatório dos Direitos” e “Casa das Direitos”. Foi Consultor do Banco Mundial e do PNUD Presidente da Liga Guineense do Direitos Humanos e Coordenador Nacional da Coligação sobre Transparência.

Participou em co-autoria em vários relatórios sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau em especial: “Liga dos direitos humanos da Guiné Bissau (2013), Relatório sobre a situação dos direitos humanos, Bissau; Liga dos direitos humanos da Guiné Bissau (2008/2009), Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné Bissau, Bissau; Estudo sobre a impunidade com Pedro Rosa Mendes e Fátima Proença, 2013, Bissau; Relatórios sombra para as comissões especializada das Nações Unidas sobre a Guiné-Bissau, Estudo sobre a qualidade da Justiça na GuinéBissau, PNUD, com Carlos Sangreman e António Furtado dos Santos, 2015, Bissau.



Mamadu Alfa Djau Doutor em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/Brasil, Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Ceará (UFC)/Brasil. Desenvolve pesquisa sobre Globalização, Desenvolvimento Socioeconômico, Análise Econômica e Integração Econômica Regional na UFSC. Pesquisador da UFC no Núcleo de Estudos Organizacionais, áreas de Economias Criativas, Clusters

Industriais, Análise e previsão de Preços. Tem conhecimento em Modelos de Equilíbrio Geral Computável, Matriz de Contabilidade Social, Matriz Insumo-Produto e Econometria Aplicada. Atual consultor do PNUD em Bissau.



Pedro Rosa Mendes Escritor e jornalista, distinguido com vários prémios de reportagem. Estreou-se como escritor em O Melhor Café, do fotógrafo Alfredo Cunha (1996). Três anos depois publicou o seu primeiro livro, Baía dos Tigres que recebeu o Prémio Pen Clube de Romance e o Prémio Fernão Mendes Pinto da Câmara Municipal de Cascais e está traduzido em mais de vinte países. A crítica alemã colocou-o na lista dos melhores romances traduzidos em 2001. Em 2002, saiu o álbum de reportagens Ilhas de Fogo, em co-autoria com o ilustrador Alain Corbel. É ainda co-autor de Topografias da Vinha e do Vinho (2002). Publicou vários

contos, ensaios e reportagens em revistas como Egoísta, Ícon e Tabacaria (Lisboa), Grand Street (Nova Iorque), Lettre International (Berlim), El País Semanal (Madrid) e Terra Negra (Bruxelas). Integrou o projecto internacional de fotografia "Borders and Beyond/Au-delà des Frontières", da Pro-Helvetia/Fondation Suisse pour la Culture (Rotpunktverlag, Zurique, 2002). Foi convidado da fundação alemã Schloss Wiepersdorf no ano 2000 e beneficiou, no ano seguinte, de uma bolsa do IPLB/Ministério da Cultura. Reside actualmente em Berlim, no âmbito do programa de artistas residentes do DAAD-Deutscher Akademischer Austauschdienst.



Rui Jorge Semedo é mestre em Ciência Política (UFSCar, 2009) e graduado em Ciências Sociais (UFFR, 2006), Brasil. É investigador associado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e tem artigos publicados na Guiné-Bissau, Brasil e Portugal. É autor de seguintes estudos – PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990); Técnicas e Saberes da Tradição Balanta; Inventário sobre Artesanato, Dança e Cantiga Bijagó (2016); Aquisição Massiva de Terras e o seu impacto na agricultura familiar: o caso da Guiné-Bissau (2013). Também é autor de três obras literárias (poesia) – Stera di Tchur (2001), Retrato (2007) e Sem Intenção: poesia e crítica literária (2013), além de uma coletânea de reflexões sociopolítico, intitulado Ponto de Vista (2009). Desde 2010 trabalha na ONG Tiniguena – Esta Terra é nossa, organização que tem sido uma verdadeira escola de educação para cidadania ambiental, concomitantemente desenvolvendo estudos etnográficos de resgate sobre técnicas e saberes comunitários das populações locais das florestas de Cantanhez e das ilhas Urok no arquipélago dos Bijagós. Além de investigador e literato, Rui Jorge Semedo é pintor.

Índice

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1. GUINÉ-BISSAU: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA DE 2010 A 2018 – Carlos Sangreman; Fátima Proença, Luís Vaz Martins.....	7
Resumo	7
Palavras chave:.....	7
Introdução.....	7
A situação recente: a banalidade do caos.....	9
A interpretação.....	22
As componentes estruturais.....	22
Os grupos sociais.....	25
Porquê esta evolução de instabilidade?.....	27
Os cenários do futuro próximo	30
1.º a banalização do caos.....	31
2.º o autoritarismo presidencial	31
3.º a intervenção militar	32
4.º o bipartidarismo guineense.....	33
Conclusão	34
Referências bibliográficas	34
CAPÍTULO 2. A POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU – 1974-2016 – Carlos Sangreman.....	40
O período das políticas coloniais, até 1974.....	42
O período dos Planos de Desenvolvimento de iniciativa nacional, 1974 - 1986	45
O período das políticas de ajustamento de iniciativa das organizações internacionais FMI e Banco Mundial, 1986 - 1998.....	51
Os períodos de predominância de tendências caóticas na governação, 1998-2003, 2005-2007 e 2012-2014	54
As políticas de recuperação, 2004 – 2005, 2008-2011 e 2014 - 2015.....	59
Conclusões.....	66
Referências bibliográficas.....	68
CAPÍTULO 3. A APOSTA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO – Mamadu Alfa Djau	71
Aspectos gerais da integração econômica regional e sua importância para o desenvolvimento econômico	73
Inserção da Guiné-Bissau na UEMOA em busca do desenvolvimento.....	76
A Evolução econômica guineense após a sua integração na UEMOA em 1997: um olhar unilateral....	82
Investimentos, despesas e dívidas na economia guineense	93
Situação socioeconômica e comercial da Guiné-Bissau: um olhar multilateral focado na UEMOA	99

Relações comerciais e fluxo de investimento estrangeiro direto na UEMOA: Guiné-Bissau em foco.....	111
Guiné-Bissau e relações comerciais com a UEMOA baseada nas Exportações.....	111
Guiné-Bissau e relações comerciais com a UEMOA baseada nas Importações	114
Informações preliminares sobre investimento estrangeiro direto na UEMOA.....	118
Conclusão	122
Referências bibliográficas	124

CAPÍTULO 4. OS MILITARES E A IMPUNIDADE LEGÍTIMA – Pedro Rosa

Mendes	129
Sumário	129
I. Tese: a impunidade como fragilidade.....	129
Os Militares e a violência consensual.....	129
Sobre a fragilidade	131
Sobre a legitimidade.....	133
II. Análise: a legitimidade justa	135
O problema-Estado.....	135
A armadilha das histórias nacionais	136
Construindo o Estado, comprometendo a nação	137
A libertação insuficiente.....	139
Conclusão	141
Referências bibliográficas	145

CAPÍTULO 5. REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO ARTESANATO NAS TRÊS AMPS DA RESERVA DE BIOSFERA DO ARQUIPÉLAGO BOLAMA-BIJAGÓS – Rui Semedo

152	
Introdução.....	152
Metodologia.....	155
Contextualização.....	157
Principais Componentes de Expressão Artístico-Cultural Bijagó	159
Nota final.....	194
Referências bibliográficas	195

ANEXOS..... 197

ANEXO 1. QUADRO CRONOLÓGICO DA EVOLUÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU ENTRE 2010 E 2019.....	197
ANEXO 2. COMPOSIÇÃO DOS EXECUTIVOS NA GUINÉ-BISSAU DE 2012 ATÉ 2019.....	198

INTRODUÇÃO

A ideia de editar um livro sobre a Guiné-Bissau surgiu a partir da necessidade de conhecer melhor o país e pensar alguma coisa do seu passado recente que vai inevitavelmente contribuir para o que será o futuro próximo. Assim procurou-se recolher textos já existentes que foram revistos e atualizados bem como pedir a alguns autores que refletissem sobre temas a partir do mote “Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro”.

Estes textos são editados num momento especial do país. Depois de um período de um governo indicado por militares que tomaram o poder em 2012, realizaram-se em 2014 eleições e uma mesa redonda em Bruxelas onde o país recebeu um grande incentivo da parte dos seus parceiros internacionais – instituições e países – de apoio a um governo e um presidente que todos tinham esperança que proporcionassem uma evolução mais estável e de sucesso como até à altura não tinha havido.

Mas essas expectativas esbarraram com um conflito entre órgãos de soberania, que frustrou esse apoio e atirou o país para um período de instabilidade de quatro anos que começou a terminar com as eleições legislativas de 10 de Março de 2019 mas só se espera que volte à normalidade de funcionamento institucional com as eleições presidenciais de Novembro do mesmo ano.

O Capítulo primeiro escrito por Carlos Sangreman, Luiz Vaz Martins e Fátima Proença, pretende contribuir como uma memória sobre esse período de instabilidade com o objetivo de não ser esquecido e poder ser evitado no futuro próximo e distante. O quadro final com os titulares dos órgãos de soberania (ANP, Governo e Presidência da República) e CEMFA (a presidência do STJ não teve alterações) e alguns acontecimentos determinantes desse período pode ser um instrumento prático de síntese desses anos conturbados da história do país.

A Guiné-Bissau apresentou em Bruxelas em 2015 um programa estratégico de desenvolvimento – Terra Ranka – que é um documento de políticas económicas, financeiras e sociais de muito boa qualidade e coerência em qualquer parte do mundo, completado com um programa de governo - Sol na Iardi - de curto/médio prazo. O texto do capítulo dois pretende traçar a história das políticas de desenvolvimento guineenses desde a independência até esse programa para fundamentar a ideia de que o país conseguiu sempre imaginar aquilo que devia fazer para corresponder às expectativas então geradas na sua população. A dificuldade sempre foi a execução prática dessas ideias. O Capítulo 2, escrito por Carlos Sangreman, pretende descrever as várias concepções de políticas económicas e sociais desde a independência, incluindo o pouco que fez o regime colonial antes dessa data. Termina precisamente na concepção do Terra Ranka, pois não houve implementação senão parcial das medidas previstas.

Os autores têm consciência que um país pequeno e pobre muito dificilmente consegue construir uma autonomia plena às forças económicas e financeiras internacionais com origem nos países com economias mais fortes e eficazes. Também lhe é difícil contrariar a evolução das políticas de ajuda ao desenvolvimento que os países, e instituições como o BAD, a União Europeia, o FMI e o Banco Mundial preconizam e praticam, impondo opções económicas e sociais com uma ética que mistura o altruísmo da visão que todos devem ganhar e a prioridade de defesa dos seus interesses mesmo que tal signifique prejuízo para outros países. Uma das formas que desde os anos 70 é defendida por diversos autores de resiliência a essa fragilidade é a intensificação das relações comerciais entre países vizinhos. O texto do Capítulo 3, escrito por Mamadu Alfa Djau, procura dar um conjunto de dados e de análises sobre a evolução da relação económica entre a Guiné-Bissau e outros países da sub-região como contributo para a exploração dessa possibilidade.

Outra das fragilidades mais referidas nas análises do país é a dificuldade que os militares vindos da guerra de libertação pela independência têm de se remeter a um papel de defesa do país sem interferirem na evolução do regime político. O Capítulo 4, escrito por Pedro Rosa Mendes, procura refletir sobre o tema no seguimento da obra “Guiné-Bissau - 40 anos de impunidade” escrita pelo mesmo autor em 2013 (edição da LGDH e da ACEP) e ainda hoje uma referência incontornável para quem queira abordar o papel dos militares antigos combatentes na evolução do país.

Outra das fragilidades apontadas ao país é a existência de tradições que têm ainda um peso significativo na sociedade e na sua evolução. Desde as chamadas práticas nefastas até usos e costumes sobre muitos aspetos da vida quotidiana na vida das famílias, tais tradições são vistas como obstáculo à modernização do país sobretudo no espaço rural onde vive a maioria da população, apesar de haver autores que defendem a ideia de que algumas dessas tradições são a única estratégia de defesa das populações face a ausência das instituições públicas estatais. O Capítulo 5, escrito por Rui Semedo, sobre os Bijagós procura contribuir para uma análise mais objetiva dessas tradições num dos grupos sociais mais isolados da nação guineense.

Tem-se a consciência que este modelo de livro – tipo notas para reflexão – deixa de fora vários aspetos da vida social, económica e política guineense. Por exemplo duas das questões base da sociedade que não são aqui objeto de qualquer texto:

1ª) A evolução da importância da posição estratégica geográfica da Guiné-Bissau. Tendo fronteiras com a zona instável de Casamança no Senegal, o país forma com aquele país, a Guiné Conacri, a Serra Leoa e a Libéria uma zona potencialmente conflituosa por ação de grupos terroristas vindos do Mali que tem fronteiras com Senegal e Guiné-Conacri e que têm necessidade de dominar países com costas marítimas. Tal ameaça pode e deve ser analisada com todo o cuidado pois a probabilidade de ocorrer é alta se considerarmos o que se tem passado em

países como o Mali, Burkina Faso, Nigéria, Costa do Marfim, etc., e leva a um conjunto de medidas de defesa e segurança novas para as forças guineenses com essas responsabilidades.

2ª) O papel da sociedade civil na promoção do desenvolvimento que corresponda às expectativas da população. As análises das insuficiências do Estado têm frequentemente a crença de que as organizações da sociedade civil podem substituir muitas das funções das instituições públicas (crença essa aliás alimentada durante largos anos pelos financiamentos das organizações internacionais). Ora se é verdade que o associativismo é uma prática muito enraizada na sociedade guineense, como o confirmam vários inquéritos realizados, também é verdade que o conjunto dessas organizações é muitíssimo diverso, composto por pessoas de diferentes estratos sociais, com focos de atividade muito variados e com graus de capacidade de intervenção fora desses focos na esmagadora maioria dos casos reduzida. Face a um conjunto de várias centenas de OSC como se pode pensar o seu papel na promoção do desenvolvimento fora do âmbito restrito do seu foco de atividade, é uma questão ainda por estudar apesar dos textos já existentes sobre a sociedade civil guineense.

Um livro concebido com este formato também não justifica um capítulo final de conclusões. Ele pretende ser um início para um tipo de reflexões que querem alimentar o debate na procura de soluções sociais no país e não tem lógica tirar conclusões além das que constam nos próprios textos.

A coordenação

Carlos Sangreman

CAPÍTULO 1. GUINÉ-BISSAU: A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA DE 2010 A 2018

Carlos Sangreman, Luis Vaz Martins e Fátima Proença

Resumo

Este texto apresenta o contexto de instabilidade institucional e política que se vive na República da Guiné-Bissau, procurando traçar cenários possíveis para um futuro próximo, incluindo um compromisso político/constitucional que previna a repetição da situação atual. As fontes são escritas e orais, desde documentos oficiais dos órgãos de soberania, partidos e organizações da sociedade civil até entrevistas e conversas informais em Bissau. Mas saliente-se que desde há muitos anos dois dos autores trabalham em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em particular sobre a Guiné-Bissau e o terceiro autor é guineense, vive e intervém civicamente no país, pelo que a sua capacidade conjunta de compreender os eventos é uma mais-valia para tal análise. A bibliografia no que respeita aos jornais é aquela que foi lida para este artigo e não necessariamente a citada diretamente no texto. As entrevistas e conversas informais são referidas sem nome dos entrevistados e não se junta nenhuma lista de pessoas com quem falámos.

Palavras chave:

Guiné-Bissau; Estado frágil; Instabilidade; Africa Ocidental; Regime Político; Direitos Humanos

Introdução

Este texto é um dos resultados de uma candidatura ao concurso promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Instituto Camões da Cooperação e da Língua, que distinguiu dois projetos da iniciativa de organizações não governamentais de desenvolvimento (ONGD) em colaboração com centros de investigação universitários. O projeto ganhador foi o “Observatório dos Direitos” financiado pela União Europeia e Cooperação Portuguesa e executado pela Liga

Guineense dos Direitos Humanos, pela ONGD portuguesa Associação para a Cooperação entre Povos (ACEP) e pelo Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento/Centro de Investigação em Ciências Sociais & Gestão (CESA/CSG) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

O contexto analisado de instabilidade institucional e política que se vive no país, no período em análise (2010-2019), pretende enquadrar uma realidade de difícil compreensão para os observadores externos e mesmo para muitos dos entrevistados residentes. Apesar dessa instabilidade, este artigo também demonstra que a Guiné-Bissau, classificada como um Estado em situação de fragilidade, sem recursos naturais de acumulação, com instabilidade institucional, com uma baixa literacia geral, com uma forte exposição a diversos tipos de tráfico, nomeadamente ao de droga, frágil em relação às influências fundamentalistas que se reclamam de raiz muçulmana, tem atualmente aspetos na sua vida social e política de domínio da liberdade (política e de imprensa, nomeadamente), de respeito pela Constituição e pela sociedade civil organizada que não se enquadram nas tipologias apresentadas pelas organizações internacionais que calculam índices de fragilidade com base nos trabalhos da OCDE.

As fontes para este trabalho são orais através de muitas conversas mais ou menos estruturadas que fomos tendo ao longo destes anos com responsáveis estatais, da sociedade civil e com população em geral, da nossa observação direta, de blogs existentes sobre a política guineense, de páginas de facebook de divulgação de notícias, dos jornais guineenses e dos comunicados e discursos das chefias dos partidos, do presidente da República, de alguns representantes da comunidade internacional como o anterior secretário-geral da ONU, o ex-presidente da Nigéria Olusegun Obasanjo, presidentes ou ministros de outros países e representantes das principais organizações multilaterais de cooperação, o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), a União Africana, a União Europeia, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tomaram-se em consideração os autores nacionais ou não que ao longo dos anos escreveram sobre o país mas não é possível no espaço disponível ter uma revisão das análises sociais da Guiné-Bissau que foram produzidas em diferentes momentos e contextos históricos. Há também questões aqui abordadas que, só por si, dariam outros artigos, livros etc.. Quanto a nós as principais são três: a) a etnicidade e a sua relação com os grupos sociais já existentes ou em formação; b) a relação das forças armadas com a sociedade política multifacetada da Guiné-Bissau independente; e c) a resiliência da sociedade civil na defesa dos Direitos Humanos em substituição, aliança ou contra o Estado nacional. Mais uma vez o espaço e a função deste artigo não permite aprofundar esses temas de análise para além do que aqui está escrito.

A situação recente: a banalidade do caos

A política económica e social e o relacionamento entre os grupos sociais existentes na Guiné-Bissau nestes últimos nove anos (2010-2019), tiveram alterações que nos parecem significativas, mesmo considerando que as raízes das mesmas são mais antigas. Importa apontá-las para perceber em que contexto se desenvolve a acção das organizações que lutam atualmente pelos Direitos Humanos.

Para a compreensão da instabilidade política guineense não é possível utilizar as grelhas de leitura europeias das ideologias dos partidos para perceber a sua atuação. Com exceção de discursos do presidente atual, Domingos Simões Pereira, e de alguns textos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), basicamente todos os partidos se centram na ideia que são os melhores para desenvolver o país, não explicando nenhuma opção em detalhe suficiente para se perceber em que “família” política internacional se podem inserir, seja qual for o nome que adoptem. Para ilustrar vejam-se os programas de cinco dos partidos que se apresentaram a eleições em Março de 2019 (os únicos que escreveram programas). A investigação internacional sobre a Guiné-Bissau tem sido feita por autores conhecidos da área de estudos africanos como Lars Rudebeck, Patrick Chabal, Joshua Forrest, Basil Davidson, etc., significativa para a dimensão dum país com pouca população, uma governação instável e cuja economia assenta na agricultura e na pesca, sem recursos de acumulação rápida como petróleo rentável, diamantes, ouro ou minerais raros, mas depara com interrogações para as quais não encontra resposta dentro dos padrões de outros países. Ceesay, H., 2016, escreve mesmo *“In spite of everything, as Chabal and Daloz would have put it, “Guinea-Bissau works” and the key questions to be answered is how, why and what it means.”*

Nesse período de nove anos podemos considerar uma tipologia de três fases:

1ª fase: 2010 – Abril 2012 – Governo resultante das eleições ganhas pelo PAIGC com Carlos Gomes Júnior a Primeiro-Ministro (PM) e Malam Bacai Sanhá a presidente eleito;

2ª fase: Abril 2012 - Abril 2014- Golpe de Estado com Governo indicado pelos militares com Rui Duarte Barros a Primeiro-Ministro e o vice-presidente do parlamento Manuel Serifo Nhamadjo a presidente de transição também indicado pelos militares;

3ª fase: Abril 2014 até Dezembro de 2016 - Eleições legislativas e presidenciais, “livres e justas” e a progressiva instalação do caos nas relações entre o poder executivo, legislativo e presidencial, sem intromissão dos militares

4ª fase: Janeiro de 2017 até Junho de 2019 – Ação decisiva das instituições internacionais para obrigar o presidente da república a marcar eleições legislativas, presidenciais e dar posse ao governo resultante.

Na primeira fase, um governo chefiado por Carlos Gomes Júnior, presidente do PAIGC (e do qual fazia parte o atual presidente da República João Mário Vaz – Jomav como ministro das Finanças) viu os indicadores económicos do país melhorarem segundo as estatísticas publicadas no site do Banco Mundial (crescimento do PIB real de 4,4 % em 2010 e de uns espantosos 9,0 % em 2011) conseguiu recuperar parte dos salários em atraso da função pública e adquiriu popularidade suficiente para se candidatar à presidência. A perceção recolhida nas entrevistas é que nesse período foi introduzida uma lógica de raiz mercantil na sociedade política em geral e no partido em particular, traduzindo o equilíbrio de interesses dos diferentes grupos sociais existentes em relações de ganhos e perdas de meios financeiros e económicos. Dito de outro modo, as fidelidades e as alianças políticas e sociais foram sendo cada vez mais objeto de mercantilização diminuindo o peso dos valores preconizados pela linha ideológica original do PAIGC formalizada nos programas do partido e nos textos e discursos deixados por Amílcar Cabral¹. Foi este Governo que cedeu em Junho de 2011, à Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), representando um consórcio de ONGs, o edifício da primeira esquadra policial e centro de detenção da cidade de Bissau recuperada e adaptada com apoio da Cooperação Portuguesa, Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade de Aveiro para o projeto “Casa dos Direitos”, (<http://casadosdireitos-guinebissau.blogspot.pt/>). Esta iniciativa liderada pela LGDH e pela ONGD portuguesa Associação para a Cooperação entre Povos (ACEP), é o resultado de um ato com um grande significado político de mensagem para o país e para o exterior, de confluência de vontades em transformar um local histórico de repressão colonial e pós-colonial num espaço de promoção de Direitos Humanos.

A segunda fase começa com um golpe de Estado, em Abril de 2012, entre a primeira e segunda volta de eleições presidenciais antecipadas por morte natural do presidente Malam Bacai Sanhá em 9 de Janeiro. Promovido pelos oficiais de alta patente das forças armadas guineenses, apesar de avisos internos e externos como o de Navi Pillay, responsável das Nações

¹ Veja-se Chilcote, R.H., 1991, Amílcar Cabral's revolutionary theory and practice, a critical guide, Lynne Rienner Publishers, Boulder & London, EUA e Reino Unido, com uma bibliografia anotada muito extensa sobre os trabalhos de Amílcar Cabral e a tese de Julião Sousa, 2011), Amílcar Cabral (1924-1973) vida e morte de um revolucionário africano, Nova Vega, Lisboa, Portugal, com a bibliografia de discursos e intervenções muito completa.

Unidas para a Guiné-Bissau: *“As mudanças anticonstitucionais de governo, acompanhadas de violência, podem ter um impacto devastador na situação dos direitos humanos”, “É essencial que a segunda volta seja igualmente livre, transparente e sem violência”,(apelo 29 de Março 2012, site “Novas da Guiné-Bissau”)* com a justificação de que o governo estava a desenvolver uma aliança com Angola, a levar para o país material militar pesado e tropas que alteravam a relação de forças entre as forças armadas guineenses e estrangeiras (neste caso angolanas) com o objetivo de obter um nível de segurança maior para o governo liderado por Carlos Gomes Júnior. Segundo o Relatório da LGDH de 2016, (Liga Guineense dos Direitos Humanos. 2008, 2012 e 2016) esse golpe de Estado traduziu-se de imediato em espancamentos e mortes, na imposição temporária de recolher obrigatório, e levou ao exílio em Portugal do então presidente interino Raimundo Pereira, do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, de outros membros do seu Governo e de alguns líderes partidários como Iancuba Indjai e Silvestre Alves. Aliás a população da capital manifestou-se em defesa do PM como nunca tinha feito em golpes anteriores levando os mentores do mesmo (também numa atitude inédita e contrária ao discurso herdado do PAIGC da luta pela independência do povo guineense) a ameaçar atirarem sobre os manifestantes e a afirmarem publicamente que o Governo deposto estava livre para ir onde quisesse (entrevista e notícia da LUSA).

O acesso aos Direitos Humanos ficou mais frágil e diminuído como se pode ler em comunicados e no Relatório 2016 da LGDH ou nas palavras do Representante Especial das Nações Unidas, Ramos Horta em Novembro de 2013, *“A situação dos direitos humanos e da segurança na Guiné-Bissau continua a deteriorar-se, com um aumento dos casos de intimidação, ameaças e limitações à liberdade de expressão e associação, assim como a contínua interferência militar nos assuntos de Estado”*. Nesta segunda fase vários dos principais parceiros internacionais da Guiné-Bissau suspenderam a ajuda ao desenvolvimento, não reconhecendo como legítimo o governo nomeado pelos golpistas, apesar dos esforços do mesmo para ser reconhecido. Outros países como o Irão e o Japão procuraram ocupar o vazio deixado. Outros, como Portugal, mantiveram a cooperação mas encaminhando recursos para ONGD em detrimento dos organismos estatais ou diminuindo a intensidade da mesma como aconteceu com a China. Por estratégia própria ou por ter sido “empurrado” para tal, as ligações aos países da sub-região e à CEDEAO, intensificaram-se nesse período, graças possivelmente a uma posição mais dúbia na condenação do golpe militar ao contrário dos restantes parceiros. Organizações internacionais como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o FMI ou o Fundo das Nações Unidas para a População reduziram o apoio mas mantiveram ou firmaram acordos em áreas sociais, económicas/financeiras e ambiente, sobretudo a partir do momento em que se foi percebendo que o poder militar golpista aceitava realizar eleições. O parlamento ou Assembleia Nacional Popular (ANP) só retomou funções em Novembro do mesmo ano e, apesar de

declarações do seu presidente e dos partidos e de uma atitude de algum afrontamento dos militares [sobretudo quando uma deputada e ex-ministra do governo deposto, voltou ao país e foi detida e solta no mesmo dia (Jornal *Última Hora*, 28/11/2013)], o seu papel foi no essencial irrelevante neste período, onde a governação não seguia os procedimentos constitucionais e o confronto entre grupos sociais se fazia fora do espaço parlamentar.

A situação política e o exílio do seu presidente obrigou o PAIGC a realizar um congresso com eleição de novos dirigentes entre 3-9 de Fevereiro de 2014, com delegados eleitos em todas as regiões em votações muito disputadas, num processo onde se revelaram as divergências existentes entre aqueles que queriam que o partido mantivesse o modo de fazer política que o Governo de Carlos Gomes implantara (37,36% dos votos segundo o comunicado do PAIGC dos resultados finais) e aqueles que defendiam que só a prioridade a uma ação social e política com referencia aos princípios e às posições do seu líder histórico Amílcar Cabral (o que contribuiu para ter o apoio do veteranos) e ao modo de governação com inspiração no modelo europeu de equilíbrio e de escrutínio permanente entre os órgãos de poder, permitiria ao partido recuperar o capital social que já teve junto da população e junto dos parceiros de desenvolvimento africanos ou doutras nacionalidades (60,58% dos votos segundo o comunicado do PAIGC dos resultados finais). Após votação secreta em urna, o discurso de vitória de Domingos Simões Pereira (DSP) centrou-se na necessidade de consensos, de paz e de desenvolvimento “*somos capazes de construir os consensos necessários para a paz e para a construção de uma Nação desenvolvida*” (discurso de vitória, 9/02/2014).

Com o apoio ao orçamento cortado pelos parceiros internacionais, com a economia a decrescer em termos reais de -2.2 % em 2012 e a crescer uns tímidos 0.9 % em 2013 (Africa Economic Outlook, 2016), sem dinheiro sequer para pagar atempadamente os salários da função pública (professores incluídos), o governo nomeado pelos militares procurou formas de obter receitas no curto prazo: assinou licenças de exploração de recursos naturais, não respeitando as áreas já atribuídas a outras empresas, que se revelaram serem de delapidação daqueles recursos (areia pesada, madeiras, pesca ilícita, “minas de pedra” ou pedreiras, fosfatos²) com empresas referidas nos jornais guineenses (vejam-se artigos no *Nô Pintcha* e *O Democrata* sobretudo entre Fevereiro e Junho de 2015) como sendo de países como Gambia, Guiné-Conacry, Rússia e China. Cresceu igualmente o tráfico de drogas com origem em países do continente americano para a Europa e com interferência militar na investigação que a Policia Judiciária guineense tentou sobretudo sob a direção de Orlando da Silva e de Lucinda Barbosa Ahukarié, até que os EUA planearam e executaram uma missão que levou à prisão em 3 de Abril de 2013 em águas internacionais do chefe de Estado-Maior da Armada, solto depois de três anos e meio nas cadeias dos EUA. Tal missão aparenta ter feito diminuir o tráfico cujos maiores traficantes

² Ou seja só ficou de fora a bauxite dos recursos naturais conhecidos rentáveis no curto/médio prazo.

devem ter reorganizado as rotas evitando um país que surge demasiado vigiado, “o ponto de trânsito mudou para outros países na sub-região” (Representante Especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau, Novembro, 2013), embora o arquipélago dos Bijagós continue muito vulnerável (intervenção da Ministra da Defesa no Instituto de Defesa Nacional Adiato Nandinga, dezembro 2015) tendo o tráfico aumentado na Guiné – Conacry, na zona de Casamance / Senegal e na Gâmbia que já anteriormente tinha reposto entre 2010 e 2012 a pena de morte para traficantes (Ceesay, H., 2016). Mas a imagem da Guiné-Bissau como país implicado no narcotráfico não é alterada com facilidade, sendo um tema sobre o qual é fácil encontrar autores que tiram conclusões com bases muito frágeis de boatos ou opiniões de “analistas” guineenses que se fazem ecos dos mesmos.³

A terceira fase inicia-se quando os militares aceitam uma data para a realização de eleições gerais (presidência e parlamento) com observadores internacionais e candidaturas partidárias livres. Tais eleições realizaram-se em Abril e Maio de 2014, com uma participação elevadíssima dos 775,508 eleitores recenseados, votando 88,57 % nas legislativas e de 89,29% na primeira volta das presidenciais, sendo as eleições avalizadas por 400 observadores internacionais (União Europeia, 2014). Para as legislativas apresentaram – se quinze partidos, tendo cinco eleito deputados; o PAIGC ganhou com 47,98 % seguindo – se o PRS com 30,74 %. Estes resultados originaram um parlamento com maioria absoluta de deputados do PAIGC conseguindo ter uma maioria de 57 no total de 102, seguindo-se o Partido da Renovação Social (PRS) com 41, o Partido da Convergência Democrática (PCD) com 2, e o Partido da Nova Democracia (PND) e a União para a Mudança (UM) com um cada (União Europeia, 2014).

Para as presidenciais apresentaram-se vinte e um candidatos dos quais cinco independentes. O resultado foi a vitória na segunda volta do candidato apoiado pelo PAIGC, João Mário Vaz, que tendo tido 40,89 % dos votos na primeira obteve 61,90 % na segunda contra 24,79% e 38,10 % respectivamente de Nuno Gomes Nabiam, que se apresentou como independente apoiado pelo anterior líder do PRS, Kumba Yalá, que faleceu de morte natural dias antes da votação. Os órgãos de soberania eleitos (governo, parlamento e presidente) tomaram posse em Junho de 2014, registando-se uma alta expectativa nacional e internacional de se ter finalmente encontrado uma solução viável que permitisse desenvolver o país.

O Governo empossado, que nas entrevistas a dirigentes do PAIGC é referido muitas vezes como “Governo de inclusão”, era composto por pessoas de vários partidos com representação parlamentar, incluído o maior partido da oposição, o PRS, apresentou em duas Mesas Redondas de doadores em Bruxelas e em Acra em Março de 2015, respetivamente, um programa assente numa visão ambiciosa que tinha como inovação tornar a biodiversidade como o eixo central do desenvolvimento do país – *Terra Ranka*, como simbolicamente foi

³ Um estudo sério é “Africa connexion” de Laurent Guillaume, La manufacture des livres, Paris, Maio 2019.

denominado o Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 – e um Programa de Governo – Sol na Iardi – para 2014-2018; com esses documentos, com a presença do PM – Domingos Simões Pereira - e do Presidente – João Mário Vaz - em Bruxelas, o Governo recolheu promessas e compromissos em valor muito elevado para o expectável. A Assembleia Nacional Popular aprovou por unanimidade em 2 de Abril de 2015, a resolução nº 9/2015, louvando o Governo pela “qualidade da organização e realização da Mesa Redonda” ação em Bruxelas, e reafirmando a confiança política no Primeiro-Ministro.

A Cooperação com os principais parceiros bilaterais e multilaterais foi retomada permitindo que se iniciasse a programação de diferentes áreas de políticas básicas como o pagamento de salários aos funcionários, incluindo professores, a retoma de voos regulares entre Bissau e Lisboa por uma companhia privada que opera também em Portugal (a companhia publica portuguesa TAP tinha interrompido a linha em Dezembro de 2012 por falta de segurança no controlo de passageiros no aeroporto em Bissau e retomou em 1 de Dezembro de 2016), a existência de eletricidade e água vinte e quatro horas diárias na cidade de Bissau, estendendo – se progressivamente a outras povoações, a continuação de obras públicas na capital e o conseqüente emprego que originam, a retoma da “reforma” do sistema de cobrança fiscal das taxas sobre as importações que levou ao fim da subfacturação praticada por empresários nacionais e estrangeiros, cujo contrato com a empresa responsável foi feito ainda pelo Governo de Transição, e anunciado o seu inicio em Novembro de 2013, a emissão com sucesso de títulos de um e dois anos de dívida pública obrigacionistas pelo Ministério das Finanças, a deslocação de empresários estrangeiros ao país interessados em averiguar a possibilidade de investimentos, tendo mesmo sido criadas uma Camara de Comércio e Indústria Portugal Guiné-Bissau em Fevereiro de 2015 e do Clube de Empresários Portugueses na Guiné Bissau em Junho de 2016. A retoma da Cooperação bilateral e multilateral levou ao ressurgimento, sobretudo na capital, dum maior número de estrangeiros com poder de compra com incidência direta na hotelaria e na restauração. A melhoria das instalações e da alimentação nas casernas, do equipamento e da formação, deram aos militares dos diferentes níveis hierárquicos melhores condições de serviço do que nas ultimas dezenas de anos (entrevistas realizadas).

Se o quadro político, até ao início desta fase, se enquadra no padrão de conflitos da política guineense (Voz di Paz / Interpeace, 2010 com trabalho de campo realizado em 2008) a partir das eleições, a informação disponível por via dos órgãos de comunicação, dos comunicados ou discursos dos partidos e da presidência e de declarações públicas de entidades variadas, indica que a relação entre o governo liderado pelo PAIGC e o Presidente se foi deteriorando, chegando ao ponto em que o segundo demitiu em 12 de Agosto de 2015 (Decreto Presidencial 5/2015) o governo resultante das eleições, contrariamente ao que tinha prometido em campanha que jamais demitiria um governo da sua côr partidária, alegando “corrupção e o

nepotismo”, (embora não tenha voltado a referir tais acusações e tenha afirmado à Comissão parlamentar de inquérito não se lembrar de as ter proferido). A Comissão concluiu em Maio de 2017 que não houve quaisquer indícios de crime segundo comunicado da Mesa da Assembleia Nacional Popular) bem como “falta de confiança política” e “obstrução à Justiça”. O presidente nomeou ele próprio um novo Governo em Setembro de 2015, mas 48 horas depois o Supremo Tribunal de Justiça (em funções de Tribunal Constitucional) declarou tal ato inconstitucional (Acórdão 01/2015), por não existir na Constituição a figura jurídica do governo de iniciativa presidencial e por o Presidente estar obrigado a solicitar ao partido vencedor das eleições a indicação do PM. O Governo demitiu-se de imediato. Nesse mesmo mês, o PAIGC indicou um segundo governo (com Carlos Correia do PAIGC a PM), que foi inicialmente apoiado por todos os líderes parlamentares, embora a discussão e votação do seu programa fosse agendada sem a presença do PRS. Esteve em funções sete meses até Maio de 2016 mas sempre com conflitos públicos com o presidente, como se pode confirmar nos jornais desse período e em entrevistas, apesar desta situação dar origem a muitos boatos nos quais é difícil distinguir a verdade da invenção.

No parlamento uma dissidência de 15 deputados do PAIGC⁴ (que integra militantes que no congresso defendiam a linha que não conseguiu ganhar) ao abster-se na primeira votação do programa do governo de Carlos Correia, em Dezembro de 2015, retirou a maioria á “coligação” estabelecida alterando as relações de poder estabelecidas no parlamento pelas eleições. O estatuto desses deputados torna-se um assunto da Justiça, pois a figura de deputado independente é omissa no regimento parlamentar guineense e, apesar de terem sido expulsos do partido em Janeiro de 2016 e substituídos na ANP, recusaram-se a aceitar a perda de mandato, continuando a comparecer nas sessões e criando uma situação que inviabilizou o funcionamento parlamentar que chegou a ter no mesmo plenário 117 deputados (em vez de 102) que reclamavam ter legitimidade para votar, apoiados no Supremo Tribunal de Justiça ter validado a sua posição argumentando que os deputados eleitos são da Nação e não dos partidos e podem manter o mandato se não se inscreverem em partidos diferentes daqueles que os elegeram (Acórdão 04/2016). A Assembleia Nacional Popular aprovou a 28 de Janeiro de 2016 o Programa do Governo em exercício, similar ao do governo de DSP, com 59 votos e sem a presença na sala do PRS nem dos dissidentes do PAIGC. Sem solução para a presença ou substituição dos 15 dissidentes, o parlamento fica sem condições para discutir e votar qualquer Orçamento ou programa dos governos que se foram sucedendo.

Com base nessa situação de incapacidade de funcionamento da ANP, o Presidente demitiu o Governo em 12 de Maio nomeando outro chefiado por Baciro Dja, oriundo do grupo

⁴ Baciro Dja, Adja Satú Camará Pinto, Braima Camará, Abel Gomes, Rui Diã de Sousa, Eduardo Mamadu Baldé, Isabel Mendes Buscardini (falecida em Novembro 2016), Soares Sambú, Tumane Mané, Adulai Baldé, Maria Aurora Sano Sanhá, Bacai Sanhá Junior, Amidu Keita e Manuel Nascimento Lopes.

dos 15 deputados dissidentes do PAIGC, e membros do PRS. Esse Governo não foi reconhecido pelo partido vencedor das eleições como legítimo, tendo o PAIGC passado a defender “*que na impossibilidade de uma solução política justa e dentro do quadro constitucional, existe o imperativo de imediata dissolução do parlamento, conversão do atual governo em governo de gestão e a convocação de eleições antecipadas (gerais de preferência).*” (Comunicado de imprensa do PAIGC, 9/05/2016).

Como o Parlamento continuava sem reunir em plenário e portanto sem aprovar nem programa de governo nem orçamento, a CEDEAO organizou, com apoio de organizações internacionais como o PNUD, um encontro em Conakry em 11-14 de Outubro 2016, presidido pelo presidente da Guiné-Conakry, Alpha Condé, estando presentes os partidos com representação parlamentar, o presidente da ANP, representantes dos 15 dissidentes do PAIGC, representantes das religiões cristã e muçulmana, primeiro-ministro e organizações da sociedade civil (LGDH e Movimento da Sociedade Civil). Estiveram também presentes o representante do secretário-geral da ONU para a Guiné-Bissau, o representante da União Africana, da União Europeia, do Senegal, Angola e Serra Leoa. Apesar desse encontro se dirigir fundamentalmente para o período que resta até a eleições gerais previstas para 2018, foram aprovadas intenções sobre a reforma da constituição, da lei eleitoral, da lei dos partidos, da reforma na defesa, justiça, segurança e decidido manter o programa do governo de DSP “Terra Ranka” como matriz para as medidas económicas e sociais de desenvolvimento. Foram indicados três nomes – Umaru Sissoko Embaló, um general de 44 anos, que subiu na hierarquia militar sem ter passado pela luta de libertação e não tem o apoio do PAIGC, Augusto Olivais, da direcção do PAIGC, e Aladje Fadiá, diretor do Banco Central dos Estados da Africa Ocidental (BCEAO) na Guiné-Bissau e considerado próximo do PRS – e a intenção de estabelecer um pacto de estabilidade (Acordo de Conakry, 2016).

O presidente nomeou Umaru Sissoko Embaló para PM. Como resultado o Comité Central (CC) do PAIGC aprovou em 26 de Novembro que não integrava o novo governo, retirou a confiança política “*ao cidadão e militante*” Jomav (Comunicado do PAIGC, 2016, in jornal Nô Pintcha, 30/11/2016) e a ANP aprovou em Comissão Permanente que continuava a não ter condições para reunir em plenário. Sucederam-se governos como se pode ver no quadro do anexo I sem aprovação até Abril de 2018 de programa de governo ou orçamento. Igualmente outro partido com representação parlamentar a União para a Mudança, que tinha integrado os governos de DSP e de Carlos Correia, emitiu um comunicado a 21 de Novembro onde recusa participar nesse governo por considerar que a nomeação é uma decisão unilateral do Presidente Jomav, que “*rompeu em definitivo o acordo de Conakry, ao propor Sissoko Embaló para primeiro-ministro*” (Comunicado de imprensa, 21/11/2015). Esses dois partidos e o presidente da Assembleia Nacional solicitaram a Alpha Condé que divulgasse as atas das reuniões de Conakry de forma a ser do conhecimento público o texto e não várias interpretações do mesmo.

A divulgação dos documentos existentes sobre esse encontro foi feita na reunião da CDEAO em Abuja a 17 de Dezembro, mas continuaram as dúvidas sobre se o acordo indicava para PM o nome de Augusto Olivais do PAIGC como consensual ou se indicava três nomes para o Presidente da Guiné-Bissau escolher. Como o presidente Jomav defende esta última tese, ficou toda a situação exactamente na mesma que estava com o governo anterior chefiado por Baciro Dja, acentuando-se o isolamento do presidente e a pouca governabilidade do país.

Note-se que nesta fase os militares autores do golpe de 2012 se retiraram em parte das chefias (incluindo António Indjai CEMFA que chefiou o golpe de Estado de 2012 e saiu do posto); os seus substitutos fizeram discursos públicos afirmando respeitar a função republicana das forças armadas, não intervir na crise política e chegando a avisar que *“não tenho lugar na cadeia para soldado que fizer confusão mas só no cemitério”* (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Biague Na N'tan, Fevereiro, 2016). Continua presente em Bissau uma força *peace building* das Nações Unidas (ECOMIB/UNIOGBIS) que também contribuiu para o processo não ter intervenção dos militares. O atual representante do secretário-geral da ONU, alertou em 30 de Agosto que esta situação podia mudar pois *"o risco de uma intervenção pode aumentar se a crise política persistir, se a reforma de setores relevantes não for implementada e, em particular, se a precária situação orçamental impedir o pagamento de [salários aos] soldados."* (<http://www.unric.org/pt/actualidade/24695>).

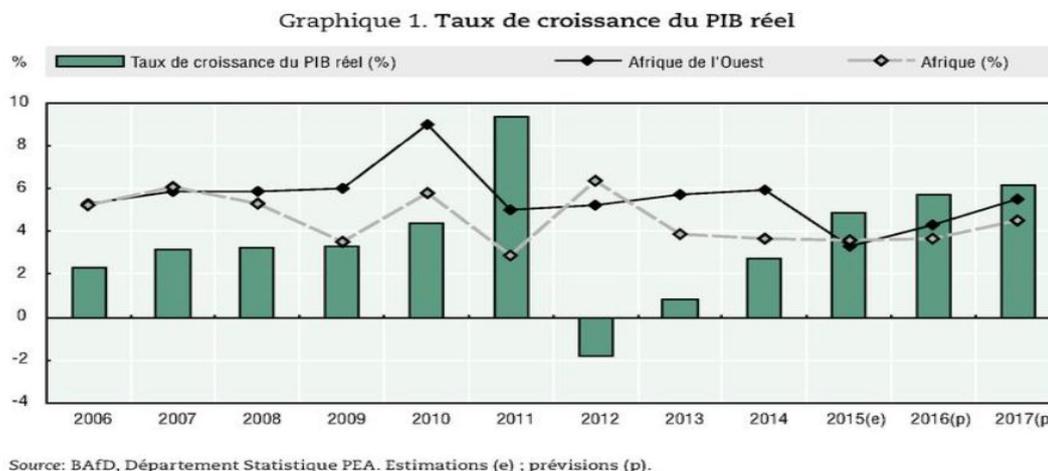
Em todos estes anos houve vários momentos em que rumores, artigos de jornal, programas de rádio e discursos de líderes de partidos políticos referiram movimentações militares desde demissões com desmentidos públicos, reuniões de chefias, discursos do CEMFA cuja leitura permite verificar que a relação entre militares e grupos sociais da sociedade política ainda é instável não sendo claro quem são os instigadores de intervenção ou de não-intervenção militar na governação do país.

Com essa instabilidade, sem conflitos armados, as verbas de ajuda ao desenvolvimento só entraram no país parcialmente para permitir que continue a haver eletricidade, água, obras públicas, salários da função pública e segurança. Mesmo assim se consultarmos os jornais encontram-se muitas notícias sobre acordos de cooperação de países tão diferentes como a Venezuela, o Níger ou a China. A análise da situação guineense feita pela OCDE em 2016 salienta que, depois das eleições em 2014 e da Mesa Redonda de Março de 2015, a confiança do setor privado voltou, a procura interna cresceu e a reforma das finanças permitiu ter nos primeiros seis meses de 2015 uma receita fiscal superior em 75% à do mesmo período de 2014 (OCDE Africa Outlook, 2016, Guiné – Bissau).

A economia evoluiu a uma taxa de crescimento positiva de 2,7 % PIB real em 2014, com uma previsão de 4,8% em 2015 e de 5,7% em 2016 refletindo a retoma do comércio e da restauração/hotelaria, das exportações de caju, da produção agrícola e do consumo privado, mas

com todas as previsões dependentes do “*clima sociopolítico*” (OCDE Africa Outlook, 2016, Guinéa - Bissau).

Figura 1: taxa de crescimento do PIN real 2006-2017



Em 28 de Março de 2016 o Ministro da Economia e Finanças declarava aos jornais que a instabilidade estava na raiz de só terem entrado no país cerca de 10,5 milhões de USD do BAD, 1,7 milhões de USD de Timor Leste e verbas relativas a programas portugueses, estando os parceiros que assumiram compromissos em Bruxelas “*à espera de ver mais claramente o que vai acontecer no país*” (Última Hora, 29/03/2016). Em todo este período as organizações da sociedade civil tiveram uma atuação permanente embora nos pareça de que não terão tido grande influência. A LGDH alertou sempre para violações dos Direitos Humanos e passou por ocasiões de alguma perseguição a membros da sua direção como documentam os comunicados ou entrevistas, e por outras ocasiões em que foi chamada pelos atores mais diretamente políticos a representar o conjunto da sociedade civil incluindo o Encontro em Conakry de 2016 (Liga Guineense dos Direitos Humanos. 2016. Comunicados e Relatórios, Bissau).

A quarta fase do processo começa com as sanções impostas a uma lista de pessoas⁵ pela CEDEAO em Fevereiro de 2018 pela não aplicação do Acordo de Conakry, como constata o seu presidente Marcel de Sousa em Dezembro de 2017 (entrevista a jornal O Democrata de 6/12/2017), congelando as contas bancárias dessas pessoas e das suas famílias e impedindo a sua deslocação na sub-região. Tais medidas, inéditas no país, despoletaram a necessidade de mudança mesmo para aqueles que estavam em posição objectiva de lucrarem com o Estado de disordem institucional vigente. Com essa “arma” a CEDEAO força claramente o presidente e os

⁵ Braima Camara, Rui Dia de Sousa, Soares Sambu, Abel da Silva Gomes, Manuel Nascimento Lopes, Eduardo Mamadu Balde, Maria Aurora Abissa Sano, Florentino Mendes Pereira, Orlando Mendes Viegas, Certorio Biote, Domingos Quade, Carlitos Barai, Domingos Malu, Antonio Sedja Man, Bacari Biaí, Botche Cande, Emerson Goudjabi Vaz, Victor Madinga, Fernando Vaz

partidos a aceitarem um novo primeiro-ministro, Aristides Gomes do Comité Central do PAIGC, em Abril de 2018 que constitui governo com plenos poderes mas com mandato apenas até às eleições legislativas marcadas pelo Presidente em 20 de Dezembro para Março de 2019. As duas sondagens com fiabilidade realizadas apontaram para uma vitória do PAIGC mas também para uma boa votação no Madem-G15 e na APU. Não previram a queda do PRS (jornal Última Hora , 06/12/2018 e comunicado da Associação Nacional de Inquiridores da Guiné-Bissau).

Os militares mantiveram-se fora destes acontecimentos nas palavras de Anatolio Ndong Mba ao Conselho de Segurança em Setembro de 2018, “*A situação de segurança é estável, sem nenhum episódio violento relevante; o exército não interfere na política e, em geral, respeitam os direitos humanos.*” O país fez aliás em finais de 2017 o primeiro recrutamento desde 1992 de 820 homens e mulheres para a defesa e de 283 para as forças policiais (Bantaba di Nobas, 07/12/2017). Para a campanha eleitoral os partidos recorreram a meios (automóveis, cartazes, distribuições de géneros e de dinheiro, etc.) que são difíceis de contabilizar de forma séria mas foram comentados por jornais e blogs como sendo excessivos; e especulou-se sobre a origem dos fundos que permitiram esses gastos eleitorais sem que houvesse qualquer confirmação da parte dos partidos citados. Não houve incidentes significativos, a participação foi de 79.1 % e as eleições receberam o “carimbo” legitimador dos observadores internacionais de “livres e justas”. Os resultados não deram maioria a nenhum partido mas o PAIGC voltou a ganhar com maioria relativa:

Partidos	Resultados	Percentagem	Nº de deputados	Deputados mulheres
PAIGC	212.148	35,2	47	9
MADEM-G15	126.935	21,1	27	2
PRS	127.104	21,1	21	0
APU	51.049	8,5	5	0
PND	9019	1,5	1	0
UM	8.535	1,4	1	0
Total de Votos válidos	602.381	100,0	102	11

Fonte:CNE e Diário de Bissau, 24/04/2019

Com o anúncio imediato de duas alianças (PAIGC+APU+PND+UM) e (MADEM-G15+PRS) não houve nenhuma contestação de resultados apesar de várias denúncias mais ou menos fundamentadas de compra de votos pelas tabancas e bairros. Um dia antes da votação foi

apreendido um camião com 789 kg de cocaína que se dirigia para o Senegal.⁶ Tal apreensão levou a que a DEA dos EUA participasse na investigação que se seguiu com a justificação de suspeita de financiamento de terrorismo que flagela o Mali e o Níger. E originou análises especulativas (pois a investigação permanece em segredo de justiça) sobre guineenses cúmplices nesse tráfico e a sua relação com o financiamento da campanha de alguns partidos.

Parecia que havia condições para alguma paz institucional até a eleições presidenciais mas rapidamente se gerou novo impasse com a eleição para os membros da Mesa da Assembleia Nacional Popular quando a coligação maioritária recusou o nome de Braima Camará líder do Madem-G15 para segundo vice presidente e de um membro do PRS para primeiro secretário da Mesa (veja-se Última Hora, 25/04/2019 com as diferentes interpretações da Lei Eleitoral). O Supremo Tribunal de Justiça em funções de Tribunal Constitucional recusou uma providência cautelar para impugnar a interpretação da coligação maioritária. Apesar desse parecer, o presidente Jomav levou perto de três meses até convidar o PAIGC a indicar o nome do PM como a Constituição obriga, refugiando-se na ausência de prazo fixo constitucional para o fazer e na ausência de funcionamento regular da ANP por falta de consenso para formação da Mesa. Quando esse partido indicou DSP, o presidente recusou o nome com base em incompatibilidades pessoais entre os dois, criando um novo impasse e repetindo o tipo de argumentos usados por Nino Vieira para recusar nomear Carlos Gomes Júnior PM em 2005. Com o final do seu mandato em 23 de Maio, o presidente mais uma vez foi pressionado pela CEDEAO, pela CPLP presidida por Angola, pela União Africana e desta vez também pelo Embaixador dos EUA para marcar eleições presidenciais, dar posse a um governo com um PM indicado pelo PAIGC e substituir o Procurador-Geral da República que tinha sido sancionado na lista dos 19 (ver nota 3 neste capítulo). A organização definiu ainda o que entendia como limitações aos poderes do presidente cessante no período entre o fim do mandato (23 de Junho) e a eleição do seu sucessor dos quais se salienta a impossibilidade de interferir na nomeação de membros do Governo. Essas pressões – com ameaça expressa de ser repostas uma nova lista de sancionados- resultaram na retirada do nome de Braima Camará e indicação de outro nome do mesmo partido (a deputada Satu Camará) para o cargo na ANP, na indicação pelo PAIGC do actual PM Aristides Gomes que formou governo com membros de todos os partidos da coligação, na marcação de eleições presidenciais para 24 de Novembro e na demissão/substituição do PGR por Ladislau Embassa, até ao momento presidente do Conselho Nacional de Comunicação Social. Mais uma vez a Guiné-Bissau precisou de interferência externa para resolver os seus problemas institucionais.

⁶ Para o nível de apreensões no país é uma quantidade enorme. Durante o período de 2014 a 2018, foram confiscados 57,6 kg de cocaína e detidos 67 suspeitos pela Polícia Judiciária em várias operações.

Em toda esta fase queremos referir duas intervenções que nos parecem simbolizar bem a existência de membros da classe política que procuram assumir uma consciência de construção da Nação e do Estado de acordo com a ética e os princípios que remetem para o fundador do PAIGC – Amílcar Cabral e para o modelo de regime democrático: a) O discurso de DSP na tomada de posse dos deputados eleitos em 10 de Março de 2019 para a ANP (que se realizou numa unidade hoteleira devido a obras no edifício da Assembleia), onde dizia “ *Nesta sala improvisada em plenária da ANP (Assembleia Nacional Popular), que, mesmo modesta tenta reproduzir os requintes que a civilização moderna convencionou para atos deste simbolismo e envergadura somos uma centena de privilegiados, trajando os nossos melhores fatos, talvez adquiridos em grandes butikues do mundo ocidental, tudo a condizer com a época em que vivemos e com os padrões universais do desenvolvimento... O que não condiz é o facto de estarem lá fora milhares que nos escutam e acompanham enquanto aguardam ansiosos por sinais que possam dar-lhes consolo e esperança de que estamos aqui reunidos não por nós próprios, não para atendermos aos nossos egos de elite urbana, mas para simbolizar cada mulher e cada homem desta sociedade e Nação...milhares os que se sentem excluídos desta perspectiva, quer seja pela saúde que não lhes chega, quer seja pela educação que lhes é sonogada. Seja, sobretudo, pela falta de oportunidades num país rodeado de tantos ingredientes...A democracia tem esta magia de nos colocar sempre de volta ao ponto de partida.*”

b) A longa entrevista de Aristides Gomes ao jornal Última Hora de 30 de Maio e de 06 de Junho e à rádio Bombolom-FM de balanço do governo, que teve todos os poderes constitucionais e não apenas de gestão, com término nas eleições legislativas, onde diz:

”O que origina as fricções permanentes entre partidos políticos? Conseguimos identificar um factor que pensamos que era preponderante: era a questão de apoderarem-se de meios financeiros do Estado. ... Quando um partido recusava uma pasta ministerial dizendo “nada chove” o que significa isto? quer dizer que não tem possibilidade de ir buscar dinheiro para sustentar os seus militantes e fazer campanha eleitoral.... Resolvemos pela criação de condições para podermos ter critérios de acesso aquelas fontes.... Quer dizer qualquer partido pode ter seu militante ou dirigente naquele posto ou noutra qualquer, mas o acesso ao dinheiro público vai ser regulamentado, arbitrado por instituições financeiras nacionais de tal forma que o referido dinheiro tem de reverter fundamentalmente para fundos públicos. Portanto foi um ponto chave na estabilização. A partir dessa altura muitos ficaram descontentes. ... E muitos entraram na oposição por causa destas coisas. Pensamos que não existe outro caminho.”

Figura 2. Eleições legislativas de Março de 2019, Guiné-Bissau



Autoria: Organização das Nações Unidas na Guiné-Bissau, 2019

A interpretação

As componentes estruturais

Para tentarmos compreender os acontecimentos relatados vamos começar por retomar os elementos estruturais da sociedade guineense que Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. (2008) referem e que constituíram a estrutura social sobre o qual se deu a evolução analisada:

A primeira que referiremos como a componente base de longo prazo, tem a ver com a formação do espaço kaabunké. Este espaço deriva da divisão do território na fronteira Norte que passou a considerar Casamance como parte do Senegal, em 1886, a invasão fula e a guerra que levou ao fim do Reino do Gabu – veja-se a bibliografia indicada em Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. (2008). Como afirma Lopes, C. (1999) “*O Kaabú ..., resulta de uma herança de séculos e não de uma dezena de anos, é um elemento fundamental para interpretar as interações dos diferentes grupos (étnicos, sociais, classes) na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance*”. Nóbrega, A. (2001), escreve que Ansumane Mané, de etnia mandinga, enquanto

chefe militar vitorioso, depois da guerra civil de 1998/99, não visitou uma única tabanca fula, querendo assim dizer que a derrota dos Mandingas e dos seus aliados estava ainda presente na sua memória. Igualmente as ações que visem ajudar as populações do outro lado da fronteira com o Senegal, na região de Casamance, são objeto de um consenso social que ultrapassa a lógica da formação das relações entre Estados e atravessa vários níveis sociais, desde os vizinhos da mesma etnia até à lógica do apoio dos governantes aos movimentos que reivindicam a separação do Senegal, e à ajuda prestada por estes a um dos lados envolvidos na guerra civil de 1998/99. O papel social desta componente histórica é diferente daquele que têm as identidades étnicas existentes no país atualmente.

A segunda componente base que referiremos como de médio prazo, tem a ver com a formação do Estado Guineense a partir do colonialismo e da luta armada dirigida pelo PAIGC. Este partido, sendo um movimento de libertação nacional, exerceu uma liderança da luta pela independência elegendo três objectivos de síntese de mobilização da população para o apoio que necessitava a sua ação: 1- a independência; 2- o desenvolvimento; 3- a unidade de todos os que viviam no território colonizado pelos portugueses, não questionando as fronteiras coloniais. Desses objetivos, o 3º remete diretamente para a identidade nacional. Amílcar Cabral em 1969 considerava *“qualquer que seja o grupo étnico é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação,...”* *“o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos.”* *“Só os oportunistas políticos são tribalistas”* (Cabral, A., 1974). Note-se que outros membros da direcção do PAIGC não tinham a mesma visão das clivagens étnicas. Manuel dos Santos, ainda hoje dirigente do PAIGC, afirmava *“A luta armada de libertação nacional ao promover um certo grau de unidade das populações da Guiné em volta de um objetivo comum – a luta contra o colonialismo português -, criou importantes laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos, mas, contrariamente ao que muita gente afirma, não realizou a unidade nacional, nem engendrou a Nação guineense. Construiu, sim, as suas bases, os seus fundamentos, os alicerces da Nação e criou as condições necessárias mas não suficientes ao seu aparecimento.”* (in A construção da Nação em África, INEP, 1989). Mas seja qual for a posição assumida pelos dirigentes, na luta e na construção da Nação e do Estado guineenses, todos consideram as clivagens de origem étnica como inimigas desse processo.

Acrescentamos uma terceira componente que Forrest, 2003, apelida de *“memória social pretoriana”* formada a partir da resistência à conquista colonial que só diminui de intensidade em 1915, quando as tropas portuguesas de Teixeira Pinto com ajuda dos homens de Abdul Injai (muitos recrutados nas fileiras das próprias etnias guineenses) e de um contingente cuanhama vindo especificamente de Angola, derrotou os papéis aliados aos grumetes, já que as etnias guineenses nunca se conseguiram unir para criar poder militar equivalente aos 1600 infantes – 284 baixas - e 109 cavalos - 26 baixas - reunidos para a campanha (Relatório da coluna de

operações contra os papéis e grumetes revoltados da ilha de Bissau. Capitão Teixeira Pinto, em 1915), da vitória na guerra colonial contra o regime salazarista português e na guerra de 1998/99 contra as forças militares do Senegal e da Guiné Conacry enviadas em socorro de Nino Vieira. Ou seja, a história conhecida da Guiné-Bissau tem uma narrativa de vitórias, ou de resistências heróicas, que criou uma componente “guerreira” de intervenção positiva na mentalidade das forças armadas nos destinos do país. Tal componente foi diminuindo a sua importância social com os sucessivos golpes de Estado desde o 14 de Novembro 1980, chegando à atual situação dos militares serem acusados de serem a principal fonte de instabilidade até 2014. Mas é uma componente que continua a ter peso social segundo entrevistas realizadas.

Uma quarta componente estrutural são as 32 identidades étnicas guineenses recenseadas em 2009. O seu estudo foi feito pelos investigadores portugueses e cabo-verdianos do tempo colonial – obras disponíveis em geral em <http://memoria-africa.ua.pt/> - tendo os autores mais atuais como Carlos Lopes, Raymond Péliissier, Leopoldo Amado, Peter Mendy, Carlos Cardoso, Álvaro Nóbrega, Kaft Kosta, Livonildo Mendes ou Tchernó Djaló utilizado esses estudos, acrescentado alguns detalhes mas sem efetuarem nenhuma investigação de fundo sobre o que é quarenta e quatro anos depois da independência a consciência étnica (individual e coletiva) no espaço rural e urbano e nas diferentes gerações da população. Existem investigações sobre determinados grupos étnicos como se pode verificar nalguns artigos publicados na Soronda – revista do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) também disponível no site referido – ou como são exemplos a tese de 1986 de Diana Lima Handem sobre os Balanta Brassa, a investigação de 1999 de Clara Carvalho sobre os régulos manjacos ou o livro sobre os mancanhas na sua adaptação á cidade de Bissau de Mamadou Jao, 2015. No entanto uma investigação sobre a atualidade das mudanças nas etnias como um todo não existe. A bibliografia de Chabal, P. e Green, T. (2016), é a fonte mais atual que conhecemos sobre a investigação existente fora de Portugal e do Brasil. Tal investigação é necessária para a sociedade guineense perceber o que é hoje essa sua componente estrutural, para mais quando se nos afigura que Carlos Cardoso (1996) tem toda a razão ao afirmar “ o processo de miscigenação étnico-cultural e civilizacional não permite falar de nenhuma etnia ou identidade étnica que se possa considerar pura” (Cardoso, 1996, pág.169).

Uma quinta componente estrutural (e também pouco estudada) é a resiliência da população guineense com aspetos de antifragilidade (conceito de Nassim Taleb, 2014, em “Anti frágil Coisas que beneficiam da desordem”). Com se admira Green (Chabal e Green, 2016, pág.7) “o quotidiano guineense mantém-se pacífico, em contraste com a imagem estereotipada do país, e as pessoas frequentemente cooperam e casam-se entre “divisões étnicas” (tradução nossa); os mesmos autores afirmam que consideram haver Estados que podem funcionar melhor sem uma estrutura institucional do que quando a administração está operacional. A população parece ter desenvolvido uma habituação à instabilidade que tem como base o acesso, com

alguma facilidade, a recursos alimentares de sobrevivência (arroz, peixe, fruta, aves, porcos e vacas) quer haja ou não salários em dia, e a atividade económica seja dinâmica ou estagnada, que lhe permite evitar conflitos sociais de maior violência. Os resultados provisórios de um inquérito recente sobre resiliência (2018/2019) promovido pelo CESA/ISEG com apoio logístico da LGDH e financiamento do Joint Research Center da União Europeia, permite detectar um alto grau de associativismo e uma proliferação de “escolas em autogestão” que são manifestações dessa resiliência seja para os problemas quotidianos seja para uma das fontes da degradação do sistema de ensino (que são as greves dos professores por atrasos de salários e o anulamento de anos lectivos) Julgamos que tal resiliência/antifragilidade tem tendência a deteriorar-se à medida que a energia (luz, frigoríficos, televisão e telemóveis) e a melhoria do funcionamento das escolas alargam os horizontes de definição do padrão de vida a que as pessoas aspiram, tornando-as menos tolerantes quando faltam. Como afirmam os autores em Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. (2008) *“As promessas de alcance de níveis de vida melhores foram uma constante nos textos de Amílcar Cabral, bem como nos discursos de todos os níveis de poder depois da independência. O balanço dos 3 anos de independência feito por uma ONG portuguesa – o CIDAC – após uma visita ao país com múltiplos contactos, é bem significativo da expectativa da população em geral e dos militantes do PAIGC em particular de conseguirem proporcionar a si e aos seus descendentes o acesso a bens de consumo privado e a bens públicos que não tinham conseguido antes. Estes últimos incluíam a continuação do prestígio internacional construído pela direcção do PAIGC durante a luta de libertação bem como o fim definitivo dos conflitos armados no território... O falhanço do objectivo genérico do desenvolvimento, sentido por qualquer elemento da população face ao acesso a bens de consumo corrente, estado da saúde, educação, estradas, conflitos, etc., torna-se um dos principais critérios de escolha de partidos ou candidatos presidenciais.”*

Mas por enquanto a história recente mostra que o país funciona em qualquer situação melhor ou pior mas longe dos conflitos vividos por outros da sub-região como a Libéria ou a Serra Leoa ou mesmo da Guiné Conacry. Veremos se consegue continuar imune às influências do terrorismo que assola o Mali e outros países.

Os grupos sociais

A Guiné-Bissau é um país composto de múltiplas identidades sociais que se cruzam e sobrepõem. A partir da base das identidades étnicas e do tempo colonial, formaram-se grupos sociais nas cidades onde a presença colonial foi mais forte, sendo historicamente o primeiro desses grupos os “grumetes”, da etnia papel próximo dos colonizadores. A leitura étnica da realidade social do país surge sempre que a situação é complexa, embora os partidos nunca a

perfilhem, nem mesmo o PRS que, desde o seu início, foi acusado de ser um partido da maioria étnica balanta como o seu líder histórico Kumba Yala que entre 2000 e 2003 como presidente da república favoreceu a colocação de balantas em empregos públicos num nível sem precedentes de etnização, pondo em execução permanentemente as práticas clientelistas dos dirigentes que colocam pessoas familiares e próximas mesmo sem competências para o lugar (Carmen Pereira em Semedo, 2016, pág.169), instaurando a ideia que qualquer pessoa tem capacidade para exercer cargos governativos seja qual for a sua instrução e preparação anterior. Já a leitura religiosa aparece menos, apesar de o Presidente do PAIGC já ter sentido a necessidade de justificar a laicidade do Estado e de afirmar que não é pelo facto de ele pessoalmente ser cristão que essa religião deva ser privilegiada (veja-se Barros e Sarró com um interessante artigo sobre a mistura de religiões na sociedade guineense a nível familiar e social em Chabal e Green, 2016, págs.105-123). Depois da independência também se formou uma identidade de antigos combatentes (ou veteranos) da luta de libertação, com um misto de origens étnicas guineenses e cabo-verdianas, com níveis de rendimento muito diferentes entre eles, e uma forte presença nos órgãos de governação e na vida política geral guineense. A exemplo doutros países africanos e asiáticos com movimentos de luta pela independência, o seu estatuto social transmite-se aos descendentes fazendo o grupo crescer mesmo com o falecimento daqueles que realmente combateram. Os atores económicos como armadores, comerciantes, empresários de dimensão média ou pequena ou simples importadores de bens de consumo, agricultores ou madeireiros com uma produção orientada para o mercado interno ou para a exportação, formam um grupo social unido pela necessidade de ter as melhores condições legais para terem sucesso e assegurarem ajuda direta do Estado através de subsídios, compras e contratos sempre que possível. Utilizaram as facilidades de crédito dos bancos a operarem em Bissau para criarem um volume de crédito que se tornou mal parado e originou uma compra à banca de dívida de privados pelo Governo de DSP, muito contestada pela oposição e pelos Governos posteriores (veja-se Martins, Geraldo, 2018, capítulo X, para um aprofundamento deste questão). Segundo uma comunicação do responsável do BCEAO num seminário de empresários em Bissau em Julho, no momento das eleições de 2014 a banca guineense em geral estava falida, abrangendo a lista de devedores (cuja divulgação tem sido objeto de reivindicação pelo PAIGC) um número muito significativo de atores económicos individuais e empresas do país. Estes atores económicos foram participando na vida política, tendo entrevistas realizadas afirmado claramente que há deputados e membros dos partidos que defendem os seus interesses.

Diríamos que existe um último grupo social, mais pequeno mas com um nível de educação alto, constituído por dois subgrupos: elementos da sociedade civil que estão integrados em ONGD ou organizações similares com alguma autonomia como as Universidades, o INEP ou o IBAP que têm um relacionamento forte com financiadores estrangeiros bi e multilaterais, com um peso significativo, fruto da ausência ou da instabilidade das estruturas estatais. A sua identidade é

mais cosmopolita que a maioria da população e participa na vida política com uma lógica própria onde muitos membros não querem estar nem demasiado próximo nem demasiado longe das decisões centrais. Em conjunto com outro subgrupo dos membros dos partidos com maior nível de instrução formal em geral obtida fora do país, que já cresceram ou nasceram com o país independente e com os funcionários técnicos guineenses das organizações internacionais. Estes dois sub-grupos formam a elite intelectual do país.

Porquê esta evolução de instabilidade?

A interpretação que fazemos aponta para duas lógicas que disputam o poder. A primeira tem a ver com os modelos de relações políticas entre a presidência e os restantes órgãos de soberania. O sistema de governo guineense é o semipresidencial de pendor parlamentar com absoluta separação de poderes. Mas a prática dos titulares do cargo, eleitos em eleições gerais avalizadas por observadores, sobretudo aqueles que foram durante mais tempo detentores da pasta presidencial (Nino Vieira e Kumba Yalá) sempre foi de exercerem o cargo como se fossem chefes do executivo acabaram por estabilizar um modelo similar ao que seguem outros presidentes na sub-região. Note-se que a Constituição guineense permite essa interpretação que leva a que o Presidente se pronuncie mesmo sobre os ministros individualmente e não apenas sobre o primeiro-ministro. Jomav é o primeiro presidente eleito que tem dificuldade em continuar aquele modelo, pois teve pela frente um primeiro-ministro, e presidente do partido mais votado, que interpreta as funções dos dois órgãos – presidência e governo – de forma diferente, mais perto do parlamentarismo do que do semipresidencialismo, num modelo de equilíbrio permanente de forças resultante do debate de ideias e de soluções de política económica e social no seio do parlamento, com respeito estrito dos resultados eleitorais. Como os interesses dos grupos sociais em que se revê não são coincidentes com essa interpretação da divisão de poder, o presidente abriu e mantém um conflito que não permite a estabilidade que a população deseja. E se parte da comunidade internacional está pronta para ajudar a consolidar um sistema de equilíbrios institucionais, como se pode confirmar consultando as Resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança da ONU ao longo deste período, outra parte pode considerar que essa alteração vai, a médio prazo, pôr em causa os presidentes em exercício noutros países, incluindo alguns da sub-região. Esta lógica pode também afetar os Direitos Humanos; aliás veja – se o que o Conselho de Segurança escreve “10. *Toma nota da evolução da situação dos direitos humanos no país e exorta as autoridades da Guiné-Bissau a tomar todas as medidas necessárias para proteger os direitos humanos, pôr fim à impunidade, iniciar investigações para identificar os autores de violações dos direitos humanos e abusos, incluindo aquelas contra mulheres e crianças; e trazê-los à justiça e tomar medidas para proteger as*

testemunhas, a fim de garantir um processo justo e adequado” (Resolução do Conselho de Segurança, nº 2267 (2016) de 26 de Fevereiro).

A segunda lógica nesta disputa de poder tem a ver com o papel dominante do poder político na regulação das relações económicas do país e o acesso aos fundos prometidos pela comunidade internacional em Bruxelas em 2014. As opções da nova direção do PAIGC levam a uma diminuição do mercantilismo económico e a uma muito maior regulamentação do Estado sobre as atividades geradoras de lucro e da respetiva cobrança de impostos, retomando algumas ideias do planeamento central pós-independência mas agora em contexto de mercado livre e regulado, visando aumentar a receita pública com origem interna como forma de construção da sustentabilidade do país (Geraldo Martins, entrevista, 2015 e documento Terra Ranka, 2014). Um exemplo elucidativo são os conflitos entre interesses pelo controle dos canais de acesso aos fundos prometidos em Bruxelas de 1.400 milhões de dólares pela comunidade internacional. Esses conflitos foram-se exacerbando ao longo do período em análise, mesmo que isso viesse a significar uma meia paralisação do país, do parlamento, do governo e uma baixa radical na possibilidade de concretização de tais compromissos. Outro exemplo são as divergências em relação aos fundos com origem nas exportações de caju. DSP em entrevista ao jornal “O democrata” em 1 de Dezembro de 2016 atribui a instabilidade dentro do PAIGC à sua recusa de incluir na distribuição do poder adquirido no Congresso de Cacheu em 2014 os apoiantes do candidato vencido, Braima Camará, na proporção que os próprios reclamavam, e à sua recusa de distribuir com pouco controle os fundos com origem numa taxa de 50 FCFA/kg na exportação da castanha de caju (centralizados no FUNPI) por este grupo social através da Câmara de Comércio Industria, Artesanato e Serviços, cujo líder é o mesmo Braima Camará figura predominante no grupo dos 15 dissidentes eleitos pelo PAIGC em 2014.(veja – se Martins Geraldo, 2018, capítulo XI, para uma listagem de distribuição de verbas deste fundo).

Pensamos que estas duas lógicas atravessam os próprios partidos originando dissidências no PAIGC expressas pelas votações nas reuniões preparatórias e no Congresso de Cacheu em 2014, e que se veio a traduzir na existência dos 15 deputados discordantes da orientação partidária que, apesar de expulsos do partido, têm conseguido manter-se como atores políticos com apoio da presidência, do principal partido da oposição e, com algumas ambiguidades, mesmo da CEDEAO. Estas lógicas atravessam também o PRS que já mesmo antes da morte de Kumba Yalá teve dissidências que levaram ao surgimento de um candidato presidencial (que ficou em segundo lugar nas eleições e perdeu na segunda volta para Jomav) apoiado por aquele dirigente e outro apresentado pelo partido.

A interação entre os grupos sociais que disputam o poder político (1ª lógica) e o poder económico (2ª lógica) foi-se radicalizando sobretudo a partir da nomeação pelo próprio Presidente de um Governo em Maio de 2016. A partir de Abril/Maio os líderes dos partidos representados no parlamento entram numa linha de acusações ao presidente que vão desde a

participação nos contratos de pesca ilícita e de cortes de madeiras, ao desvio de fundos e abuso de poder. E para quatro dos cinco partidos com representação parlamentar até 2019 (PAIGC, PRS, PCD, UM) o principal ator que encabeça e configura todos estes acontecimentos é José Mário Vaz (Discursos na sessão de comemoração de 2015 do dia da independência, 24 de Setembro) :*“o Senhor Presidente da República (deseja) a constituição de uma nova maioria parlamentar que lhe permita a formação de um governo de sua iniciativa... Foi e continua a ser o grande propósito de toda esta luta e de toda esta confusão. O Presidente está desde há muito decidido a se fazer dotar de um novo quadro constitucional que lhe permite ser o dono único e absoluto do poder na Guiné-Bissau, ...”* (comunicado do PAIGC, s.d.) ou *“a razão de toda esta crise tem a ver com o desejo do Presidente da Republica de ter um governo no qual terá uma influencia direta”*(Entrevista Nuno Nabiam, Maio 2016).

Tais posições confirmam o que a Alta Representante da União Europeia (UE) para a Política Externa e de Segurança, Frederica Mogherini, num comunicado conjunto com o comissário europeu para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento, Neven Mimica, afirmou em 08 de Outubro de 2015 que *"A rejeição de um novo Governo pelo Presidente da Guiné-Bissau está a reavivar a tensão política no país e a pôr em risco os esforços para ultrapassar a crise política",..., "Isso também é crucial para a implementação do apoio internacional anunciado na Mesa Redonda de Doadores realizada em Bruxelas no início deste ano"*, acrescentam. Nessa mesma linha o atual representante do Secretário-Geral para a Guiné Bissau, o maliano Modibo Touré, afirma no seu primeiro relatório, em 30 de Agosto de 2016: *"o inicial mas significativo progresso feito na Guiné-Bissau após as eleições de 2014, através da formação de um governo legítimo, inclusivo e democrático, foi amplamente revertido"* nos últimos 12 meses. O documento garante que *"três mudanças sucessivas de governo e um prolongado período de paralisia política enfraqueceram ainda mais as instituições do Estado"*, explica que *"a implementação de reformas chave nos setores da defesa, segurança e justiça foi suspensa"* e que *"a prestação de serviços básicos foi negativamente afetada."* (Documento da LUSA com extratos do relatório de 30 de Agosto). Levanta mesmo a hipótese da situação se agravar: *"Existem receios na região de que o país se possa tornar um alvo para excursões terroristas, visto que, no momento presente, a capacidade do governo responder a esta ameaça ou possíveis ameaças de crime organizado transnacional, como o tráfico de droga, continua limitada"*.

Esta é a interpretação que fazemos sem tomarmos em conta a existência de causas ilegais como existirem responsáveis da classe política e militar guineense acusados por alguma entidade policial internacional (como é exemplo do ex-chefe de Estado Maior, António Indjai, ou de Papa Camará ainda Chefe do Estado Maior da Força Aérea, com mandatos internacionais) de crimes de tráfico de drogas ou de armas. Ignorando-se quem Bubo Na Tchuto, ex-chefe do Estado-Maior da Armada e/ou os seus cúmplices, soltos depois de três anos presos nos EUA,

denunciaram como estando ligado ao tráfico de drogas ou mesmo qual a extensão da rede de informadores que o americano Ranks Russel é acusado pelos jornais de ter organizado em todo o país, e estando a investigação sobre o camião carregado de droga apreendido durante a campanha eleitoral de 2019 ainda em curso como já referido, é possível que haja processos de investigação internacionais em curso que fragilizem pessoas que necessitam beneficiar de uma situação de imunidade para se protegerem das consequências de tais investigações como nos afirmaram vários entrevistados. Mas até ao momento tais argumentos parecem-nos especulação.

Com os militares remetidos às suas funções constitucionais de garantia da segurança e independência do país, os conflitos entre o poder executivo, legislativo e presidencial acabaram por dar um peso significativo às decisões dos tribunais, tendo o Supremo Tribunal de Justiça sido chamado a definir a conformidade com a Constituição e a Lei de vários atos dos órgãos de soberania. O seu presidente Paulo Sanhá afirmava em entrevista a um jornal guineense em Abril 2017, após ter sido reeleito pelos pares para novo mandato, que defende a independência da Justiça e queixa-se de *“O meu primeiro mandato ficou marcado como um mandato turbulento, foi uma situação complicada para qualquer pessoa no sector da justiça. Isto marcou-me bastante e ficamos quase com as mãos atadas sem poder fazer nada.”*A Procuradoria Geral da República tornou-se um instrumento de instabilidade com conflitos com o sindicato dos magistrados, com os partidos políticos sobretudo o PAIGC e com os dois procuradores mais recentes (António Sedja Man e Bacari Biai) a serem sancionados pela CEDEAO.

Os cenários do futuro próximo

Não se pretende aqui criar cenários estratégicos de longo prazo mas sim uma perspetiva de curto prazo com possíveis reflexos nos Direitos Humanos. Para o longo prazo os melhores textos ainda são INEP, (1996), Guiné-Bissau, 2025, Djitu Tem, Estudos Nacionais Prospectivos a Longo Prazo, INEP/NLTS, Guiné-Bissau e Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. (2008) Guiné-Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num Estado frágil, Lusotopie, XV (1). As propostas surgidas de iniciativas da CEDEAO - o chamado Acordo de Conacry de Outubro de 2016 e o Pacto de Estabilidade Política e Social de Novembro de 2018 – assinados por PAIGC, PRS, outros partidos e o grupo dos 15 dissidentes e outras entidades da sociedade civil e religiosa, têm demonstrado ser muito insuficientes para promover a estabilidade que todos reclamam. Aliás é difícil encontrar nos discursos partidários referências ao Pacto. Com a instabilidade deste quadro político não nos parece que haja evolução positiva até à realização de eleições gerais para presidência e assembleia nacional e apenas podemos pensar em três cenários relativamente negativos possíveis de curto prazo e um quarto mais positivo:

1.º a banalização do caos (ou como diria Chabal e Daloz “disorder as a political instrument”)

Sem uma intervenção militar à margem da lei, este quadro de incapacidade dos atores políticos eterniza-se e leva a que a instabilidade se instale, tornando – se banal, e a população vá vivendo e pensando cada vez mais a sua vida num ambiente de caos das instituições, sem que prevaleça qualquer resposta coerente dentro das lógicas que apresentámos. A comunidade internacional, pouco interessada num cenário deste tipo, mas prevendo que pode evoluir ainda mais negativamente, manterá alguma cooperação e ajuda financeira mas nunca com os montantes prometidos em Bruxelas, mesmo que sucessivos governos mantenham o plano que o governo de DSP apresentou (Terra Ranka). No entanto tal irá passar por uma cada vez maior substituição do Estado na interlocução e na implementação dos programas de desenvolvimento, com situações de subcontratação de ONGs e empresas internacionais, que respondem unicamente perante o financiador externo. Também se manterão ou agravarão um outro tipo de ações de substituição do Estado, estas da parte de populações de muitas localidades, por exemplo cotizando-se para pagar aos professores para que não haja greves, organizando a distribuição de medicamentos ou recorrendo à polícia da sua região e não aos tribunais, para resolução de conflitos. Essas mesmas populações vivendo em vilas/aldeias/tabancas percebem que há um nível de caos que se instalou e para cuja solução a nível local tem de ser elas próprias a contribuírem. A vigilância e a promoção a partir de uma visão de Direitos Humanos por instituições da sociedade civil, independentes dos órgãos de soberania torna-se importante pois este cenário é propício a evoluir para um dos restantes mais repressivos e/ou ditatoriais. Para essa evolução ser conseguida sem contrariar a Constituição o melhor é que esse tipo de vigilância e promoção seja o mais diversificado possível. Tal como no cenário seguinte a lógica económica pode voltar a promover ações de enriquecimento mesmo sem cair no tráfico de drogas ou de armas como os contratos de corte de madeiras, de pesca ou de exploração de areia pesada.

2.º o autoritarismo presidencial

Se o próximo presidente conseguir ter um governo legitimado pelo parlamento, com uma Assembleia que aprove orçamentos, programa de governo e legislação, poderá impor uma lógica de exercício de poder político de regime autoritário de governação que outros presidentes praticaram, assumindo na prática na sua pessoa as funções de presidente e de primeiro-ministro,

como acontece aliás noutros países da sub-região. Com a eliminação do modo de governação assente no equilíbrio e escrutínio crítico permanente entre órgãos de soberania, que a Guiné-Bissau começou a pôr em prática em 2014, tal regime pode ter um efeito negativo nos direitos humanos de primeira geração – liberdade e direitos cívicos e políticos – com a eliminação dos focos de crítica mais revelantes, pela demissão e substituição de responsáveis na administração pública direta e indireta e por uma política de atração de outros atores sociais com base na tese de “união dos guineenses para o desenvolvimento” que surge em todos os discursos dos vários quadrantes partidários. Isto em paralelo com alguma repressão nas margens da lei sobre elementos dos partidos e dos meios de comunicação de que os jornais vão dando notícia, e dos direitos económicos, sociais e culturais pelo retrocesso no processo de desenvolvimento que a atitude de contenção da ajuda internacional originará. É um cenário que convém aos atores económicos adeptos de um mercado pouco regulado se não originar uma redução drástica da atividade económica. Note-se que nas entrevistas realizadas este cenário surge como o preferido pelos países da CEDEAO com a condição da Constituição ser respeitada e a figura presidencial seja a do “chefe benévolo” legitimado pelos votos.

3º a intervenção militar

As chefias militares podem concluir que uma intervenção sua fora do quadro institucional, destituindo o Presidente da República, eliminaria a instabilidade, dando origem a eleições gerais para acabar com o conflito entre o presidente e o PAIGC. Um histórico do PAIGC – Manecas Santos, um dos últimos dois comandantes de frente da guerra de libertação ainda vivos em Bissau -, tem vindo a tornar-se a expressão mais pública desse cenário ao defender (Diário de Notícias, 17 de Maio de 2017, Lisboa) que se está na eminência de um golpe de Estado “bom”: *Um pouco como o 25 de Abril. O 25 de Abril foi um golpe de Estado mas foi um golpe de Estado bom pois serviu a sociedade portuguesa.* Apesar da maioria dos militares que estavam no ativo em 2012 ainda permanecerem nas forças armadas, parece-nos o cenário menos provável, pois os militares sempre tiveram uma atuação ligada a civis que lutavam pelo poder (entrevista efectuada). Pela análise que fizemos anteriormente, os grupos sociais presentes não parecem ter vantagens num cenário deste tipo cuja evolução seria sempre imprevisível e que lhes tiraria todo o apoio internacional, remetendo o país para uma situação semelhante ao período entre 2012 e 2014, agora com uma duração e consequências ainda mais difíceis de prever. Neste cenário os Direitos Humanos ficariam tão ameaçados como em 2012, pois as fontes de rendimento e de atividade, como o tráfico de droga, aumentariam de novo com as instituições completamente disfuncionais numa situação em que é fácil as violações se intensificarem.

4º O bipartidarismo guineense

Julgamos existir um quarto cenário que pode contribuir para melhorar a confiança e a imagem da classe política junto da população, criando desde já outro clima mais positivo social e político (cenário já esboçado em Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M., 2008). O PAIGC e seus aliados por um lado e o PRS e o Madem-G15 por outro, são coligações com uma força eleitoral significativa e, apesar dos conflitos internos que afligem ambas, podem entender-se num pacto de governo que favoreça a evolução para uma alternância partidária sempre sujeita a eleições, como existe em muitos países. Se esse pacto atender a que a principal fonte de recursos, mesmo individuais, ainda será por muitos anos externa (Ajuda internacional Pública ao Desenvolvimento, cujo acesso é feito por via das instituições estatais ou das maiores ONG, doações de Estados amigos com mais ou menos regularidade e acordos de financiamento com instituições internacionais) e contemplar um processo pelo qual o partido que perde eleições não seja excluído do acesso a esses canais poderemos ter um cenário de estabilidade duradoura embora com tendência para diminuir o peso dos partidos pequenos. Tal pacto permitiria que a função presidencial presente e futura fosse evoluindo para um modelo menos interventivo na governação, enveredando os grupos sociais existentes finalmente por uma prioridade absoluta às áreas de política económica e social que promovem o desenvolvimento, mantendo os Direitos Humanos de diferentes gerações como a educação, saúde, justiça, um bom funcionamento das instituições de poder soberano, regulação imparcial da atividade económica e uma presença republicana das forças militares e militarizadas.

Estes cenários não contemplam a ingerência de atores externos como a CEDEAO, a União Africana, A União Europeia, a CPLP ou o PNUD, países como Portugal e os EUA, que podem ser decisivos tal como já foram em 2018 e 2019.

Todos estes cenários podem vir a incluir graus diferentes de criação e desenvolvimento das redes islamistas radicais da sub-região, com maior ou menor inserção na sociedade guineense, não só em termos de criação de retaguarda em relação a ações noutros países, mas também na construção de relações e posições de poder na sociedade guineense que hoje ainda não têm (não pensamos que sejam significativas as poucas prisões efectuadas, a multiplicação de mesquitas em todo o país e algumas notícias em jornais sobre *tabankas* onde a presença muçulmana se extremou com diminuição dos direitos das mulheres (intervenção de sub-director da PJ, Domingos Correia, no workshop de Junho de 2019 sobre a Defesa e Segurança promovido pela Rede da sociedade civil de monitorização de políticas de estabilidade com

apoio da UNIOGBIS/PNUD). E são conhecidas as consequências para os direitos humanos da presença dessas redes.

Conclusão

Para um país com recursos naturais agrícolas e marítimos suficientes para alimentar todos os habitantes, que tinha um capital internacional enorme quando declarou a independência em 1973, na sequência de uma guerra com o regime político dum país europeu, com líderes respeitados de que sobressaía Amílcar Cabral, é espantosa a capacidade da classe política e militar guineense de criar e viver em tal nível de caos político, que pode derivar para outras ameaças como o terrorismo, novo crescimento do tráfico de drogas ou uma violação permanente de Direitos Humanos. Tal torna-se ainda mais incompreensível sobretudo quando a Mesa Redonda de Bruxelas em 2014, parecia criar condições financeiras para finalmente fazer crescer de forma clara e sustentável o nível de vida da sua população em todos os seus estratos. Quanto a esta última, sobretudo a população da capital ou de fora, mas com acesso a telemóvel e televisão, continua a organizar a sua vida sem contar com a classe política para a solução dos seus problemas de desenvolvimento.

A comunidade internacional debate hoje o desenvolvimento a partir de três ameaças: primeiro, o terrorismo que se reclama de raiz muçulmana; segundo, o tráfico de drogas; terceiro, os refugiados que chegam à Europa. A falta de estabilidade na Guiné-Bissau cria um campo social de existência potencial das duas primeiras. Se a persistência de uma cultura de banalização do caos ainda não se pode considerar generalizada deve-se à convicção forte da população de que a liderança de um “chefe”, mais do que a dum partido, pode cumprir as expectativas de vida melhor que a independência prometeu, como referem vários entrevistados. Aliás tal é expresso frequentemente nas respostas a perguntas de rua que todos os jornais publicam. Se essa esperança se concretiza ou não na figura de Domingos Simões Pereira é ainda especulação. Pelas mesmas fontes, essa esperança não se concretiza, de certeza, na figura do presidente Jomav.

Referências bibliográficas

Bacar, M. 2010. Aspectos multidimensionais da pobreza e suas evoluções entre 2002 e 2008 em Bissau, Bissau: Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Instituto Nacional de Estatística.

BAD/OCDE/PNUD. 2016. Guinée-Bissau. Em Perspectives économiques en Afrique 2016, Villes durables et transformation structurelle. Disponível em :

http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/ocd/development/perspectives-economiques-en-afrique-2016/guinee-bissau_aeo-2016-57-fr#page1

Banco Mundial. 2016. Poverty in a rising Africa, Kathleen Beegle e outros, World Bank Group, Green Pass Initiative, Disponível em: <http://lccn.loc.gov/2016009159>.

Banco Mundial. 2014. Guinea-Bissau Country Economic Memorandum, *Terra Ranka!* a fresh start, Report No. 58296-GW, Setembro. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2015/02/25/000477144_20150225112511/Rendered/PDF/582960CEM0v10G0C0disclosed020250150.pdf

Barros, M. 2016. Entrevista Incerteza política continua na Guiné-Bissau, apesar de novo Governo, Bissau.

Barros, M. et al. 2013. Narcotráfico na trajetória política e institucional em contextos de fragilidade de Estado: o caso da Guiné-Bissau. Em Polet, F. (Coord), NARCOTIC La « Guerre aux drogues» en question, Alternatives Sud, Vol. XX – 2013. Nº 3.

Chabal, P. and Green, T. (orgs). 2016. Guinea-Bissau, micro-state to “narco-state”. C.Hurst & Co. (Publishers) Ltd. London.

Chabal, P. e Daloz, J-P.1999. Africa Works.Disorder as a political instrument. Indiana University Press. International African Institute. UK e USA.

Ceesay, H..2016.”Guinea-Bissau: The “narco state” and the impact on Institutions in Guinea-Bissau and Countries in the sub-Region. Em Chabal, P. and Green, T. (orgs). Guinea-Bissau, micro-state to “narco-state”,C.Hurst & Co. (Publishers) Ltd., London.

CEDEAO (2016), Feuille de Route, Acordo de Conacry. 10 de Setembro.

FMI. 2011. Guiné-Bissau: Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, Relatório do FMI Nº. 11/353.

Forrest, J.B. 2003. Lineages of state fragility: rural civil society in Guinea-Bissau, EUA: Ohio University Press.

Governo. 2015. Guinea-Bissau: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies and Technical Memorandum of Understanding, Junho. Disponível em :

<https://www.imf.org/External/NP/LOI/2015/gnb/062015.pdf>.

Governo.2014. Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 (Terra Ranka), Bissau

INEP, (1996), Guiné-Bissau, 2025, Djitu Tem, Estudos Nacionais Prospectivos a Longo Prazo, INEP/NLTS, Guiné-Bissau

Liga Guineense dos Direitos Humanos. 2008, 2012 e 2016. Comunicados e Relatórios, Bissau.

- Martins, Geraldo. 2015. Entrevista a jornal Última Hora, 02/04/2015.
- Martins, Geraldo, 2018. Desilusão Governação e exercício político durante a IX Legislatura na Guiné-Bissau, edição do autor, Bissau
- M'Bunde, Timóteo Saba. 2016. Problema da Guiné é a redução da política a uma disputa de soma zero, Jornal O Democrata, 25/05/2016, Bissau.
- Mendes, P.R. e outros. 2013. Guiné-Bissau: 40 anos de impunidade. Liga Guineense dos Direitos Humanos. Bissau.
- Ministério da Economia, do Plano e Integração. 2009. Recenseamento Geral da População e Habitação. edição PNUD, UNFPA, ABC, Bissau.
- Nóbrega, A.C.. 2001. A luta pelo poder no PAIGC: a conflitualidade e as crises de liderança, Tese de Mestrado, ISCSP, Lisboa, Portugal
- O' Regan and Thompson. 2013. Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África. Relatório Especial do CEEA N° 2, Junho de 2013, Centro de Estudos Estratégicos de África, Washington, D.C.
- Pequeno, O. 2014. Entrevista a jornal Gazeta de Noticias de 30/01/2014.
- PNUD e Ministério das Finanças. 2007. Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2008-2013. Bissau.
- Ramos-Horta, J.M. 2013. Entrevista a GBissau.com. (consultada em jornais de 27/11/2013).
- Sangreman, C. 2015. Observando Direitos na Guiné-Bissau, educação, saúde, habitação, água, energia, justiça e meios de subsistência. Projeto Observatório de Direitos, ACEP com LGDH e CEesA, Lisboa e Bissau.
- Sangreman, C., Júnior, F., Zeverino G. e Barros, M. (2008) Guiné-Bissau (1994-2005). Um estudo social das motivações eleitorais num Estado frágil, Lusotopie, XV (1)
- Semedo, Odete (org). 2016. Carmen Maria de Araújo Pereira, Os meus três amores, INEP, Kebur, Bissau.
- Silva, Delfim. 2014. Documentos distribuído no Congresso do PAIGC. Bissau.
- União Europeia. 2014. Relatório final da missão de observação eleitoral, Eleições Presidenciais e Legislativas. Guiné Bissau.

Vários. 2016. Jornadas de Reflexão sobre estabilidade, No mistida i estabilidade, ANP 28, - Conclusões e Propostas -. memo. Bissau;

Voz di Paz /Interpeace. 2010. Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo, - Resultados da auscultação nacional. Bissau.

Jornais consultados:

Nô Pintcha, 29/11/2012;10/01/2013;14/03/2013;21/03/2013; 18/04/2013; 11/07/2013; 18/07/2013; 07/11/2013; 21/11/2013; 28/11/2013; 05/12/2013; 12/12/2013; 13/02/2014; 29/05/2014; 05/06/2014; 10/02/2015; 02/04/2015; 09/04/2015; 16/04/2015; 29/05/2015; 02/06/2015; 23/09/2015; 30/11/2015;16/02/2016; 22/03/2016; 31/03/2016; 26/05/2016; 07/07/2016; 27/10/2016; 01/12/2016; 30/11/2017; 13/09/2018; 20/09/2018; 04/10/2018; 06/12/2018; 10/01/2019; 21/02/2019; 02/04/2019; 18/04/2019; 25/04/2019; 16/05/2019; 23/05/2019; 30/05/2019; 06/06/2019; 13/06/2019;

O Democrata,30/11/2012; 07/01/2013;18/01/2013; 19/04/2013; 25/04/2013; 19/06/2013; 22/11/2013; 05/12/2013; 31/01/2014; 13/02/2014; 28/05/2014; 06/02/2015; 07/04/2015; 16/04/2015; 01/06/2015; 23/09/2015; 30/09/2015; 13/01/2016; 11/02/2016;17/02/2016; 24/02/2016; 21/03/2016; 31/03/2016; 25/05/2016; 26/10/2016; 30/11/2016; 01/12/2016; 09/12/2016; 06/12/2017; 10/01/2018; 20/09/2018; 05/12/2018; 31/01/2019; 07/02/2019; 18/04/2019; 25/04/2019; 03/05/2019; 23/05/2019; 30/05/2019; 13/06/2019; 20/06/2019; (versão online em <http://www.odemocratagb.com/>)

Última hora, 23/03/2012; 18/01/2013; 18/04/2013; 24/04/2013; 11/07/2013; 22/11/2013; 28/11/2013; 06/12/2013; 06/02/2014; 13/02/2014; 29/05/2014; 05/06/2014; 05/02/2015; 02/04/2015; 09/04/2015; 09/04/2015; 16/04/2015; 28/05/2015; 03/06/2015; 17/09/2015; 01/10/2015; 15/02/2016; 24/02/2016; 29/03/2016; 26/05/2016;07/07/2016; 27/10/2016; 09/12/2016; 19/10/2017; 07/12/2017; 13/09/2018; 20/09/2018; 06/12/2018; 10/01/2019; 31/01/2019; 07/01/2019; 25/04/2019; 23/05/2019; 30/05/2019; 06/06/2019; 13/06/2019; 20/06/2019;

Donos da Bola, 22/11/2013; 29/11/2013; 05/02/2014; 29/05/2014; 04/02/2015; 02/04/2015; 03/06/2015; 23/09/2015; 01/12/2015; 11/02/2016; 18/02/2016; 25/02/2016; 31/03/2016; 05/04/2016; 27/05/2016; 07/07/2016;07/12/2016;01/12/2017; 13/09/2018; 31/01/2019; 20/06/2019;

Expresso de Bissau, 28/09/2012; 22/03/2013; 22/04/2013; 29/04/2013; 26/11/2013; 02/12/2013; 29/01/2014; 13/02/2014; 02/06/2014;

Gazeta de Noticias, 25/03/2013; 18/04/2013; 30/01/2014; 09/04/2015; 11/02/2016;18/02/2016; 21/03/2016;

Bantaba de Nobas, 18/04/2013; 05/12/2013; 14/02/2014; 08/04/2015; 07/12/2017;

Diário de Bissau, 04/12/2005; 15/1/2016; 06/04/2016; 27/05/2016; 11/07/2016;01/12/2016; 06/12/2018; 29/01/2018; 24/04/2019;

Insular, 24/04/2013;

Baloba Notícias O Futuro, 08/07/2016

Blogs ou páginas de facebook:

Os blogs são um dos meios de divulgação de comunicados e discursos oficiais com muita eficácia já que os jornais não são diários mas sim semanais saindo irregularmente. Mas em geral exprimem posições com pouca fiabilidade com base em boatos ou ideias dos autores, apresentadas como factos verídicos. Neste estudo foram utilizados para consulta de documentos reproduzidos os seguintes blogs ou sites: Ditadura de consenso: <http://ditaduradeconsenso.blogspot.pt/>; O democrata: <http://www.odemocratagb.com/>; Livonildo Mendes Ildo: <http://cienciapolíticagb.blogspot.pt/>; GBissau.com: <http://www.gbissau.com/>; Progresso Nacional: <http://progressonacional.blogspot.pt/>; Novas da Guiné Bissau: <http://novasdaguinebissau.blogspot.pt/>; O máximo: <http://heitor-omximo.blogspot.pt/>; Intelectuais balantas na Diáspora: <http://tchogue.blogspot.pt/>; Ditadura do progresso: <http://ditaduradoprogresso.blogspot.pt/>. Faladepapagaio.blogspot.com;

As páginas on line Guine Docs: http://www.netvibes.com/aclnsc#Guine-Bissau_News_rss e Associação dos Antigos Alunos da Escola Piloto

<https://www.facebook.com/groups/897779200309967/permalink/1059467570807795/> são mais um veículo de difusão de documentos do que instrumentos de expressão pessoal como os anteriores.

Documentos oriundos da Presidência:

Discurso de Serifo Nhamadjo, presidente interino de transição, 24/09/2012

Discurso de fim de ano de Serifo Nhamadjo, presidente interino de transição,2012

Discurso de José Mário Vaz Presidente da República da Guiné-Bissau, na tomada de posse, 23/06/ 2014

Decreto Presidencial 05/2015 demissão do Governo de Domingos Simões Pereira

Decreto Presidencial 06/2015 nomeação de Baciro Dja PM

Decreto Presidencial 02/2016 segunda nomeação de Baciro Dja PM

Decreto Presidencial 12/2016 nomeação de Umaru Sissoko Embaló PM

Discurso de José Mário Vaz Presidente da República da Guiné-Bissau, na ONU, 27/09/ 2018

Documentos oriundos do PAIGC ou de Governos do PAIGC:

Discurso de tomada de posse do Governo resultante das eleições em 2014, 02/07/2014

Discurso do primeiro-ministro por ocasião da apresentação do programa do Governo resultante das eleições de 2014 e do orçamento geral de estado na Assembleia Nacional Popular, 22/09/2014

Carta aberta de Domingos Simões Pereira aos militantes do PAIGC, 02/2016

Carta ao Presidente 02/02/2016

Carta ao Presidente antes da votação do Programa do Governo s.d.

Resolução aprovada em plenário do Comité Central do PAIGC de 26/11/2016

Comunicados de imprensa:

Comunicado 09/09/2015 (PAIGC)

Comunicado 21/11/2015 (UM)

Comunicado 9/05/2016 (PAIGC, PCD, UM, AD, MP e PST)

Comunicado 15/12/2016 (PAIGC, PCD, UM, PUN, MP, PST)

Documentos oriundos do Supremo Tribunal de Justiça, da ANP e doutros partidos com ou sem representação parlamentar:

Comunicado à imprensa de UPG, PDSSG, UNDP, FD, PDG, UDS, LIPE, FLING, PRP, PPD, PP, MP, PADEC, CD, CNA, PDS, Partidos Políticos legalmente constituídos, 27/05/2016, de apoio ao Governo de Baciro Dja.

Assembleia Nacional Popular (2015), Resolução nº 9/2015, de 02 de Abril.

Supremo Tribunal de Justiça (2015), Acórdão 01/2015, de 8 de Setembro.

Supremo Tribunal de Justiça (2016), Acórdão 02/2016, de 5 de Abril.

Assembleia Nacional Popular (2016), Memorando sobre a crise política na Guiné-Bissau, Fevereiro, Bissau.

Supremo Tribunal de Justiça (2016), Acórdão 04/2016, de 14 de Julho.

CEDEAO

Relatório de missão 2/12/2017

Relatório de missão 18/09/2018

Comunicado de missão 30/04/2019

CAPÍTULO 2. A POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL NA GUINÉ-BISSAU – 1974-2016

Carlos Sangreman

(...) o povo não luta por ideias, por coisas que estão na cabeça dos homens. O povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas para obter vantagens materiais para poder viver em paz e melhor, para ver sua vida progredir e para garantir o futuro de seus filhos. Libertação nacional, luta contra o colonialismo, construção da paz e do progresso - independência - tudo isso são coisas vazias e sem significado para o povo, se não se traduzem por uma real melhoria das condições de vida (Cabral, A. 1974: 46).

Resumo

Que políticas económicas e sociais a Guiné-Bissau concebeu e executou ao longo de 42 anos? Que base colonial existia em 1974 que tenha sido um ponto de partida para a governação do PAIGC, partido que tinha acabado de ganhar a guerra contra o regime português também ele próprio derrubado por militares? Com governos e presidentes fortes e fracos, com uma imagem de instabilidade permanente, acusados de favorecer o tráfico de drogas para a Europa, mas com uma paz social relevante para uma região assolada por guerras civis, como se expressou a governação na escolha de modelos económicos e sociais a partir de um ideário construído por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Pedro Pires, Nino Vieira e outros, uns mais guerrilheiros outros mais políticos? São estas as questões para cuja resposta este Capítulo pretende contribuir no seguimento do artigo de Carlos Sangreman, Sousa Júnior, Rodrigues Zeverino e Miguel Barros [Lusotopie, XV (1), 2008]

What economic and social policies Guinea-Bissau was able to design and implement over 42 years? What colonial base existed in 1974 that could be a starting point for the governance of the PAIGC party, which had just won the war against the Portuguese regime he also just shot down by the military? With strong and weak governments and presidents, with an image of permanent instability, accused of favoring drug trafficking to Europe, but with a relevant social peace in an region plagued by civil wars, how expressed governance in the choice of economic and social models based on an ideology built by Amilcar Cabral, Aristides Pereira, Pedro Pires, Nino Vieira and others, some more “combatentes” other more political? These are the questions to which the answer this Chapter aims to contribute following the Carlos Sangreman, Sousa Junior, Zeverino Rodrigues and Miguel Barros article [Lusotopie, XV (1), 2008].

Quelles politiques économiques et sociales Guinée-Bissau a été en mesure de concevoir et de mettre en œuvre depuis 42 ans? Quelle base coloniale existait en 1974 capable d’être un point de départ pour la gouvernance du parti PAIGC, qui venait de remporter la guerre contre le régime portugais, lui-même également vaincu par un coup militaire? Avec les gouvernements et les présidents une fois forts autre fois faibles, avec une image d'instabilité permanente, accusé de favoriser le trafic de drogue vers l'Europe, mais avec une paix sociale pertinente dans une

région en proie à des guerres civiles, comment la gouvernance a exprimée le choix des modèles économiques et sociaux a partir d'une idéologie construite par Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Pedro Pires, Nino Vieira et d'autres, les uns plus combattants d'autres plus politiques? Ce sont les questions auxquelles ce chapitre vise à contribuer aux réponses suivant l'article Carlos Sangreman, Sousa Junior Zeverino Rodrigues et Miguel Barros [Lusotopie, XV (1), 2008]

Introdução

O objecto de análise deste Capítulo são as políticas económicas e sociais seguidas pelos diferentes governos guineenses desde 1974 até 2016, com um apontamento para o período colonial anterior no século XX, como foram concebidas, aprovadas e postas em prática.

Elaborámos uma periodização das políticas económicas e sociais em cinco períodos:

- 1) as políticas coloniais, até 1974
- 2) os planos de desenvolvimento de iniciativa nacional, 1974 - 1986
- 3) as políticas de ajustamento de iniciativa FMI/BM, 1986 - 1998
- 4) as tendências caóticas na governação, 1998-2003, 2005-2007 e 2012-2014
- 5) as políticas de recuperação, 2004 – 2005, 2008-2012 e 2014 - 2015

A justificação desta periodização utiliza como critérios principais o modo e as entidades que definem a governação do país, a estratégia existente da política económica e social, o papel do Estado, do mercado e da participação das populações na conceção e execução dessas políticas:

O período das políticas coloniais, até 1974

Num período abrangido pelos séculos XV a XIX as medidas tomadas procuraram assegurar condições para o apoio à navegação de mercadorias e escravos, num território cujo poder político pertencia às chefias das diferentes etnias, com graus de organização diversos e em relacionamento frequentemente conflituoso entre si e com os europeus em guerras ou conflitos que se mantiveram permanentemente (Amado, L., 2011, Nóbrega, A.C., 2001, Mendy, P.K., 1994, Pélissier, R., 1989).

Em 1886, a Conferência de Berlim, ao fazer prevalecer o critério da ocupação efetiva do território, levou à necessidade de Portugal conquistar terras, quebrando a relação existente com

os reinos locais de tributos, trocas, alianças em guerras e de ocupação de alguns postos fortificados sobretudo em Cacheu e Bissau.

Essa necessidade levou às campanhas de "pacificação ou de ocupação" no início do século XX, que terminaram com a derrota das chefias locais, depois da guerra dirigida pelo capitão João Teixeira Pinto em 1913-15 com um exército formado por portugueses, um regimento de cuanhamas, vindos expressamente de Angola, e guineenses de etnias aliadas (onde se salientou o chefe e depois régulo de Oio, Abdul Injai) que chegou a reunir para a última contra os grumetes e papéis um total de 1600 homens e 109 cavalos (Relatório de Teixeira Pinto ao Governador). Na metrópole colonizadora, segundo os relatórios de Teixeira da Mota de 1954, publicados no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa⁷, somente depois de 1926 passou a haver estabilidade política suficiente para que a legislação sobre os territórios africanos fosse aprovada e cumprida.

O conjunto de legislação dos anos 1920 e 30⁸ demonstra que se procurou estruturar a administração com a criação ou reforço de serviços como as Alfândegas, Registo Civil, Agricultura e Florestas, Veterinária, Indústria, Telégrafo e Correios, Obras Públicas e Minas, Saúde, Justiça, Instituto de Seguros, etc.. (vide Anuário da Guiné Portuguesa, 1946, org. Fausto Duarte), especialmente nos anos dos mandatos dos governadores Velez Carço⁹ (1921-1926), Vaz Monteiro (1941-45) e Sarmiento Rodrigues (1945-49) e, no período que se inicia com os trabalhos de Horta, P. (1965) para o IIIº Plano de Fomento Português. Tal é igualmente ilustrado por documentos como os artigos de Mendes, F. (1969-1971), sob o título genérico "Problemas e Perspectivas do Desenvolvimento Rural na Guiné" ou o programa conhecido pelo título "Por uma Guiné Melhor" do governador António Spínola, elaborado entre 1972 e 1973.

As medidas dos governadores começaram por se orientar para o apoio à agricultura, com a introdução de sementes melhoradas de arroz, alfaías agrícolas e tração animal. Procuraram obrigar as populações a cultivar produtos que fossem comercializáveis externamente por Portugal, diversificando a produção e criando uma dúzia de estações agrícolas experimentais, as granjas. Procuraram ainda controlar as queimadas e obrigar a uma plantação sistemática de árvores, como meio de aumentar a produção de madeira. O primeiro desses governadores chegou mesmo a conceber uma estratégia de desenvolvimento assente em três pontos: a) construção de grandes unidades agro-industriais de processamento de óleo de palma,

⁷ Disponíveis em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/BCGP.aspx>

⁸ Antes do século XX vale a pena referir a ação de Honório Pereira Barreto que entre 1813 e 1859 exerceu três mandatos em Cacheu e cinco em Bissau, na organização [militar](#), [administração](#), [comércio](#), [colonização](#) e até nas [missões religiosas](#), procurando reformar a administração, e desenvolver a instrução, a saúde, a agricultura e o comércio ainda na época da escravatura e da disputa de território, na sub-região da hoje Senegâmbia, entre portugueses, ingleses e franceses,.

⁹ O governador Jorge Velez Carço, procurou implementar as primeiras medidas de longo prazo nas alianças do poder colonial com os poderes locais, em particular no quadro étnico-religioso privilegiando as alianças com os muçulmanos, nomeadamente fulas, bem como estabelecer acordos de paz com os Bijagós.

descasque de arroz, tratamento de algodão e fabrico de álcool e açúcar de cana, com instalações industriais no Ilhéu do Rei de descasque de arroz e mancarra e estaleiro naval, bem como 36 “casas de comércio” em todo o país; b) grandes plantações de borracha e árvores de fruto; c) plantações médias para produção de arroz e cajú. (O cajúeiro já existia no país, mas é Sarmento Rodrigues que ordena a constituição de plantações em Bolama e Quinhamel neste período). Foi também neste período 1958 – 1960, que Mário Oliveira e a equipa da Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar de Portugal, elaboraram o 1º Plano Director da cidade de Bissau.

A política económica incidiu sobre a concessão de monopólios de comércio e produção a firmas como a Casa Gouveia (ligada à CUF- Secção África), a Sociedade Comercial Ultramarina (ligada ao BNU), Mário Lima, Ed. Guedes Lda., Aly Souleimane, Barbosa e Comandita e aos franceses da CFAO, SCOA e Nouvelle Societé Commerciale Africaine, e através de facilidades de comércio e produção a famílias como os Nozolini, Pereira Barreto, Carvalho de Alvarenga, etc..

No segundo momento referido, desde 1965 a 1973, Picado Horta, preconiza a necessidade de integração progressiva dos sectores tradicional/rural e moderno/urbano, apoiando-se em polos de desenvolvimento agro-industriais, agrícolas e industriais e num esperado efeito de arrastamento desses polos sobre o sector tradicional. As medidas concretas deveriam ser a formação de empresas agrícolas capitalistas e cooperativas na pecuária, crédito à produção agrícola e centros de desenvolvimento regionais articulados com uma planificação central e estatal (Horta, P., 1965); definem uma estratégia de desenvolvimento baseada em cinco pontos: apoio à iniciativa privada; defesa da função social do capital; valorização do fator trabalho; ordenamento territorial e sectorial; intervencionismo ponderado.

Os objetivos prioritários dessa política económica e social eram: - acelerar a taxa de crescimento do produto por pessoa; - aproveitar os recursos naturais existentes com a introdução de novas técnicas de exploração; - expandir as atividades do sector agrícola (incluindo a silvicultura, pesca e pecuária) e do sector industrial; - procurar melhorar o saldo da Balança Comercial pela maior diversificação e aumento do valor acrescentado dos produtos exportados e substituição de importações por produção local; - aumentar a qualificação e produtividade da mão-de-obra pela melhoria da escolaridade e melhoria das condições higiénicas e sanitárias da população.

Essa estratégia tinha componentes menos prioritárias (ou subsidiárias como são designadas do documento) como o aumento da monetarização da economia, a aceleração da "passagem da economia de subsistência à produção de excedentes comercializáveis" (op. cit.: 50) o aumento da capacidade de financiamento interno do investimento através do incentivo à poupança e da reestruturação das instituições de crédito, reintegração da população marginalizada, reestruturação de serviços e mecanismos de comercialização.

Independentemente de possíveis juízos sobre a correção e eficácia dessa estratégia económica e social, as condições políticas de execução não existiam, dada a existência da guerra de libertação, nunca mencionada diretamente no documento.

A revolução de Abril de 1974 em Portugal, decorrente de um golpe de Estado militar que pôs fim ao regime político, leva ao reconhecimento da independência da Guiné – Bissau e à entrega formal do poder político ao PAIGC (que já tinha declarado a independência unilateralmente em 1973).

Durante a guerra, o PAIGC reivindica a criação de estruturas administrativas, jurídicas, sociais e culturais, para além das militares e políticas, nas zonas onde o exército português não conseguia impor a autoridade colonial, como a criação de unidades de saúde nas tabancas e de escolas nas tabancas das zonas libertadas, internatos, Escola Piloto e Instituto Amizade (Koudawo, F., 1996). Mas não pensamos que se possa afirmar existirem condições organizacionais, físicas e humanas para que as medidas tomadas fossem consideradas um conjunto de políticas económicas e sociais. Eram sim medidas de governação em tempo de guerra, orientadas para o apoio aos guerrilheiros em ação e para a motivação da população, através de um tipo de práticas que o partido pensava implementar após a independência.

O período dos Planos de Desenvolvimento de iniciativa nacional, 1974 - 1986

A guerra pela independência terminada em 1974 encontrou o país com um grau de desenvolvimento extremamente baixo, sejam quais forem os indicadores utilizados; isso significa que as estruturas físicas, os recursos humanos e financeiros não permitiam um processo autónomo de acumulação para uma estratégia de desenvolvimento acelerado, tendo sempre que recorrer a grandes ajudas externas.

O III Congresso do PAIGC em 1977 definiu orientações de política económica, que o governo acatou, quanto ao modelo de desenvolvimento a seguir. Sob o lema genérico do "fim da exploração do homem pelo homem" pretendia-se a "Reconstrução Nacional" com prioridade para a agricultura, infraestruturas e pequena indústria, educação e saúde.

Mas a industrialização, as infraestruturas de transportes e comunicações e a administração pública do país (centralizada em Bissau) foram na prática os sectores prioritários, através de um programa de investimentos públicos, com secundarização da agricultura.

Configurou-se uma estratégia de desenvolvimento com um modelo político de centralização da governação no aparelho central do Estado, com a formação de um Sector Empresarial de Estado pela estatização das empresas comerciais, industriais, de transportes e serviços financeiros existentes e a criar, optando-se assim por um modelo de política económica

e social onde o Estado e o Partido único assumiam um tipo de governação com detenção do papel de dinamizador e agente executor exclusivo, apoiado no financiamento externo.

Nem mesmo o golpe de Estado de Novembro de 1980 que levou ao fim do projeto de união com Cabo Verde alterou a política seguida.

A Política Industrial, para a qual o Plano Quadrienal de 1983-86 refere um investimento de mais de 50 % em Bissau, segundo o Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano (1980), teve uma rentabilidade muito baixa, quer pela falta de quadros técnicos e de gestão, quer pela falta de matérias-primas nacionais, ou pelos erros de planeamento da dimensão e tipo de unidades instaladas. O exemplo de uma fábrica de descaroçamento de algodão com capacidade para doze mil toneladas/ano quando a produção nacional andava pelas mil e quinhentas, inserida num enorme complexo agro-industrial - Cumeré - que tinha capacidade para tratar 70 mil toneladas de mancarra e 50 mil de arroz quando no país “só se comercializa cerca de 30% daquelas quantidades” (Lopes, C., 1986); uma linha de montagem Citroën completamente dependente do exterior e que produziu entre 1979 e 1984, 407 carros com uma marca - Nhai -, atingindo o preço final da unidade um valor superior à importação do mesmo tipo de veículo da Europa (Padovani, F.,1991).

Como Hochet, A. (1983), escreve "num dos sectores melhor abastecidos o conjunto de armazéns do Estado (Armazéns do Povo, retalhista, e Socomi, grossista) receberam em 1979, em média por habitante, 6,47 kg de arroz, 0,775 kg de açúcar, 0,08 l de óleo alimentar de amendoim e 0,13 l de petróleo para iluminação", muito insuficiente para servir de principal veículo de abastecimento.

A Política Agrícola neste período, como afirma Schwarz, C. (1989), limitou-se, nos primeiros anos, a uma procura de soluções à medida que os problemas surgiam. A partir de 1977 reforçam-se as infraestruturas centrais com a organização de gabinetes e departamentos técnicos, de estações de pesquisa e produção de sementes e iniciam-se projetos integrados de desenvolvimento agrícola em zonas interiores do país. Nesse período há uma divulgação da pequena mecanização na produção.

A Política Comercial, estatizada e com controles militares nas regiões (que funcionavam como autênticas fronteiras, impeditivas da livre circulação de pessoas e bens), e a Política de Preços, assente na sua definição político - administrativa por parte do Governo (sem atender ao equilíbrio entre oferta e procura dos mesmos nem ao preço dos correspondentes produtos nos países vizinhos), levou a uma paralisação da atividade dos privados e a uma escassez de bens de consumo, sobretudo no meio rural, crescendo o mercado paralelo e as atividades comerciais ilegais com os países vizinhos, para troca de produtos agrícolas por outros bens de consumo. As empresas que compunham o Sector Empresarial do Estado estagnavam, enfrentando permanentemente a falta de peças, de energia e combustível. Segundo Forrest, J.B. (1992), a capacidade instalada nessas empresas foi utilizada em média apenas em 20 - 25 %.

Para os militares existiu em todos os governos um Ministério ou uma Secretaria de Estado de Antigos Combatentes da Liberdade da Pátria¹⁰, com função de reintegração na vida civil e apoio a militares diminuídos pela guerra. Mas os antigos combatentes não tinham em geral habilitações que lhes permitissem ocupar eficazmente os lugares de funcionalismo em Bissau nem mesmo de se tornarem empresários e contribuíram pouco para o novo equilíbrio social e político do sistema. Pelo contrário, os governos sucessivos foram diminuindo o apoio aos projetos para melhorar as suas condições de vida, fosse no orçamento geral do Estado ou na afetação de fundos da ajuda externa, originando situações de descontentamento nas vésperas do golpe de Estado de 1980, e que se repetiram em 1998.

Nas relações com o resto do mundo, a Política Cambial de sobrevalorização da moeda nacional agravou o desequilíbrio da Balança Comercial, cujas exportações passaram de 14 % das importações em 1976, para 34 % em 1977 e 18,5 %, em 1980.

A Política Fiscal e Orçamental permitiu que as despesas governamentais nominais crescessem, entre 1977 e 1981, a uma taxa anual média de 19 %, enquanto as receitas cresciam a 14 % ao ano, segundo o FMI em 1984. Chegou-se a uma situação em que as receitas internas cobriam apenas 50 % das despesas correntes do governo e uma percentagem nula das despesas de investimento. O desequilíbrio orçamental, contribuiu assim para um maior agravamento da situação, esgotando o modelo seguido.

No mesmo período, no Sector Financeiro, a Política Monetária permitiu que o crédito ao governo crescesse em média 45 % ao ano, financiando o déficite fiscal e gerando inflação, que passou de 9,0 % em 1977, para 20 % em 1980 e 25 % em 1981, segundo a SEPCI (1983). A dívida externa aumentou permanentemente, não só em valor absoluto, mas também em percentagem do PIB, assumindo, no período imediatamente a seguir à independência, um peso que iria dificultar a disponibilização de recursos para a execução interna das políticas aprovadas, fosse qual fosse o ritmo de desembolso de juros e capital.

As medidas de Política Social, no que respeita ao Sector da Educação e Formação, tiveram a colaboração de uma equipa que incluiu o pedagogo brasileiro Paulo Freire. O objetivo foi o de organizar um sistema de ensino para todos, que ligasse os estudos ao trabalho, pela participação de estudantes em atividades agrícolas em granjas, pecuária ou pequenas hortas. Como aspeto específico cite-se a Política de alfabetização de adultos e das forças armadas. Tal política pretendia continuar a prática das escolas nas zonas libertadas. Mas, após uma forte afluência escolar, foi perdendo aceitação junto da população, quer pela falta de materiais e instalações, quer porque as famílias viam no ensino uma atividade elitista, cujo calendário entrava em conflito com a necessidade dos jovens participarem no trabalho agrícola e que os afastava dos trabalhos pesados do campo e do controle dos mais velhos. É pelo menos assim

¹⁰ Que tal como noutros países em vários continentes, se tornou um grupo social com identidade específica ao tornar hereditária a condição de “antigo combatente”.

que Rosemary Galli, em 1987, interpreta a evolução crescente até 1977-78 e decrescente a partir desse ano, do número de alunos no ensino primário, no período 1976 - 1980.

A Política Social teve outra componente importante que foi a organização do sistema de saúde, a partir das estruturas essencialmente urbanas deixadas pelo colonizador e daquelas que existiam nas zonas rurais libertadas. Em 1976 foi elaborado um Plano Nacional de Saúde, com farmácias de tabanca, Unidades de Saúde de Base, Hospitais de Sector, Regionais e Nacionais. Os objetivos expressos eram a cobertura do país, pela descentralização dos serviços, a formação de pessoal, o acesso a medicamentos, vacinação e a prevenção sanitária. Toda a implementação do sistema ficou a cargo do Estado, inclusive a comercialização farmacêutica. A assistência técnica externa (francesa, italiana, holandesa, cubana, chinesa continental, chinesa Taiwan e soviética, com execução de muitas ONG estrangeiras e nacionais depois de 1991) tomou a cargo os principais centros, enquanto não existia pessoal nacional com capacidades para o fazer. A metodologia delineada implicava a formação feita nas aldeias, a responsabilização coletiva das mesmas e a fusão entre a medicina moderna e a tradicional. Galli, R.E e Jones, J. (1987) concluem a sua análise da política definida e praticada no sector, escrevendo que o programa de saúde, e a atuação do ministério correspondente, foram a definição e prática de políticas que mais beneficiaram a população, embora com a tendência para desenvolver os aspetos mais modernos em Bissau, e os de prevenção no resto do país, através de um desigual investimento e desigual concentração de pessoal mais especializado.

Refira-se, como conclusão deste período, a opinião de Jao, M. (1994), ao afirmar que a incoerência do discurso teórico quando confrontado com a prática do governo foi o germe de uma proliferação de projetos de desenvolvimento por todo o território, de forma descontrolada, que afetou decisivamente a eficácia da política económica e social desse período.

A lógica dos Planos de Desenvolvimento, privilegiando o longo prazo em detrimento dos equilíbrios de curto prazo, foi criando uma situação para as famílias que não correspondia às expectativas criadas pelo programa e discurso do PAIGC, partido do poder, manifestando-se sobretudo na falta de abastecimento de bens de consumo e na qualidade inferior dos sistemas de educação e saúde em construção.

Os participantes do Iº Congresso Extraordinário do PAIGC, em 1981, e o Programa do Governo Provisório do período posterior ao golpe de 14 de Novembro de 1980, procuraram retomar uma governação que consideravam ser a retificação de erros e desvios da linha que o partido tinha aprovado no IIIº Congresso "normal": a prioridade à agricultura e a articulação da agricultura - indústria com o sector de serviços, particularmente o comércio. Afirmavam objetivos como "Controle e gestão planificada da economia" a par de "Incentivos e apoio às iniciativas populares" e "Estímulo às iniciativas privadas". No documento do Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano-CECEP, 1980, referia-se a intenção de elaborar o

Primeiro Plano Quadrienal 1983/1986, como "quadro fundamental de referência utilizado pelo Governo como meio de organização e funcionamento da atividade económica".

O modelo de governação do país manteve as funções do Estado, com a intervenção seja na atividade económica seja nas áreas sociais. O partido PAIGC continuava como força dirigente única, embora o seu âmbito territorial fosse agora somente o território da Guiné – Bissau, abandonando o objetivo de um Estado binacional com Cabo Verde e perdendo a palavra União na designação oficial do Partido.

Essa estratégia concretizou-se num I ° Plano de Desenvolvimento para 1983-86, que incluía uma definição de um Programa de Investimento Público (PIP) e, numa primeira fase, um Programa de Estabilização Económica (PEE), para 1983-84, (aprovados em finais de 1982, como refere o SEPCI, 1983, com o apoio das organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial). Foi a conceção de uma política de ajustamento e estabilização com controle nacional.

Os sectores prioritários definidos no PIP eram o desenvolvimento rural, florestas/madeiras, pescas e minas; os sectores de "apoio principal" englobavam a hidráulica, os transportes, as telecomunicações, o comércio e a administração; nos chamados sectores sociais agrupavam-se a educação, saúde, juventude e desportos, combatentes da liberdade da pátria, informação e cultura, e urbanismo; o conjunto de sectores considerado menos prioritário incluía as obras públicas, a indústria, a energia e o turismo. Essa definição de sectores mantinha a prioridade ao sector autónomo da cidade de Bissau, com 24 % do total financiado.

Os eixos básicos da política económica do PEE eram os seguintes: eliminação dos desequilíbrios entre a produção e o consumo, através de medidas de saneamento da situação económica e financeira; a reorganização do sector público e o impulso ao sector privado com a liberalização dos circuitos comerciais e económicos; a definição de critérios para uma melhor utilização da ajuda externa; e manutenção do controlo da economia por parte do Estado, que, nomeadamente, continuava a executar o PIP, embora com uma redução global, de forma a corresponder à capacidade de gestão existente. Os objetivos de estabilização implicavam que a governação prosseguisse com políticas orçamentais e cambiais de controle da despesa do Governo, incluindo os salários, as admissões dos funcionários públicos e a desvalorização da moeda nacional.

O objetivo de equilíbrio orçamental originou uma Política Fiscal que promulgou um novo Código de Impostos com aumento de impostos sobre tabaco, álcool e combustíveis, como meio de aumentar as receitas fiscais.

O objetivo de equilíbrio da Balança de Pagamentos levou a uma negociação da dívida externa, tendo como objetivo uma redução de 31.6 % do montante total, o reescalonamento de 55 % e alargamento do período de graça para cinco anos, de acordo com Handem, D.L. (1987).

O objetivo estratégico de apoio ao sector agrícola concretizou-se sobretudo numa Política Agrícola de continuação da ação anterior de divulgação de técnicas e sementes melhoradas a partir de Contuboele e Caboxanque, planos integrados apoiados em projectos como o de Algodão e Amendoim (União Europeia e França), arroz no Vale do Geba (FAO e USAID), os programas de desenvolvimento rural integrado de Cacheu, Biombo e Oio (Suécia), complementada com o aumento dos preços ao produtor, procurando corrigir os valores dos preços relativos urbano/rurais.

Mas em 1984 o documento preparatório do Plano Anual afirmava "O novo agravamento da situação económica ocorrido em 1983 (...) Do ponto de vista económico e financeiro, o ano de 1983 não registou qualquer progresso na via da estabilização." A Política Comercial e de Preços não reduziu, nos dois primeiros anos, as diferenças substanciais entre o preço no produtor agrícola e o preço no consumidor, nem permitiu um abastecimento regular dos mercados onde subsistiram preços muito diferentes, devido ao frequente esgotamento dos stocks oficiais; a Política Cambial de desvalorização deslizante pouco melhorou o mercado paralelo de divisas, como se pode verificar pelo crescente diferencial entre o câmbio oficial e paralelo¹¹, e pelos desequilíbrios da Balança comercial e do Orçamento.

As razões de tal insucesso, de acordo com os autores do Plano (Ministério do Plano, 1984), têm a ver com o atraso na concessão de fundos de ajuda externa à Balança de Pagamentos, à segurança alimentar, e também com a lentidão das reformas na Administração do Estado, que manteve a sua ineficácia, no que respeita à capacidade em recursos humanos técnicos, médios e superiores, de levar à prática as decisões políticas do governo ou partido. Ou seja, quatro anos depois do golpe de 14 de Novembro, a governabilidade, a incapacidade de execução das instituições públicas era referida como uma das causas centrais do insucesso no desenvolvimento do país.

O Orçamento do Estado continuou deficitário, com os ministérios a fazerem uma gestão da sua área de competências desajustada às prioridades e às verbas de que legalmente dispunham, fazendo crescer a dívida interna e enfraquecendo as empresas públicas. O saldo orçamental negativo continuou a ser financiado por crédito do banco central ao governo, num processo gerador de inflação, e logo de deterioração do poder de compra das populações.

Quanto ao Sector Empresarial do Estado, o funcionamento deficitário das empresas estatais manteve-se. Segundo o FMI entre 1985 e 1988 de 18 empresas públicas, nove tiveram sempre resultados negativos (Cicer, Folbi, EAGB, Guinave, Guinémetal, Fábrica Oxigénio, Soguiपाल Silo Diata), cinco sempre positivos (Dicol, CMV, Fábrica Espuma, Interloja e Hotel 24 de Setembro) e quatro tiveram positivo em 1985-86 e negativo em 1987-88 (Socotran, Blufo, Titina e Cerâmica Bafatá). A produção agrícola melhorou, mais em função dos fatores

¹¹ Entre 1978 e 1985 o arroz (produto base da alimentação da população) o diferencial de preços entre mercado oficial e paralelo oscilou entre 1,69 e 2,0 (Ministério da Economia e Finanças).

climáticos do que da Política Agrícola, tendo o défice em cereais duplicado de 1982 para 1983 segundo Handem, D.L.(1987).

A Balança Comercial manteve o saldo negativo ao nível dos anos anteriores, com uma taxa média de cobertura das importações pelas exportações de 19,2 % nos anos 1980-1985. A Dívida Externa cresceu de 107,5 milhões de dólares em 1981, para 284,8 em 1985, tornando-se o serviço da dívida superior ao total das exportações e impossível de pagar.

O Governo, perante a constatação da fraca eficácia da governação decidiu-se pela continuação das medidas de Estabilização em 1986, num Plano Anual. Podemos concluir, para o período de 1983 - 86, que as intenções do Plano de Desenvolvimento, de realizar uma primeira fase de estabilização de curto prazo, seguida por políticas de desenvolvimento de médio e longo prazo, se goraram. Não se chegou a cumprir a primeira fase, mantendo-se a necessidade da prioridade às medidas de estabilização por todo o período e os resultados ficaram longe das previsões.

No entanto, a conceção da execução da política económica e social por parte do governo mantinha-se igual, pelo menos nos documentos oficiais. O Plano Anual de 1986 estimava um crescimento médio, entre 1983 e 1986, de 6.4 % e não considerava os desequilíbrios que referimos como decisivos para uma avaliação da política praticada.

O Governo anunciava o "forte impulso nos trabalhos do IIº Plano Nacional de Desenvolvimento" para início de execução em 1988. Igualmente se confirmava a direção do PAIGC sobre a governação, e portanto sobre a estratégia económica e social a seguir, ao afirmar-se nas conclusões da reunião da Comissão Nacional do Plano, de Abril de 1986, que o IV Congresso, marcado para Novembro 1986, é "a instância própria para a sua aprovação".

O período das políticas de ajustamento de iniciativa das organizações internacionais FMI e Banco Mundial, 1986 - 1998

Todo o processo de preparação do IIº Plano Nacional de Desenvolvimento obedeceu às orientações do PAIGC de "melhoramento do bem-estar da maior parte da população e desenvolvimento das capacidades de controle social de todo o nosso povo". A estratégia de desenvolvimento sintetiza-se na afirmação do mesmo documento: "Consolidação da estabilização e obtenção do equilíbrio das operações correntes, no quadro de uma política principalmente centrada no desenvolvimento das zonas rurais".

O documento demonstra bem a consciência que o governo tinha da prudência que se tornava necessária para esta alteração estratégica quando escrevia: "convém evitar passar do "tudo público" ao "tudo privado"; Santos, M. (1989) afirma "A única solução é efetivamente monetarizar de forma total a economia e transformá-la numa economia regida pelas leis do

mercado”. O desenvolvimento incontrolado do sector privado poderia provocar um aumento excessivo das desigualdades e principalmente uma desestruturação da economia rural que se “traduziria num êxodo rural importante” (op.cit.).

Era claro que o PAIGC queria a estratégia da governação com a diminuição do peso do Estado na economia, alguma liberalização da atividade privada e restrição do número de bens com preços fixados administrativamente, no consumidor e no produtor, num quadro de equilíbrio entre posições mais pró-mercado e uma maioria ainda muito reticente em abandonar a planificação central, que assegurava um domínio mais completo sobre os recursos aos membros do partido único.

Mas as organizações internacionais faziam uma leitura mais radical dos insucessos até aí verificados, traçando um cenário de catástrofe para 1992, caso se continuasse com o ritmo e modo de aplicação das políticas que tinham originado a situação na altura. Ou seja, os técnicos do FMI e do BM não punham em causa o tipo de políticas aprovadas, mas sim a governação que aceitava taxas de insucesso significativas em nome de uma capacidade técnica, social e política muito baixa de absorção das mudanças, que o próprio Congresso do PAIGC tinha reconhecido como necessárias.

Assim apresentaram uma proposta de política económica consistindo num Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural 1987 – 1989, depois prolongado até 1993, com mudanças em relação à lógica prevalecente nos documentos de preparação do IIº Plano Nacional de Desenvolvimento. Essa proposta, de acordo com o Doc. Confidencial Nº6361 – GUB do Banco Mundial e reuniões em Bissau com a delegação técnica da mesma instituição definia "a estratégia de desenvolvimento baseada em três componentes essenciais": (i) alterava o papel do Estado, aumentando o da iniciativa privada, considerada o motor do desenvolvimento e confinando o sector público ao fornecimento de infra-estruturas básicas de apoio à produção e às exportações. (ii) procurava orientar a produção agrícola para produtos que fossem exportáveis, em prioridade sobre aqueles destinados só ao mercado interno, consoante as vantagens comparativas do país. (iii) definia uma estratégia financeira para mobilizar os recursos externos necessários à estabilização e ao crescimento.

Os sectores prioritários eram a Agricultura, Comércio, Transportes e Serviços Financeiros, em contraste com o Desenvolvimento rural, Florestas/Madeiras, Pescas e Minas do bloco prioritário do Iº e IIº Planos. A diferença entre a estratégia de políticas económicas e sociais do Iº e IIº Planos e a proposta do FMI/BM, reside no facto do governo continuar a pôr numa prioridade alta os sectores cujos objetivos de desenvolvimento só seriam realizáveis a médio e longo prazo.

O IVº Congresso do PAIGC, realizado em Novembro de 1986, procurou conciliar as duas orientações referidas, fazendo um apelo a que os diferentes agentes, e "camadas sociais" contribuíssem para "o desenvolvimento económico e social no quadro de uma economia mista

onde participarão todos os agentes económicos"(...)”regida essencialmente pelas leis do mercado...”.(Conclusões do IV Congresso, Capítulos II e IV) numa procura de um desenvolvimento simultâneo do "sector privado, estatal e as formas associativas e populares de produção", salientando todavia a necessidade de uma política prudente quanto "aos graus de uma possível privatização". Mas os dirigentes assumiam, pela primeira vez e com muita resistências, que não era o poder nacional a definir a política económica e social de desenvolvimento, mas sim os financiadores externos.

Todo o quadro de falta de rigor na aplicação das políticas orçamentais e monetárias (PNUD,1997) levou à suspensão do apoio do FMI em 1991 e a sua retoma em 1993, como “Programa Sombra”, destinou-se a criar condições para a assinatura de um acordo de ajustamento, o Programa de Ajustamento de 1994- 97, que assumiu a forma de “Documento Quadro de política económica e financeira a médio prazo (1994–1997)”, e foi aprovado pelo FMI em Janeiro de 1995.

O Programa de Investimento Público 1995-1997 assume um papel mais significativo: "Com o abandono do Segundo Plano Quadrienal de Desenvolvimento, o Programa de Ajustamento Estrutural conferiu uma certa prioridade ao Programa de Investimentos Público (PIP), apelidado a partir de 1995 de Programa Nacional de Desenvolvimento (PDS), que passou a ser utilizado como instrumento de programação e de seguimento dos investimentos, permitindo uma programação mais realista, que tomasse em conta as capacidades reais de absorção e de execução do País". Sanhá, I. (1993) elege mesmo o PIP como o instrumento privilegiado para a definição da política de desenvolvimento na Guiné – Bissau.

Realce-se neste período a elaboração dos “Cenários Prospectivos“ (NTLSP), e do “Guiné – Bissau 2025 Djitu Tem”¹² com documentos elaborados entre 1994 e 1997 por uma equipa coordenada pelo INEP, como uma iniciativa com grande componente técnica nacional, e apoio financeiro do Governo Holandês no quadro de um exercício realizado pelo PNUD em vários países. Tratou-se de tentar definir a nível interno, o leque dos seus próprios objectivos, estratégias e resultados esperados, num texto tipo de enquadramento de grandes opções, incluindo as de possíveis conflitos armados.

Em conclusão, a partir de 1987 e até 1997, o país evolui para um novo quadro de elaboração e decisão de toda a política económica e social, constituído pelas seguintes componentes: • programas de governo, que tendencialmente são constituídos por listas de dezenas de intenções sem qualquer relação com financiamentos, recursos humanos ou organizações e estruturas de execução; • cartas de intenções assinadas com o FMI, onde se estabelecem as condições e metas de estabilização para desbloqueamento de tranches dos financiamentos acordados; • programas de ajustamento, como documentos de estratégia

¹² Que foi tomado como referência de orientações estratégicas para o desenvolvimento até 2014, como veremos adiante.

exigidos pelas organizações internacionais, como “Guiné - Bissau: uma prescrição para um ajustamento global (1987 – 1992)”, substituído pelo “Documento Quadro de política económica e financeira a médio prazo (1994 – 1997)”, e, no período seguinte, pelo “Documento de Estratégia Nacional de Apoio à Redução da Pobreza” (DENARP); • projectos com verbas significativas que, até 1997, estiveram referidos no PIP/PND, com diferentes financiadores, que concretizam a execução dos programas de ajustamento nalguns sectores, como o Projecto Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), o Projecto de Apoio à Educação Básica (Firkidja) para a educação primária e pré primária, o Projecto de Desenvolvimento de Infraestruturas para as rodovias, saneamento, pontes, etc., e os programas cuja elaboração foi finalizada apenas no período seguinte, como o Programa de Apoio às Capacidades de Boa Governação e o Programa de Desmobilização, Reintegração e Reinserção de ex-Combatentes (PDRRI), que, embora existam documentos preparatórios anteriores, só foram aprovados após o conflito de 1998-1999.

Os períodos de predominância de tendências caóticas na governação, 1998-2003, 2005-2007 e 2012-2014

O conflito militar entre 1998 – 1999, com causas seja em problemas políticos de longo prazo, como a luta pelo poder dentro do PAIGC ¹³e a desmobilização dos antigos combatentes da guerra pela independência, seja em problemas agravados com a liberalização económica - como o crescente fosso de rendimentos e nível de bem-estar entre os oficiais próximos do poder e os outros combatentes (Koudawo, F., 2001; Rudebeck, L. 2001; Nóbrega, A.C., 2001; Fadul, F., 2002) - teve consequências sérias na destruição de infra estruturas, na baixa de produção económica em geral e na da exportação em particular. Entrou-se numa situação de depressão económica e social.

O PNUD, em 2000, nos documentos preparatórios da IIIª Conferência da ONU sobre os Países Menos Avançados, refere explicitamente que, se os indicadores económicos nas vésperas do conflito apresentavam sinais bastante positivos, “a guerra (...) contribuiu para aniquilar uma boa parte dos avanços económicos e deteriorar ainda mais a já precária situação dos sectores sociais”. O mesmo tipo de referência faz o FMI em 2002 acrescentando que a deterioração do equipamento e mobiliário das instituições foi muito afetado e repostado lentamente. Na prática só com o Governo de Carlos Gomes Júnior em 2004 – 2005 se pode considerar haver uma primeira recuperação pós conflito.

O Governo de Unidade Nacional (GUN), que toma posse em Fevereiro de 1999, já com eleições marcadas para Novembro do mesmo ano, centraliza a sua política económica e social

¹³ Sobre as quais se sabe muito pouco. Veja – se Pereira, J.A. (2014) que utiliza como uma das fontes primárias os ficheiros da PIDE sobre a guerra na Guiné.

na reconstrução de infra estruturas e parque habitacional e na retoma da ajuda internacional para manter a paz, promover a reconciliação nacional e estimular a retoma económica. Esse Governo elaborou um Plano de Emergência que apresentou a uma Mesa Redonda de Doadores em Genebra em Maio de 1999, e uma Carta de Intenções ao FMI em Agosto do mesmo ano, que funcionou como Programa de Governo. As medidas propostas procuraram ser uma continuação do Programa de Ajustamento que tinha sido negociado dois meses antes de começar o conflito, fazendo apelo ao apoio do FMI com os mesmos instrumentos de financiamento.

Há assim uma tentativa de recomeçar a política económica e social numa linha de continuidade em relação ao período anterior ao conflito, mas com uma iniciativa de governação nacional mais clara. A situação da duração curta prevista do Governo implicou que as políticas preconizadas contêm, na sua concepção, um peso maior de medidas de estabilização do que de ajustamento estrutural e por conseguinte uma menor preocupação com os grupos vulneráveis. No entanto, o GUN iniciou vários projectos (aeroporto, telemóveis, reconstrução de edifícios públicos, e sobretudo o pagamento de salários em atraso, ao ritmo de dois por mês) tendo por recursos praticamente só os rendimentos coletados nas alfândegas e as licenças de pesca (Nóbrega, A.C., 2001 e FMI, 2002).

Nas eleições legislativas e presidenciais realizadas em finais de 1999, a perda de poder do Partido dominante desde 1974, com a eleição de um presidente e de um governo de coligação de outras formações políticas, levou a um período de definição de novos equilíbrios sociais que se refletem na capacidade de conceber e executar políticas coerentes com os objetivos que os governos vão apresentando nos seus programas. Mendes, J. (2001) afirma que “as sucessivas mudanças de governo, da forma “sui generis” como têm sido anunciadas, aliadas à partidarização etnizante do aparelho de Estado, ao compadrio e ausência de uma política de carreiras, têm contribuído para a vulnerabilidade e desfuncionamento do aparelho de Estado, a inépcia, a fuga de “cérebros” e baixa produtividade dos mesmos, em prejuízo dos utentes, da motivação e da fixação de quadros.” A crítica feita por Fadul, F. (2002) é ainda mais dura em relação ao período pós conflito de 1998 - 1999, caracterizando-o como “uma espécie de mergulho no vazio”, onde existiria um “bloqueio obtuso de todos os mecanismos socio – económicos, anarquizando o sistema em favor duma única nova regulamentação, a autocracia do líder”.

Entra-se num período em que toda a governação depende daquilo que o Presidente quiser fazer, com uma imprevisibilidade que incita os sucessivos ministros a fazerem política considerando que ocuparão o cargo por poucos meses e que necessitam, para a sua sobrevivência política, de deixar alguma obra que seja visível, importando pouco as reformas que só tenham efeito num horizonte mais longínquo. Nesse contexto, os programas de Governo apresentados à Assembleia Nacional Popular, pelos três primeiros Ministros que se sucedem entre as eleições de Novembro de 1999 e Setembro de 2002, mantêm as listagens, do tipo do

período anterior, de objetivos, estratégias, medidas e metas, sem relação com a capacidade do país (Governo ou o próprio DENARP, 2002). Os sectores prioritários para o crescimento económico são definidos como sendo o sector privado da agricultura, pescas, turismo e recursos florestais.

O primeiro Governo de 2000 afirma que a sua estratégia passa também pelo “fortalecimento do desenvolvimento do sector social”. O segundo Governo, no início de 2001, ainda com o mesmo primeiro ministro - já depois da morte violenta do líder dos vencedores da guerra de 1998- 1999 e co-Presidente da República entre o final do conflito e as eleições, Ansumane Mané - elege como sua preocupação central a consolidação da paz, a reconstrução, o crescimento económico e uma significativa redução da pobreza, com base na saúde básica, na educação primária e num aumento das oportunidades de emprego. O terceiro Governo, com outro primeiro ministro, coloca como objectivo global da política do Governo a luta contra a pobreza, através da “inserção das camadas mais frágeis da população” numa adaptação mais actual dos termos utilizados pelas organizações internacionais na área e com referências expressas ao CAD da OCDE.

A meio de 2002 o FMI afirma que as autoridades reconhecem que durante 18 meses foram realizadas sucessivas despesas do Estado fora dos acordos estabelecidos, em particular na defesa e na componente salarial das despesas correntes, que a confiança dos doadores internacionais e do investidores estrangeiros “se evaporou”, não se concretizando nenhum projecto de investimento em áreas críticas e que a perspectiva de uma deterioração do bem-estar social é real.

A Política Cambial, no que respeita à desvalorização do peso guineense foi um dos dois únicos sucessos a partir de 1988 e mantido até à adesão à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1997. Quando, em Maio de 1997, o país trocou 65 Pesos guineenses por cada Franco CFA, passou a ter uma moeda com uma taxa de câmbio fixada externamente e convertível, desaparecendo as funções de Banco Central da Guiné – Bissau, facilitando as transações com os países vizinhos.

As medidas de Liberalização do Comércio Externo consistiram na redução de algumas taxas sobre as importações e eliminação de todas as taxas sobre as exportações exceto sobre a castanha de cajú (que foi sendo reduzida ao longo do período 1987 - 1992) e a concessão automática de licenças de importação, exceto para combustíveis e para alguns produtos de luxo. Terminou assim o monopólio do Estado sobre a importação de cereais.

Como medida de política nesta área, considerada positiva pelo FMI, o Governo instituiu em finais de 1997 um Fundo da Dívida Multilateral, onde reunia as contribuições de ajuda ao pagamento da dívida multilateral por países como a Suíça, a Suécia, Portugal, etc.. Ou seja, para pagamento da dívida - seja do serviço, de atrasados ou amortizações do capital - o país depende

sempre de novos fundos externos, sendo apresentados de forma muito clara, como justificação para não pagamento, os atrasos no desembolso da ajuda externa (por exemplo Governo, 1999).

Os resultados da Política do Sector Financeiro saldaram-se por insucessos e dificuldades de vária ordem: as medidas de reestruturação do sector só em 1990 se concretizaram, com a extinção do Banco Nacional da Guiné-Bissau (BNG) e criação do Banco Central, do Banco de Crédito Nacional e do Banco Internacional. Mas, em 1991, o Banco de Crédito Nacional é extinto por conceder crédito sem critérios, em vez de liquidar a carteira de devedores, recebida do BNG, que tinha como principais devedores os Armazéns do Povo, a DICOL (combustíveis) e a GETA (gás).

A consequência direta da impossibilidade de recorrer ao crédito bancário ilimitadamente, por parte do Governo, foi uma restrição rigorosa nas despesas públicas em geral. O Governo passou a não poder manter o mesmo comportamento de anarquia na Política Orçamental, que sempre se caracterizou por uma ausência de respeito pelas regras e rubricas aprovadas, por uma política de acorrer às necessidades de momento com a liquidez existente e por pagamentos efetuados com notas já retiradas para destruição, desvirtuando os acordos estabelecidos.

A reforma fiscal foi um fracasso, com os conselhos regionais do PAIGC a recusar sancionar os aumentos de impostos sobre a terra e o gado e a admitir apenas uma subida lenta das taxas pessoais (Rudebeck, L., 1990, reportando-se aos jornais guineenses), quando a proposta do Conselho de Ministros triplicava as verbas a cobrar sobre homens e mulheres. Pelos dados disponíveis para o período, podem avaliar-se as dificuldades de execução da política económica e social acordada entre o Governo e as organizações internacionais. Se ao considerarmos ano a ano os Investimentos Públicos podemos encontrar 1994 como primeiro ano em que as prioridades do 2º acordo do programa de ajustamento, negociado em 1988, são respeitadas, mas na média no período 1994-1997 isso já não acontece. O Ministério do Plano, ao justificar a baixa taxa de execução para o ano de 1994, afirma que os projectos de investimento dependem em mais de 90% de financiadores externos, e portanto também têm de atender aos interesses externos.

As políticas respeitantes ao aumento da rentabilidade do Sector Empresarial do Estado (SEE) tiveram como resultados o aumento do preço da eletricidade e dos transportes. As privatizações, reforma ou liquidação de empresas públicas iniciaram-se em 1980, com a incorporação da ENAVE na SUINAVE, continuaram em 1986, com a liquidação da empresa de distribuição grossista, a SOCOMIN, mas nenhuma empresa, das nove a serem privatizadas na primeira fase, o tinha sido completamente em 1991.

Igualmente a unidade de gestão das privatizações (UGREP), criada em 1990, só em 1992 entrou em funcionamento e preparou o lançamento da privatização de mais empresas (Leite Blufo, Fábrica de Espuma, Cerveja Cicer), que se efectuam ao longo do período de 1992 a

1997. Refira-se que Cardoso, C. e Imbali, F. (1993) afirmam que a UGREP "não passa de um gabinete de consultoria. Cada Ministério decide sozinho da privatização das empresas sob tutela, (...), a UGREP toma conhecimento de certas privatizações através dos órgãos de comunicação social".

Assim, o Governo voltou à situação de ausência de políticas específicas. Aliás nos documentos apresentados em 1994 à Mesa Redonda de doadores em Genebra, para discussão do terceiro programa de estabilização e ajustamento, não consta nenhum conjunto de medidas de política social destinado a grupos sociais afetados pelo programa que se propõe. E, como faz notar Gomes, P.F. (1993), embora até à data no PAE não figure explicitamente a redução das despesas nas áreas sociais, a contenção drástica das despesas públicas é uma das causas da crescente degradação das infraestruturas sociais nas áreas da Saúde e Educação.

A prioridade definida em diversos documentos para a educação e saúde não foi cumprida no conjunto destes anos. Na apresentação do Orçamento Geral do Estado de 2001 o Ministro das Finanças guineense numa entrevista ao jornal *Nô Pintcha* reconhecia explicitamente que “em todos os OGE do Estado a componente social existiu, mas a Educação e a Saúde nunca tiveram orçamentos compatíveis com as necessidades do país” (Purna Bia, 2001).

No período do conflito, e imediatamente após, foi a reação da população e as redes de solidariedade familiar que permitiram que os efeitos nos grupos mais pobres não fossem significativos. A ação de muitas ONG na reconstrução de casas (Governo, 1999) e a inter-ajuda da população, para evitar mais danos com a chegada da época das chuvas, substituiu a lentidão da ajuda internacional e permitiu verificar que a sociedade civil guineense, as famílias e as comunidades étnicas e religiosas podiam ter uma acção concreta de substituição nas áreas sociais, que o Governo de Unidade Nacional planeou mas não conseguiu executar senão quando concluiu que o tinha de fazer apoiado nos recursos que o país dispunha e não no exterior.

A sociedade civil teve um papel significativo, pela distância a que o Estado se foi colocando da população devido à incapacidade de satisfazer as expectativas criadas pela independência. Sejam as ONG, sobretudo depois de 1991 quando a sua legalização foi liberalizada, sejam as Associações de tabanca e de produtores, as autoridades tradicionais, laicas ou religiosas, ou a multitude de sociedades informais, familiares ou não, para negócios, representam uma intervenção da população organizada, que foi evoluindo, desde a antiga prática do trabalho coletivo nos campos e na edificação de habitações, até à construção de infraestruturas sociais, de escolas (onde pagam ao professor e asseguram a manutenção das instalações e do quadro negro escolar), postos de saúde e maternidade (geridos, sobretudo nas cidades por Comissões de Moradores), concessão de créditos em sistema informal, etc. Este período de tendência caótica na governação, só propícia um peso maior destas organizações no bem-estar das famílias.

“O país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1998-1999. A profunda fragilidade das instituições do Estado, a permanente incerteza política e a sucessão de Governos de curta duração, resultaram na incapacidade de prosseguir, a médio e longo prazos, políticas de promoção da boa governação, de combate à pobreza e de eficiente prossecução dos desígnios nacionais nos planos interno e externo.” (DENARPII, pag.14)

Quando em Abril de 2012 os militares demitem o governo que estava a apresentar os primeiros bons resultados depois de 1998/99, com a justificação que este tinha um acordo com Angola de segurança que estava a colocar em inferioridade a forças armadas guineenses perante militares e material bélico angolano entrado e a entrar na Guiné-Bissau, cai-se de novo num período de recessão pela retirada dos operadores sejam financiadores, sejam empresas e ONG, pelas sanções votadas pela União Europeia e pelo isolamento diplomática junto da própria CPLP. Apenas a CDAO, encabeçada pela Nigéria, assume uma posição de “compreensão” mais ou menos expressa das razões do golpe fornecendo algum apoio ao país. Com um governo e um presidente interino nomeados pelos militares golpistas acentuam-se os problemas com o tráfico de drogas¹⁴ e com contratos, com privados nacionais e internacionais ou com países como a China, depredadores dos recursos naturais (sobretudo madeira e areias), não existe desde 2012 até às eleições de 2014 qualquer política económica e social podendo apenas registar-se medidas avulso com base no DENARP II.

As políticas de recuperação, 2004 - 2005, 2008-2011 e 2014 - 2015

As eleições legislativas, que tiveram lugar em Março de 2004 originaram um governo com uma base parlamentar minoritária. Apesar de ter Estado em funções apenas pouco mais de um ano (10 de Maio de 2004 a 2 de Novembro de 2005), o desempenho deste Governo apresentou sinais positivos em matéria de boa governação e na retoma de normal relacionamento com a Comunidade Internacional, nomeadamente na procura de um quadro

¹⁴ O tráfico levou que a partir sobretudo de 2006 (DENARP II, 2011) a Guiné fosse classificada como um dos países que permitia o tráfico de drogas através do seu território, atingindo o ponto mais baixo de degradação do seu capital social internacional construído com a luta de libertação contra o regime colonial num processo que não se entende ainda hoje como dirigentes com o passado de um PAIGC dirigido por Amílcar Cabral e por outros guineenses ainda vivos, permitiram. Segundo a nossa perceção esse tráfico deslocou-se para países vizinhos diminuindo drasticamente, quando a DEA dos EUA em colaboração com as delegações de Lisboa e de Bogotá, prendeu e levou para Nova York o Chefe de Estado Maior da Marinha Bubo Na Tchuto, outros três guineenses e dois colombianos, numa operação de vários meses (3 a 7 conforme as fontes) com meios e agentes infiltrados em Bissau, demonstrando a traficantes nacionais e estrangeiros e apoiantes de todos os níveis sociais que a comunidade internacional estava disposta a acabar com a rota da droga que passava pela Guiné Bissau e que segundo a acusação se ligava ao financiamento das FARC colombianas. Outros 11 militares de que sobressai o ex-chefe do Estado Maior António Injai, foram igualmente acusados e emitidos mandatos internacionais mas continuam em Bissau, embora não viajem para fora do país. Mas a instabilidade governativa só favorece o recrudescimento desse tráfico (vide o Relatório do representante da ONU em Bissau de 2016).

estratégico, susceptível de assegurar a prossecução dos objectivos de melhor governação, conceptualizando políticas económicas e sociais que constituíssem um plano credível a apresentar à comunidade internacional de financiadores, na primeira tentativa de retomar alguma iniciativa nacional perdida em 1987 para a orientação de estabilização e ajustamento estrutural do FMI e Banco Mundial. Estes esforços, traduziram-se na elaboração do primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), que era na realidade um documento de políticas económicas e sociais com um eixo transversal de combate á pobreza seguindo o paradigma internacional vigente, e numa Conferência Internacional de Doadores, em Genebra para a mobilização de recursos para a sua implementação. Esta conferência realizou-se em 2006 mas o quadro governativo guineense já tinha voltado ao caos dos governos a sucederem-se uns aos outros com políticas definidas por generalidades sem conteúdo concreto nenhum e sobretudo sem credibilidade que levasse os financiadores a colocarem verbas nas mãos dos governantes de momento. Segundo o Ministério de Economia guineense esperavam obter 600 milhões de dólares (400 para o DENARP e 200 para a reforma das forças de segurança) e obtiveram promessas de 233 milhões. O primeiro-ministro da altura, Aristides Gomes, anunciou que “Todas as ajudas que os parceiros vão disponibilizar, serão anunciadas de acordo com as respostas que se vão dar. Por isso, para o Governo, essa mesa Redonda é em traços gerais positiva para o país” expressando que os financiadores tinham claramente condicionado as ajudas à evolução política e económica do país. Tal condicionamento resultou numa lentidão enorme na concretização das mesmas uma vez que a situação se manteve caótica até a eleições legislativas de Novembro de 2008 e presidenciais de 2009.

No período 2008-2011 a política económica e social continuou a basear se na estratégia de 1996 - Djitu Tem 2025 – e na operacionalização como consta do DENARP I. O crescimento do PIB real situou-se acima dos 5% devido às exportações, ao pagamento atempado dos salários da função pública, à boa gestão das finanças públicas e ao perdão da dívida externa em mais de 90% (Ministério das Finanças, 2014). Além disso, as reformas estruturais foram realizadas nos últimos anos para modernizar a administração pública (o recenseamento biométrico dos funcionários públicos - com quase quatro mil fantasmas identificados, a adoção de uma nomenclatura orçamental harmonizada com as directivas da UEMOA, a instalação de um Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas - SIGFIP), a melhoria do ambiente de negócio (adopção de um novo código de investimento e do regulamento da OHADA, estabelecimento de um *guichet* único para facilitar a criação de empresas e, criação do Tribunal Comercial entre outros) (DENARP II, 2011). Em finais de 2011, o novo DENARP II fazia o seguinte balanço das políticas económicas e sociais do período entre 2008 e 2011: *As principais lições tiradas da implementação do DENARP podem ser resumidas da seguinte maneira:* • *Hipóteses muito optimistas e objectivos demasiado ambiciosos foram retidos;* • *Risco subestimado, nomeadamente o tráfico de estupefacientes e crime organizado;* • *Prioridades*

demasiado numerosas e insuficientemente hierarquizadas; •Indicadores dos resultados insuficientemente precisos e mensuráveis; • Ausência de inscrição orçamental por objectivos; • Imprevisibilidade, fraca capacidade de absorção e de coordenação da ajuda; • Dificuldades de implementação do mecanismo de seguimento e avaliação (S&A) do DENARP; • A fraca priorização pelo Governo e os parceiros dos aspectos de crescimento económico e da melhoria das condições de vida das populações; •Fraca integração das questões transversais; •Défice de apropriação nacional. Este balanço pode sintetizar-se na afirmação de que o DENARP I foi concebido com uma análise desadequada da realidade e com um espírito voluntarioso de querer apresentar objectivos e metas que satisfizessem os vários níveis e grupos sociais guineenses bem como os financiadores externos. O seu fracasso, fruto da disponibilização de verbas globalmente e da articulação com a evolução política caótica, levou a que deixasse de ser referido pelos atores políticos guineenses como o principal projecto de desenvolvimento e que as medidas que se tornaram realmente prioritárias fossem as constantes no eixo 1 de combate à instabilidade política e à fraca governação.

O DENARP II, aprovado em Julho de 2011 pretendeu responder a essas críticas com 7 (sete) pontos, de acções de desenvolvimento num quadro de planificação a curto e médio prazo (DENARP II p.53), inspirados para o longo prazo no documento “Djitu Tem 2025” de 1996:

- apropriação progressiva da abordagem da estratégia de redução da pobreza com base em uma visão holística das questões de desenvolvimento nacional e exercício de planificação participativo envolvendo todos os interessados;- Tendo em conta o compromisso da Guiné-Bissau tanto a nível internacional e continental nas escolhas estratégicas para reduzir a pobreza e fortalecer a paz e a segurança e melhorar a qualidade dos serviços sociais de base, nomeadamente: ODM, a CEDEF, Protocolo sobre os Direitos das Mulheres da CADHP e Plano de Acção para a saúde e direitos reprodutivos e da reprodução sexual; - Estimular o crescimento económico pró-pobres e diversificação de bases produtivas através de uma combinação de acções no domínio da agricultura, pecuária, pescas e desenvolvimento das actividades de transformação e de comercialização; - Melhoria da governação nacional e local no contexto da estratégia nacional de promoção da paz e do desenvolvimento económico;- Segmentação sectorial e geográfica das acções a nível dos principais eixos do DENARP; - Redução das disparidades entre homens e mulheres e eliminação de discriminações e de não equidade em relação a mulheres; - Ligação fortes entre as prioridades do DENARP II e o orçamento do Estado através do enquadramento e orçamentos programa nos sectores mais estratégicos (agricultura e sectores sociais); - Dinamização do mecanismo seguimento e avaliação que deve ser integrante (isto é, capazes de fornecer informações de forma desagregada a nível sectorial, geográfica, por género, etc.) e eficiente (ou seja, de utilização fácil e harmonizado).

Note-se que nas suas páginas 62-64 descreve-se em detalhe as medidas para uma melhoria das condições de vida e de funções das forças armadas no activo e reformadas, salientando-se as más condições dos quartelamentos, o equipamento deficiente desde o vestuário até ao armamento e as desigualdades no seu seio onde um reformado com o posto de capitão recebia 12 vezes menos que o posto seguinte e onde cerca de 97% dos activos recebiam menos do que 16.000 FCFA (25 euros por mês).

O DENARP II foi um Plano de Desenvolvimento de curto e médio prazo abrangendo todos os sectores, utilizando o conceito de “luta contra a pobreza” como equivalente a “desenvolvimento”, com análises por sector e objectivos e metas quantificadas enquadradas nos ODM e com cenários macroeconómicos definidos de base, médio e optimista (DENARP págs. 119-125). Tendo a “Guiné-Bissau, assinado em Maio de 2010, com o Fundo Monetário Internacional um programa a médio prazo por um período 2010-2012, apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado e atingido o ponto de conclusão da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados em Dezembro de 2010”, era com essa garantia que contava para conseguir ter financiamento para executar as reformas que propunha.

O FMI (FMI, 2011) avaliava como um documento que “proporciona a estrutura para a aplicação de uma estratégia abrangente virada para a consolidação da estabilização macroeconómica e a reafirmação das recentes melhorias na governação económica.” (FMI 2011, pág. 2), e justificava os resultados obtidos face aos pretendidos, no período de 2008-2011 com a instabilidade nacional, o “precário historial da política económica de governos anteriores” (FMI 2011, pág.3), o aumentos dos preços dos alimentos e combustíveis e pela desaceleração económica mundial em 2008–09. Os elogios estendem-se mesmo à metodologia participativa na concepção e às fontes estatísticas utilizadas para a concepção do documento¹⁵. O FMI faz também algumas criticas sobretudo por ausência ou insuficiência de tratamento de questões como os portos, a formação profissional e a alfabetização mas concorda muito claramente com a política proposta.

Na prática com o golpe de Estado de Abril de 2012, só houve condições políticas para continuar este rumo depois das eleições de 2014. O Governo eleito apresentou em Bruxelas um documento de políticas económicas e sociais que retomava o DENARP II e acrescentava uma novidade de orientação estratégica (embora continuasse a referir o *Djitu tem 2025* como fonte inspiradora) que foi a substituição do denominador comum da “luta contra a pobreza” pelo

¹⁵ O Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009, o Inquérito de Indicadores Múltiplos de 2010, o segundo Inquérito Ligeiro 2 para Avaliação da Pobreza de 2010; estudos elaborados especificamente, como o estudo sobre as fontes de crescimento económico (2010), o estudo sobre a pobreza não monetária (2010) e a avaliação dos custos para a realização dos ODM (2011); a série de documentos de estratégia do sector público elaborados pelo governo, tais como a Carta de Política para o Sector da Educação, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, o Plano Director de Água e Saneamento, o Programa Nacional de Investimento Agrícola e a Política Nacional de Igualdade e Equidade do Género (FMI, 2011, pág. 2).

respeito e valorização da Biodiversidade e do Capital Natural apresentada como pano de fundo para 5 eixos (Governança, Infraestruturas, Agroindústrias, Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Urbano) (figura 1) que se desdobravam em programas de subsectores classificados como “urgentes” “contingentes” ou “de desenvolvimento”.

Pela primeira vez o país saía da ortodoxia com origem nos programas de estabilização e ajustamento procurando apropriar-se da definição das suas políticas económicas e sociais a partir da sua realidade geográfica e social em duas etapas – 2015-2020 Terra Ranka e 2021-2025 Sol na Iardi ¹⁶- que se podem equivaler “grosso modo” a estabilização e ajustamento mas com prioridades diferentes do que os programas do FMI e BM.

Apesar de se descrever as atribuições em detalhe por Ministério este programa cria um conjunto de Agências de execução como unidades técnicas para implementar a estratégia coordenadas por uma Agência Nacional de Desenvolvimento. Na prática cada um dos eixos tinha uma Agência que poderia cair facilmente na prática de substituir as instituições já existentes. Procurava-se com esta estrutura de implementação obviar à inoperância e incapacidade de execução da quase totalidade dos ministérios e organismos públicos e tais instituições correspondiam à análise feita por todos os atores nacionais e estrangeiros da necessidade de reforma da Administração Pública. As eleições legislativas e presidenciais de 2014 e o sucesso internacional da apresentação dessa estratégia de política económica e social, levou a que o governo tivesse capacidade para implementar algumas medidas e continuar outras iniciadas pelo governo indicado pelos militares golpistas. Como afirmam Sangreman, Proença e Martins, 2016, *“A Cooperação com os principais parceiros bilaterais e multilaterais foi retomada permitindo que se iniciasse a programação de diferentes áreas de políticas básicas como o pagamento de salários aos funcionários, incluindo professores, a retoma de voos regulares entre Bissau e Lisboa pela Air Atlântico (a TAP tinha interrompido a linha em Dezembro de 2012 por falta de segurança em Bissau e só anunciou em Agosto 2016 ir retomar em Dezembro desse ano), a existência de electricidade e água vinte e quatro horas diárias na cidade de Bissau, estendendo – se progressivamente a outras no interior num processo ainda por completar, a continuação de obras públicas na capital e o consequente emprego que originam, a retoma da “reforma” do sistema de cobrança fiscal das taxas sobre as importações que levou ao fim da subfacturação praticada por empresários nacionais e estrangeiros¹⁷, a emissão com sucesso de títulos de um e dois anos de dívida pública obrigacionistas pelo Ministério das Finanças¹⁸, a deslocação de empresários estrangeiros ao país interessados em averiguar a possibilidade de investimentos (que para portugueses é uma consequência da*

¹⁶ Terra Ranka (o país arranca) e Sol na Iardi (o Sol brilha) são expressões em crioulo que correspondem à ideia de “arranque” do país e de “sucesso”.

¹⁷ Cujo contrato com a empresa responsável foi feito ainda pelo Governo de Transição, e anunciado o seu início em Novembro de 2013.

¹⁸ Operação que o atual Governo anunciou querer repetir Julho de 2016.

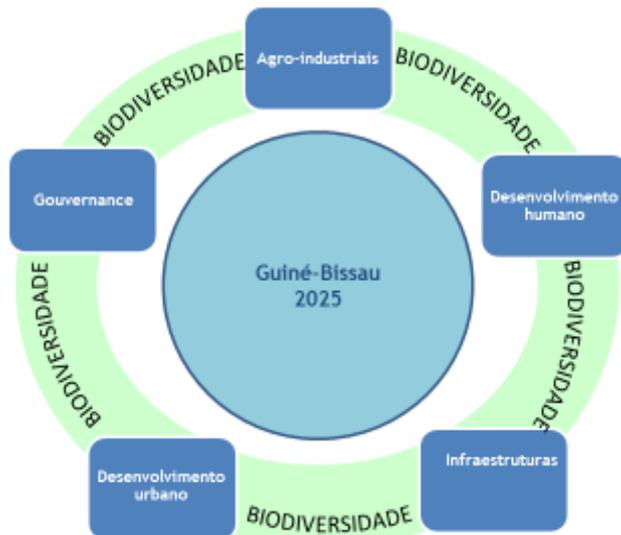
*queda dos preços de petróleo, da quebra de actividade económica consequente em Angola e da instabilidade com focos de conflitos armados em Moçambique)*¹⁹. A retoma da Cooperação bilateral e multilateral levou ao ressurgimento, sobretudo na capital, dum maior número de estrangeiros com poder de compra com incidência directa na hotelaria e na restauração. A melhoria das instalações nas casernas, do equipamento e da formação deram aos militares dos diferentes níveis hierárquicos melhores condições de serviço do que em dezenas de anos.” O livro de Geraldo Martins, Ministro das Finanças neste período escrito em 2018 descreve no capítulo X e XI a governação em relação ao estado em que os bancos a operar na Guiné se encontravam em 2014 e em relação ao fundo do caju (FUNPI) criado em 2011 e que acumulou vários milhões de USD com origem na taxa de 50 FCFA por kilo de castanha exportada. Esses capítulos mostram bem os esforços do Governo eleito em 2014 para debelar a incapacidade de gestão e a persistência de processos confusos e nada transparentes, como seja a concessão de crédito a privados que se tornou rapidamente mal parado por parte dos bancos, seja a utilização do FUNPI para as mais variadas despesas do governo em funções, pouco preocupados com o desenvolvimento do país.

Em 2015 o Presidente da República – João Mário Vaz, conhecido por Jomav – eleito com o apoio do PAIGC, desencadeou um processo de confronto com o governo em funções que levou à demissão deste e a uma sucessão de conflitos institucionais cujas raízes se encontram nas diferentes concepções do exercício do poder pelos órgãos soberanos (presidência, Governo, Parlamento sobretudo) e nos interesses de apropriação de recursos externos prometidos na Mesa de Financiadores de Bruxelas de 2014 (veja-se Sangreman, Carlos., Proença, Fátima e Martins, Luís Vaz, 2016). Tais conflitos que originaram até Setembro de 2016 a nomeação de quatro governos e uma retração da execução dos compromissos assumidos não puseram em causa a estratégia incluída nos documentos apresentados em Bruxelas pelo governo de DSP – Terra Ranka e Sol na Iardí que foram aprovados como documentos de Estado pela Assembleia Nacional Popular. O presidente Jomav apresentou por iniciativa própria um documento – Mon na Lama – que pretendia ser uma alternativa a esses documentos, elegendo a produção agrícola para a segurança alimentar como objetivo central, retomando uma lógica básica de política económica que se pode ser relativamente justificada num país que dispõe de recursos de produção de bens alimentares (arroz, fruta, peixe, aves e gado), não tem nenhuma perspectiva de evolução para um padrão de desenvolvimento mais abrangente de acesso a um bem-estar que não se resume a alimentação e que a população hoje aspira cada vez mais, como o demonstra a evolução dos inquéritos e estudos já citados. Mas os sucessivos governos não acompanharam tal pretensão e continuaram a ter como referência os documentos do Governo DSP, que lhes

¹⁹ A criação de uma Camara de Comércio e Indústria Portugal Guiné – Bissau em Fevereiro de 2015 e do Clube de Empresários Portugueses na Guiné Bissau em Junho de 2016 são confirmações deste interesse.

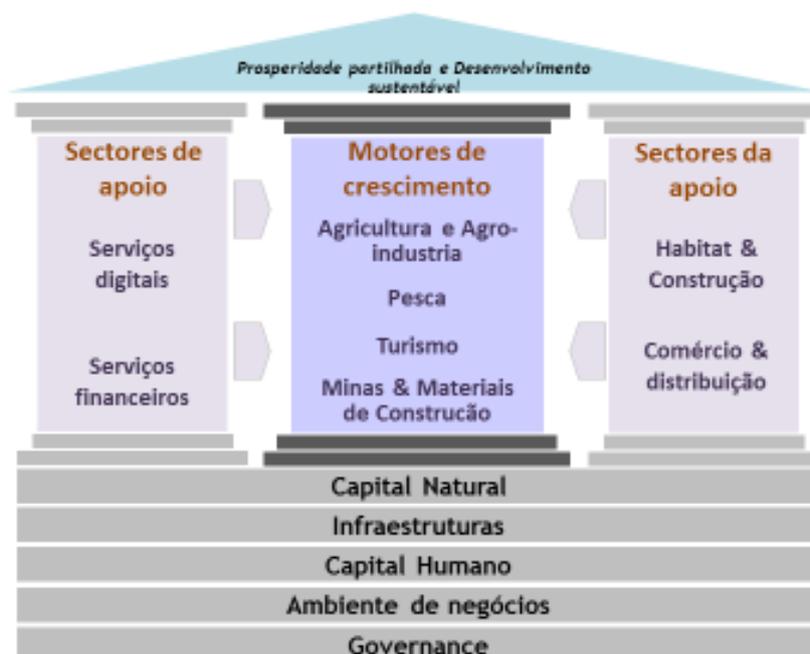
permite uma matriz de políticas económicas e sociais bem concebidas e com o aval em Bruxelas, para solicitarem ajuda aos financiadores.

Figura 1: Visão estratégica



Fonte: Governo, 2014

Figura 2: A construção da casa guineense



Fonte: Governo, 2014

Conclusões

1) Fazendo uma avaliação geral das políticas económicas e sociais de estabilização e ajustamento estrutural, as metas previstas nos programas pós independência seja até 1987 seja até 1998, não foram cumpridas em nenhum sector, não conseguindo ter um sistema de educação que eliminasse o fraco nível de instrução e qualificação da população, herdado do tempo de domínio colonial, nem organizar um sistema de saúde fiável, nem uma administração pública produtora de bens públicos ou seja não conseguiram criar uma base de recursos humanos e institucional que permitisse um desenvolvimento sustentado. Mesmo o sistema financeiro só adquiriu alguma estabilidade após a adesão ao franco CFA.

2) As consequências do conflito de 1998 - 99, pela situação em que ficaram as já deficientes infra estruturas físicas, públicas e privadas e pela saída de quadros qualificados, traduziu-se em retrocessos importantes na evolução do país, que agravou todas as tendências negativas de períodos anteriores e anulou alguns sinais positivos detetados no período 1994 - 1997. O mesmo tende a acontecer com os sinais positivos em 2014 e a crise iniciada em 2015 e que perdurou até às eleições de 2019.

3) Os problemas de governação persistem, traduzidos por uma falta de determinação de vários níveis de autoridade na execução das políticas definidas. A situação é extremamente agravada pela instabilidade do elenco governamental e as frequentes substituições de titulares das pastas governamentais (ministros e secretários de Estado), de cargos de diretores gerais, de diretores/presidentes dos poucos institutos que existem. Um presidente – Kumba Yalá – chegou mesmo a substituir os diretores da maioria das escolas por pessoas da sua etnia, segundo informação oral mas não comprovada documentalmente.

4) A governação e os graus de liberdade de execução das políticas nacionais continuam na dependência do exterior que não se resume ao funcionamento do Estado, mas estendem-se a todos os sectores da sociedade. A suspensão dos fluxos provindos dos acordos com o FMI e com o Banco Mundial, entre 1991 e 1993, as reticências e atrasos durante e no período após o conflito de 1998-1999, o não reconhecimento do governo saído do golpe de Estado de 2012 pela larga maioria dos financiadores, e a dificuldade com que esses mesmo países e entidades viram o crescendo da crise desencadeada pelo presidente Jomav que levou a demissão do governo de Domingos Simões Pereira e ainda persistiu até 2019, agravam imediatamente o nível de bem - estar das populações.

5) A conceção das políticas económicas e sociais segue o modelo predominante no mundo ocidental com maior ou menor grau de planificação. Apenas o governo de Domingos Simões Pereira ao eleger a Biodiversidade como primeiro eixo à volta do qual se organizavam todas as políticas, se afastou do paradigma dominante e inaugurou políticas inovadoras nalguns sectores no que foi copiado pelo programa dos governos seguintes. Mas para todos os períodos

que considerámos, aquilo que sobressai é a grande dificuldade de execução, inclusive quando a comunidade internacional disponibilizou verbas avultadas para ajudar o país e quando a equipa governamental teve algum sucesso como no governo de Carlos Gomes Júnior e no de Domingos Simões Pereira. Apesar do número de técnicos ser hoje muito superior a 1974, de os jovens terem acesso a um volume de informação incomparavelmente maior via net, telemóveis e (onde existe) via televisão, não parece haver na sociedade política pública e gestonária privada guineense a residir no país, quadros em número mínimo para assegurar o funcionamento das instituições que tem de aplicar as políticas definidas desde os ministérios ao simples posto de saúde. O que não é surpreendente dado o fraquíssimo nível do ensino desde o básico ao superior e as taxas de abandono e de frequência em todos os escalões. E se nos anos iniciais da planificação entre 1974 e 1986 ainda havia expatriados em todos os ministérios, a partir das políticas de ajustamento de iniciativa do FMI e BM, a ideia que devem ser os nacionais a assumir esses postos deve ter levado à diminuição das verbas para ter esses profissionais, sem atender a que o sistema de ensino nacional não produzia nem produz quadros superiores e médios suficientes com qualidade quatro dezenas de anos depois da independência e que aqueles que estudam no exterior têm uma baixa motivação para voltar uma vez concluída a sua formação.

6) Esta incapacidade é agravada pela instabilidade, pela facilidade com que os militares tentaram resolver os problemas do seu bem-estar através de golpes de Estado ou através da acumulação rápida de fundos pelo tráfico de droga, em processos que foram paralelos à atividade governativa mas que a condicionaram até às primeiras crises onde não intervieram, entre 2014 e 2019. Considero que não existem estudos suficientes para que se perceba a lógica do comportamento político dos militares na Guiné-Bissau das suas articulações com os partidos políticos (essencialmente com o PAIGC) atendendo à sua história na luta pela independência e na guerra civil de 7 de Junho de 1998 (sobretudo se tivermos em conta a entrada de tropas senegalesas e da Guiné-Konacry na luta interna a pedido de Nino Vieira).

Referências bibliográfias

- Amado, L. (2011), Guerra colonial E Guerra de Libertação Nacional 1950-1974. O caso da Guiné – Bissau, IPAD, Lisboa.
- Cardoso, C. e Imbali, F., (1993), "As questões institucionais e o programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau", in Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, INEP, Julho, Bissau.
- Duarte, Fausto (org.), (1946) Anuário da Guiné Portuguesa, Agencia Geral do Ultramar, Lisboa.
- Fadul, F., J. (2002), Para um Estado Transversal, Tese de Mestrado, ULHT, Lisboa.
- Forrest, J.B. (1992), Guinea-Bissau, Power, Conflict and Renewal in a West African Nation, Westview Press, Inc., Boulder & Oxford, EUA e Reino Unido.
- FMI (2011) Guiné-Bissau: Nota Consultiva Conjunta das Equipas Técnicas sobre o Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, Relatório do FMI No. 11/352, Washington, D.C.
- FMI, (2002), Guinea – Bissau, Country Report N° 02/153, Washington, D.C.
- Galli, R.E., e Jones, J. (1987), Guinea-Bissau, Politics, Economics and Society, França's Printer Publishers, London.
- Gomes, P. (1993), "O financiamento externo e a liberalização comercial durante o PAE", in Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, INEP, Bissau.
- Governo (2014), Tera Ranka, Documentos para a mesa redonda de Bruxelas, site <https://www.teraranka.gov.gw>, consultado em 4 de Dezembro 2015.
- Governo (2014), Programa de Governação para a IX Legislatura (2014-2020), Setembro, Bissau.
- Governo e União Europeia (2007), République de Guinée-Bissau – Communauté européenne, Document de stratégie pays et programme indicatif national pour la période 2008-2013, Lisboa.
- Governo (1999), Carta de intenções ao FMI, Agosto e Novembro, Bissau.
- Handem, D.L., (1987), "O prosseguimento do programa de estabilização económica", Editorial, in Boletim de Informação Socio-económica, INEP, Ano III, N°1, Fev.87, Bissau
- Hochet, A. (1983) Paysanneries en attente, Guinée Bissau, ENDA, Dakar.
- Horta, Picado (1965), « Análise estrutural e conjuntural da economia da Guiné », in Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Vol.20, N° 80, Bissau.

Jao, M., (1996), "Ideologia e Prática de intervenção rural na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre a Zona I", mimeo, in Desenvolvimento e perspectivas - Balanço e perspectivas, Colóquio Internacional, INEP, Bissau

Koudawo, F., (1996), "Sociedade civil e transição pluralista na Guiné – Bissau", in Pluralismo político na Guiné-Bissau, uma transição em curso, INEP, Bissau

Koudawo, F., (2001), Cabo Verde, Guiné-Bissau, da democracia revolucionária à democracia liberal, INEP, Bissau

Lista de primeiros-ministros da Guiné – Bissau:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeiros-ministros_da_Guin%C3%A9-Bissau

Lista dos chefes de Estado e Presidentes da República da Guiné – Bissau:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_chefes_de_estado_da_Guin%C3%A9-Bissau

Lopes, C., (1986), A transição histórica na Guiné-Bissau, , INEP, Bissau, República da Guiné-Bissau.

Martins, G. (2018), Desilusão Governação e exercício político durante a IX Legislatura na Guiné – Bissau, edição do autor, Bissau.

Mendes, J., (2001), Estudo sobre a vulnerabilidade na Guiné – Bissau, mimeo, PNUD, Bissau.

Mendy, P.K., (1994), Colonialismo português em África: a tradição de resistencia na Guiné-Bissau (1879-1959), INEP, República da Guiné Bissau

Ministério das Finanças (2014) Linhas de orientação para o Plano Nacional de desenvolvimento III, Dezembro, Bissau.

Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (2011), Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II), Junho, Bissau.

Nóbrega, A.C., (2003) A luta pelo poder no PAIGC: a conflitualidade e as crises de liderança, Tese de Mestrado, 2001, ISCSP, Lisboa

Padovani, F., (1991), "Novos fantasmas no mato", in Soronda - Revista de Estudos Guineenses, INEP, Bissau.

Pélissier, R., (1989), Naissance de la Guiné, Pélissier, Orgeval, França

Pereira, Domingos S. (2013), PAIGC: maior coesão do partido, futuro melhor para a Guiné-Bissau, Bissau.

Rudebeck,L., (2001), Colapso e reconstrução política na Guiné – Bissau 1998 – 2000, Um estudo de democratização difícil, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala.

Santos, Manuel (1989) "Guiné – Bissau: a formação da Nação" in A construção da Nação em África, colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR, INEP, Bissau.

Sangreman, C., Proença, F. e Martins, L.V. (2016), Guiné – Bissau: a evolução 2010-2016, Working Paper, CESA, ACEP e LGDH, Lisboa.

Sangreman, C. (2003), As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias,na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986 – 2001, Capítulo IV, pág. 183- 262, tese de doutoramento não publicada, ISCTE, Lisboa.

Sanhá,I, (1993), "Reflexão sobre os impactos económicos e financeiros do programa de ajustamento estrutural", in Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau,INEP, Guiné-Bissau

Schwarz, C.S., (1989), "A agricultura da Guiné-Bissau: existem perspectivas para a auto-suficiência alimentar?", in A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000, coord. Handem, D.L. e Silva, F.D. INEP/CESE, Bissau, República da Guiné Bissau.

SEPCI (1983), Plano quadrienal de desenvolvimento económico e social 1983/86, Bissau.

World Bank (2006), Guinea-Bissau Integrated Poverty and Social Assessment (IPSA)(In Two Volumes) Volume I: Main Report, Report No. 34553-GW, PREM 4 Africa Region, Washington, D.C.

World Bank (2014), GUINEA-BISSAU Country Economic Memorandum *TERRA RANCA! A FRESH START*, Report No. 58296-GW, September 19, Global Practice: Macroeconomics & Fiscal Management, Washington, D.C.

CAPÍTULO 3. A APOSTA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Mamadu Alfa Djau

Este capítulo busca trazer abordagens relevantes sobre a importância da integração regional para o desenvolvimento socioeconômico, através de breve apresentação de algumas teorias básicas sobre a integração. Em seguida apresenta-se sucintamente as situações de complicações econômicas que a Guiné-Bissau vivenciou, como a incontrolada dívida interna e externa, associada ao alto nível de inflação nas décadas de 1980 e 1990, entre outras razões, que fizeram com que as autoridades guineenses procurassem saídas junto dos parceiros regionais, resultando na sua integração na União Econômica e Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) em maio de 1997.

A decisão do ingresso nesta união econômica e monetária parece ser na base da preocupação de encontrar nova forma que proporcione maior dinâmica a economia e estabilização de preços, do que nas reais implicações ou demais reflexos que este ingresso poderia trazer para a economia do país no médio e longo prazo. Pois estava evidente que a Guiné-Bissau não estaria na altura de competir com os demais países membros da União.

Isso estava patente à qualquer economista por mais desavisado que fosse, tanto pela sua fraca capacidade produtiva, como pelo próprio despreparo da sociedade em entender esta dinâmica, e de aprender lidar com a mais nova estratégia desenvolvimentista que o Estado acabara de adotar, após vários fracassos registrados na tentativa de implementar diversos programas de desenvolvimento em governos anteriores. Com isso, a Guiné-Bissau já entrou no bloco em desvantagem, uma vez que existe um enorme desnível deste país em relação aos demais membros. Desvantagens essas que vão desde ao baixo nível de instrução da sociedade, conjugadas a situação de que dos oito países que o compõem o bloco, sete deles falam Francês e apenas o mais novo fala Português, o caso da Guiné-Bissau.

Para tanto, este capítulo buscou debater estes dados referentes a relação econômica e comercial guineense dentro deste bloco. Deste modo, buscou-se trazer informações que dizem respeito a evolução do PIB, investimentos brutos e

investimentos estrangeiro direto, as dinâmicas econômicas e comerciais entre Guiné-Bissau e os demais países membros, entre outros assuntos abordados. Portanto, sendo que a Guiné-Bissau faz parte da UEMOA desde 1997 como destacada anteriormente, este capítulo se dedica a explicar o envolvimento do país nesta União, buscando encontrar através dos dados econômicos e comerciais, o que a entrada neste bloco proporcionou ao país, considerando a sua inserção repentina e muito arriscada naquela época.

Porém, lembra-se desde já que não pretendeu discutir neste capítulo em nenhum momento, se no caso o país deveria ter entrado ou não no bloco. Pois, este já é um fato consumado, e a sua eventual retirada talvez gere maiores perdas e custos para a sociedade nesse momento, onde em compensação traria maiores danos do que aqueles causados pela sua integração despreparada no bloco²⁰. Portanto, o ponto de vista aqui apresentado é de que os pesquisadores da economia guineense precisam adotar um novo modo de estudar esta economia, através de busca das soluções viáveis e sugestões de políticas que proporcionem o desenvolvimento socioeconômico do país dentro do bloco. Ou seja, um rearranjo econômico e institucional que permita que o país passe a explorar o potencial deste enorme mercado.

Assim, para este efeito, precisa-se primeiramente fazer uma rápida abordagem sobre a integração econômica regional e suas experiências na África Ocidental, onde foram criadas a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e, posteriormente, a UEMOA, um bloco econômico e monetário criado no interior da primeira no qual a Guiné-Bissau faz parte, como segue no subtópico seguinte.

²⁰ Vide Sambu (2015) para maiores informações sobre o processo de integração da Guiné-Bissau na UEMOA.

Aspectos gerais da integração econômica regional e sua importância para o desenvolvimento econômico

Há escassez de consenso, entre economistas ou entre os estudiosos das relações internacionais, sobre a definição de integração regional. As discordâncias começam no conceito de região. Pois, alguns autores consideram só a proximidade geográfica, enquanto outros incluem fatores como interações internacionais, laços comuns de etnia, língua, cultura, história (DIALLO, 2015). Portanto, como em muitos trabalhos, integração e regionalismo são aqui tratados como sinônimos, no âmbito internacional, pois ambos os processos tendem a se constituir em simultâneo. De todo modo, vale destacar que para Fishlow e Haggard (1992) o regionalismo significa um processo político caracterizado por cooperação e coordenação econômico-política entre países.

Pereira (2008) assinala preferir usar integração e regionalismo como sinônimos, por considerar que a análise da integração representa uma análise do regionalismo: em princípio, regionalismo econômico, a partir dos Acordos Regionais de Comércio (ARCs). Mas, não há como separar os aspectos políticos e os econômicos, assim como integração e regionalismo, embora a integração conte muitas vezes com amparo institucional, e o regionalismo possa ter várias características (comercial, geográfico, cultural, linguística, entre outros).

Diallo (2015), de sua parte, salienta que a integração regional resulta da união de dois ou mais Estados, entre diversas unidades estatais de uma mesma área geográfica, com o objetivo de favorecer a coesão e o sentimento da interdependência entre os membros. Para Ocampo (2006), a fundamentação da integração econômica baseia-se e justifica-se no interesse em promover o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural e o aumento da competitividade internacional para os países membros participantes. Com efeito, os processos de integração regional observados atualmente em diferentes regiões do mundo, refletem longas buscas de maior eficiência e cooperação com vistas a lograr ganhos econômicos. Isso inclui praticar proteção ao mercado regional contra a concorrência dos produtos e serviços dos países que não fazem parte do acordo. Objetivos políticos importantes também são observados, sendo exemplo a integração europeia nos anos de 1950, para lidar com as fricções que poderiam reaparecer após a Segunda Guerra Mundial.

Para Badi (1992) existem diferentes tipos e níveis de integração regional. Portanto, há vários ângulos possíveis para o estudo dessas experiências, dependendo do

interesse do pesquisador. O autor destaca que a integração regional pode ser assinalada pelas óticas os atores envolvidos, no processo, dos objetivos, das relações de poder e da natureza jurídica. Assim, são várias as dimensões do assunto, e, portanto, do seu estudo. Mas, quando se trata da perspectiva econômica, a integração quer dizer criação de um espaço econômico mais amplo entre as nações, mediante, pelo menos, a redução ou a eliminação de barreiras comerciais internas ao bloco de países. Nesse aspecto, costuma-se referir a um processo unidirecional, que avança em fases sucessivas desde a criação de uma área Zonas preferenciais de comércio; Área de livre comércio; União Aduaneira; Mercado Comum; União Econômica; União Monetária e União Econômica e Monetária, Balassa (1961) reafirmado por Salvatore (2000). Mas a questão é controversa como aponta Torrent (2006).

Na literatura sobre integração regional são, portanto, numerosos os enfoques refletindo as áreas de atuação dos estudiosos e mesmo dentro de cada uma, os interesses e as questões específicas. Não surpreende a diversidade de conceitos encontrados em diferentes pesquisas sobre o tema geral. Porém, essa diversidade e pluralidade não interessam a este trabalho. Aqui, tendo em vista o objeto da pesquisa específica, a modalidade de integração regional considerada é a integração econômica e monetária, patamar que representa o ápice da trajetória contemplada por Balassa (1961).

Nessa perspectiva, vale reiterar que a integração econômica significa criar um espaço econômico mais amplo do que os Estados nacionais, formando grupo de países, motivados por interesses comuns na busca da superação da fase do desenvolvimento econômico em que se encontram (MYRDAL, 1967). O processo, segundo Bichara et al (2008), pode produzir-se de forma espontânea ou através de atuações políticas concretas, envolvendo acordos, sendo que cabe falar em integração econômica completa quando há mobilidade de bens, serviços e fatores de produção e quando se unifica os mercados financeiros. Assim, os acordos de integração econômica se multiplicaram nas últimas décadas, com o avanço da globalização e a integração produtiva internacional (LINS, 2017), constituindo a rigor, aspectos destas. Deste fato, segundo a UNCTAD (2006), a maior interdependência das economias amplia a sua exposição às influências externas, inclusive em termos monetários e financeiros, e isso ocorre paralelamente a proliferação de blocos de países (BANCO MUNDIAL, 2007).

Balassa (1961) considera a integração econômica tanto como um processo – definição dinâmica – quanto como um estado – definição estática. Trata-se de processo por envolver medidas para pôr fim à discriminação econômica entre países, em

trajetória crescente, e de estado porque se refere a situação específica nas relações: ou estes estão integrados ou não estão.

Para Jovanovic (1998), a integração econômica tem diferentes significados dependendo do país, do tempo e dos interesses envolvidos. De uma forma geral, contudo, tratar-se-ia de processo e de meio através dos quais um grupo de países busca aumentar seu nível de bem-estar e atingir objetivos comuns de forma coordenada, com maiores chances de sucesso nas suas atividades econômicas e nas comerciais, refletindo em elevação do desenvolvimento socioeconômico de países participantes.

Essa sistematização embute o entendimento de Fernandes (2011), de que a integração econômica não deve ser vista somente nos seus aspectos econômicos. É preciso considerar questão de soberania e articulação de diferentes culturas, hábitos e idiosincrasias, pois a integração econômica resulta da iniciativa dos Estados, que reconhecem serem as forças do mercado insuficientes para a regulação, o que exige a política maior. É assim que a integração econômica pode permitir aos participantes atingir objetivos comuns por meio de ações conjuntas ou integradas, dificilmente logrados unilateralmente, como argumenta Robson (1998). Portanto, integração pode ser definida como um meio, e não um fim, “criando um espaço para o desenvolvimento e para a inserção competitiva dentro do mercado mundial” (CARVALHO, 2004, p. 54).

Portanto, são nestes moldes que a Guiné-Bissau buscou-se integrar na UEMOA²¹ em 1997 em forma de aproveitamento do mercado regional e também dos demais benefícios que esta União proporciona aos demais parceiros, baseados na criação e desvio de comércio segundo Viner (1950), Balassa (1964) e Caves (1995). Sobretudo, no aproveitamento da economia de escala defendida por Corden (1972), Smith e Venables (1988) e Cavalcanti (1996), através do alargamento da estrutura produtiva para mercados de outros países, em que seria impossível alcançar sem o acordo de integração econômica regional. Como também o financiamento de projetos de desenvolvimento, por meio de Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD), busca de estabilidade de preços e consistência na política monetária, mais diretamente na luta contra o elevado nível de inflação que perdurou por mais de duas décadas, transferindo esta responsabilidade para o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

²¹ Para detalhes sobre a fundação, estrutura funcional e objetivos da UEMOA, vide Fernandes (2011), Diallo (2015) e Sambú (2015).

Inserção da Guiné-Bissau na UEMOA em busca do desenvolvimento

A convivência com o elevado nível de inflação, enfrentado pelo país com maior intensidade nas décadas de 1980 e 1990, figura, segundo alguns autores, entre as principais razões que levaram a Guiné-Bissau a integrar a UEMOA. A participação foi entendida como forma de encontrar a buscada estabilidade de preços, a estabilidade macroeconômica. Talvez fosse a intenção que, abrindo mão de praticar a sua política monetária – que passaria a ficar sob a tutela do Banco Central da União –, o país acabaria por encontrar de forma mais rápida o controle de inflação e o equilíbrio das contas públicas.

Segundo Djaló (2010), a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA permitiu aprofundar a cooperação monetária ao nível regional. Essa cooperação proporcionou maior estabilidade monetária, conseqüentemente, a criação de um ambiente mais atrativo para o investimento externo. Isto fez com que, em pouco tempo, o país já se encontrasse em período de crescimento econômico, tendo registrado no ano de 1997 uma expansão de 5%, com melhorias em todos os indicadores de desempenho, reduzindo, assim, os desequilíbrios nas finanças públicas (DJALÓ, 2010).

Por sua vez, Rodrigues (2016) também destacou que um dos motivos da integração do país à União tinha a ver com o problema da elevada inflação, e assinalou como conseqüências positivas dessa participação uma queda de nível geral dos preços. De acordo com esse autor, escorado em dados do FMI (2013) para os anos de 1990 a 1997, a taxa média de inflação no país era de 46% ao ano, e, após a sua adesão – nomeadamente entre os anos de 1998 e 2007 –, o indicador recuou para 2,5%. Mais ainda, no primeiro momento a média do crescimento econômico foi de 4,2% ao ano, entre 1998 a 2007, elevando-se para 5% nos períodos subsequentes à integração.

Segundo Dias (2016), a adesão da Guiné-Bissau à UEMOA foi importante porque permitiu ao governo controlar a inflação, que antes mostrava-se recorrentemente com taxas acima de dois dígitos. Ainda conforme esse autor, o país conseguiu também obter estabilidade na taxa de câmbio, eliminando assim – ou reduzindo substancialmente – o risco cambial e os custos de conversão incorridos nas transações com o resto do mundo. Essas preocupações, ou as providências relacionadas com tais questões, ficaram com o Banco Central da União, o BCEAO (DIAS, 2016)²².

²² Vide Dias (2016) para vantagens e desvantagens da integração da Guiné-Bissau na UEMOA.

Também empenhados em perscrutar as possíveis vantagens que a integração da Guiné-Bissau à UEMOA representou para a economia desse país, estudiosos da economia guineense como Santos (2009), Nhanca (2013), Mendes (2013) e Sambu (2015), entre outros, destacaram nas suas análises a queda de inflação e o crescimento acelerado do PIB como alguns dos principais benefícios. Essas análises, que podem ser lidas como justificativas, conforme enxergado por parte desses estudiosos da economia guineense, da entrada da Guiné-Bissau no bloco, são importantes e necessárias.

Porém, embora se reconheça essa relevância, considera-se aqui que essas abordagens não se mostram suficientes para sustentar a conclusão de que foram benéficos os efeitos da integração da Guiné-Bissau à UEMOA. De fato, o próprio processo de adesão do país neste bloco não foi bem delineado, pois precisava de estudos mais aprofundados a fim de saber em que medida a economia guineense encaixaria no bloco, buscando melhores proveitos para o setor produtivo e a sociedade guineense de modo geral.

Pode-se dizer que foi um processo decisório, talvez, precipitado, pois as autoridades guineenses tomaram a decisão, ignorando o ponto de vista técnico ou talvez promover debates em torno do assunto nos fóruns próprios. Por outro lado, talvez reconhecessem a incapacidade produtiva do país, em face das necessidades de abastecimento do mercado, o que ocasionava aumento da inflação.

Assim, tem sentido considerar que os então gestores guineenses viram nesse bloco uma espécie de balão de oxigênio, diante das exigências para o abastecimento do mercado com produtos de primeira necessidade, que se configuravam como a razão principal da elevada inflação que o país vinha vivenciando desde a sua independência: os produtos oriundos da UEMOA se beneficiariam, de fato, de isenção alfandegária. Porém, a realidade é que a Guiné-Bissau não contou com um projeto econômico debatido e apresentado à Nação, explicando a real necessidade de ingresso nesse bloco, e muito menos um estudo de impacto econômico e social dessa integração.

Desta maneira, pode-se dizer que a atitude das autoridades representa uma considerável falha, já que à nação não foi permitida perceber, efetivamente, de uma maneira nítida, quais poderiam ser os impactos positivos ou negativos com a sua integração neste bloco regional. Por isso, confinar a avaliação crítica a um olhar geral sobre o “controle” de inflação e o aumento do PIB, apontando-os como ganhos oriundos da entrada do país na UEMOA não deixam de ser uma abordagem importante, porém um pouco equivocada. Até porque a Guiné-Bissau teve outros momentos de inflação

elevada após a sua integração ao bloco, apesar de terem sido motivados, em grande parte, por eventos de natureza política.

Há outros indicadores muito importantes para serem analisados, com relação a este aspecto. Trata-se de: evolução dos investimentos diretos; relações econômicas e comerciais (intra e extra-bloco) do país com os membros do bloco e fora dele; aplicação efetiva das normas e regras de acordo, como sobre a livre circulação de pessoas, bens e serviços; existência ou não de fortes medidas não tarifárias; e cumprimento de aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC), entre outros.

Realmente, sobre a questão do processo de integração da Guiné-Bissau a esse mercado regional, Gomes (2007) explica que antes da sua decisão política de entrar no bloco, as autoridades guineenses solicitaram apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) para a realização de um diagnóstico preliminar a respeito da adesão. A ONU acolheu a solicitação e indigitou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para fazer esse estudo técnico, cujo relatório (sobre o quadro macroeconômico e o potencial setorial do desenvolvimento da Guiné-Bissau no âmbito da UEMOA) foi entregue às autoridades do país um ano antes do seu ingresso, ou seja, em 1996.

Segundo aquele autor, esse relatório trouxe um diagnóstico geral, elaborado com vistas a dar suporte à decisão das autoridades guineenses sobre o ingresso no bloco e também para ajudar na elaboração de políticas de desenvolvimento da Guiné-Bissau em contexto de participação nessa União. O estudo recomendava uma atualização periódica, de modo a permitir o acompanhamento dos progressos que o país viria a experimentar com a sua integração ao bloco.

Essas recomendações foram efetuadas em duas vertentes: a macroeconômica, indispensável para a organização do uso eficaz do potencial de cada setor de atividade, e a setorial, relativa ao “motor” do desenvolvimento e do crescimento acelerado do país. Ou seja, indicou-se a necessidade de realizar periodicamente um acompanhamento dos aspectos macroeconômicos e microeconômicos, já que o enfrentamento dos desequilíbrios do desenvolvimento dependeria de um domínio efetivo sobre ambas as vertentes, na condução da economia.

Assinale-se que se tratou nesse diagnóstico, a rigor, de um estudo dinâmico do impacto da adesão do país no bloco. Eram necessários vários estudos de impacto econômico e social dessa integração, no intuito de perceber os diversos reflexos que poderiam se materializar no país (GOMES, 2007).

Por sua vez, Rodrigues (2016) destacou o seguinte com relação ao erro cometido pelas autoridades guineenses com respeito ao processo de integração no bloco:

Para além de estudo de abrangência, a investigação preliminar da ONU recomendou estudos mais aprofundados com intuito de entender qual seria o impacto econômico e social da inserção da Guiné-Bissau no bloco. Infelizmente, este estudo não aconteceu, ou seja, o governo arrastou o país para o bloco ignorando os estudos aprofundados. (RODRIGUES, 2016, p.90).

O aumento da competitividade externa, que deveria (ou poderia) resultar da adesão do país à UEMOA, só seria, no entanto, possível através de ganhos suplementares de eficácia econômica. Isso permitiria ao país reduzir custos e aprimorar a produção, como também fortalecer a sua competitividade no tocante às exportações comparativamente aos demais membros da União. Apesar disso, o governo ignorou a realização do estudo que apontaria (ou não) a vantagem socioeconômica do país no bloco (GOMES, 2007).

Portanto, todo este conjunto de erros ou equívocos, cometidos no processo de integração do país no bloco, acabou tirando a sociedade guineense da participação em importantes decisões sobre o seu rumo econômico. Essa sociedade passou a ser afetada por intensos efeitos adversos na sua dinâmica, a partir daquele momento. Se a condução do processo tivesse ocorrido de outra maneira, talvez o país pudesse ter enfrentado de outra maneira, de uma forma mais positiva, os desafios de uma concorrência que, ao que tudo parece sugerir, se aprofundou.

O diagnóstico desenvolvido pelo PNUD parecia ser um instrumento adequado para a análise do impacto. Mas fazia-se necessário que fosse complementado por estudos mais profundos, os quais haveriam de envolver inclusive a problemática do debate social em torno do assunto, e as demais prioridades dos investimentos em diversos setores de atividades econômicas.

Portanto, o uso do discurso sobre o controle da inflação e o aumento do PIB como benefícios do ingresso ao bloco, parecem insuficiente, e, sobretudo com relação à inflação. A alta deste indicador, em qualquer país, em maioria das vezes diz respeito à própria dinâmica macroeconômica daquele país, pois a inflação mostra-se bastante relacionada à dinâmica da estrutura produtiva e ao setor monetário. Porém, no caso guineense, talvez exista uma situação atípica que pode explicar o comportamento de inflação elevada do país nas décadas de 1980 e 1990. A explicação poderia se basear, em síntese, em duas razões principais.

Uma dessas razões diz respeito aos equívocos cometidos na esfera dos investimentos realizados na tentativa de industrializar o país logo após a independência, com grandes plantas fabris que não chegaram a dar frutos e tampouco produziram efeitos de encadeamento no sistema produtivo guineense. A política industrial acabou deixando de lado os necessários investimentos em setores como agricultura, agroindústria e agronegócio, os quais poderiam resultar em autossuficiência produtiva e abastecimento de mercado interno com produtos de primeira necessidade, permitindo resolver problemas de escassez de alimentos e exportar o excedente. Na ausência disso, por mais que fosse baixo o nível de circulação de moeda em poder do público, uma inflação de demanda seria um resultado lógico, haja vista não existir abastecimento suficiente de produtos alimentares no mercado.

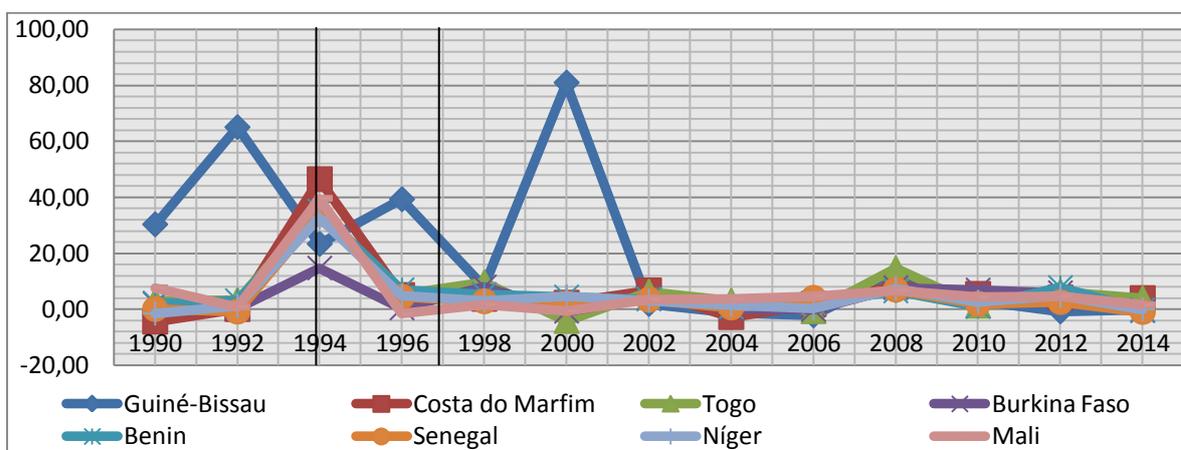
A segunda razão tem a ver com o elevado nível de despesas correntes, realizadas pelo segundo governo do país a partir da segunda metade da década de 1980. Nesse período, com a tentativa do governo de abrir a economia, o problema referente ao abastecimento de produtos de primeira necessidade começava a ser resolvido através de aumento das importações. No entanto, havia certo volume de meios de pagamentos em circulação, por conta da constante emissão de moeda pelos bancos públicos em favor do governo, na tentativa de cobrir os déficits orçamentários provocados pelo aumento vertiginoso das despesas correntes no aparelho de Estado, como destacou Van Maanen (1996). Por se tratar de uma economia pequena, essa atitude fazia aumentar a moeda em circulação, porém não era compensada pelo setor produtivo. Isso deixou o país dependente de ajuda alimentar externa, que, no entanto, não conseguia satisfazer as necessidades da população.

Assim, a hiperinflação que a Guiné-Bissau registrou por mais de vinte anos parece ter sido motivada, ao menos em parte, pela má gestão no âmbito do setor público. O problema inflacionário poderia ser resolvido, acredita-se, por meio de uma política econômica melhor concebida e executada, inclusive porque a sociedade já tinha aprendido a lidar com aquela situação. De fato, passar mais um curto período na busca de estabilização e equilíbrio não acarretaria, pode-se considerar, maiores danos à sociedade, comparativamente ao que já se tinha enfrentado anteriormente.

Portanto, talvez se possa afirmar que o governo fugiu à sua responsabilidade de resolver problemas que ele mesmo criou. A alta inflação e os desequilíbrios macroeconômicos não parecem justificativas convincentes para a decisão de adentrar a UEMOA de uma maneira açodada, sem o necessário preparo e sem uma ideia mais

precisa sobre quais seriam os verdadeiros impactos na economia. De fato, a entrada no bloco não representou a resolução satisfatória dos problemas de inflação, como apontado por alguns estudos. As informações contidas na Figura 1, abaixo, parecem eloquentes a respeito disso. Nesta representação, visualiza-se que mesmo os países que já se encontravam no bloco experimentam de vez em quando elevações no nível total de preços, amargando níveis inflacionários que em vários momentos se apresentaram como “fora do normal”.

Figura 1 - UEMOA: Taxa de inflação anual em % (1990-2015)



Fonte: Dados de pesquisa, BM (2018)

No gráfico da figura acima, fica evidente a elevada inflação na economia guineense nos anos de 2000 e 2008, quando já se tinham transcorrido quatro e dez anos desde o ingresso desse país ao bloco. Porém, deve-se assinalar que não se pretende, aqui, defender a ideia de que a integração monetária não contribui para a Guiné-Bissau, uma melhoria na política monetária e o consequente controle de inflação. O que se quer frisar é que, para que tais benefícios de fato se materializem, a própria estrutura produtiva do país precisa, de certa forma, registrar evolução. A queda de preços imediatamente observada na economia guineense, possivelmente tenha refletido um melhor acesso a produtos de primeira necessidade, oriundos dos países da União, com destaque para o Senegal, o que poderia acontecer com simples acordo bilateral de comércio. Esse país passou a se beneficiar consideravelmente do acordo aduaneiro e da ausência de tarifas, por conta dos quais seus produtos passaram a chegar com preços acessíveis ao mercado guineense.

Por isso, muitos estudos sobre a integração da Guiné-Bissau na UEMOA mostram que o real ganhador do ingresso guineense no bloco, até o momento, é o Senegal. Esse país possui fronteira terrestre com a Guiné-Bissau, e tem aproveitado

intensamente a vantagem que tal condição representa. Na base, como mais de uma vez já se destacou, está o fato de as autoridades guineenses terem decidido entrar num bloco onde a *performance* econômica dos demais países é muito mais intensa em relação ao que se observa no único país lusófono desse conjunto de economias nacionais, como se verifica a partir do subcapítulo seguinte.

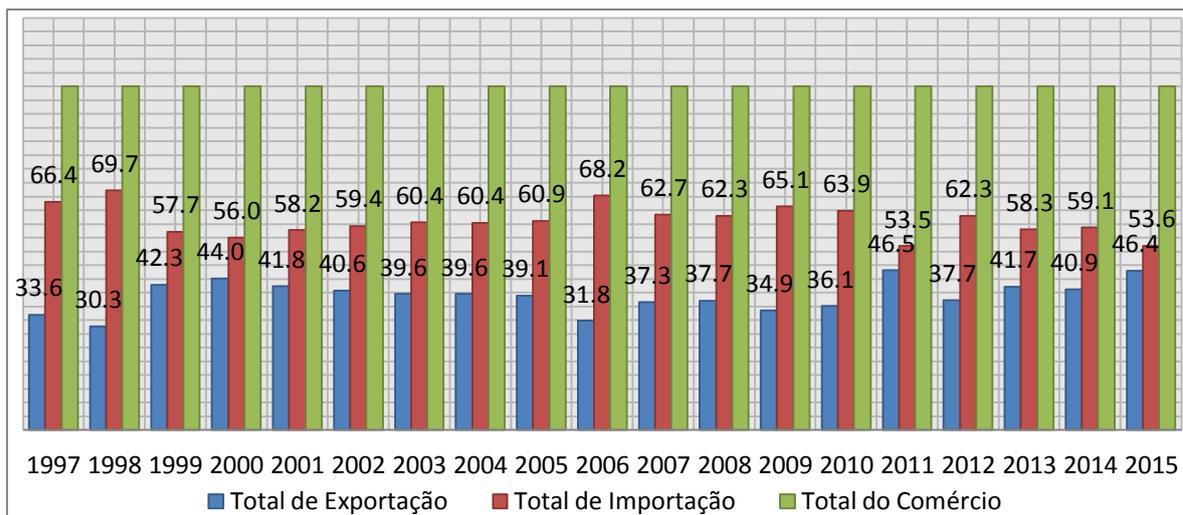
A Evolução econômica guineense após a sua integração na UEMOA em 1997: um olhar unilateral

O problema da economia da Guiné-Bissau também se estende para a balança comercial do país, através dos saldos deficitários ou negativos ao longo do tempo, motivados pelo excessivo volume de importações, que supera em larga escala suas exportações. Como se vê no gráfico da figura abaixo, apesar de que a análise começou a partir do ano de 1997, os déficits da balança comercial ao longo do tempo causou problema estrutural no balanço de pagamentos, de um modo geral. De fato, o país nunca conheceu saldo positivo nesta conta desde a independência. Sobre esta constatação, Van Maanem (1996) destacou o seguinte:

Na Guiné-Bissau, não se chegou a verificar qualquer melhoramento no déficit da balança de pagamento. A história guineense não registrou um único ano de estabilidade econômica após a proclamação da independência. Os conflitos na aplicação de preços levaram à destruição da produção. Os cinco anos que se seguiram à mudança governamental de 1980 foram caracterizados por crises de ordem administrativa. O FMI, o BM e o Plano de 1987 para a Guiné-Bissau tiveram em consideração a história e as circunstâncias em que o país se encontra. Os problemas eram basicamente de dogmas tradicionais: pagamento das dívidas, contenção das despesas, principalmente as estatais, e desvalorização monetária. (VAN MAANEM, 1996 p. 36).

Na verdade, embora na época da exploração portuguesa houvesse saldos positivos no balanço de pagamentos em alguns anos, pelo menos a partir do ano de 1950, a Guiné nunca conheceu saldo superavitário na sua balança comercial. Porém, esta situação parece ser agravada, mais uma vez, pelos sucessivos desmontes praticados na economia pelos diferentes governos que assumiram o destino do país desde a independência. Segue abaixo a Figura 2 com informações percentuais sobre exportações e importações em relação ao total do comércio, de 1997 a 2015.

Figura 2 - Guiné-Bissau: Exportação e Importação em relação ao total do comércio em % (1997-2015)



Fonte: Dados de Pesquisa, INE (2017)

O gráfico da figura acima mostra claramente o desnível que existe entre as duas contas de balanço comercial do país, que é a diferença entre exportações e importações. No entanto, como o país tem enorme potencial em produção agrícola, como mencionado acima, um dos produtos agrícolas se destaca com larga vantagem em relação aos demais, na contribuição para o crescimento da economia da Guiné-Bissau: trata-se da castanha de caju.

Este produto ganhou atenção ainda na época da exploração portuguesa na Guiné, em que os ex-governadores da antiga Guiné teriam determinado a sua plantação em diferentes regiões do país, apesar de já teria existido na região sul, concretamente em Bolama. Porém, na década de 1980, com o aumento da sua procura no mercado internacional, houve incentivo por parte do governo guineense para que a população aumentasse a sua plantação. Consequentemente, a produção de castanha de caju passou a ser um atrativo, devido à sua rentabilidade para o agricultor, como também pelo seu peso na balança comercial e no PIB guineense. Assim, o país teve uma produtividade média de 520 kg/ha em 2014, tendo produzido 248.661 mil toneladas, com 140.331 mil toneladas sendo destinadas à exportação (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2017).

A aposta na produção de castanha de caju fez com que a Guiné-Bissau passasse a figurar entre os melhores produtores e exportadores *in natura* desse produto, sobretudo para países asiáticos e alguns da América Latina. Com isso, a castanha de caju passou a ser considerada por muitos economistas e estudiosos da economia guineense como o “petróleo da Guiné-Bissau”, pela importância que tem na economia desse país africano, situando entre os seis maiores produtores mundiais desse produto.

Segundo dados da FAO (2017), em 2013 a Guiné-Bissau se posicionou entre os doze maiores exportadores da castanha de caju em toneladas, quando incluídas as exportações de amêndoas. Ou seja, o país tem uma participação de 14,7% do total exportado, correspondendo a 195.778 mil toneladas. Mesmo assim, ainda perde para alguns países africanos como Gana, Burkina Faso e Costa do Marfim, por ordem de importância. Comparativamente aos países africanos que exportam apenas castanha de caju, *in natura* ou sem beneficiamento, a Guiné-Bissau perde apenas para a Costa do Marfim, que chegou a exportar naquele ano, um total de 426.297 mil toneladas de castanha *in natura*.

Portanto, o principal erro que a Guiné-Bissau vem cometendo ao longo do tempo, é de continuar, incisivamente, a exportar *in natura* o seu principal produto de comércio internacional. Como já citado acima, essa prática torna o país mais pobre e cada vez mais dependente dos choques e oscilações dos preços de castanha de caju no mercado internacional. Dessa maneira, o país apresenta um nível de renda abaixo do seu potencial para esta atividade econômica, apesar da sua enorme importância em arrecadação de impostos para o governo, via exportação. Porém, essa fonte de tributos, que não deixa de ser importante, poderia ser substituída por outra, caso o país optasse por enveredar rumo à agroindústria, para o que há grandes potencialidades, um movimento que geraria uma maior dinâmica econômica, com reflexos no emprego e na renda para a economia.

No entanto, mesmo sendo exportado *in natura*, constatou-se a sua real importância para o comércio internacional guineense, apesar do elevado nível de concentração. Essa contribuição fica mais nítida na Tabela 1, abaixo, que apresenta o peso, em percentagem, da castanha de caju em relação aos principais produtos da pauta de exportação do país. Nesta tabela, a castanha de caju corresponde em média a 80% de toda exportação da Guiné-Bissau desde 1997, como mostram dados do INE (2017), o que indica a baixa diversificação das exportações guineenses. Isso é prejudicial para a economia, sobretudo na situação de constante crise e incerteza em que vive a economia mundial nos últimos períodos.

Tabela 1 - Guiné-Bissau: castanha de caju em relação a outros principais produtos em % do valor de exportação.

	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2009	2010	2011	2013	2014	2015

Castanha de Caju	82.0	76.0	88.0	90.0	80.0	82.0	89.0	86.0	61.0	63.0	58.0	76.0	78.0	76.0	83.0
Outros Produtos Agrícolas	2.0	1.0	0.0	2.0	3.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Produtos de Extração	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros Bens	4.0	12.0	4.0	2.0	7.0	9.0	5.0	10.0	15.0	16.0	17.0	7.0	2.0	4.0	3.0
Serviços	12.0	11.0	7.0	7.0	11.0	8.0	5.0	4.0	24.0	21.0	25.0	17.0	20.0	20.0	15.0
Total	100														

Fonte: Dados de Pesquisa, INE (2017)

Apesar da importância que a castanha de caju tem na economia guineense, percebe-se que a dependência da balança comercial em relação a este produto será prejudicial para a economia no longo prazo. Portanto, precisam ser criadas políticas públicas voltadas à diversificação produtiva na Guiné-Bissau. Caso persista a situação que tem prevalecido, com alto nível de especialização tanto da produção interna quanto da pauta exportadora, o país corre o risco de permanecer enfrentando constantemente os conhecidos problemas de déficits estruturais, tanto nas contas públicas internas como nas contas externas.

Segundo Veríssimo (2010), vários estudos mostram que as características estruturais de economias concentradas em atividades do setor primário – agricultura e minerais –, em meio a um contexto de elevação dos preços de *commodities*, podem resultar em processo de especialização das exportações nos produtos que são intensivos em recursos naturais. Dessa maneira, podem surgir problemas para setores produtores de manufaturas, com reflexos na dinâmica de crescimento da economia.

Esse argumento se baseia no fundamento de que o setor industrial se caracteriza por determinadas qualidades que reforçam o crescimento econômico no longo prazo. Ou seja, a indústria possui retornos crescentes de escala na produção, fortes efeitos de encadeamento para frente e para trás na cadeia produtiva, efeitos de aprendizado, como também de difusão de progresso tecnológico. Apresenta ainda maior elasticidade-renda de importações, comparativamente aos produtos primários. Esses aspectos representam possibilidade de relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo prazo (OREIRO; FEIJÓ, 2013).

Por sua vez, Sachs e Warner (1995) estudaram a relação existente entre exportações de recursos naturais e crescimento das economias envolvidas. Os autores concluíram que economias com recursos naturais abundantes tendem a apresentar taxas de crescimentos mais baixas no longo prazo, em relação às economias que não possuem

abundância em tais recursos. Ainda segundo os autores, os motivos para o baixo nível de crescimento dos países que registram abundância em recursos naturais podem dizer respeito aos seguintes aspectos, entre outros:

1 – os países ricos em recursos naturais tendem a criar políticas mais protecionistas e problemas de burocracia e ineficiência na utilização dos recursos, acarretam baixas taxas de crescimento;

2 – a tendência secular de declínio da relação entre os preços de exportações dos produtos primários e os preços de manufaturados, e o crescimento mais rápido da demanda por produtos manufaturados comparado com a demanda por produtos primários, que com o aumento da renda faz com que o crescimento baseado em recursos naturais seja mais eficiente;

3 – as exportações de produtos primários possuem baixas ligações para frente e para trás com os demais setores da economia, ao passo que a manufatura gera processos de aprendizado que não são limitados apenas ao interior da firma; e,

4 – quanto maior for a posse de recursos naturais, maior a demanda por bens não-comercializáveis e conseqüentemente, menor alocação de capital e trabalho para o setor manufatureira, levando a produção de não-comercializáveis a se expandir, enquanto que a produção do bens manufaturados vai encolhendo.

Portanto, a Guiné-Bissau precisa buscar as vias que lhe proporcionem um crescimento mais sustentado, a fim de poder alcançar o desenvolvimento econômico no longo prazo. Porém, com esse nível de especialização e de concentração da pauta exportadora, um processo de crescimento sólido e de desenvolvimento nesse país demoraria por mais tempo para frutificar do que deveria, considerando-se o potencial existente. A diversificação das exportações representaria um instrumento importantíssimo para garantir mais receita e para promover o aumento da competitividade, seja no mercado sub-regional da UEMOA, seja nos demais mercados internacionais.

Assim, os teóricos clássicos de comércio, apontaram que os países deveriam se concentrar na produção e exportação daqueles bens que possuem em maior abundância – Adam Smith, John Stuart Mill e David Ricardo. Para Ricardo (1982), de sua parte, cada nação deveria especializar-se na produção e exportação de produto na qual sua desvantagem absoluta fosse menor (essa é o produto de sua vantagem comparativa), e importar o produto na qual sua desvantagem fosse maior (esta é o produto de sua desvantagem comparativa). Porém, a dinâmica econômica vivenciada na atualidade

representa maior desafio para as nações e demanda a estas uma maior ousadia: os países precisam, de fato, procurar fazer face à concorrência entrando em novos segmentos, que demandam, por exemplo, o uso de uma maior intensidade tecnológica.

Nesta linha de raciocínio, Posner (1961) destaca a questão do uso da tecnologia como fonte de comércio internacional. Para o autor, a inovação tecnológica traz um fluxo de comércio internacional suplementar para os países que buscam inovar, impactando-se em vantagem comercial em relação aos competidores no mercado internacional. Assim, Posner afirmou que países com diferentes fatores de produção podem manter um nível elevado de comércio com base nas diferenças tecnológicas. Ou seja, um país pode exportar continuamente se for inovador sistemático. Já do ponto de vista de Vernon (1966), existem alguns elementos necessários e com alto nível de importância sobre a definição dos padrões de comércio internacional, sendo eles: inovação, tecnologia, qualidade de mão-de-obra e economias de escala. O autor destaca ainda que setores de alta tecnologia dependem mais do acesso aos recursos financeiros e humanos para Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, da imagem da confiabilidade e qualidade de suas marcas e de sua capacidade gerencial e de distribuição, do que do valor da sua folha de pagamento.

Outrossim, as considerações sobre a relevância das inovações para explicar o fluxo de comércio internacional, conforme abordadas por Posner (1961) passaram a ser uma referência em estudos que pretenderam explicar modelos de comércio internacional. Entretanto, apesar de Posner ter desenvolvido a teoria de vantagem tecnológica ou hiato tecnológico tendo em vista os países avançados, as suas deduções podem servir de orientação para países em desenvolvimento, como é o caso da Guiné-Bissau. Com efeito, se o país tivesse enveredado no sentido de buscar melhorias constantes no seu processo produtivo, e de diversificar a economia, poderia alcançar uma pauta exportadora de algum modo, diferente e mais diversificada do que apresentada na tabela acima.

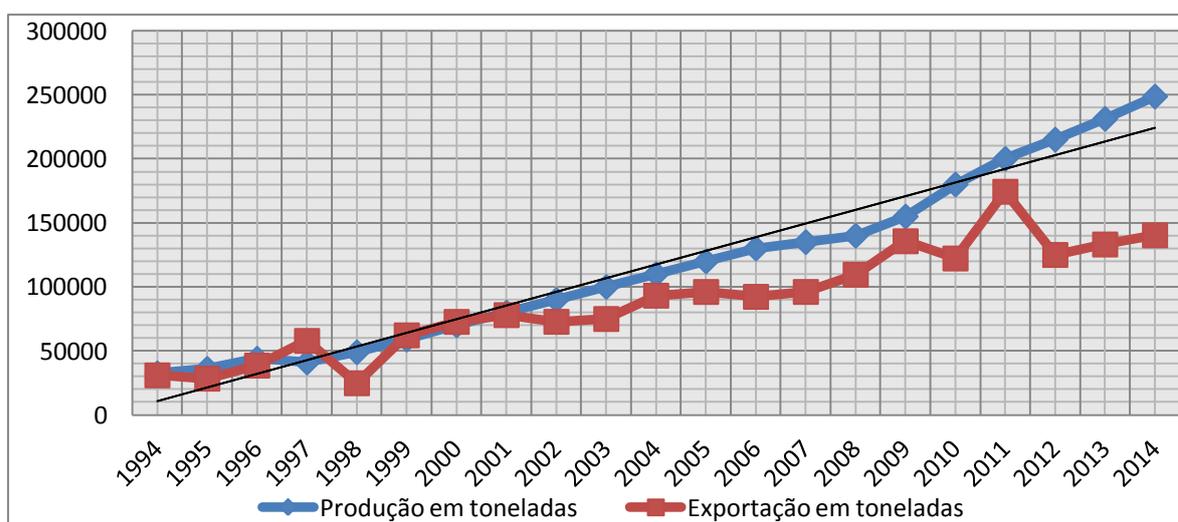
As informações mais intrigantes nesta tabela referem-se às duas rubricas que fazem parte das exportações guineenses desde 1997 a 2015. Ou seja, Outros Bens e Outros Produtos Agrícolas. Como se consta, as exportações de Outros Bens representaram em média 9% do total exportado durante esse período, abrangendo assim todos os produtos manufaturados. Por sua vez, a rubrica Outros Produtos Agrícolas, não alcançaram em média nem 2% de total de exportação guineense no período (INE, 2017).

Assim, em reforço a informação apresentada acima, destaca-se a evolução do volume de produção e de exportação de castanha de caju ao longo dos anos. Ou seja, nesta evolução de produção de castanha de caju, percebe-se que no ano de 1993 a Guiné-Bissau tinha a produção total abaixo dos 50.000 mil toneladas. E, em 23 anos, este volume alcançou um total de 250.000 mil toneladas em 2015 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2017).

Ainda segundo dados desse Ministério, as exportações *in natura* desse produto agrícola também evoluíram na mesma tendência que a sua produção. No ano de 1993 o país tinha um volume de exportação equivalente a 30.000 mil toneladas, que evoluiu vertiginosamente para quase 180.000 mil toneladas de castanha de caju em 2015. Paralelamente a essa evolução na produção e na exportação, a área cultivada também evoluiu bastante no país, pois chegou a 400.000 mil ha. Assim, os solos de vocação agrícola ou cultiváveis na Guiné-Bissau cobrem uma superfície de 1.110.000 ha, equivalente a 32% da superfície total.

No total de superfície vocacionado para a agricultura no país, a área ocupada pela plantação de cajueiro é correspondente a 36,03% do total da área cultivável do país, mostrando um total domínio e concentração no cultivo desse produto pelos agricultores guineenses (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, 2017). Segue a Figura 3, abaixo, com a evolução em milhares de toneladas de produção e exportação de castanha de caju.

Figura 3 - Guiné-Bissau: evolução de produção e exportação de castanha de caju/milhares de toneladas



Fonte: Dados de Pesquisa, Ministério da Agricultura (2017)

O país enveredou, desde o início da sua trajetória após a presença “colonial” portuguesa, para a dependência na produção e exportação de um determinado produto,

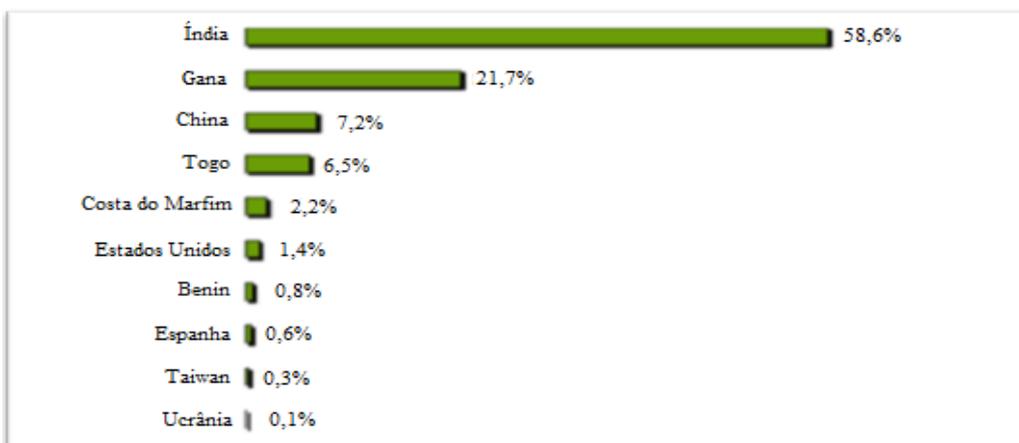
resultante de ausência de uma política agrícola bem planejada, considerando-se a potencialidade do país para cultivo de todos os tipos de produtos agrícolas, segundo informações do Ministério de Agricultura. Essa situação também resultou em concentração do destino das exportações em países asiáticos, entre os quais a Índia, com a maior fatia.

A Índia se transformou, de fato, no maior parceiro comercial da Guiné-Bissau desde os primórdios da entrada desse país na economia de mercado, quer dizer, desde a abertura econômica e comercial feita ainda nos finais da década de 1980, com o acordo entre a Guiné-Bissau e as instituições do Breton Woods (Banco Mundial – BM e Fundo Monetário Internacional – FMI). Daquele momento em diante, esse país asiático passou a canalizar para si quase toda a exportação de castanha de caju guineense.

O interesse da Índia na castanha de caju da Guiné-Bissau terá tido como principal motivo o reconhecimento internacional da qualidade da sua amêndoa, que é produzido sem uso de fertilizantes. Sobretudo, refere-se ao fato de que é um produto exportado sem qualquer transformação ou processamento, o que proporciona aos importadores um maior controle do seu processo de transformação em amêndoa e biscoitos, entre outros resultados. Posteriormente, ocorre a exportação do resultado do processamento para mercados mais evoluídos, importantes consumidores de amêndoa como os Estados Unidos e países da Europa. Ou melhor, tudo aquilo que é perdido na Guiné-Bissau devido ao percurso caracterizado por exportações brutas de castanha de caju, passa a ser absorvido ou ganhado pela Índia em toda a cadeia de beneficiamento deste produto, até a sua exportação para mercados consumidores finais. Essa estratégia parece proporcionar maiores ganhos ao país que abriga as atividades de processamento, relativamente ao que exportou sem transformação, neste caso, com respeito à castanha de caju, a Guiné-Bissau que beneficia menos de 7% de toda a sua produção.

Segue a Figura 4 abaixo, adaptado do relatório do Ministério de Relações Exteriores através da Divisão de Inteligência Comercial (MRE/DIC), trazendo os principais destinos das exportações guineenses em 2014, para uma melhor ilustração.

Figura 4 - Guiné-Bissau: participação na exportação total por país de destino (2014)



Fonte: Adaptado do MRE/DIC (2014)

Como pode ser constada na figura acima, a Índia absorveu 58,6% de todas as exportações guineenses em 2014. Este valor fica muito maior ainda quando se tratam apenas das exportações de castanha de caju, em relação às quais esse país absorve mais de 90% das vendas de castanha de caju guineense. Já as compras de Gana incluindo todos os produtos, corresponderam um total de 21,7% das exportações em 2014, enquanto que a China figura em terceira posição em termos de compras de produtos desse país africano em 2014, com 7,2%.

Como pode ser percebido, nesse *ranking* constam apenas três dos oito países que fazem parte da UEMOA, para os quais a Guiné-Bissau exporta: trata-se de Togo, com 6,5%, Costa do Marfim, com 2,2%, e Benin, com 0,8% (MRE/DIC, 2014). Com estas informações, pode-se dar uma ideia aproximada, como uma espécie de prévia, daquilo que constitui a situação desse país em relação às suas transações dentro desta união econômica, um assunto discutido com detalhes mais adiante neste capítulo.

Portanto, a situação da vulnerabilidade em que a economia guineense se encontra com relação às transações com o resto do mundo, fica muito mais patente quando se trata das rubricas ligadas às importações. O país importa quase todos os produtos destinados à satisfação das necessidades básicas, sobretudo os produtos alimentares. Isto talvez seja reflexo de falta de dinamismo na economia do país, um problema que vem sufocando a sua conta corrente no balanço de pagamentos, especificamente a conta da balança comercial.

Essa questão é bem preocupante, pois a dieta alimentar básica da Guiné-Bissau refere-se ao arroz, que, apesar de constituir a segunda maior cultura do país – atrás apenas da castanha de caju, segundo dados do Ministério da Agricultura (2017) –, não consegue ter autossuficiência produtiva. É que a prática agrícola no país é quase

totalmente rudimentar, sem aplicação de máquinas que permita aumento de escala e de produtividade. Consequentemente, não se logra a obtenção de volumes suficientes para abastecer o mercado interno, e menos ainda excedentes que possam ser exportados.

A representação deste fato está destacada na tabela abaixo, onde arroz, farinha de trigo, açúcar, bebidas e outros produtos alimentares figuram no topo da pauta de importações. Isso ocorre ao mesmo tempo em que outros produtos, voltados para áreas que poderiam impulsionar o sistema produtivo interno, que deveriam em tese, se destacarem na pauta importadora, como: a construção, indústria, transportes e telecomunicações, entre outros, situaram-se na segunda linha de prioridades.

Isso mostra, mais uma vez, o baixo ritmo da economia guineense, apesar da potencialidade que detém para o desenvolvimento do setor primário, envolvendo, sobretudo, por exemplo, a agricultura. Mesmo com o potencial aludido, o país importa quase todos os produtos voltados à sua dieta alimentar básica, e acaba criando um enorme deficit na balança comercial, com elevado nível de desequilíbrio nas contas públicas do país, ocasionando as necessidades de fazer dívidas por parte do governo.

Esta situação torna-se ainda mais preocupante quando relacionada à questão do envolvimento do país no bloco econômico e monetário do qual faz parte, quer dizer, à UEMOA. Um dos pontos do acordo deste bloco diz respeito à livre circulação de bens, capital, pessoas, serviços e remessas de lucros. Isso impossibilita a aplicação de tarifárias aos produtos oriundos dos países parceiros do bloco, como é o caso de Senegal, que é o maior vendedor de produtos básicos e alimentares para a Guiné-Bissau, procurando explorar este mercado o máximo possível.

Também existe a aplicação de Tarifa Externa Comum (TEC) para todos os bens e serviços oriundos dos países que não fazem parte desta União. Assim, parece que resta à Guiné-Bissau somente a alternativa de usar algumas barreiras administrativas, as quais, a rigor, não podem ser acionadas com efetividade. Pois, essas importações referem-se a produtos dos quais o país necessita para a satisfação do consumo básico da sociedade, uma vez que não dispõe de atividades econômicas que possam fazer face a essa situação de dependência em que se encontra. Segue a Tabela 2, abaixo, que traz informações percentuais a respeito dos principais produtos importados pela Guiné-Bissau; a série começa em 1997.

Tabela 2 - Guiné-Bissau: composição das importações em % (1997-2015).

	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2009	2010	2011	2013	2014	2015
Arroz	25	18	36	18	19	18	15	23	13	13	12	13	13	16	12
Farinha de Trigo	1	2	1	8	6	3	4	3	3	4	4	3	5	5	4
Açúcar	0	3	0	2	2	1	3	3	3	5	5	5	2	3	2
Bebidas	7	4	6	6	6	5	4	4	4	3	3	3	3	2	4
Outros Produtos Alimentares	4	33	4	23	17	7	9	7	9	8	8	9	11	11	10
Produtos Petrolíferos Refinados	11	11	14	14	13	11	16	19	20	22	20	22	21	18	13
Matérias de Construção	10	2	2	4	5	7	5	5	4	4	4	4	4	4	4
Materiais Transporte	12	7	10	8	5	5	5	7	4	5	4	5	5	4	13
Maquinas	9	7	4	5	3	5	5	5	5	3	3	4	3	3	10
Outros Bens	1	3	1	2	2	11	16	11	16	13	12	14	12	12	11
Serviços	19	9	21	8	23	27	18	12	19	21	25	19	21	23	17
Total	100														

Fonte: Dados de Pesquisa, INE (2017)

Esse tipo de adversidade enfrentada pela economia guineense, referente ao desequilíbrio na conta externa, representa perda de boa parte do PIB ao longo desses anos. Isso, em termos lógicos, talvez esteja acontecendo devido ao aumento progressivo das importações, provocando o fenômeno conhecido pelos economistas como “vazamento externo”, que é a saída de possibilidades de crescimento interno para o exterior, como explicado acima na análise da exportação *in natura* de castanha de caju. Usa-se essa expressão porque, com um elevado volume de importações em relação às exportações, boa parte da demanda que, em situação normal, poderia ser atendida pela produção interna, passa a ser compensada ou suprida pelas importações. Isso provoca desequilíbrio no âmbito das reservas cambiais. Ou seja, o “vazamento externo” é, às vezes, decorrente de baixa poupança interna da economia, que dificulta o atendimento de boa parte da demanda pela produção interna, devido ao fraco desenvolvimento das atividades econômicas. Numa economia em funcionamento “normal”, em que o nível de investimentos consegue fazer face a essa situação, o quadro se transformaria em oportunidades para as empresas se modernizarem, importando máquinas e equipamentos que seriam utilizados na atividade econômica, com vistas a ganhar maior competitividade internacional.

Como foi dito, esse ganho de competitividade acontece ou aconteceria numa economia em seu funcionamento “normal”. Porém, na situação em que a economia

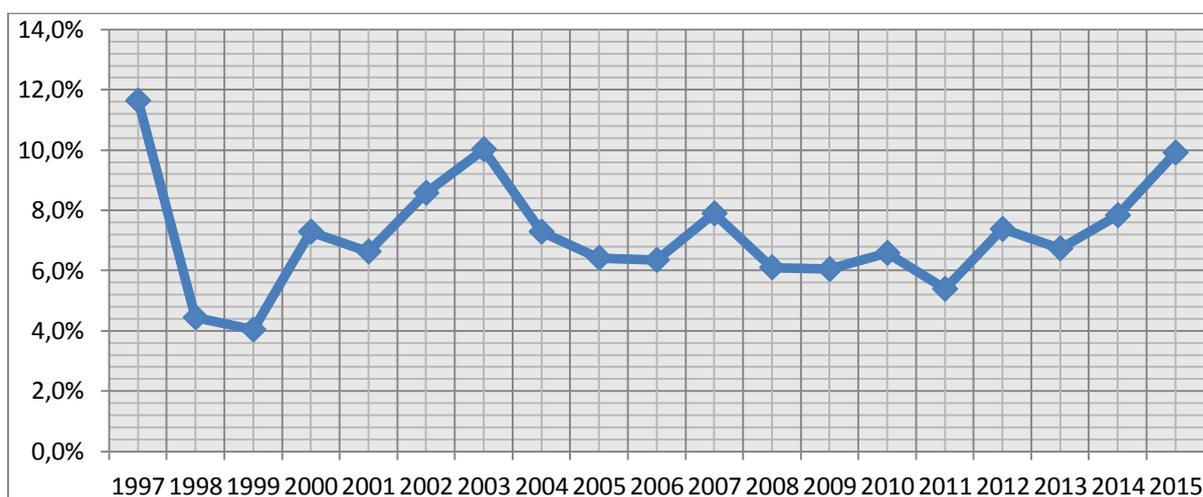
guineense se encontra, parece ser impossível a sua verificação, pois ainda são necessárias muitas reformas estruturais, incentivos fiscais do governo e uma maior taxa de investimento, entre outras medidas, para facilitar a sua dinamização.

Investimentos, despesas e dívidas na economia guineense

No gráfico da figura abaixo pode ser constatado o nível de investimento na economia desde 1997 após a entrada do país na UEMOA, que foi o único ano em que esta taxa alcançou quase 12% em relação ao PIB. A partir dessa data esse valor esteve sempre abaixo dos 10% do PIB, com oscilação durante a maior parte da série, de 1997 a 2015, abaixo dos 8% em relação ao PIB. Esse baixo nível de investimento na economia explica de algum modo, porque o país vem importando ao longo do tempo quase todos os produtos básicos (INE, 2017).

Deste modo, acaba deixando a economia guineense em situação cada vez mais complicada, dificultando o alcance de um *push* que poderia lhe retirar da condição de *colonial porverty trap*²³, elevando significativamente o seu PIB real. Abaixo a Figura 5, com a taxa de investimento na economia guineense de 1997 a 2015.

Figura 5 - Guiné-Bissau: Taxa de Investimento em % do PIB (1997-2015)



Fonte: Dados de pesquisa, INE (2017)

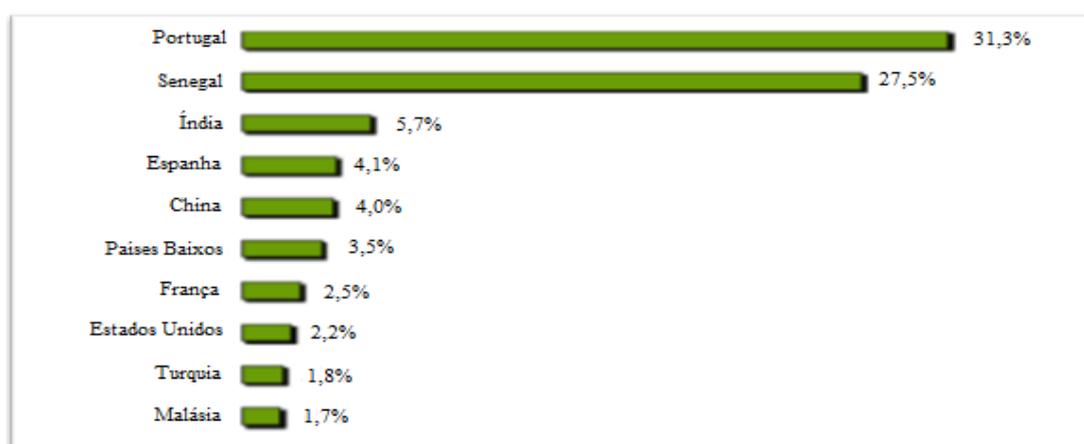
Em seguida a figura abaixo mostra uma total dependência da Guiné-Bissau em relação às importações especificamente dominadas por dois países: Portugal e Senegal.

²³ A “Armadilha colonial da pobreza ou *colonial porverty trap*” é um neologismo criado pelo autor deste capítulo, como forma de expressar as dificuldades que a Guiné-Bissau tem enfrentado para encontrar o caminho de desenvolvimento econômico e social, devido a estrutura social, econômica e produtiva, herdada dos exploradores portugueses.

Portugal representa mais de 31% das importações do país, o que pode ser ocasionado pelas maiores relações diplomáticas e laços “coloniais” existentes entre os dois países, pois o uso da mesma língua também costuma influenciar no fortalecimento das relações econômicas. Já o Senegal detém por volta de 27,5% das importações guineenses (MRE/DIC, 2014). Nesse caso, a explicação reside, ao menos em parte, no fato da proximidade fronteiriça, além do pertencimento ao mesmo bloco econômico a UEMOA, em que se tem união aduaneira e livre circulação de capitais, bens, serviços, pessoas e remessas de lucros entre os países integrantes.

Assim, como forma de ilustrar o comportamento de importação guineense nos últimos anos e que vem causando maiores problemas para esta economia, a Figura 6 apresenta as principais origens das importações do país em percentagem.

Figura 6 - Guiné-Bissau: participação na importação total por país de origem (2014)



Fonte: MRE/DIC (2014)

Portanto, Senegal vem utilizando intensamente as possibilidades oferecidas pela União, sobretudo no que diz respeito às exportações de seus produtos para a Guiné-Bissau. O segundo importa do primeiro quase todos os produtos de consumo básico, exceto o arroz, que vem da Ásia. Também a Guiné-Bissau importa do Senegal grande volume dos materiais utilizados na construção civil, sobretudo cimento e ferros amarrados e não amarrados.

Tudo isso faz com que a economia guineense permaneça muito dependente da oferta externa. Sua transação econômica se dá majoritariamente de maneira triangular, ou seja, a partir de três continentes: Europa através de Portugal; Ásia por meio da Índia e África via Senegal. Os demais parceiros dividem a restante parcela das compras do país, como consta na figura apresentada acima.

Por essas razões, essa economia vem registrando desequilíbrios no balanço de pagamentos, especificamente nas contas de transações correntes, na rubrica da balança comercial. Assim, essas características de constantes déficits em quase todas as contas da contabilidade nacional, vêm representando maior dependência e acarretando demanda por ajuda orçamentária, assim como avultados volumes de dívidas. Essas ações servem de meios para fazer face às suas despesas orçamentais e aos gastos públicos, que vêm sendo sufocados em diferentes áreas, tanto quanto programas de investimentos que poderiam proporcionar alívio nas contas nacionais e nas finanças públicas especificamente.

O problema é de grande relevo. Com efeito, Romer (1990) destaca a importância dos gastos públicos para o impulso ao crescimento econômico através de melhorias nas infraestruturas e de atividades de pesquisa e desenvolvimento/P&D. Por outro lado, gastos em capital têm características estimuladoras do crescimento, ao passo que elevadas despesas correntes tendem a reduzir o crescimento (ROMER, 1990). Ou seja, os gastos de capital aumentam o crescimento, com reflexos costumeiramente fortes, sobretudo nos países em desenvolvimento (EASTERLY; REBELO, 1993). Na verdade, parece que já existe um consenso na literatura sobre a relação positiva que existe entre despesa/gastos públicos e crescimento (CORREIA, 2012).

Porém, algumas situações de conturbação política também acabam afetando o desempenho econômico guineense. Como a frequente ruptura no sistema político-democrático e governativo, que também reforçado pelo FMI (2010), ao destacar que a Guiné-Bissau conviveu por mais de uma década com situação econômica e política muito complicada, marcada, sobretudo, pelas instabilidades políticas que se iniciaram fortemente com o conflito político-militar de 1998. Para Correia (2012), durante esse período de instabilidade foram verificados déficits internos insustentáveis por causa de baixa arrecadação tributária, uma elevada relação despesas/receitas internas e a forte dependência do orçamento à ajuda externa. Assim, o país apresenta condições externas desfavoráveis, com economia vulnerável a choques externos (CORREIA, 2012).

Esse tipo de situação, entre outros aspectos, é causador de forte endividamento do país, em busca de enfrentamento de suas obrigações. Entretanto, segundo informações do Index Mundi (2018), a dívida pública guineense corresponde ao total de 46,3% do PIB registrado em 2016. Esse valor vem aumentando num ritmo preocupante, dada a situação complicada em que o país se encontra o governo não consegue saná-la, acabando por sofrer reajustes, com taxas de juros escalonadas sobre o capital. Com

relação à dívida externa, especificamente, esta assume um comportamento ainda mais assustador, tendo alcançado a cifra de US\$ 1,095 bilhão em 2017, sendo que até dezembro de 2010 a Guiné-Bissau tinha uma dívida externa no montante de US\$ 941,5 milhões (INDEX MUNDI, 2017).

Uma dívida externa galopante para uma economia muito frágil como a da Guiné-Bissau, simplesmente sufoca as possibilidades de desenvolvimento das atividades econômicas do país, sobretudo no tocante aos investimentos de capital pelo governo e o setor privado, com vistas a melhorar as infraestruturas básicas. O mesmo vale para os investimentos em áreas sociais, envolvendo saúde, educação, segurança e saneamento básico, entre outras áreas prioritárias, sem mencionar as dificuldades que se passa a enfrentar para atrair novos investimentos estrangeiros diretos.

E, como mencionado acima, essa situação acaba refletindo fortemente no desempenho das finanças públicas do país, por este não conseguir honrar seus compromissos internos. Isto acarreta desde atrasos nos salários dos servidores públicos (parece caricato, mas isso é comum na administração pública guineense) até falta de assistências básicas para a sociedade como um todo (apesar de a sociedade guineense nunca ter tido o privilégio de experimentar a assistência do seu governo com relação a programas sociais de expressão, desde a independência).

Portanto, quem passa a suprir essa necessidade de financiamento em setores sociais, como os mencionados acima, ou em projetos de desenvolvimento no país, são, geralmente, as organizações internacionais e/ou ONGs. Estas passam a desempenhar, na maioria das vezes, o papel do Estado guineense nesse quesito. Assim procedendo, tentam lidar com alguns problemas causados pela falta de assistência estatal à sua própria população, ou com as necessidades da economia como um todo.

Talvez isso explique o comportamento do financiamento da economia guineense. Suas origens são em boa parte estrangeiras, seja em títulos de empréstimos ou doações. Segundo dados do Ministério da Economia e Finanças/Direção Geral de Previsão e Estudos Econômicos (MEF/DGPEE) (2015), o financiamento total na economia em 2015, situou-se em 26,1 bilhões de FCFA, equivalente a US\$ 45.749.332,80. Assim, 14,5 bilhões são oriundos de financiamentos dos bancos, e 11,5 bilhões são financiamentos externos. Deste montante 9,8 bilhões foram destinadas para os projetos, através do *Arab Bank for Economic Development in Africa (BADEA)*, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BM), Banco Oeste

Africano do Desenvolvimento (BOAD), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Banco Africano do Desenvolvimento (BAD).

Em uma comparação homóloga considerando 2014, o financiamento total da economia cifrou em 17,7 bilhões de FCFA, equivalente a US\$ 31.025.409,60. Deste montante, 14,5 bilhões foram financiamentos internos, na mesma modalidade do contraído em 2015. Enquanto que 11,8 bilhões vieram do exterior, dos quais 11,9 bilhões foram financiamentos de projetos oriundos também de BM e BOAD (MEF/DGPEE, 2015).

A situação de financiamento/créditos na economia desse país, na verdade, teve algum melhoramento a partir da década de 2000, com o ressurgimento de novos bancos comerciais, que começaram a conceder um volume razoável de créditos à economia, apesar de ainda muito baixos considerando a necessidade que se tem em termos de investimento. Segundo dados do MEF/DGPEE, em 2014 o crédito interno foi no montante de 82.941.700.000 de FCFA, o que equivale a US\$ 145.384.192,96. Este valor aumentou para 124.419.800.000 de FCFA em 2015, correspondente a US\$ 217.738.427,99, ou seja, 33,33% do aumento em relação ao ano de 2014 (MEF/DGPEE, 2015).

Portanto, não obstante esse aumento no nível de investimento/crédito interno, tal processo parece não ter se revertido em atividades econômicas geradoras de emprego formal e renda para a população guineense. A maior parte desses créditos foi concedida somente no período de campanha de comercialização de castanha de caju, resumindo-se apenas a operações de compra e venda desse produto em interações com o exterior. Trata-se de um período muito sazonal na economia da Guiné-Bissau, acontecendo normalmente no primeiro semestre de cada ano.

De acordo com entrevista realizada em 2017 com o responsável de tesouraria de um dos bancos comerciais da Guiné-Bissau, este responsável afirmou:

...a modalidade de financiamento ou concessão de créditos na economia através da nossa instituição é direcionada para Pequenas e Médias Empresas – PMEs. Para as grandes empresas os financiamentos são sazonais, ou seja, apenas no período de campanha de castanha de caju... Para PMEs o financiamento é para período máximo de três anos com taxa de juros de 12% a.a. Mais uma vez, o financiamento para as grandes empresas são de três meses por ano durante o período de campanha de castanha de caju. Para concessão de créditos o banco exige, entre outros fatores: primeiro, ter uma contabilidade organizada, apresentando boas condições de tesouraria através de análise dos rácios importantes que não devem estar degradados a quando do pedido de financiamento no banco; segundo, a empresa não tem que ter dívidas com outros bancos comerciais guineenses; e, terceiro, a

empresa tem que ter responsabilidade fiscal que é, sobretudo, quando a empresa estiver gerando emprego e pagar impostos ao Estado.

Com relação ao financiamento de projetos de investimentos de raiz nas áreas industriais ou transformadoras não fazemos estes tipos de financiamentos, ou seja, o nosso financiamento são apenas para clientes tradicionais, que são aquelas empresas que já conhecemos as suas estruturas financeiras muito bem... não financiamos os projetos de negócios dos jovens empreendedores por questão de risco e incertezas no sucesso daquele projeto. Pois já aconteceu este tipo de financiamento feito através do fundo DENARP, mas foi uma lástima à economia porque não correu como previsto. Esta situação não chegou a lesar o banco porque foi o dinheiro do Estado, o banco serviço apenas como intermediário²⁴.

A complicada situação do investimento na economia guineense fica mais evidente quando vista de maneira separada. Do ponto de vista do investimento privado, na economia guineense, o volume é muito baixo, com montantes sempre abaixo dos 7% do PIB, desde o ano de 2000 a 2016 (FMI, 2017). Ou seja, em 16 anos, a Guiné-Bissau não teve investimento privado que superasse aquela percentagem em relação ao PIB. Isso mostra, mais uma vez, o baixo nível de dinamismo dessa economia.

Este tipo de comportamento aumenta a adversidade da economia guineense, fazendo com que o governo deixe de arrecadar muitos tributos que poderiam proporcionar algum alívio para as finanças públicas, buscando cobrir as necessidades de gastos públicos. Tais necessidades referem-se, sobretudo, a gastos com salários dos servidores públicos e outros encargos públicos que parecem ser muito desequilibrados, considerando-se a realidade da economia guineense. Assim, se continuar no percurso observado, certamente será muito difícil o governo suportar um nível de despesas que se apresenta como crescente, na contramão das receitas públicas.

Ainda com relação às despesas, o FMI (2017) destaca que houve de certa maneira um controle desta conta nos últimos anos, o que ajudou a fortalecer a posição orçamentária, mas que há ainda margem para melhorar a sua composição e qualidade. A massa salarial é relativamente alta em comparação com os gastos correntes (34% em 2016). “Outras despesas correntes”, uma categoria residual que também é significativa, fechou em 20%. Por outro lado, aqueles gastos que deveriam ser bem reforçados, como os gastos sociais e prioritários (englobando gastos com educação, saúde e segurança, entre outros), são muito baixos, correspondendo apenas a 4,7% do PIB.

Outra área que também deveria ter bastante atenção, tendo em conta a fragilidade em que se encontra, refere-se às despesas de capital. Essa área recebe apenas um componente mínimo financiado internamente, revelando-se inclusive menor do que

²⁴ Entrevista com Aliu Soares Cassama, nossa tradução.

a média da África Ocidental, e tem sido baixo por muitos anos. Em 2016, figurou entre 5 e 6% do PIB, ao passo que os gastos correntes situaram-se acima dos 14% do PIB, no mesmo ano. Isso deixou grandes lacunas nas infraestruturas, que já eram críticas. Além disso, os resultados são frequentemente pobres, mesmo considerando o baixo nível de gastos (FMI, 2017). O subtópico seguinte apresenta os reflexos dessas políticas sobre dados econômicos da participação do guineense na UEMOA.

Situação socioeconômica e comercial da Guiné-Bissau: um olhar multilateral focado na UEMOA

Como assinalado acima neste capítulo, a UEMOA é uma união econômica e monetária composta por oito países (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo). O fato de formarem um bloco não significa que não existam também disputas internas, no amplo mercado composto por cerca de 114 milhões de consumidores. Assim, procura-se examinar os principais indicadores socioeconômicos dos países da região, individualmente. Sobretudo, observa-se o posicionamento da Guiné-Bissau em relação aos demais países membros, como forma de procurar avançar no conhecimento sobre o desempenho desse país na UEMOA, desde 1997. São estas análises que compõem efetivamente este subcapítulo

Com esse intuito, primeiramente se destaca, na Tabela 3, abaixo, a evolução do PIB e do PIB per capita dos países membros da UEMOA, antes e depois da formação do bloco. Nesta tabela verifica-se que o PIB total da União girava em torno dos US\$ 40 bilhões no ano de 1990, quatro anos antes da sua criação. Em seguida, atingiu-se um volume correspondente aos US\$ 53 bilhões em 2000, e se alcançou US\$ 101 bilhões de dólares no ano de 2015.

Com relação ao impacto da existência do bloco na atividade econômica, o quadro ainda se mostrava ambíguo entre o ano de 1990 e 2000, mas a diferença neste intervalo de tempo era relativamente pequena. Uma importante razão, certamente, é que os países membros ainda se encontravam em fase de adaptação à nova estrutura do mercado. Já com relação ao desempenho apresentado no ano de 2015, constatou-se que houve um aumento expressivo no crescimento do PIB no bloco, o que talvez possa ser explicado pela maior dinâmica econômica e maior adaptação dos países ao bloco.

De 1990 a 2015 ocorreu, portanto, um crescimento do PIB da ordem de 39%. Trata-se de comportamento expressivo, talvez relacionado, de alguma forma, à existência do bloco. Na base da trajetória há de ter figurado um maior impulso nas interações entre os países, com repercussões no aumento do ritmo da atividade econômica, por conta da criação do bloco. Do mesmo modo que cresceu o produto real ao longo dos 25 anos de funcionamento da UEMOA, também houve ampliação significativa do PIB per capita no seu interior. Esse indicador, que era uma média de US\$ 477,62 (quatrocentos setenta e sete e sessenta e dois) no ano de 1990, apresentou um crescimento não negligenciável, alcançando em média US\$ 658,26 (seiscentos cinquenta e oito e vinte e dois) em 2000. Já no ano de 2015 atingiu US\$ 755,78 (setecentos cinquenta e cinco e setenta e oito), representando o aumento de 58% entre os anos de 1990 e 2015. A intensificação da atividade econômica relacionada aos processos inerentes à existência do bloco certamente subjaz a esse resultado.

No que se trata do PIB dos países, individualmente, fica evidente o destaque de Costa do Marfim como a maior economia do bloco. Esse país registrou em 1990 um PIB de quase US\$ 18 bilhões, tendo chegado a 2015 com quase US\$ 37 bilhões, um crescimento de 48,27%. O segundo maior produto, e conseqüentemente a segunda maior economia, diz respeito ao Senegal, que obteve US\$ 6 bilhões em 1990 e atingiu um valor de quase US\$ 17 bilhões em 2015. Quer dizer, esse país abrigou um crescimento de 38,01% no seu PIB nos últimos vinte e cinco anos. Como terceira maior economia perfila-se o Mali, que contabilizou em 1990 um valor do PIB equivalente a US\$ 4 bilhões, e em 2015 alcançou US\$ 13 bilhões, em aumento de 30,35% após a criação da UEMOA.

Seguindo a seqüência de representatividade das economias integrantes desse bloco econômico, a quarta maior força, em termos do PIB, refere-se a Burkina Faso; o quinto lugar fica com Benin; o sexto, com Níger; a sétima posição diz respeito ao Togo; a oitava economia do bloco corresponde à Guiné-Bissau, o último país em termos de representação econômica. Já com relação ao PIB per capita, todos os países tiveram crescimentos significativos, apesar de ser em ritmos diferentes, como pode ser verificado na Tabela 3.

Tabela 3 - UEMOA: PIB e PIB per capita a preços constantes e outros indicadores socioeconômicos (1990-2015)

	PIB			PIB per capita			Pop./ Nível pob.	IDH
	1990	2000	2015	1990	2000	2015		
Guiné-Bissau	622.007.475	661.730.564	1.057.415.318	614,46	532,27	545,90	67%	0,420
Costa do Marfim	17.764.120.445	22.300.414.202	36.794.322.093	1.448,03	1336,43	1384,91	46,3%	0,462
Togo	2.064.662.775	2.563.068.020	4.245.259.745	545,21	515,67	531,16	55,1%	0,484
Burkina Faso	3.007.669.516	5.046.707.524	12.379.492.024	341,35	434,76	639,71	40,1%	0,402
Benin	3.033.624.751	4.766.643.562	9.103.831.278	609,35	694,24	833,66	36,2%	0,480
Senegal	6.398.540.802	8.668.335.875	16.833.353.304	846,86	877,00	1018,39	46,7%	0,466
Níger	3.064.806.712	3.657.358.998	8.085.878.853	382,49	322,15	386,73	45,4%	0,348
Mali	4.073.912.797	6.071.472.020	13.421.822.111	481,25	553,58	705,79	36,1%	0,419
UEMOA ²⁵	40.029.345.273	53.735.730.765	101.921.374.726	477,62	658,26	755,78	46,61%	0,435

Fonte: Dados de Pesquisa, BM (2018), INDEX MUNDI (2018) e PNUD (2015).

Perceba-se que todos os sete países da União já se encontravam com um ritmo econômico mais ou menos acelerado desde 1990 para os padrões africanos, quatro anos antes da criação da UEMOA, apresentando o PIB acima de US\$ 1 bilhão. De sua parte, a Guiné-Bissau, naquele mesmo ano, ainda exibiu um PIB equivalente a US\$ 622 milhões.

Somente em 2015 esse país logrou alcançar US\$ 1 bilhão no seu PIB, período em que alguns países já haviam atingido dezenas de bilhões de dólares nos respectivos PIB. Esses números mostram o atraso apresentado pela economia guineense em relação aos demais membros após 19 anos de sua participação no bloco, mesmo considerando-se tratar-se da menor economia da região.

Portanto, mesmo com a sua integração ao bloco quatro anos depois da criação deste, em 1997, a Guiné-Bissau permaneceu apresentando um baixo nível de desempenho econômico, conforme refletido nos dados apresentados. Tal fato há de traduzir um fraco aproveitamento das oportunidades que o mercado da União oferece. Esta situação fica mais evidente na parte em que se analisam os dados de comércio entre os países membros, mais adiante neste capítulo. A fragilidade econômica da Guiné-Bissau no interior do bloco, indicada pelos dados apresentados na tabela acima, também ficou evidente na comparação das contribuições percentuais dos países para o PIB da UEMOA nos últimos quinze anos, período em que o país já se encontrava integrado.

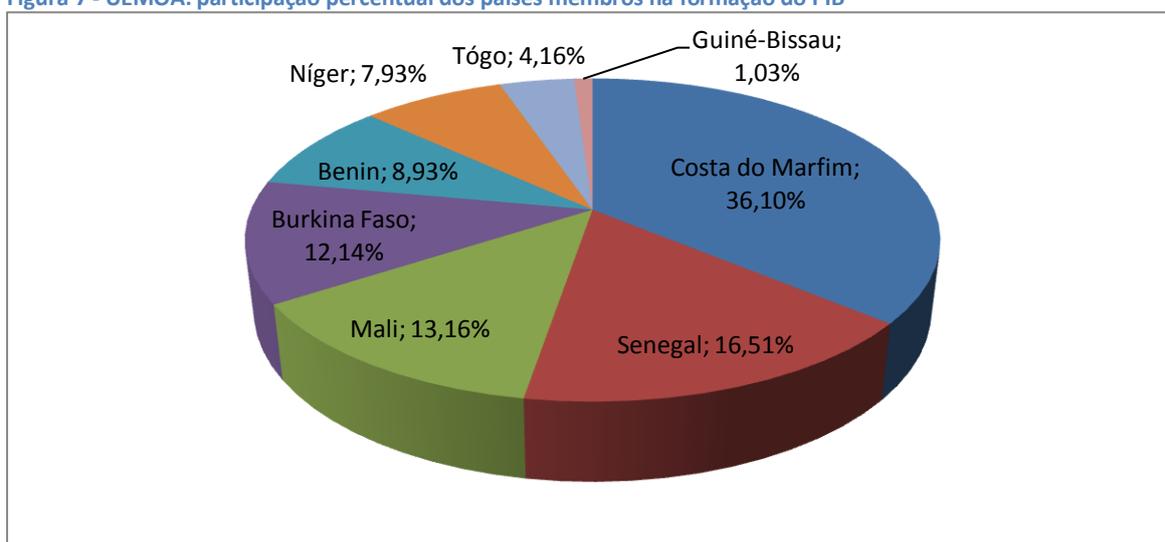
Por exemplo, a Costa do Marfim, que é a maior economia do bloco, tem uma contribuição percentual no PIB total da UEMOA de 36,10%; Senegal, a segunda maior economia, contribuiu com 16,51%; a terceira maior economia do bloco, o Mali, participa

²⁵ O PIB total da UEMOA é a soma do PIB dos oito países membros. Já os PIB per capita, População abaixo do nível de pobreza e o IDH, tratam da média dos oito países membros.

com 13,16%; e Burkina Faso, a quarta maior força econômica, tem 12,14% de contribuição.

Por sua vez, o Benin, que é a quinta economia do bloco, tem uma participação de 8,93%; a sexta maior economia da região, que é o Níger, tem contribuído com 7,93%; o sétimo país com economia mais forte, o Togo, tem contribuído com 4,16%. Já a Guiné-Bissau, que se situa em oitava posição em termos de *performance* econômica, tem uma contribuição de apenas 1,03% no PIB da UEMOA. Abaixo a Figura 7 para melhor visualização da participação percentual dos países membros da UEMOA no PIB.

Figura 7 - UEMOA: participação percentual dos países membros na formação do PIB



Fonte: Dados de pesquisa, BM (2018).

Porém, caso se olhe somente para o crescimento do PIB guineense, sem colocá-lo em comparação com o resto do bloco, percebe-se ter sido de 62,58% a expansão de 2000 a 2015. No entanto, este crescimento, além de insuficiente para mudar a posição do país no *ranking* do bloco, talvez tenha se relacionado com o aumento no volume de exportação – para fora do bloco – de produtos primários, que representam 44,0% do PIB guineense, segundo INE (2017); a castanha de caju constitui a melhor ilustração. Em outras palavras, caberia indagar sobre o efetivo papel do bloco na indicada *performance* da economia guineense.

Outra questão, no sentido do aprofundamento do comentário anterior, que permite indagar sobre esse papel na apontada trajetória do PIB da Guiné-Bissau, mesmo após anos de participação desse país no bloco, tem a ver com o seguinte: o aumento do Produto pode ter ocorrido por conta de aumento no volume de comércio em

aproveitamento do *boom* das *commodities* na década de 2000. Ou seja, a base teria sido a ampliação das trocas com parceiros comerciais fora do bloco, uma vez que o país exporta quase somente produtos primários para o mercado asiático, como já assinalado no sexto capítulo.

Dessa maneira, considerando os dados apresentados sobre a evolução do PIB entre os demais países membros do bloco, destaca-se que a UEMOA, de um modo geral, tem permitido melhorias. Tal percurso corresponde a um dos propósitos da integração econômica, que é o aumento do crescimento econômico e o consequente avanço no processo de desenvolvimento econômico, motivado pela maior interação entre os países membros.

Pode-se dizer que essa situação evoca as colocações de importantes autores que se debruçaram sobre a problemática da integração, entre eles, com destaque, Balassa (1961), cujas ideias foram tratadas acima neste capítulo. O mesmo deve ser dito sobre Robson (1985), para quem países em desenvolvimento unidos em blocos econômicos regionais, usufruem de maiores possibilidades para atuar sinergicamente com vistas à realização dos seus interesses, tanto no mercado internacional como no próprio mercado regional, mediante o fortalecimento da competitividade regional.

Saem na frente os países que buscarem maior dinamização econômica, explorando da melhor maneira as possíveis oportunidades oferecidas pelo mercado. Assim, tem sentido considerar que, talvez, a Guiné-Bissau não tenha aproveitado como deveria as chances relacionadas a esse mercado, até o presente momento. A razão seria uma frágil e limitada economia, cujo sistema produtivo apresenta-se menos evoluído em relação aos demais países, como sugerem os dados apresentados. Uma consequência, e ao mesmo tempo uma espécie de tradução, do precário quadro nacional tem a forma de concentração produtiva em alguns produtos de base agrícola e de menor complexidade econômica.

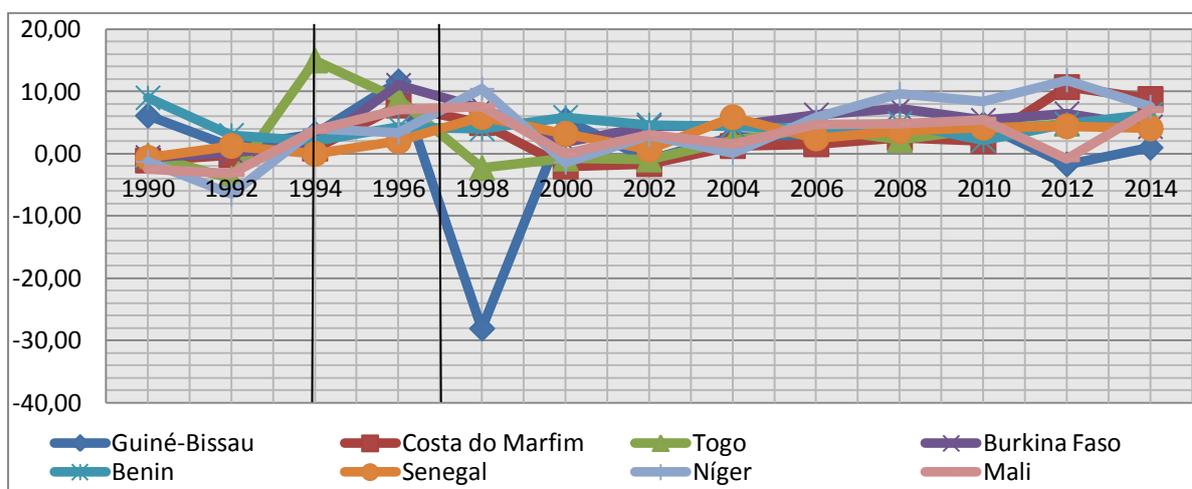
Outra situação que pode se refletir neste tipo de estatística, apresentada em termos do PIB para a Guiné-Bissau, diz respeito ao fato de o país ter se integrado a um bloco em que existe grande desequilíbrio econômico entre os membros. Isso tende a significar dificuldades para que os países menos desenvolvidos logrem, por assim dizer, enquadramento ao sistema. Tudo isso, associado a constante ruptura no sistema governativo ou inconsistência democrática – crises políticas. De fato, na UEMOA, apesar de todos os países se apresentarem como de baixa renda e em desenvolvimento, há um significativo desequilíbrio intra-bloco.

De acordo com Mendes (2013), o agrupamento, num bloco regional, de países com algum nível de desigualdade em termos de desenvolvimento, exige consentimento voluntário e explícito dos membros mais desenvolvidos no tocante às condições exigidas pelo processo de integração. Isso pode ser associado ao caso da UEMOA, no qual se constata, como já indicado com base nos dados apresentados, que a Costa do Marfim apresenta a economia mais desenvolvida na região. Porém, integra o mesmo bloco um país como a Guiné-Bissau, de muito menor expressão econômica, com atividades produtivas fortemente concentradas na castanha de caju, quer dizer, num setor agrícola bastante limitado, e com a indústria contribuindo apenas com 13,3% do PIB (INE, 2017).

Com relação às taxas de crescimento anual do PIB desses países ao longo do tempo, de 1990 a 2015, constatou-se que reportam, de alguma forma, um comportamento inverso em relação aos números apresentados na Tabela 7, após a criação da UEMOA. Os países com maior potencialidade econômica apresentaram taxas de crescimento anual mais baixas, na faixa de 5% entre anos de 2000 a 2015, como é o caso de Senegal e Mali, que estão entre as três maiores economias da região. Das três maiores economias do bloco, somente a Costa do Marfim apresentou uma taxa mais expressiva, de 10,71% em 2012, como mostra no gráfico da Figura 8 abaixo.

Esse gráfico apresenta duas linhas verticais perpendiculares para os anos de 1994 e 1997, correspondentes, pela ordem, ao ano da criação do bloco e ao da entrada da Guiné-Bissau ao bloco. Daqui em diante, no texto, todos os gráficos de linha representados conterão esses dois sinais, para mostrar de uma melhor maneira a evolução do bloco como um todo desde a sua criação, e especificamente a evolução da Guiné-Bissau.

Figura 8 - UEMOA: Taxa de crescimento anual do PIB real em % (1990-2014)



Fonte: Dados de pesquisa, BM (2018).

Desconsiderando-se o ano de 1996, em que todos os países cresceram perto de 5% – excluindo o Senegal –, todos os demais países que não fazem parte dos três primeiros no *ranking* do bloco, tiveram taxas de crescimento econômico maiores ou iguais a 5% até 2014.

Nesta série a maior atenção recai novamente para o desempenho da Guiné-Bissau, que apresentou dois momentos expressivos de declínio na taxa de crescimento do PIB, como se constata no gráfico da figura acima: 1998 e 2012. Deve-se destacar sobre tais momentos que se trata de alguns entre os vários em que houve instabilidades políticas e rupturas democráticas em sequências, vivenciada pelo país desde a sua independência de Portugal. Por exemplo, na queda da taxa de crescimento registrada no ano de 1998, observou-se que, no mesmo período, dentro do bloco apenas o Togo apresentou número inferior a zero, e mesmo assim de maneira moderada. Porém, a Guiné-Bissau sofreu um forte decréscimo, de 28% do PIB, o qual, provavelmente, foi

resultante do levante militar que durou 11 meses (de 7 de junho de 1998 a 6 de maio de 1999), e acabou depondo o então Presidente da República.

Com relação ao comportamento negativo do crescimento econômico do país em 2012, período em que no bloco apenas o Mali, a terceira maior economia, apresentou comportamento negativo entre os oito países da União, o resultado da Guiné-Bissau vinculou-se ao golpe de Estado orquestrado pelos militares, e que também derrubou os então Primeiro Ministro e Presidente Interino da República. Esse processo repercutiu também fortemente na atividade econômica, que amargou taxa de crescimento de -0,94%, apesar de uma rápida recuperação positiva de 0,96% em 2014 (BM, 2018).

Embora os demais países também tenham registrado taxas de crescimento do PIB negativas em alguns momentos, as da Guiné-Bissau foram mais profundas e impactantes, conjugadas à situação de uma economia muito débil na comparação com os demais membros do bloco. Isso talvez signifique crescentes dificuldades para o aproveitamento das oportunidades que o mercado comunitário vem dando, e que os demais países parecem usufruir mais plenamente.

Portanto, estas estatísticas mostram, mais uma vez, a situação frágil da economia guineense, considerando-se que o PIB é um indicador muito importante para a mensuração do desempenho de uma economia. Sobretudo nas economias de baixa renda, como é o caso dos países da UEMOA. A Guiné-Bissau padece, com efeito, da condição de maior atraso em termos de estrutura produtiva, o que lhe impõe dificuldades consideráveis nas interações em nível de bloco.

As dificuldades incluem os desafios referentes ao uso de uma nova língua. De fato, a língua costuma desempenhar um papel muito importante nas relações econômicas em escala de bloco, e também nas relações mais abrangentes, e este constitui plano em que a Guiné-Bissau também enfrenta problemas no interior da UEMOA. Possivelmente, a razão é que os demais países do bloco já tinham maior relação econômica entre si, como também com a França, cujos investimentos internacionais – como costuma ocorrer nas relações entre países outrora “colonizadores” e “colônias” – aparecem em algum grau canalizados para antigas “colônias” desse país europeu. Para um país lusófono em bloco formado por países francófonos, como é a Guiné-Bissau, essa possibilidade de atrair tais investimentos pouco se apresenta. Isso estimularia, ou imporia, a aprendizagem da língua francesa, e talvez também de outros

aspectos do comportamento social, como forma de adaptação à nova estrutura de mercado representada pela participação no bloco.

Sobre essa questão, Mendes (2013) indica que a integração da Guiné-Bissau à UEMOA – bloco, como já se falou, em que todos os demais membros utilizam o francês como língua oficial/laboral – implica num grande desafio para o último país entrante. As necessidades enfeixadas no acompanhamento das atividades delineadas por essa organização regional tornam desafiadoras a sua adaptação, que deve transcorrer pelo menos no longo prazo.

Segundo a autora, a relação da França com suas antigas “colônias” é muito forte, pois, quando se olha para os fluxos bilaterais de recursos financeiros provenientes da Europa, observa-se que uma parcela significativa é canalizada para tais países. Comportamento parecido com o da França, no tocante ao direcionamento de recursos financeiros com origem na Europa, segundo frisado pela autora, é adotado também pelo Reino Unido, nas suas interações com países africanos hoje ex “colônias”.

Essa situação há de prejudicar a Guiné-Bissau, com relação ao potencial financeiro para dinamizar as suas atividades produtivas. Por exemplo, no ano de 2010, do total do fluxo financeiro oriundo da França, apenas 0,18% foram canalizados para este país. Todos os outros países da UEMOA, praticantes da língua francesa, receberam fluxos situados entre 3 e 16%, com a exceção da Libéria, que não é ex “colônia” da França, mas que naquele ano recebeu o maior volume, equivalente a 23% do total (MENDES, 2013).

A Tabela 4 abaixo ilustra essas colocações sobre os fluxos financeiros durante a década de 2000, até 2010. Na tabela, que recobre um período de dez anos, são mostrados em negrito os países da UEMOA que mantêm os referidos vínculos com a França, excetuando a Guiné (Guiné-Conakri).

Tabela 4 - UEMOA: quota dos fluxos bilaterais líquidos totais por país provenientes da França (2010)

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Benin	11,12	9,29	4,49	5,64	5,28	2,12	2,55	6,53	7,50	2,81	4,78
Burkina	12,31	9,62	5,98	10,12	7,02	3,93	4,54	13,28	16,05	4,32	6,26

Faso											
Cabo Verde	0,65	0,57	0,35	0,59	0,39	0,20	0,15	0,69	0,99	0,22	0,29
Costa Marfim	23,40	24,13	58,96	17,86	5,22	2,72	3,69	5,86	4,46	66,91	13,58
Gâmbia	0,01	0,11	0,04	0,06	0,01	0,01	0,02	0,09	0,05	0,02	0,03
Ghana	0,49	0,97	1,13	2,79	6,26	1,88	0,80	4,81	4,86	2,77	3,31
Guiné	2,96	4,46	2,50	4,54	6,07	1,48	0,71	6,37	8,25	4,58	3,53
Guiné-Bissau	1,00	0,84	0,44	0,55	0,45	0,15	0,34	0,39	0,63	0,34	0,18
Libéria	0,12	0,33	0,19	0,20	0,07	0,03	0,07	0,13	3,03	0,02	22,75
Mali	14,69	13,29	7,05	10,72	6,84	4,14	2,82	24,76	9,25	4,17	7,60
Níger	6,19	8,08	3,82	23,92	16,44	3,48	3,07	6,56	7,66	3,20	4,90
Nigéria	0,61	3,24	0,98	1,23	0,62	70,51	70,07	1,37	1,34	0,51	0,87
Senegal	22,04	22,38	11,59	18,33	42,80	7,78	9,94	20,44	21,36	7,86	15,41
Serra Leoa	0,11	0,43	0,40	0,21	0,29	0,10	0,07	4,82	0,14	0,02	0,03
Togo	4,31	2,26	2,07	3,25	2,23	1,47	1,15	3,90	14,43	2,26	16,47
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado com base em Mendes (2010).

Essa realidade torna ainda mais difícil a situação econômica da Guiné-Bissau, afetando o seu nível de competitividade na União. Isso contribui para o seu fraco desempenho nas atividades econômicas, do que resultam estatísticas frágeis. Percebe-se que, possivelmente, essa fragilidade do país não tenha se refletido somente no sistema produtivo, mas também em indicadores sociais, os quais poderiam ser melhorados caso o país conseguisse explorar efetivamente o mercado do bloco. Tal circunstância haveria não somente de ajudar na promoção do desenvolvimento no âmbito das atividades econômicas, mas também na esfera dos indicadores sociais, como um todo.

Por exemplo, a Tabela 5 apresenta alguns indicadores econômicos e sociais que auxiliam na análise da *performance* econômica e social da Guiné-Bissau, em relação aos demais países membros desse bloco regional. Na coluna 1 e 2 são mostradas informações sobre um dos elementos fundamentais para o deslanche de qualquer economia ao redor do mundo, que é a eletricidade. Também as colunas 7 e 8 se referem a aspectos de grande importância, e os números mostrados indicam, mais uma vez, a posição desfavorável desse país em relação aos demais membros, na maioria dos indicadores destacados.

De acordo com dados do Index Mundi (2018), o consumo total de eletricidade em 2017 foi de 14,84 bilhões de kw/h na UEMOA como um todo. Quando se olha para esse indicador ao nível de cada país, tanto o consumo total, na primeira coluna da Tabela 5, como o consumo per capita (kwh/hab), a Guiné-Bissau consome apenas 30 milhões por ano, e a média é de 17,64 kwh/hab. Este valor é muito baixo comparativamente aos demais países, nos quais os valores totais mínimos oscilam de 1

bilhão a 3 bilhões por ano. Com relação ao consumo per capita, o nível detectado é de 234 kwh/hab na Costa do Marfim, 205 kwh/hab no Senegal e 113 kwh/hab no Mali.

Assim, percebe-se que o volume de consumo energético apresentado pela Guiné-Bissau é muito baixo, considerando-se tratar-se de um país que está integrado num bloco econômico em que os demais membros exibem um considerável nível de competitividade. Ainda com relação à questão referente à produção e ao consumo de energia elétrica na Guiné-Bissau, os dados do Ministério da Economia e Finanças/Direção Geral de Previsão e Estudos Econômicos (MEF/DGPEE) (2015) mostram que o país tem realizado esforços para aumentar o volume de produção de eletricidade em face das demandas advindas tanto da sociedade como dos setores manufatureiros.

De acordo com esse órgão do Ministério da Economia e Finanças, a produção de eletricidade apresentou um aumento de 7,7% no quarto trimestre de 2015, em relação ao terceiro trimestre, ao chegar a 108% em relação ao mesmo período do ano de 2014. Ainda segundo MEF/DGPEE (2015), o consumo de eletricidade também apresentou tendência positiva, logrando um aumento de 57% comparativamente ao terceiro trimestre do ano de 2015 em relação ao 2014. Porém, apesar desse esforço no aumento da produção e no consumo, os números apresentados ainda se mostram muito baixos quando comparados com os demais países da União, como se nota na Tabela 5.

Com relação ao índice de produção industrial, que depende muito do setor energético, os dados da MEF/DGPEE mostram que no quarto trimestre de 2015 a produção industrial apresentou uma evolução positiva moderada: de 0,9%, na comparação com o trimestre anterior do mesmo ano. Esta evolução ocorreu graças ao aumento na transformação da pequena parcela de castanha de caju transformada no país, que cresceu 133%, ou seja, subiu de 2,6 para 6,1 por cento de total produzido.

Ainda segundo MEF/DGPEE (2015) entre os meses de novembro e dezembro do mesmo ano a produção e distribuição da eletricidade pela empresa pública de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB) registrou aumento em certas zonas da capital guineense. A correspondente política tem impactado positivamente no desempenho da indústria de transformação, apesar dos problemas recorrentes verificados no sistema de distribuição de energia, os quais, por sua vez, vêm afetando negativamente a produção desse serviço. Segundo a instituição, a percentagem das famílias guineenses com acesso a energia elétrica em 2015 é de 17,2% (GUINÉ-BISSAU EM NÚMEROS, INE 2015).

Permitindo uma comparação entre os países da UEMOA com relação à taxa de crescimento de produção industrial, as colunas 7 e 8 da Tabela 5 trazem informações importantes a respeito do desempenho econômico nacional. Trata-se de informações sobre o investimento bruto e a taxa de crescimento da produção industrial no espaço UEMOA, indicadores em relação aos quais a situação guineense é a de menor destaque entre todos os países.

Segundo dados do Index Mundi (2018), considerando a taxa de crescimento da produção industrial dos países da UEMOA a Guiné-Bissau novamente se situou na última posição, apresentando apenas 1,9%, quando todos os demais parceiros apresentaram taxas que variaram de 4 a 8%. O melhor exemplo é o Senegal, que apresentou a maior taxa do bloco, atingindo 8,8% da taxa de produção industrial no bloco, como consta abaixo.

Tabela 5 - Alguns indicadores econômicos e sociais dos países da UEMOA (2018)

	Elétric. – consumo (bi kWh)	Cons. elétric. per capita (kWh/hab)	Expect. vida nascim. (anos)	Taxa alfab. (%)	Gasto saúde (%PIB)	Pop. abaixo nível pobreza (%)	Invest. fixo bruto (%)	Taxa cresc. Prod. industrial (%)	Dívida exter. (bi US\$)	Taxa penet. celular/ 100 hab.
Guiné-Bissau	0,03	17,64	51	59,9	5,6	67	ND	1,9	1,1	67,54
Costa do Marfim	5,67	234,4	59	43,1	5,7	46,3	15	7	12,38	90,32
Togo	1,21	152,29	65,4	63,7	5,2	55,1	25,4	7,5	1,39	50,54
Burkina Faso	1,2	65,7	55,9	36	5	40,1	20,9	5,1	3,08	57,77
Benin	1,12	101,55	62,3	38,4	4,6	36,2	22,6	5	2,72	87,59
Senegal	3,01	205,47	62,1	57,7	4,7	46,7	25,5	8,4	6,75	88,44
Níger	1,2	55,7	55,9	19,1	5,8	45,4	18,4	5	3,09	33,04
Mali	1,4	113,11	60,3	33,1	6,9	36,1	ND	4,7	4,3	94,31
UEMOA	14,84	-	-	-	-	-	-	-	34,81	-

Fonte: Dados de pesquisa, INDEX MUNDI (2018).

Esses e os demais dados econômicos apresentados pela Guiné-Bissau mostram a real situação que o país está enfrentando. Mais uma vez, a economia guineense aparece em situação de enorme desvantagem em relação aos outros países do bloco, que apresentam economias mais dinâmicas e um ritmo de produção industrial mais acelerado, em busca de uma maior penetração nesse mercado. Isso faz com que a economia guineense permaneça, como tem sido desde o seu ingresso, dependente da produção de outras economias do bloco. Isso é fato, sobretudo, com relação ao Senegal, que parece enxergar no mercado guineense uma oportunidade para crescer economicamente. Esse país francófono se transformou, dessa maneira, no segundo maior vendedor para o mercado guineense, atrás apenas de Portugal, como destacado

acima neste capítulo. O Senegal exporta para a Guiné-Bissau desde produtos básicos até aqueles voltados para a construção civil.

Portanto, esses são alguns dos reflexos do baixo nível de produção de energia elétrica, do pequeno volume de investimentos de capital e em infraestruturas e do reduzido índice de produção industrial, entre outros aspectos, apresentados pela Guiné-Bissau. Essa situação faz com que esse país se revele crescentemente frágil perante os seus parceiros econômicos, tornando-se um importador, junto a vários deles, de quase tudo que é consumido domesticamente. Assim, muitas vezes, em caso de qualquer crise na econômica interna ou externa, a sociedade guineense acaba sofrendo com alta dos preços/inflação, gerada algumas vezes pelos próprios atores econômicos, devido a preços especulativos em busca de maiores proveitos por parte dos comerciários, uma vez que têm noção da fragilidade do Estado guineense, fazendo com que os consumidores percam desta maneira o poder de compra.

Relações comerciais e fluxo de investimento estrangeiro direto na UEMOA: Guiné-Bissau em foco

No subcapítulo anterior foi abordada a situação socioeconômica dos países da UEMOA, dando destaque à Guiné-Bissau, como forma de descobrir em que quadro econômico e social o país se encontra, comparativamente aos demais membros da União. Feito isso, neste subcapítulo passa-se a examinar a evolução das relações comerciais intra-bloco (isto é, tão somente dentro da UEMOA), e também os aspectos ligados à atração do Investimento Estrangeiro Direto (IED) por país, desde a criação do bloco.

Guiné-Bissau e relações comerciais com a UEMOA baseada nas Exportações

A Tabela 6 apresenta, para cada país do bloco, a participação das exportações realizadas no interior da UEMOA nas respectivas exportações totais, entre 1990 e 2012. Também se mostra na tabela a variação percentual anual das exportações, na escala do bloco como um todo.

Verificando o posicionamento dos países em termos de representatividade, com relação às exportações constata-se que, no geral, o comércio evoluiu após a criação do bloco em 1994. No período pré-criação da União, de 1990 a 1994, a liderança nas

exportações entre os países da região referia-se a Mali, Burkina Faso, Costa do Marfim, Senegal, Togo e Níger. A Guiné-Bissau estava em sétima posição, e o Benin figurara em oitavo lugar, como se constata na Tabela 6.

Tabela 6 - UEMOA: participação das exportações intra-bloco realizadas pelos membros nos seus correspondentes totais, e variação anual percentual agregada (1990-2012)

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
	Variação percentual da Exportação											
Cresc. Export. Intra-UEMOA	-	-31,35	173,85	-9,35	33,66	10,69	15,57	9,50	24,69	31,51	11,57	31,05
Guiné-Bissau	0,37	3,68	0,02	0,44	7,33	2,65	5,76	3,70	2,52	13,22	14,66	8,92
Benin	0,00	0,00	7,22	3,00	3,71	4,75	5,14	15,93	23,69	8,46	9,71	10,91
Costa do Marfim	14,93	14,67	19,91	11,33	13,35	16,67	11,29	9,57	10,82	12,40	9,94	12,53
Burkina Faso	15,63	30,06	20,56	17,53	15,90	0,00	20,28	19,01	12,53	22,29	11,12	15,24
Mali	66,95	5,40	34,31	19,69	14,85	12,39	7,69	7,34	4,93	12,33	9,25	10,76
Senegal	10,83	9,18	7,72	10,24	11,63	9,36	16,34	21,46	29,21	31,94	33,82	24,72
Togo	7,54	6,05	5,74	6,86	8,57	13,53	22,88	28,63	31,69	32,89	36,70	40,55
Níger	4,35	3,85	6,66	8,36	7,99	6,53	4,93	4,59	4,46	3,07	2,18	13,40

Fonte: Dados de pesquisa, BCEAO (2018).

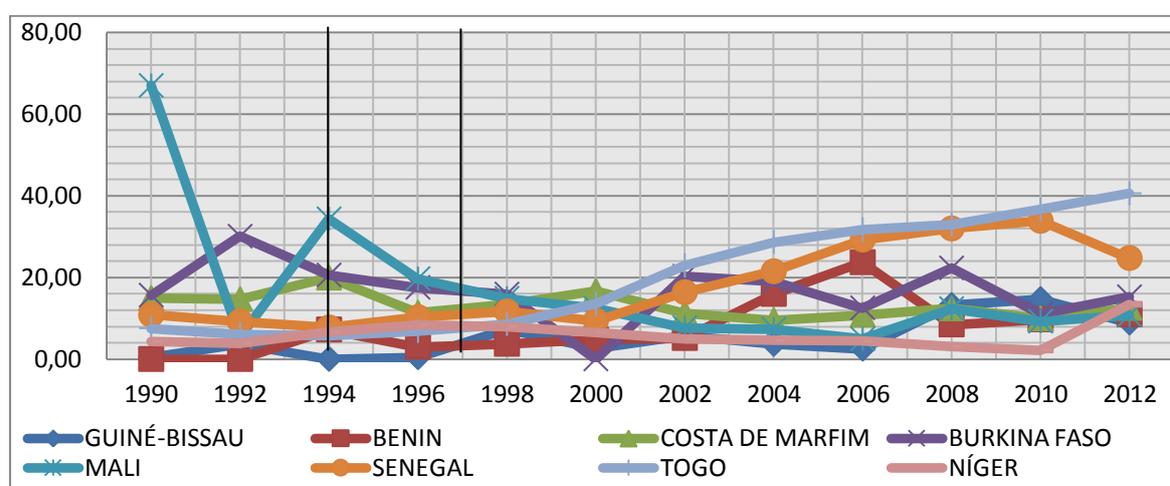
De acordo com dados do BCEAO (2018), as relações comerciais internas na UEMOA apresentaram um aumento significativo, traduzido na evolução das exportações intra-bloco após a sua criação. Antes do início da UEMOA, a taxa de crescimento entre 1990 e 1992 havia atingido valor de -31,35%, ao passo que, logo no primeiro ano da formação da União, o comportamento foi de expansão da ordem de 173,85%, com decréscimo nos anos subsequentes. De todo modo, os números mostraram-se elevados posteriormente, acima de 15% anuais, como em 1998, 2002, 2006, 2008 e 2012.

Olhando especificamente para a Guiné-Bissau, a partir do momento da sua integração ao bloco, em 1997, no tocante à participação das suas exportações para o bloco nas respectivas exportações para o resto do mundo, observa-se que o país ocupava a sexta posição; atrás dele figuravam Níger e Benin. O comportamento do desempenho das exportações guineenses na UEMOA fica claro no gráfico da figura abaixo.

Cabe assinalar desde logo, porém, que a observação somente das participações percentuais muitas vezes não permite uma ideia adequada sobre o significado do processo que se quer considerar. Por exemplo, a interpretação das variações percentuais

de comércio de um país grande e um país pequeno pode ser descrita da mesma maneira, mas é preciso levar em consideração que as variações absolutas podem representar grandes diferenças. Todavia, trata-se, pelo menos, de um indicador aceitável para fazer comparação, e usa-se desta maneira neste capítulo para fazer da evolução de comércio individualmente no bloco. Segue a Figura 9 abaixo com a representação percentual das exportações intra-bloco nas exportações totais dos países membros da UEMOA.

Figura 9 - UEMOA: porcentagem da exportação intra-bloco em relação a exportação total (1990-2012)



Fonte: Dados de pesquisa, BCEAO (2018).

No gráfico da figura acima aparecem em destaque duas linhas verticais que têm importância para a interpretação de informações relativa às exportações. A primeira linha, referente ao ano de 1994, destaca o ano em que foi criada a União, e a linha situada entre os anos de 1996 e 1998 indica 1997, quando se deu o ingresso da Guiné-Bissau no bloco, quatro anos após, portanto, à criação deste.

Olhando o gráfico a partir do ano de entrada da Guiné-Bissau no bloco, verifica-se que, apesar de uma posição durante seis anos (2000-2006) abaixo do desempenho dos demais países em termos de exportações intra-bloco, o país experimentou nos primeiros quatro anos da sua integração momentos de significativas expansões quanto a esse aspecto (1997-2000). Outros momentos de progressão das exportações guineenses na UEMOA ocorreram entre os anos de 2006 e 2012. No ano de 2010 alcançou-se uma evolução percentual de 14,66%, mas em seguida ocorreu decréscimo, enquanto os demais países registravam crescimento.

Apesar dessa evolução das exportações da Guiné-Bissau para o bloco nos últimos anos, o país situa-se em posição inferior aos demais nesse aspecto. Isso guarda relação com o fato de que a Guiné-Bissau tem vendido mais para países externos ao bloco, como pode ser constatado acima neste capítulo, na Figura 4, onde se mostra que mais de 80% das suas exportações destinam-se à Ásia e a outros países africanos fora do bloco (MRE/DIC, 2014).

Essas informações põem em certo relevo uma situação de contraste com o comportamento dos demais países da UEMOA. Após a criação do bloco, apenas Burkina Faso e Benin apresentaram momentos de queda significativa no volume de exportações para o bloco, todos os demais países demonstrando consistência na evolução das trocas com os parceiros da União. Isso é fato, sobretudo, com relação ao Togo e Senegal, que vinham aumentando as suas participações no bloco significativamente, com variações percentuais acima dos 20% nos últimos anos.

Sobre a evolução que a Guiné-Bissau exibiu nas suas exportações intra-bloco, cabe destacar os destinos e participações percentuais considerando-se cada país importador. Da totalidade das exportações guineenses para o bloco em 2008, o Mali absorveu 47,23%, seguido do Togo, com 42,78%, e por fim o Senegal, com 9,98%. No ano de 2010, os destinos principais foram Togo, Costa do Marfim e Senegal, com 72,33%, 16,95% e 10,72%, respectivamente. Em 2012, esses três países absorveram 99,90% das exportações da Guiné-Bissau para a UEMOA, com os valores de 92,86% para Togo, 6,96% para Costa do Marfim e 0,09% para Benin (BCEAO, 2018).

Guiné-Bissau e relações comerciais com a UEMOA baseada nas Importações

A Tabela 7 apresenta, para cada país do bloco, a participação das importações realizadas no interior da UEMOA nas respectivas importações totais, entre 1990 e 2012. Também se mostra na tabela a variação percentual anual, na escala do bloco como um todo, das importações.

As relações comerciais relacionadas às importações intra UEMOA tiveram evoluções significativas ao longo do tempo, a julgar pelos dados disponibilizados por BCEAO (2018). Nesta rubrica observam-se alguns momentos com comportamentos negativos, conforme apresentado na Tabela 7 abaixo, como nos anos de 2000, 2004 e 2010, com os valores de -9,73, -1,68 e -2,54, respectivamente. Ainda sim, de um modo

geral, foram registrados valores elevados sobre o crescimento das importações intra-bloco ao longo dos períodos analisados. Esses dados indicam a intensidade de trocas que vem acontecendo na região.

Tabela 7 - UEMOA: participação das importações intra-bloco realizadas pelos membros nos seus correspondentes totais, e variação anual percentual agregada (1990-2012)

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
	Variação percentual da Importação											
Cresc. Import. Intra-UEMOA	-	18,18	5,41	77,21	15,31	-9,73	67,52	-1,68	55,15	25,57	-2,54	49,28
Guiné-Bissau	5,21	2,80	4,37	9,49	8,20	17,04	23,53	16,42	35,97	23,86	8,39	12,35
Benin	1,68	0,05	0,04	0,08	0,08	0,00	0,14	0,14	0,13	0,12	0,21	0,35
Costa do Marfim	1,81	0,56	0,95	1,11	1,02	0,88	1,20	0,67	0,67	1,09	1,11	2,15
Burkina Faso	20,29	21,84	20,26	18,93	20,22	0,00	27,09	26,54	35,23	21,33	22,62	17,78
Mali	0,33	54,23	19,25	30,42	35,69	34,03	34,24	28,45	28,92	29,40	22,63	37,89
Senegal	5,43	6,24	2,95	2,60	2,74	2,71	3,13	3,58	3,35	3,58	2,46	3,44
Togo	20,70	5,91	10,01	11,08	13,86	13,06	8,51	6,65	7,24	11,65	8,59	4,00
Níger	19,20	22,27	18,92	21,64	14,17	26,37	18,48	10,06	10,55	10,36	5,63	10,16

Fonte: Dados de pesquisa, BCEAO (2018).

Esses resultados corroboram com o trabalho elaborado por Fernandes et al. (2011) sobre a integração econômica e regional na África Ocidental. Nesse estudo são destacados os ganhos de comércio obtidos na UEMOA desde a sua criação, com taxas anuais superiores a 10%.

Aqueles autores salientam que, em comparação com outros blocos econômicos existentes na África, o da África Ocidental apresenta-se mais avançado no que tange ao comércio intra-bloco. Por sua vez, Adetula (2004) destaca que, sobretudo se forem analisadas e consideradas todas as adversidades e as especificidades existentes nessa região africana, o logrado aumento no comércio mostra-se muito importante e significativo.

Por outro lado, esses indicadores de importações intra-bloco também precisam ser considerados em relação aos países individualmente, para que se possa constatar as respectivas performances ao longo do tempo. A Figura 10, abaixo, permite essa observação. É possível destacar, assim, a situação guineense em termos de importações intra-bloco, detectando as principais origens dos produtos consumidos por este país dentro do bloco.

Nas informações em termos de evolução percentual das importações da UEMOA pelos países membros, percebe-se que, depois de países como Mali, Burkina Faso e Níger, a Guiné-Bissau é o quarto maior consumidor dos produtos oriundos do

bloco. Este país vem apresentando taxas de importação muito altas, que chegam até 35% das suas importações totais com origem no resto do mundo. Esse comportamento fica mais evidente na ilustração do gráfico da Figura 10 abaixo. Nesse gráfico, encontra-se indicado o comportamento das importações intra-bloco dos países da União. Algumas destas evoluções chamam bastante a atenção, sobretudo com relação à *performance* das três maiores economias da região – Costa do Marfim, Senegal e Mali – tanto antes como depois da formação do bloco.

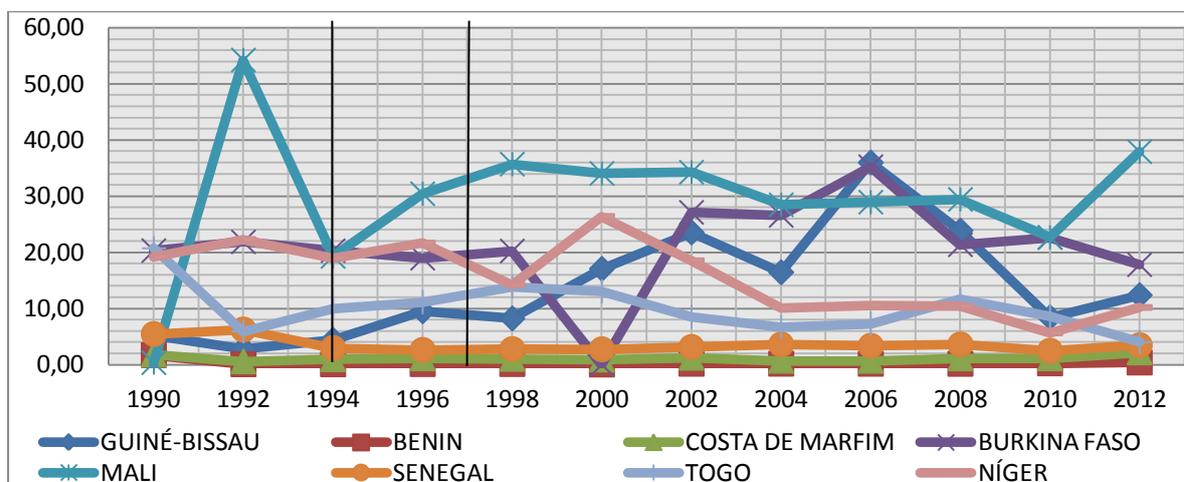
Como pode ser constatado, o Mali sempre apresentou uma taxa elevada de importação com origem nos países da região. Antes da existência da UEMOA, o respectivo valor chegou a apresentar 54% da sua importação total, e tal comportamento de elevada participação se manteve após a criação do bloco, apesar de cifrar entre os 30 e 40% do total importado.

Por sua vez, as duas primeiras economias da região apresentam evoluções mostrando que exportam para a região mais do que dela compram, mesmo que os valores absolutos sejam consideráveis. Costa do Marfim, por exemplo, sempre teve porcentagem de importação intra-bloco abaixo de 3% desde que foi criada a União. Já o Senegal baixou a sua representação, que se encontrava entre 5 e 6% antes da existência do bloco, para nível abaixo de 4% desde o primeiro ano do bloco. Ou seja, estes países exportam mais do que importam.

O comportamento de queda percentual destas três economias nas importações intra-bloco parece ser explicado por dois possíveis motivos. Primeiro é que os valores absolutos das suas importações totais (bloco e resto do mundo) podem ter aumentados, mas com maior proporção em importações do resto do mundo. Segundo pode ser explicado pelo aumento nas importações de bens de capital e outros produtos de maior complexidade econômica, elevando desta maneira o valor das importações extra-bloco. Com isso, pode reduzir significativamente os valores percentuais das importações intra-bloco.

Por sua vez, quase todos os demais países com economias menores no bloco importam valores elevados dos demais membros do bloco, como no caso de Burkina Faso, Níger e Togo. Já o Benin foi na contramão dos demais países, importando valores muito baixos intra-bloco em relação ao total da sua importação com o resto do mundo. Ou melhor, desde a criação do bloco, esse país nunca apresentou a correspondente participação acima de 1%, como se nota no gráfico da figura abaixo.

Figura 10 - UEMOA: percentagem de importação intra-regional em relação a importação total (1990-2012)



Fonte: Dados de pesquisa, BCEAO (2018).

A Guiné-Bissau, por sua vez, vem apresentando altas incidências de importações intra-bloco desde a sua integração ao bloco, embora tenha registrado uma participação de até 10% um ano antes do seu ingresso, em 1996. Desde então, o país apresentou evolução significativa em termos percentuais, mesmo ter decrescido a partir do ano de 2008, com uma maior queda em 2010, voltando, todavia, a subir nos anos subsequentes. Observe-se que as importações guineenses oriundas do bloco mostram um comportamento contrário ao das exportações nessas mesmas condições.

A partir de 1998, as importações desse país originadas da UEMOA, na comparação com suas importações totais relativamente ao resto do mundo, vêm crescendo fortemente. Por exemplo, nos anos de 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012, foram alcançadas as contribuições percentuais de 8,20%, 17,04%, 23,53%, 16,42%, 35,97%, 23,86%, 8,39 e 12,35, respectivamente (BCEAO, 2018). Esse comportamento mostra-se patente no gráfico da figura acima: desde a sua integração ao bloco, esse país vem comprando cada vez mais dos demais parceiros da União. Como se procedeu na abordagem sobre os destinos das exportações da Guiné-Bissau internas ao bloco, cabe assinalar quais são os países responsáveis pelos significativos aumentos nas compras guineenses dentro na União. Em outras palavras, é importante indicar quais os países com os quais a Guiné-Bissau tem mantido maiores relações comerciais, e que exportam os maiores volumes para o mais novo mercado nacional incorporado a esse bloco econômico.

Segundo os dados de BCEAO (2018), verifica-se que na totalidade das importações guineenses oriundas dos países do bloco, Senegal, Costa do Marfim, Togo e Mali figuram como os principais vendedores. Ao longo do período desde que ingressou no bloco, a média de importações guineenses do Senegal alcançou 90,96% em relação ao total das importações oriundas da União. Assim, os demais países, como Costa do Marfim, Togo e Mali, correspondem, somados, a até 10% das compras guineenses intra-bloco em alguns anos.

Esses dados mostram que as relações comerciais guineenses são muito mais estreitas e intensas com o Senegal, comparativamente aos demais membros do bloco. Com efeito, apesar de a Guiné-Bissau absorver volumes consideráveis de importações originárias da UEMOA, o Senegal representa, e de longe, a fatia mais significativa do correspondente valor. Assinale-se que isso é fato mesmo em relação ao resto do mundo, onde o Senegal figura como origem apenas atrás de Portugal nas exportações para mercado guineense (MRE/DIC, 2014). O subcapítulo seguinte traz informações sobre os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na UEMOA, analisando a participação dos demais países da atração do IED com destaque para a Guiné-Bissau.

Informações preliminares sobre investimento estrangeiro direto na UEMOA

Considerando a totalidade do IED canalizado para o conjunto dos países da UEMOA entre 1990 a 2015, observa-se que os três principais destinos foram a Costa do Marfim (27,66%), o Níger (21,66%) e o Senegal (15,17%). Depois, num subconjunto intermediário, nota-se o Mali (11,56%) e Benim (9,75%). Por seu turno, Burkina Faso, Togo e Guiné-Bissau apresentaram participações da ordem de 8,03%, 5,28% e 0,88, respectivamente (UNCTAD, 2018). A Tabela 8 abaixo apresenta os dados relativos ao assunto.

Tabela 8 – UEMOA: evolução do IED nos países em US\$ milhão e em % do PIB e FBCF (1990-2015)

	IDE em US\$ bi			IDE em porcentagem do PIB			IDE em Porcentagem de FBCF		
	1990	2000	2015	1990	2000	2015	1990	2000	2015
África	2.845.173	10.946.83	61.494.81	9,47	23,03	37,56	2,02	9,80	13,54
África Ocidental	1.553.428	2.130.94	10.188.79	10,53	30,04	29,96	6,43	12,55	13,07
Guiné-Bissau	2.02	0.702	18.575	2,47	10,45	12,87	3,86	2,66	15,00
Costa do Marfim	48.434	234.701	494.209	9,01	23,10	21,43	4,21	16,77	8,17
Togo	22.720	41.471	257.756	14,98	6,69	39,73	8,75	22,08	21,00
Burkina Faso	0.46	23.107	231.808	1,25	1,06	16,68	0,09	4,73	19,08
Benin	62.376	59.736	149.695	-8,81	8,27	19,71	22,61	9,44	7,70
Senegal	56.929	62.937	409.001	4,52	6,28	25,00	5,53	5,99	9,91
Níger	40.813	8.437	529.265	11,55	2,72	70,60	14,49	4,18	9,90
Mali	5.729	82.439	275.414	7,12	4,47	21,76	0,09	15,75	4,91
UEMOA	239.484	513.534	2.365.726	42,09	63,04	227,77	59,63	81,60	95,67

Fonte: Dados de pesquisa, UNCTAD (2018).

Perceba-se que a Guiné-Bissau, que se integrou ao bloco em 1997, como já informado, apresenta o pior desempenho em relação a atração do IED dentre todos os países que compõem a União. Tal desempenho precário pode ser constatado em valores absolutos na tabela. Apesar desse país ter mostrado, a respeito da atração desses investimentos, uma trajetória de evolução entre os anos de 2000 a 2015, isto é, quatro anos após a sua entrada no bloco, ficou atrás de todos os demais países da UEMOA como destino de fluxos de IDE no interior de agrupamento.

Em termos de relação percentual entre o investimento estrangeiro direto e o PIB (IED/PIB), olhando para o continente africano de um modo geral, percebe-se que a África teve evolução significativa ao longo dos vinte e cinco anos considerados na tabela, apesar da leve queda apresentada pela África Ocidental no ano de 2015. Por exemplo, aquela relação subiu de 9,47% em 1990 para 37,56% em 2015, na África como um todo. Por outro lado, na África Ocidental, a região onde, como se sabe, está situada a UEMOA, aquela relação evoluiu de 10,53% do PIB em 1990 para 29,96% no ano de 2015. Por sua vez, na própria UEMOA, o IDE teve uma evolução expressiva de 1990 a 2015, mostrando assim, de alguma maneira, o forte significado da existência do bloco na região: em escala de UEMOA, o IED evoluiu de 42,08% do PIB em 1990 para mais do que o dobro do PIB em 2015 (UNCTAD, 2018).

Olhando especificamente para a Guiné-Bissau, no tocante ao seu posicionamento nesse quesito, percebe-se que o país está à frente apenas de Burkina Faso. Recebeu no ano de 1990 um valor do IED equivalente ao 2,47% do PIB, em 2000 alcançou 10,45% e chegou a 2015 com 12,87%. Existem países nessa área com indicadores do IED bem mais elevados, atingindo 20% do PIB em 2015, como se observa nos casos de Níger, Togo, Mali e Costa do Marfim.

Nesse quadro, fica mais uma vez reforçada a imagem de fragilidade de que padece a Guiné-Bissau na comparação com os demais parceiros da União, no tocante à atração de IED. A precariedade se mantém em que pese tratar-se, para a Guiné-Bissau, de envolvimento em esquema de integração econômica regional que representa importantes oportunidades de negócios para o capital estrangeiro, devido ao tamanho potencial do mercado e da proteção relacionada à aplicação da TEC. A situação comparativamente adversa da Guiné-Bissau guarda, certamente, relação com o trilhado percurso de recorrentes instabilidades políticas enfrentadas, e também com as carências extremas no que concerne à estrutura produtiva e à qualificação da mão de obra. Essa combinação subjaz, sem equívoco possível, à frágil *performance* guineense na atração de investimentos, concorrendo com os demais países membros do bloco.

O fraco poder de concorrência da Guiné-Bissau no que diz respeito à atração de IED também foi abordado pelo Vamain e Só (2005). Esses autores consideraram, ao tratar da eliminação das barreiras alfandegárias entre os países do bloco como forma de facilitar o comércio, que não havia dúvida de que essa política não teria efeito direto no comportamento dos investimentos na economia guineense, quando comparado com outros países do bloco. As dificuldades apontadas naquela abordagem persistiram e estão persistindo mesmo com a existência da TEC na União.

Nesta perspectiva, a TEC *per se* não exerce, quanto à nós, nenhuma influência directa na política de investimento estrangeiro na Guiné-Bissau. No espaço TEC, visto do exterior pelo potencial investidor pode exercer uma atracção para a zona, mas direccionada para um determinado país da zona UMOA/UEMOA que mais ofereça condições objectivas para a implantação e desenvolvimento do projecto de investimento, numa relação de custo/benefício, designadamente, nos sectores da energia, dos transportes, das comunicações, etc. Portanto, neste particular, individualmente considerado, a TEC não substitui e nem deve impedir a formulação de políticas de investimento na Guiné-Bissau. (VAMAIN; SÓ, 2005 p. 6).

A busca de superação do baixo nível de desempenho econômico em que o país se encontra, comparativamente aos demais membros desse bloco, seria essencial à

diminuição dos déficits acumulados na balança comercial, entre outros problemas verificados nesta pesquisa. Talvez uma das estratégias que as autoridades econômicas guineenses devessem adotar, passe pela atração de investimentos voltados tanto à busca de autossuficiência na produção dos itens básicos de consumo que hoje são importados, como à produção de mercadorias para exportação, sobretudo para o mercado da UEMOA. Algumas dessas possibilidades de atração de IED foram destacadas por Caves (1971), em trabalho no qual se classificou o IED na perspectiva do país que investe e também na do país que recebe o investimento. Segundo o autor, na perspectiva do país investidor o IED pode ser diferenciado como horizontal, vertical e conglomerado.

O primeiro tipo diz respeito à expansão horizontal para a produção de bens ou serviços similares aos do país da empresa investidora, sendo a diferenciação do produto o fator fundamental nesse tipo de investimento. O segundo tipo, de natureza vertical, envolve a intenção de explorar matérias-primas ou de se aproximar dos consumidores, o que passa, por exemplo, pela aquisição de distribuidoras. A categoria “conglomerado” diz respeito à junção dos dois tipos de investimentos estrangeiros diretos antes mencionados – o horizontal e o vertical. A UNCTAD (2006) mostra que as fusões e aquisições representam os exemplos mais testemunhados desses tipos de investimentos, sendo que mais de 70% dos casos praticados no mundo dizem respeito à modalidade horizontal. No tocante ao investimento sob o ponto de vista do país que recebe ou que aparece como hospedeiro, Caves (1971) destaca que pode ser classificado como substitutivo de importações, como estimulador de exportações e como investimentos realizados pelo governo.

O IED relacionado à substituição de importação refere-se, como parece evidente, à produção daqueles produtos que antes eram importados; aqui a dimensão do mercado de país receptor, os custos de transporte e as barreiras protecionistas configuram-se como fatores determinantes da ocorrência. O IED voltado ao estímulo das exportações envolve aquisição de novos *inputs* ou avanço sobre mercados supridores, como exemplo, de matérias-primas ou produtos intermediários; nessa modalidade o país receptor tende a aumentar as exportações de matérias-primas ou produtos intermediários para os países de origem dos investimentos, como também para outras regiões ou países onde operam outras filiais. Por sua vez, o IED realizado por iniciativa governamental ou investimento direto destina-se costumeiramente à melhoria do panorama econômico do país: são exemplos os subsídios aos investidores

estrangeiros, mirando-se a eliminação do déficit do balanço de pagamentos, o estímulo à concorrência e a criação de *clusters* industriais, entre outras medidas.

Seja qual for a estratégia a ser adotada pela Guiné-Bissau para atrair investimento estrangeiro direto, o país precisa mostrar-se mais eficiente nas suas políticas econômicas. O ambiente de profunda degradação econômica em que se encontra esse país, em relação aos demais membros do bloco, não mais permite a repetição dos equívocos ou erros cometidos nas últimas décadas. Atenção para essas questões torna-se tanto mais necessária e premente quando se constata o baixo nível de participação do país no comércio regional, conforme destacado anteriormente. É também reflexo disso, tanto quanto um aspecto de tal quadro, o reduzido nível do PIB, comparativamente aos demais países do bloco, principalmente em face do Senegal, país do qual a Guiné-Bissau importa quase tudo e para o qual exporta muito pouco. Sobretudo os produtos de primeira necessidade!

Conclusão

Portanto, a título de conclusão deste capítulo, percebe-se que a maioria dos indicadores da economia guineense analisados, senão aqueles mais importantes, mostra fragilidade. Esta aparece não somente porque os indicadores mostram baixas *performances* em todas as séries observadas, mas, sobretudo, porque fica clara a inércia prevalecente antes e após a sua entrada na UEMOA. Isso, seja por motivos de baixo ritmo nas atividades econômicas, seja pela inconsistência nas ações de governo, ligada a várias rupturas no sistema democrático desde a abertura política em 1994, com a realização das primeiras eleições multipartidárias. Essa situação acabou por colocar o país em elevada vulnerabilidade, com maior sujeição aos choques que acontecem nas economias externas.

Outro aspecto importante que vem acompanhando essa trajetória da economia guineense, é o que se indicou anteriormente como *colonial poverty trap*. A expressão remete diretamente à situação crítica que as primeiras autoridades do país receberam dos exploradores portugueses (sem pretender aqui retirar a responsabilidade dos sucessivos governos e rupturas políticas que abalaram o país ao longo do tempo 1973). As dificuldades vão desde as precárias infraestruturas básicas e produtivas ao baixo nível de investimento em projetos voltados para o desenvolvimento econômico e social.

Isto, após mais de cinco séculos de exploração, em percurso que deixou a Guiné-Bissau numa condição de extrema dificuldade para começar ou deslanchar as suas atividades econômicas.

Desse modo, o país ficou apenas na condição de produtor e exportador de produtos primários *in natura*, sem necessariamente exigências quanto à realização de investimentos que requerem maior complexidade no processo produtivo. Cabe falar, sobretudo, quanto a esse aspecto, daquelas atividades relacionadas à agricultura, devido à condição favorável que o país dispõe. As exportações destes produtos sempre serviram de matéria-prima para suprir indústrias de países centrais, inclusive de Portugal, que ainda mantém forte relação de troca com o país. Portugal apenas importa produtos básicos da Guiné-Bissau, com baixo valor agregado, e exporta para este, produtos, outrora, de alto valor agregado e elevado nível de complexidade econômica.

Portanto, não parece haver equívoco na afirmação segundo a qual, um dos aspectos necessários para que a Guiné-Bissau consiga evoluir no sentido considerado, mostrar-se-ia fundamental fazer reformas profundas no setor empresarial e criar políticas de incentivo ao crédito. Dessa maneira seria fomentado o empreendedorismo e ampliada a facilidade de acesso ao crédito para empreendedores com planos de negócios consistentes, incluindo a demonstração de satisfatória viabilidade econômica e financeira. Trilhar esse caminho é muito importante, pois o país se encontra em condição bastante desfavorável em relação aos demais países membros da UEMOA em todos os quesitos avaliados e discutidos neste capítulo. Na prática, isso reflete o baixo nível da oferta de créditos/microcrédito aos empresários/empreendedores, na comparação com o restante da União.

Referências bibliográficas

ADETULA, V. A. Regional Integration in Africa: prospect for closer cooperation between West, East and Southern Africa. IDASA/FREDSKORPSET Research Exchange Program Governance and Democracy. Johannesburg; May, 2004.

BADI, Mbuyi Kabunda. Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África: problemas e perspectivas. 1992. Tesis (Doctoral Facultad de Ciencias Políticas) - Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales, Universidad Complutense, Madrid, 1992.

BALASSA, Bela. Teoria da integração económica. Lisboa: Clássica, 1961.

BALASSA, Bela. *Teoria de la Integración Economica, cap 2- 4*. Ed. México. União Tipográfica Editora Hispano Americana, 1964.

BANCO MUNDIAL. Integração Regional em África. Notas de antecedentes para reunião de consultas sobre integração regional, 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTAFRREGINICOO/Resources/RID_2007_Port.pdf>. Acesso em: 23 março. 2018.

BCEAO – BANCO CENTRAL DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL. Base de dados sobre comércio regional. Disponível em: <<https://edenpub.bceao.int/>>. Acesso em 20 de jul. 2018.

BICHARA, J. S.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C. Integración monetaria y financiera en América del Sur y Asia. **Latin American Research Review**. Austin, Texas (EUA), vol. 43, n. 1, 2008, p.84-112.

CARVALHO, L. A. O processo de integração regional na Europa e nas Américas: Breve abordagem-histórico-político-evolutiva. **Opinião Jurídica**. Fortaleza: LCR, n.3, ano 2, p.53-77, 2004.

CAVALCANTI, M. F. *Integração Econômica e Localização sob concorrência Imperfeita*. 20º Prêmio BNDES de Economia, Rio de Janeiro: 1996.

CAVES, R. "International Corporations: the industrial economics of foreign investment", *Economica*, vol. 38, 1971.

CAVES, Richard E, FRANKEL, Jeffrey A., JORES, Ronald W. *Preferential Trading Arrangements*. In *World Trade and Payments: An Introduction*. 6º Ed. Boston [US]. Brown, 1995.

CORDEN, W.M. *Economies of Scale and Customs Union Theory*. *Journal of Political Economy*, v. 80, 1972.

CORREIA, T. A. J. Política fiscal, composição da despesa e o crescimento económico da Guiné-Bissau, no contexto da CEDEAO. 2012. 75f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas) – Universidade de Minho, Escola de Economia e Gestão, Braga, 2012.

DIALLO, Mamadou A. 2015. “África Ocidental: Oportunidades e Desafios da Integração Regional frente as Relações Interafricanas.” Thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brazil, 2015.

DIAS, R. J. Processo de Integração da União Econômica e Monetária do Oeste Africano – UEMOA: Vantagens da Adesão da Guiné-Bissau. 2016. 173f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19028/2/Rafael%20Jo%C3%A3o%20Dias.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2018.

DJALÓ, M. M. A. Regionalização como busca de alternativa na África pós-colonial: A Guiné-Bissau e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). 2010. 81f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292724.pdf>>. Acesso em 22 de nov. de 2017.

EASTERLY, W.; REBELO, S. Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. *Journal of Monetary Economics*, vol. 32, 417-458, 1993.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Base de dados estatísticos – Faostat Agriculture. 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FERNANDES, L. N.; BOUKOUNGA, J. C.; JUNIOR, J. F. Integração econômica regional na África Ocidental. **Revista Conjuntura Austral**, ISSN: 2178-8839. vol. 2, nº. 8. Out.Nov, 2011.

FISHLOW, A.; HAGGARD, S. The United States and The Regionalisation of the World Economy. Development Centre documents. OCDE: 1992.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2010), Relatório Técnico sobre as Consultas do Artigo IV e Pedido de Acordo de Três Anos ao abrigo da Facilidade de Crédito Ampliado e de Assistência Intercalar Adicional no âmbito da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados, Washington, D.C.: FMI, Março de 2010.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Guiné-Bissau: Consulta de 2017 ao abrigo do artigo iv, quarta avaliação no âmbito da facilidade de crédito alargado e avaliação das garantias de financiamento. Relatório do FMI n.º17/380, 2017.

GOMES, Pedro A. Godinho. **A Guiné-Bissau: dez anos no seio da UEMOA**. Bissau, 2007.

INDEX MUNDI. Guiné-Bissau: Indicadores econômicos e sociais. 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/populacao_abaixo_do_nivel_de_pobreza.html>. Acesso em 07 de jun. de 2018.

INDEX MUNDI. Guiné-Bissau: Taxa anual de crescimento populacional. 2017. Disponível em <https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/taxa_de_crescimento.html>. Acesso em 09 de jan. de 2019.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. Principais Indicadores da Economia da Guiné Bissau. Ministério de Economia, Plano e Integração Regional, Bissau, 2015. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA, 2017.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA: GUINÉ-BISSAU EM NÚMEROS. Ministério da Economia e Finanças, Bissau, 2015.

JOVANOVIC, M. International economic integration: limits and prospects. Londres: Routledge, 1998.

LINS, Hoyêdo Nunes. Integração produtiva em processos de regionalização econômica: o Mercosul em questão. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, vol.48, p.84-106, 2017.

MAANEN, B. V. Programa de Ajustamento estratégico na Guiné-Bissau: Análise dos Efeitos Socioeconômica. In: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. Bissau, 1996.

MEF/DGPEE – MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS/DIRECÇÃO GERAL DA PREVISÃO E ESTUDOS ECONÓMICOS. Boletim Conjunturas - 4º Trimestre 2015. In: MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. Bissau, 2015.

MENDES, Paulina. A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: Que subsídios a transmitir à União Europeia? (org.) Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa. Centro de estudo de integração europeia, n.6, 2013. Disponível em: <<https://www.zei.uni-bonn.de/dateien/wai-zei-paper/06-2013-wai-zei-sohn-pt>>. Acesso em 23 de set. de 2018.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PECUARIA. Divisão de Estatísticas Agrícolas. Evolução de produção e exportação da castanha de caju em tonelada, Bissau, 2014. In: MINISTERIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PECUARIA, 2017.

MRE/DIC - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL. Guiné-Bissau: Comércio Exterior. Principais destinos e origens. Bissau, 2014. Disponível em: <https://www.google.com/search?ei=RoQ3XNW8FYSlwgTFy6WgCg&q=principais+destinos+de+exporta%C3%A7%C3%A3o+da+guin%C3%A9-bissau+mre+2014+pdf&oq=principais+destinos+de+exporta%C3%A7%C3%A3o+da+guin%C3%A9-bissau+mre+2014+pdf&gs_l=psy-ab.3...16167.17752..18530...0.0..0.227.851.0j4j1.....0....1..gws-wiz.....0i71j33i10.FLBBZJ6XqKg>. Acesso em set. de 2018.

MYRDAL, G. **Perspectivas de uma economia internacional**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

NHANCA, Viriato João Lopes. Macroeconomia recente de Guiné-Bissau: perspectiva no contexto globalizado. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11210/1/DISSERETA%C3%87%C3%83O_VIRIATO%20JO%C3%83O%20LOPES%20NHANCA.pdf>. Acesso em 17 de jul. de 2018.

OCAMPO, José Antonio. La cooperación financiera: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, José Antonio (Org). Cooperación financiera regional. Santiago de Chile: CEPAL, Sept. 2006.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos e o Caso PANIZZA, U.; PRESBITERO, A. F., “Public debt and economic growth in advanced economies: A survey”, Swiss Journal of Economics and Statistics, 2ed. vol. 149, p.175-204, 2013.

PEREIRA, P. de C. Acordos regionais de comércio: uma análise dos ganhos não-tradicionais. 2008. 109f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 2008.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015, 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf>. Acesso em 20/07/2018.

POSNER, M. International trade and technical change. Oxford Economic Papers 30, 1961.

RICARDO, D. Princípio de Economia Política e Tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBSON, P. The economics of international integration. London: Routledge, 1998.

ROBSON, Peter. Teoria econômica da integração internacional. Trad. de Carlos Laranjeiro. Coimbra, Portugal: Coimbra, 1985.

RODRIGUES, Julio. A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013). 2016. 199f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147369/000998524.pdf?sequence=1>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

ROMER, P. Endogeneous Technological Change, Journal of Political Economy, vol. 98, p.71-102, 1990.

SACHS, J. D.; Warner, A.M. Natural resource abundance and economic growth. National Bureau of Economic Research Working paper No. 5398, Cambridge, MA, 1995.

SALVATORE, D. Economia Internacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos (LTC), 2000.

SAMBÚ, Malam. A POLITICA ECONÓMICA NO CONTEXTO DA UEMOA: INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU – Uma Abordagem. 2015. 177f. Dissertação – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Escola das Ciências Económicas e das Organizações, Lisboa, 2015.

SANTOS, J.G. Integração da Guiné Bissau na zona Franca Regional-CEDEAO/UEMOA. Faculdade de direito da Universidade de Coimbra- Curso de Direito- Mestrado em direito Administrativo, Coimbra 2009/2010. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/~stavares/FDUC/Arquivo_2009_2010/Entradas/2010/4/17_Ainda_uma_soberania_fiscal_%287%29_files/Trabalho%20da%20Jurisprudencia%20do%20Dt%20Fiscal.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

SMITH, A, VENABLES, A. J. *Completing the internal market in the European Community: some industry simulation*. European Economic Review, v.32, pg 1501-1525, 1988.

TORRENT, R. Anatomia del Mercosur real. In: BERLINSKI et al. (orgs). **15 años de MERCOSUR: comercio, macroeconomía e inversiones extranjeras**. Montevideo: Red MERCOSUR, 2006.

UN COMTRADE – UNITED NATIONS COMTRADE DATABASE. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>>. Acesso em 19 de jul. de 2018.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. World investment report. 2006.

VAMAIN, Carlos; SÓ, Augusto. Consultoria relativa à revisão do código de investimento. Projecto de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector Privado, Bissau, Junho de 2005.

VERÍSSIMO, M. P. Doença holandesa no Brasil: ensaios sobre taxa de câmbio, perfil exportador, desindustrialização e crescimento econômico. 2010. 232f. Tese (Tese de doutorado em economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2010.

VERNON, R. "La inversión internacional y el comercio internacional en el ciclo de productos". In: Rosenberg, N. (org.). *Economia Del Cambio tecnológico*. Trad. de Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, 1. ed. (espanhol), El trimestre Económico, Lecturas, 31, p. 408-427, 1966.

VINER, J. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

WORLD BANK GROUP. World Development Indicators: Guinea-Bissau. 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau?locale=pt>>. Acesso em out. de 2018.

CAPÍTULO 4. OS MILITARES E A IMPUNIDADE LEGÍTIMA

Pedro Rosa Mendes

Sumário

O autoritarismo, a violência institucionalizada e o desrespeito pela provisão eficiente de serviços básicos, juntamente com políticas que agravam a exclusão e a discriminação, frequentemente resultam em violações dos direitos humanos e na perda progressiva de legitimidade do Estado. O processo inverso - o modo pelo qual as violações sistemáticas dos direitos humanos minaram a resiliência do Estado - parece estar em acção na Guiné-Bissau desde a independência do país em 1973. Este artigo considera a hipótese de o padrão de abuso de direitos constituir um elemento fundacional e central do Estado guineense e analisa o papel do aparelho securitário (Defesa, Interior, Inteligência) como agentes de uma *impunidade legítima*. A construção do Estado foi, em larga medida, operada pela acumulação de fatores de fragilidade e de distanciamento do tecido cidadão, aqui analisados segundo uma grelha de direitos humanos. Na Guiné-Bissau, a (des)construção operou-se pela erosão e impossibilidade de três direitos fundamentais: o direito a viver sem *medo*, o direito a viver sem *carências* e o direito a *viver com dignidade*. O artigo conclui pela pertinência de pautar a reforma do sector da Defesa e Segurança pela reconstrução de uma *legitimidade justa* para o setor, sem o qual o monopólio legítimo do uso ilegítimo da violência continuará a ser o principal obstáculo à paz e ao desenvolvimento do país.

I. Tese: a impunidade como fragilidade

Os Militares e a violência consensual

A Guiné-Bissau conquistou a sua soberania após uma guerra de libertação heroica contra Portugal, realizada de 1963 a 1974 pelo PAIGC, «o movimento nacionalista de maior sucesso na África Negra e o primeiro a alcançar a independência através da luta armada» (Chabal 2002: 2). O contexto histórico de uma luta anti-

imperialista no auge da "segunda" guerra fria e as notáveis qualidades de liderança de Amílcar Cabral combinaram-se para dar uma excepcional aura moral ao nascimento do Estado guineense (Andrade 1980; Dhada 1993; Lopes 1987; Rüdbeck 1974). No entanto, os mesmos comandantes, quadros do Partido (e clientes) que carregavam a chama de Cabral estiveram entre aqueles que supervisionaram o desaparecimento do Estado até ao ponto de semiabandono institucional no início desta década. Nesse processo de quase meio século, as Forças Armadas (e as agências de Segurança) desempenharam o papel central.

O golpe militar em Abril de 2012, ponto de chegada de uma dinâmica negativa no coração dos sistemas de soberania, colocou novamente a Constituição em dormência e instalou por alguns anos uma ditadura *de facto* onde a violência política e as violações diárias dos direitos humanos básicos se tornaram a norma (roteiro da sociedade civil para a transição 2013; GHRL 2013). A pobreza extrema, a insegurança geral, a corrupção generalizada, as tensões étnicas e a pilhagem de recursos, num país permeável aos cartéis internacionais de droga e às redes de contrabando, deixaram a Guiné-Bissau perante “uma ameaça existencial, como Estado, como nação” (Ramos-Horta 2013). Em 2019, após dois ciclos eleitorais democráticos, o país encara de novo a oportunidade de reconstrução do tecido político, constitucional e social e discute modalidades, consensos e apoios de uma ambiciosa agenda de reforma (UNIOGBIS e ISI 2018).

Este artigo defende a reavaliação da história da Guiné-Bissau pós-independência através da lente dos direitos humanos, como quadro analítico e operacional adequado para compreender a complexidade do fracasso do Estado guineense e, olhando para o futuro, as condições para a sua refundação. Considerando a fragilidade do Estado como um processo dinâmico e não como uma *condição* estática num índice de países, a hipótese aqui analisada é que a impunidade tem sido a característica mais resiliente - e mais insidiosa - do Estado na Guiné-Bissau desde o final da luta de libertação.

A *impunidade legítima* corroeu a resiliência do Estado a três níveis fundamentais. Primeiro, nas décadas de 1970 e 1980, isolou a autoridade do Estado de um programa de realização de direitos (tanto individuais como coletivos). Isso abriu espaço para o surgimento de legitimidades concorrentes, igualmente não democráticas, no interior do aparelho de Estado, no final dos anos 90. Na última década, finalmente, a impunidade apagou nas elites qualquer fonte verdadeira de legitimidade, acelerando ainda mais o alinhamento da liderança em Bissau com interesses criminosos que

continuam a representar uma ameaça ao próprio Estado e têm interesse na sua subjugação.

Figura 1. Eleições de Março de 2019, Guiné



legislativas
Bissau

Autoria: Organização das Nações Unidas na Guiné-Bissau (2019)

A questão é, portanto, em que medida o Estado da Guiné-Bissau foi ativamente fragilizado pelas mesmas pessoas - os “Militares”, categoria difusa que aglutina as Forças Armadas e outros sectores da Seguranças - e pelos mesmos métodos - a política do gatilho, uma forma de impunidade de Estado - que mantém as forças do poder desde que Cabral deixou de *ser*. Ponto importante numa trajetória de quatro décadas: os titulares do monopólio do uso da força e os seus instrumentos de abuso mantiveram uma continuidade de tempo longo; mudou, no entanto, o tipo de legitimidade. Da *impunidade legítima* original – resultado objectivo de um consenso ideológico, político e social que tolerou a violência de Estado como inevitável e, em certa medida, necessário-, o desempenho e o papel dos Militares adquiriu finalmente os contornos de uma *legitimidade impune* –esvaziada de projecto político e de base social, confinada à

coação direta e a uma narrativa histórica desgastada. A análise deste processo exige uma revisão de três conceitos mais relevantes para a tese da *impunidade legítima*: fragilidade, impunidade e legitimidade.

Sobre a fragilidade

O conceito de fragilidade tem sido fortemente associado à falta de capacidade ou falta de vontade ou, num sentido negativo, a uma vontade política orientada para algo diferente do que os doadores (de ajuda ao desenvolvimento) em geral consideram *boas* políticas - políticas para o bem comum da população. Esse desafio estava claramente implícito numa referência precoce da OCDE àqueles “países onde há falta de compromisso político e capacidade insuficiente para desenvolver e implementar políticas em favor dos pobres” (OCDE/CAD 2006). A mesma ideia de fragilidade como uma falha das “estruturas do Estado” é sublinhada nos princípios do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE para o envolvimento em contextos frágeis, mencionando o desrespeito pela “redução da pobreza, desenvolvimento e salvaguardar a segurança e os direitos humanos das suas populações”. (OCDE 2007a, Princípio 3).

Dois outras importantes definições são articuladas pela OCDE no mesmo conjunto de princípios. O Estado é “um conceito amplo (...) que inclui o poder executivo dos governos centrais e locais dentro de um estado, mas também os poderes legislativo e judiciário do governo” (Princípio 3, nota 1). E a construção do Estado é um esforço “concertado, sustentado e focalizado” que envolve actores internacionais, autoridades nacionais e locais e a sociedade civil com o objectivo de fortalecer “a legitimidade e responsabilidade” do Estado e sua capacidade de cumprir “funções essenciais” para reduzir a pobreza » (Princípio 3, com orientações adicionais elaboradas nos Princípios 7, 8 e 9). O esforço concertado deve abordar “questões de governação democrática, direitos humanos, envolvimento da sociedade civil e construção da paz” que “por sua vez fortalecerão a confiança e envolvimento dos cidadãos com as instituições do Estado”.

«A perspectiva é geralmente baseada no funcionalismo, o que significa que as capacidades de um estado são sempre medidas em relação a funções que são consideradas fundamentais. Um estado deve ser capaz de exercer o monopólio da violência e garantir a segurança de seus cidadãos. Além disso, deve prestar serviços nas

áreas de saúde, educação e infraestrutura. E finalmente as suas instituições devem defender os princípios do estado de direito e (boa) governação” (Péclard 2012: 4). A fragilidade é avaliada mais pelo que o Estado *não é* e o que *não faz*, portanto, por um desvio negativo do modelo Weberiano da democracia liberal ocidental (Hagmann e Péclard 2010: 541).

O CAD/OCDE ampliou o foco isolado do Estado, mencionando também situações frágeis. Os próprios Princípios do CAD não definem o “estado frágil” com base em conjuntos específicos de características ou medidas, padrões estabelecidos de política ou sociedade. Embora estabelecendo princípios para a intervenção externa, ficou claro que o objetivo de longo prazo do envolvimento em países frágeis é, portanto, “ajudar os reformadores nacionais a construir instituições estatais eficazes, legítimas e resilientes, capazes de se comprometer produtivamente com os seus povos para promover o desenvolvimento.” (OCDE 2007a: 1).

A referência aos «reformadores nacionais» enfatiza a dimensão da fragilidade como questão interna. A frase inicial dos Princípios defende que “uma saída duradoura da pobreza e da insegurança para os estados mais frágeis do mundo precisará de ser impulsionada por sua própria liderança e pela sua população” (*idem*). Não se espera, por outro lado, linearidade e previsibilidade em contextos de baixa resiliência e fraqueza institucional. «É importante ver os estados como mais do que apenas uma amálgama de instituições com tarefas predeterminadas, mas como um processo histórico em evolução que reflete um equilíbrio temporário do poder político» (Péclard 2012: 4).

Sobre a legitimidade

Algumas estruturas conceptuais que abordam a fragilidade do Estado dão ênfase a falhas de autoridade ou, como é notório no caso das definições operacionais usadas pela OCDE ou pelo DfID (a agência britânica de cooperação para o desenvolvimento), a incapacidade de concretizar serviços soberanos, entre os quais se inclui a segurança e a justiça (*cf. supra*). É relevante, entretanto, sublinhar a importância da falta (ou falta de) legitimidade como um elemento intrínseco da fragilidade do Estado, como é aplicado nas definições usadas, por exemplo, pela USAID e CIDA (agências de cooperação norte-americana e canadiana, respetivamente) . Existe uma fraqueza de legitimidade «por exemplo, quando o estado tem apenas um apoio limitado entre a população,

normalmente não é democrático, muitas vezes com a decisão militar direta ou fortemente apoiando e dominando o governo» (Stewart e Brown 2009: 3).

A falha de legitimidade pode ter características diferentes (*idem*):

- a) Nenhuma democracia (ou seja, sem eleições livres, justas e regulares).
- b) *Um forte papel governamental para os militares;*
- c) Aquisição de poder pela força;
- d) Supressão da oposição;
- e) Controle dos média;
- f) Exclusão de participação no poder de grupos significativos da população;
- g) Ausência de liberdades civis/políticas, com prisão arbitrária e ausência de liberdade de expressão.

A análise de tipos e fontes de legitimidade do estado pode dar indicações confiáveis sobre a condição de fragilidade ou resiliência de um estado particular. Igualmente importante é a mesma análise aplicada a actores não estatais, incluindo aqueles grupos, redes ou partidos que colocam um desafio ao Estado com formas de legitimidade competitivas (Putzel e Di John 2009: viii). O controle sobre as forças armadas e a provisão efectiva de segurança são essenciais para manter a legitimidade do Estado contra a concorrência potencial de actores não-estatais (Putzel e Golooba-Mutebi 2009: 19).

Além disso, a legitimidade é reconhecida pela OCDE como um dos principais objetivos dos esforços de construção do Estado que devem visar a reconstrução da relação entre Estado e sociedade, “abordando questões de governação democrática, direitos humanos, envolvimento da sociedade civil e construção da paz”. (OCDE 2011b: 48).

Uma vez que o desenvolvimento humano e os direitos humanos estão inter-relacionados, uma abordagem de direitos humanos acrescentará questões de legitimidade ao enfoque na eficiência e na prestação, uma vez que as normas de direitos humanos fornecem uma estrutura para a igualdade e a não-discriminação. Uma implicação política é que os esforços dirigidos a reconstruir legitimidade(s) de Estado devem incluir “políticas para afastar países do autoritarismo e de fracassos nos direitos humanos, em direção a sistemas democráticos inclusivos onde os direitos fundamentais políticos, civis e culturais são amplamente respeitados” (Stewart e Brown 2009: 23).

Todos os direitos civis e políticos estão incorporados na dimensão da legitimidade da governação, uma vez que os aspetos críticos e definidores da legitimidade incluem a

realização dos direitos político-civis. Além de seu próprio valor, tais políticas teriam potencialmente efeitos positivos noutras dimensões da fragilidade do Estado.

II. Análise: a legitimidade justa

O problema-Estado

O maior problema contemporâneo da Guiné-Bissau é o seu próprio Estado: por aquilo que já não garante (segurança, justiça, desenvolvimento); pelo que ciclicamente tem produzido (violência, instabilidade, impunidade); e pelo que tem impedido (o direito à liberdade, à concretização de direitos, à distribuição de recursos). Os principais pontos fracos são internos e incluem “instabilidade política recorrente desde o conflito armado de 1998-1999; operação irregular e falta de capacidade das instituições públicas para cumprir seus deveres básicos do Estado; o déficit democrático demonstrado pela necessidade de maior independência do poder judiciário, maior controle sobre a polícia e insubordinação das forças armadas em relação ao poder político; o impacto de fenómenos transnacionais como o narcotráfico e o crime organizado; altos níveis de pobreza; pobre diversificação da estrutura económica e forte dependência de ajuda externa. Esses elementos são causas e sintomas de fragilidade, impedindo a consolidação da paz e o desenvolvimento sustentável”(OCDE 2011a).

O problema com grande parte da literatura existente sobre as fraquezas da Guiné-Bissau é a tentação de soluções únicas e explicações abrangentes que perdem as subtis nuances desta sociedade pequena, mas particularmente densa e diversificada. “A fraca análise do contexto em geral e a falta de análise de conflitos em particular”, bem como “a necessidade de ter em conta as necessidades locais ao conceber as intervenções” foram citadas como uma deficiência significativa na Guiné-Bissau, entre outros países, o Segundo Inquérito de Monitoria do Programa de Monitoria de Estados Frágeis. A avaliação também revelou que «[n] a Guiné-Bissau considera que as preocupações de segurança internacional (particularmente relacionadas com o tráfico de droga) também têm precedência» (OCDE 2011b: 26, 31).

As fraquezas são devidas às principais linhas divisórias ou pontos de fricção na Guiné-Bissau. As principais causas de conflito estão largamente identificadas (Voz di

Paz e Interpeace 2010; GHRL 2010, 2013: 1, 2; Ministério da Justiça da Guiné-Bissau 2008):

- Retirada do Estado: a República não exerce minuciosamente os seus deveres soberanos na maior parte do território nacional;
- Ineficácia do Sector de Justiça: os tribunais e os agentes legais pararam de responder como um mecanismo de governação social e um tribunal de direito civil; outros sistemas ocupam essa lacuna;
- Aumento da pobreza;
- Tribalismo: rivalidades antigas entre grupos étnicos foram reavivadas por fenómenos recorrentes mais recentes (roubo de gado, competição por recursos naturais); a perceção da lealdade étnica como uma estratégia para alcançar o poder e administrar empresas ganhou terreno;
- Tráfico de drogas: a competição por lucros do tráfico aumentou a disputa pelo poder através da violência.
- •Corrupção: o pior de todos os vícios (Voz di Paz e Interpeace 2010: 52), um fenómeno difuso mas difundido que está ligado à distorção das funções estatais mais importantes e ao padrão de pobreza no país; a repetição de comportamentos corruptos aumenta ainda mais a perda de riqueza e recursos públicos em si mesma, muito prejudicial para os mais pobres e os mais vulneráveis da sociedade.

A armadilha das histórias nacionais

Uma maneira de tentar entender a turbulenta história da Guiné-Bissau no último meio século é tomar a linha do tempo de conflitos prolongados e violência política, combinada com o tipo de regime (constitucional), a fim de definir claramente diferentes períodos divididos por eventos marcantes. Tal abordagem provavelmente produziria a seguinte sequência: 1) guerra de libertação com Amílcar Cabral e o seu PAIGC (1963-1973); 2) os anos de Luiz Cabral (1974-1980); 3) o longo reinado de João Bernardo «Nino» Vieira (1980-1999), possivelmente com uma referência à mudança do governo do Partido para a “democracia” em 1994; 4) os anos de colapso institucional (1999-2009); 5) e, finalmente, a aparente criminalização do Estado e o aumento da brutalidade política (2009-2014), com um esboço de transição democrática congelada por conflitos político-partidários (2014-2019).

Se o ênfase de periodização for colocado na personalização do poder (Amílcar, Luiz, “Nino”, Kumba, Carlos Gomes Júnior, “Jomav”), na política partidária (PAIGC, PRS) ou nos níveis de escalada, guerra e rescaldo (luta de libertação, reconstrução nacional, guerra civil, pós (transição de conflito), obteremos narrativas equivalentes, aparentemente coerentes porque apoiadas por *factos*.

No entanto, numa abordagem de contextos concretos de fragilidade do Estado, a consideração de dinâmicas complexas ligadas a condições influentes -tanto para o fracasso quanto para a resiliência- comprova limitações gritantes das histórias “nacionais”. Um arcabouço analítico mais preciso terá, em vez disso, que usar metodologias das ciências sociais, notavelmente aquelas elaboradas em torno da *histoire croisée*, baseadas na comparação, intersecção, articulação e circulação (Douki e Minard 2007; Gruzinski 2004, 2011; Raj 2010; Werner e Zimmermann 2006).

A pertinência metodológica da *história cruzada* é particularmente relevante em países cuja construção da nação está intrinsecamente ligada e inserida em geografias políticas, económicas, sociais e culturais (coloniais, imperiais, regionais e transnacionais) que transcendem as suas limitadas fronteiras políticas - como é o caso interessante da Guiné-Bissau. (Mendes 2012: 14). Os fatores relevantes para eventos aparentemente localizados e circunstanciais são mais frequentemente relacionados com uma rede de relações e circulações no tempo e no espaço (Antunes, 1995; Brooks, 1993; Castelo, 1998; Lopes, 1999; Niane, 1989; Pélissier, 1989, 2001) e com estruturas sociais indígenas (Forrest 2003) que dificilmente são levadas em consideração, se é que o são de todo, na literatura actual sobre a fragilidade do Estado na Guiné-Bissau.

Construindo o Estado, comprometendo a nação

A impunidade - nas suas formas múltiplas e inter-relacionadas - é um elemento de forte continuidade na construção da Guiné-Bissau independente, precedendo a declaração de 1973 e permeando a luta de libertação. As raízes da morte clínica do Estado em anos recentes encontram-se na sua própria fundação, isto é, fluindo de uma distorção original da sua *raison d'être*, agravada ao longo de quase meio século até formas brutas de saque patrimonial e agressão do cidadão comum.

A independência da Guiné-Bissau, elaborada como projecto e processo de libertação coletiva (Andrade 1975; Cabral 1974; Chabal 2002; Davidson 1969), foi

transformada em instrumento de desapropriação em massa: primeiro pelo medo físico (o Estado securitário), depois pelo empobrecimento material (o Estado inútil), finalmente pela subjugação da dignidade (o Estado clientelar). A história da nação independente é, portanto, um desperdício previsível - embora não de todo inevitável - da legitimidade, tomando legitimidade como o bem nacional mais precioso quando o Estado foi proclamado. Em termos da sua economia política nacional, a Guiné-Bissau nasceu com um crédito tão elevado da legitimidade estatal que forneceu recursos políticos suficientes à liderança do PAIGC, sobretudo a «Nino» Vieira, para conseguir apoio suficiente entre as elites urbanas e o aparato de segurança - os garantes do poder ao longo de quatro décadas - para ofuscar e retardar os efeitos da autoridade abusiva e a pauperização de vastos sectores da população.

Quando «Nino» foi desafiado em 1998 por uma rebelião militar, desencadeando uma guerra civil, todos os seus principais rivais eram irmãos de armas da luta de libertação. Havia de facto políticos e partidos com valores democráticos desde, pelo menos, 1991 – apenas aconteceu que o sistema não poderia acomodá-los. Uma das consequências do desperdício autoritário da legitimidade do Estado por Luiz Cabral e «Nino» Vieira foi que o surgimento de formas democráticas de disputa política ficou *de facto* refém do que, durante bastante tempo, foi lido como resiliência do Estado guineense.

A guerra de 1998/99, com um número pesado de baixas e uma fissura irreconciliável na instituição militar e no tecido político, pode ser vista também como uma falha de legitimidade em processo de atualização com uma falha de autoridade. A guerra surgiu porque o ditador eleito se recusou a ver ou a aceitar que os mecanismos informais de patrocínio, ou contratos intra-elite, tinham deixado de ser eficazes. «A este respeito, é interessante notar que, se a crise é o resultado da persistência da má governação, a guerra foi desencadeada por uma tentativa fútil de instrumentalizar a boa governação» (Koudawo 2000: 155).

A “História”, no sentido restrito de guerra da independência desencadeada pelo PAIGC, foi a única fonte de legitimidade para os candidatos às primeiras eleições (gerais e presidenciais) em 1994 (Koudawo 1995: 286). A guerra civil de 1998 abriu uma fractura que permanece aberta no tecido político, social e económico. O conflito “do 7 de Junho” foi um fracasso catastrófico da democracia formal/eleitoral (no modelo geralmente aplaudido pelos países doadores). Ironicamente, foi também o canal para a

mudança de regime após duas décadas de governo do mesmo homem e três décadas de governo do mesmo partido.

Desde a guerra civil, “a impunidade foi institucionalizada e tornou-se norma no funcionamento regular de instituições públicas e privadas com clara inércia do sistema legal, órgãos de fiscalização, instituições de monitoramento e controle” (LGDHs 2013: 1).

Enquanto alguma forma de democracia é claramente exigida pelas normas de direitos humanos, como uma forma ideal, não oferece necessariamente uma resolução para a fragilidade do Estado (Evans 2008: 11). A Guiné-Bissau confirmou que o potencial de a fragilidade do Estado resultar em conflito é maior nas estruturas estatais formalmente democráticas e especialmente nas semi-democráticas do que nas autocráticas. Instituições políticas não são, por si, suficientes para garantir a paz. A combinação de dois fatores parece ser importante na mitigação do conflito: “o estabelecimento de um governo politicamente inclusivo” e “a realização de um sistema social que difunde amplamente os benefícios do progresso, proporcionando crescimento socioeconómico entre todos os grupos regionais, religiosos e étnicos significativos na sociedade »; por outras palavras, a governação política e económica inclusiva (Østby 2007: 20). A Guiné-Bissau não conheceu nenhum desses fatores, pelo menos, nas primeiras três décadas de independência.

O poder e a busca de *rendas* de vários tipos eram uma questão de equilíbrio entre o Exército e o Partido - convergindo na pessoa de «Nino» Vieira. O caso da Guiné-Bissau parece também confirmar que a contratualização de ganhos entre elites pode constituir um mecanismo eficiente para um regime autoritário se manter no poder apesar de a provisão de serviços sociais básicos à população ser mínima e deficiente.

A libertação insuficiente

A violação generalizada e sem precedentes dos direitos humanos na Guiné-Bissau durante a última década alienou, finalmente, a República do seu povo. A consequência última foi tornar a população o principal alvo das instituições do Estado, de forma notória das forças de segurança e de um sector judicial fraco e corrupto (Crisis Group 2012). Ironicamente, quem quer que ocupasse as cadeiras do poder desde 1974, recorrendo repetidamente aos elogios à «linha de Cabral», agiu de tal modo que

desmantelou a coesão de uma nação galvanizada, num momento particular, por um propósito ético comum.

A prioridade do Estado foi, desde o início, defender-se de ameaças internas e externas. A exclusão fazia parte da prática, se não também da filosofia, dos governantes após a independência. O PAIGC, confrontado com a reação menos entusiasta aos seus comités populares depois de entrar nos centros urbanos, respondeu com repressão.

“O cenário internacional contra o qual o acesso à independência ocorreu e que foi marcado por batalhas ideológicas entre os campos capitalista e comunista, não favoreceu a reconstrução nacional ou a reconciliação entre pessoas com crenças diferentes na Guiné-Bissau. Portanto, a purga que se seguiu à libertação do país somou-se às feridas da própria guerra. Por sua vez, os excessos dos vencedores alimentaram o ressentimento dos que perderam, especialmente os assistentes locais do sistema colonial” (Voz di Paz e Interpeace 2010: 12).

Algumas das falhas mais duradouras e perigosas no tecido social da Guiné-Bissau, onde a rivalidade política se confunde com o ódio étnico e as queixas pessoais, foram talhadas durante os primeiros anos de independência. Em nome da construção do Estado, o PAIGC desencadeou uma campanha contra quem era suspeito de alinhar com Portugal, incluindo julgamentos populares e execuções públicas. A construção do Estado também pediu o massacre planejado e meticuloso de centenas de homens guineenses que lutaram nas forças de elite portuguesas durante a guerra de libertação, os chamados Comandos Africanos.

«O regime de Luiz [Cabral] não conseguiu construir no novo sistema político um grau significativo de responsabilidade pública, e o funcionamento do governo foi prejudicado por legados divisionistas da era colonial e nacionalista.” Como resultado, o período pós-colonial foi marcado por uma "dissociação" crescente da liderança da cidadania comum, bem como pelo faccionalismo intrapartidário generalizado (Forrest 1992: 45).

O facto de a impunidade estar em jogo como ferramenta de construção do Estado não deve surpreender quem quer que preste atenção à genética ideológica do regime perseguido pelos sucessores de Amílcar Cabral. O "marxismo-leninismo" escolhido pelas elites da Guiné-Bissau respondeu à "necessidade de um Estado forte, *locus* de sua reprodução social, os meios para a rápida criação de uma nação moderna, europeia e jacobina, negando a etnia. O marxismo na sua versão estalinista era operacional para expressar esse nacionalismo» (Cahen, 1995: 88).

Um fator enfraquecedor, negligenciado na literatura sobre a construção e o fracasso do Estado na Guiné-Bissau, é o tipo de código operacional e as culturas de poder adquiridas por toda uma geração de guineenses que recebeu “capacitação” no antigo Bloco Soviético. Isso é mais relevante para o pessoal central das forças de Defesa e Segurança formados em padrões não-democráticos de governação e sobre valores que são difíceis de conciliar com a noção de Estado como portador de deveres para com o cidadão e o indivíduo. Muitos golpes, purgas e torturas foram atos de estruturas opacas de Segurança do Estado e da jurisdição militar (Nóbrega 2003; Barros 2011: 75 ss.) - durante décadas. Os modos de agir inculcados nas gerações iniciais de quadros sobreviveram, com eles, às transições sucessivas de regime e mantiveram-se até hoje, discreta mas persistentemente, no Exército, na Polícia e na Segurança de Estado.

Se deixarmos a subcorrente profunda da impunidade que flui desde a década de 1970 na Guiné-Bissau, para ressurgir e abordar a linearidade dos momentos mais marcantes na história do país, a narrativa simplificada daí resultante apenas confirmará o contínuo de desestruturação do Estado liderado pelas Forças Armadas com a ajuda ocasional de outras instituições - incluindo, quando necessário, os tribunais. Esse foi, por exemplo, o caso em 1985/86, quando «Nino» eliminou vários altos funcionários da Defesa e do Interior²⁶; ou em 1993, quando novamente a Justiça Militar e a Segurança do Estado se uniram para tirar João da Costa do caminho antes das primeiras eleições livres e justas desde a independência.²⁷

Conclusão

²⁶ Dos muitos episódios que nunca foram fechados, o “17 de outubro” de 1985 destaca-se como a data em que a Segurança de Estado surpreendeu um suposto golpe em construção. A resposta do regime foi julgar e sentenciar os envolvidos, incluindo o vice-presidente do Conselho de Estado (número dois do regime), Paulo Correia, e o Procurador-Geral, Viriato Pã. O processo, que durou quase um ano, “terminou com a limpeza profunda dos elementos [étnicos] Balanta e não Balanta dos exércitos e aparatos do Estado” (Nóbrega 2005). O episódio “foi maciço, súbito e brutal no carácter com destinos cruéis reservados para certas vítimas. Tinha um ângulo étnico, já que a maioria das vítimas era do grupo étnico Balanta, fortemente representado em todas as categorias das forças armadas. Muitos deles desempenharam papéis importantes ou participaram da luta de libertação nacional. Essa repressão causou um ressentimento profundo que permaneceria incorporado em grandes segmentos da população durante as décadas seguintes” (Voz di Paz e Interpeace 2010: 12).

²⁷ Ver Amnistia Internacional, «Guiné-Bissau - Quando a lei não conta» (Índice AI: AFR 30/04/93), Maio de 1993, AI International Secretariat, Londres, 6 p. (em português). João da Costa, dissidente do PAIGC, fazia parte da «Carta dos 121» que em 1991 defendeu uma mudança democrática no Partido. Foi um dos fundadores do PRD. Morreu em 1998.

O Estado da Guiné-Bissau nasceu com uma forte legitimidade, sem paralelo talvez entre outras nações africanas que lutaram pela independência. Uma das origens do movimento de libertação, e um fator determinante do seu sucesso, foi a máquina militar do PAIGC (a FARP) ser dirigida pelas estruturas políticas do Partido - e não o contrário. O “militarismo” foi corretamente identificado por Cabral como um elemento corrosivo para o futuro do projecto nacional.

Como Cabral compreendeu há quase 50 anos, as forças armadas, se não forem mantidas sob controlo civil e escrutínio democrático, provavelmente ameaçarão a segurança no longo prazo e serão um obstáculo ao desenvolvimento humano. Em 1964, “a principal questão no Congresso de Cassacá foi o abuso grosseiro do poder militar por parte de vários comandantes guerrilheiros” (Chabal 2002: 99). Cabral não era um profeta, apenas um exímio analista de contexto; afinal de contas, a análise do contexto operacional entre as comunidades rurais da sua pátria foi a sua preparação para a guerra, antes da abertura das hostilidades armadas em 1963 (Cabral, 1975).

Os piores temores de Cabral sobre o militarismo começaram a ser cumpridos depois de 1973 - sem a sua abordagem essencialmente moral e fundamental da revolução nacional que contribuiria para a eliminação de Cabral (Sousa 2011: 517 ss). O desenrolar da Guiné-Bissau é a história de impunidade armada implícita ou efetiva infligida sobre a nação desde o próprio cerne do aparelho de Estado, com a nuance bizarra de que a violação dos direitos civis e políticos operava geralmente no topo da hierarquia do Estado e da nomenklatura, enquanto a total falta de respeito pelos direitos sociais e económicos e a corrupção prevalecente de funcionários públicos causaram miséria entre os mais vulneráveis da sociedade (Roque 2010: 5).

Na Guiné-Bissau, a impunidade erodiu os mecanismos existentes de conciliação, equilíbrio e negociação, dentro e fora do Estado, e alimentou um perigoso ressentimento (LGDH 2010, 2013). A escala de rutura causada pela violação dos direitos humanos na Guiné-Bissau é mais típica de um país que transita de uma guerra civil total, de um conflito étnico ou de violência em larga escala, formas ainda estranhas para uma sociedade amplamente pacífica e generosa (como foi provado na reação efetiva à crise humanitária causada pela guerra em 1998).

A avaliação das condições locais de fragilidade no presente, para dar apenas três exemplos, de natureza diferente, não pode ser separada do legado do tráfico de escravos e do sistema mais recente de trabalho forçado até o século XX; nem da erosão dos direitos e funções básicas do Estado causada pelas intervenções do Banco Mundial e do

FMI nos anos 80 (Proença 2003: 174); nem da dinâmica regional e global do tráfico de drogas e armas ligeiras e dos seus pontos de intersecção com o terrorismo internacional.

Há um consenso sobre a tarefa mais ambiciosa e delicada por diante para salvar o Estado e as nações da Guiné-Bissau: a reforma do sector de Defesa e Segurança (CEDEAO/UA/CPLP/UE/ONU 2013). Uma lição a ser aprendida, no entanto, é que a RSDS pode chegar tarde demais, se e quando o principal obstáculo à normalidade constitucional não tem motivos para permitir o domínio civil e a supervisão democrática – e se, pior, ganhar os meios materiais para resistir à busca de mudança alinhando com actores criminosos. Diferentes tentativas foram delineadas e encetadas nos últimos vinte anos, as mais robustas com défices graves de apropriação e responsabilização nacional (Carvalho 2010). “Apesar das diferentes orientações tomadas pela reforma e do engajamento de atores regionais e internacionais ao lado do Estado, os bloqueios permanecem e o cansaço é perceptível. É indispensável analisar os verdadeiros motivos desses bloqueios antes de propor soluções técnicas que não resolvam todavia problemas fundamentais de ordem política, económica e social. (UNIOGBIS e ISI 2018).

«A noção de maior liberdade também encapsula a ideia de que o desenvolvimento, a segurança e os direitos humanos andam de mãos dadas (...) A menos que todas estas causas sejam avançadas, nenhuma terá sucesso» (ONU 2005a: Princípios 14, 17). Conflito, pobreza e respeito dos direitos humanos estão interligados e não podem ser abordados separadamente quando se considera as respostas à fragilidade do Estado. O desafio consiste, portanto, em avaliar múltiplos factores, incluindo “aqueles que se relacionam directamente com os princípios fundamentais (igualdade e não-discriminação, participação e emancipação e responsabilização) e os critérios analíticos (privação, exclusão, vulnerabilidade e justiça) dos padrões de direitos humanos”. (Evans 2008: 3).

A categoria de países que são frágeis e aqueles que falham significativamente em direitos humanos podem ser considerados como sendo a mesma (Stewart e Brown, 2006: 19). Um importante fator positivo na Guiné-Bissau é a existência de uma sociedade civil dinâmica e o papel que ela está pronta para desempenhar numa estratégia nacional para reinventar o Estado. A promoção dos direitos humanos, começando pelos agentes soberanos que mais possibilidade têm de os poder violar, pode assim representar, se bem sucedida, uma segunda libertação para os guineenses. Muito para além das opções de modelo, o foco da reforma deve ser o de reconstituir a legitimidade da Defesa e da Segurança em moldes, por fim, justos aos olhos do cidadão.

Ou seja: útil, sustentável e responsável. Só dessa forma, de resto, a legitimidade simbólica original dos “Militares” na narrativa política guineense pode ser dissociada finalmente do seu exercício e abuso individual pelos “combatentes”, de forma a ser transmitida como património comum às futuras gerações. Em qualquer caso, a construção do Estado deve intrinsecamente servir para fortalecer os direitos humanos - ou não *será*.

Referências bibliográficas

Acção para o Desenvolvimento et al, 2013. Roteiro da sociedade civil para a transicao, Disponível em <http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Noticias/Roteiro%20das%20organizacoes%20da%20Sociedade%20civil%20VF%2018%2003%202013.pdf> [19.07.2013].

Amnesty International, 1993. Guiné-Bissau: quando a lei não conta. CIDAC, Lisboa.

Andrade, M. de, 1975. *A guerra do povo na Guiné-Bissau*, Lisbon: Livraria Sá da Costa Editora.

Andrade, M. de, 1980. *Amilcar Cabral: essai de biographie politique / Mário de Andrade*, Paris: Maspero.

Universal Declaration of Human Rights. Disponível at <http://www.un.org/en/documents/udhr/> [16.07.2013].

Antunes, J.F., 1995. *A guerra de África (1961-1974)*, Lisbonne: Círculo de Leitores.

Barros, F. de, 2011. *Testemunho*, Bissau: Inacep.

Brooks, G.E., 1993. *Landlords and strangers: ecology, society, and trade in Western Africa, 1000-1630*, Boulder: Westview Press.

Cabral, A., 1976. *Fizemos o Congresso de Cassacá para pormos o partido no caminho certo*. Article in *Nô Pintcha*.II, 137 of the 17 February 1976.

Cabral, A., 1974. *Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta*, Lisbon: Novo Aurora.

Cabral, A., 1975. *Unité et lutte - L'arme de la théorie*, Paris: Maspero.

Cahen, M., 1995. Une Afrique lusophone libérale?: la fin des premières républiques. *Lusotopie: enjeux contemporains dans les espaces lusophones Lusotopie*, p.85-104.

Carvalho, A. Larcher, 2010. Intervenções externas no sector da segurança na Guiné-Bissau, *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n.º 4.

Castelo, C., 1998. « *O modo português de estar no mundo* »: *o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.

CEDEAO/UA/CPLP/UE/ONU, 2013. *Relatório da missão conjunta de avaliação*, Bissau.

Chabal, P., 2002. *Amilcar Cabral : revolutionary leadership and people's war*, London: Hurst & Company.

Chandy, L., 2011. *Ten years of fragile states: what have we learned?*, Washington: The Brookings Institution.

Chapman, N. & Valliant, C., 2010. *Synthesis of country programme evaluations conducted in fragile states*, DfID - Department for International Development. Available at https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/67709/syn-cnty-prog-evals-frag-sts.pdf [12.06.2013].

Chesterman, S. et al., 2005. *Making states work state failure and the crisis of governance*, Tokyo; New York: United Nations University Press. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=1487> [19.07.2013].

CIFP, Country Indicators for Foreign Policy. Disponível em: <http://www4.carleton.ca/cifp/> [24.07.2013].

Collier, P., 2007. *The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it*, Oxford; New York: Oxford University Press.

Davidson, B., 1969. *The liberation of Guiné: aspects of an African revolution*, Londres: Penguin.

Dhada, M., 1993. *Warriors at work: how Guinea was really set free*, Niwot, Colo.: University Press of Colorado.

Douki, C. & Minard, P., Histoire globale, histoires connectées : un changement d'échelle historiographique ?. Introduction. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 2007/5(n°54-5), p.7-21.

European Union, 2009. *European Report on Development 2009, Overcoming Fragility in Africa*.

Evans, D.G., 2008. *Human Rights and State Fragility - Conceptual Foundations & Strategic Directions for State-Building*, Government of Denmark - Ministry for Foreign Affairs.

Forrest, J.B., 1992. *Guinea-Bissau: power, conflict, and renewal in a West African nation*, Boulder: Westview Press.

Gruzinski, S., 2011. *L'aigle et le dragon: démesure européenne et mondialisation au XVIe siècle*, Paris: Fayard.

Gruzinski, S., 2004. *Les Quatre Parties du monde: Histoire d'une mondialisation*, Martinière.

GHRL - Guinean Human Rights League/Liga Guineense dos Direitos Humanos, 2010. *Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, 2008-2009*.

GHRL - Guinean Human Rights League/Liga Guineense dos Direitos Humanos, 2013. *Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, 2010-2012*.

Hagmann, T. & Péclard, D., 2010. Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa. *Development and Change*, 41(4), p.539–562.

ICG - International Crisis Group, 2008. *Guinée-Bissau: besoin d'État*.

ICG - International Crisis Group, 2012. *Beyond turf wars; managing the post-coup transition in Guinea-Bissau*.

Kapil Raj, 2010. *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900* 1. publ. in paperback., Palgrave Macmillan.

Kaplan, R.D., 1994. The Coming Anarchy. *The Atlantic Monthly*. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1994/02/the-coming-anarchy/304670/>.

Koudawo, F., 1995. Histoire et quête de légitimité politique pendant les premières élections pluralistes en Guinée-Bissau. *Lusotopie: enjeux contemporains dans les espaces lusophones Lusotopie*, p.285-294.

Koudawo, F., 2000. La guerre des mandjuas. Crise de gouvernance et implosion d'un modèle de résorption de crises. *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, N/S 02, p.153-174.

Lopes, C., 1987a. *Guinea Bissau: from liberation struggle to independent statehood*, Westview Press.

Lopes, C., 1987b. *Guinea-Bissau: from liberation struggle to independent statehood*, Boulder, Colo.; London; [Totowa], N.J.: Westview Press ; Zed Books.

Lopes, C., 1999. *Kaabunké: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Lopes, C. ed., 2012. *Desafios contemporâneos da África : O legado de Amílcar Cabral*, São Paulo: UNESP.

Mendes, P.R., 2012. *Le Bloc Soviétique dans la sécurité et l'armée de la Guinée-Bissau (1969-1991)*, tese não publicada, Paris: EHESS.

Niane, D.T., 1989. *Histoire des Mandingues de l'Ouest: le royaume du Gabou*, Paris: Karthala : Association ARSAN.

Nóbrega, Á., 2003. *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, [Lisboa]: Universidad Técnica de Lisboa, ISCTE.

O'Regan, D. & Thompson, (Peter), 2013. *Advancing Stability and Reconciliation in Guinea-Bissau: Lessons from Africa's First Narco-State*, African Center for Strategic Studies.

OCDE, 2007. *Principles for good international engagement in fragile states and situations*.

OCDE, 2011a. *Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau*.

OCDE, 2011b. *International Engagement in Fragile States: Can't we do better?*

OHCHR - Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2002. *Principles and guidelines for a Human Rights approach to poverty reduction strategies*.

Østby, G., 2007. *Horizontal inequalities, political environment, and civil conflict: evidence from 55 developing countries, 1986-2003*, World Bank, Development Research Group, Growth and Macroeconomics Team.

Péclard, D., 2012. Fragile states, illegitimate states? *KOFF Newsletter*, (105), p.4-5.

Pélissier, R., 1989. *Naissance de la Guiné*, Orgeval: Pélissier.

Pélissier, R., 2001. *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*, Lisbonne: Estampa.

Pierson-Mathy, P. & Unesco, 1980. *La Naissance de l'Etat par la guerre de libération nationale, le cas de la Guinée-Bissau*, Paris: UNESCO.

Proença, C.S., 2003. *As políticas de ajustamento e o bem-estar das famílias, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, no período de 1986-2001*. Lisbon: ISCTE.

Putzel, J. & Di John, J., 2012. *Meeting the challenges of crisis states*, Crisis States Research Centre at the London School of Economics and Political Science.

Ramos-Horta, J., 2013. Ramos-Horta hopes political, military elites become aware of the threats Guinea-Bissau faces. Disponível em: <http://uniogbis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=9874&ctl=Details&mid=12838&ItemID=20270&language=en-US>.

Republic of Guinea-Bissau, 2006. Comité Interministerial para a Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa e Segurança, 2006. Reestruturação e modernização do sector da Defesa e Segurança. Documento de Estratégias., Bissau,

Risse-Kappen, T., Ropp, S.C. & Sikkink, K., 1999. *The power of human rights: international norms and domestic change*, New York: Cambridge University Press.

Roque, S., 2010. *Violências contra mulheres na Guiné-Bissau: uma análise de percepções e de regras sociais de sexo e seu papel na legitimação da violência*, Bissau: RENLUV.

Rotberg, R.I., 2004. *When states fail: causes and consequences*, Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Rudebeck, L., 1993. Reading Cabral in 1993. *Review of African Political Economy* *Review of African Political Economy*, 20(58), p.63-70.

Rudebeck, L., 2001. *Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000: Um estudo de democratização difícil*, Uppsala: Nordic Africa Institute.

Sisson, J., A Conceptual Framework for Dealing with the Past. *Politorbis*, 50(3/2010), p.11-15.

Sousa, J.S., 2011. *Amílcar Cabral, 1924-1973: vida e morte de um revolucionário africano*, Lisboa: Nova Vega.

Stewart, F. & Brown, G., 2009. *Fragile states*, CRISE.

Stewart, F. & Brown, G., 2010. An operational definition of fragile states. *CRISE In Brief*, (5), p.1-4.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013. *Human Development Report 2013: The rise of the South*.

United Nations - Economic and Social Council, Commission on Human Rights, The administration of justice and the human rights of detainees - Question of the impunity of perpetrators of human rights violations (civil and political) - Revised final report prepared by Mr. Joinet pursuant to Sub-Commission decision 1996/119 (E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1).

United Nations, 2003. *UN Statement of Common Understanding on Human Rights-Based Approaches to Development Cooperation and Programming*.

United Nations, 2004a. *Report of the UN Secretary General on the Rule of Law and Transitional Justice in Conflict and Post-Conflict Societies*.

United Nations, 2004b. *Independent study on best practices, including recommendations, to assist states in strengthening their domestic capacity to combat all aspects of impunity*, by Diane Orentlicher.

United Nations, 2005a. *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All*, United Nations General Assembly. Disponível em: <http://www.un.org/largerfreedom/contents.htm> [27.06.2013].

United Nations, 2005b. *Report of the independent expert to update the set of principles to combat impunity.*

United Nations, 2006. *Étude sur le droit à la vérité, Rapport du Haut-Commissariat des Nations Unies aux droits de l'homme,*

United Nations, 2011, *Human Rights on the right to the truth.*

United Nations, 2012. *The effects of foreign debt and other related international financial obligations of States on the full enjoyment of all human rights, particularly economic, social and cultural rights,* United Nations General Assembly - Human Rights Council.

United States Department of Justice, 2013. *US vs. Na Tchuto et al Indictment,* Disponible en: <http://www.justice.gov/usao/nys/pressreleases/April13/GuineaBissauArrestsPR.php>.

USAID - United States Agency for International Development, 2005. *Fragile states strategy,* USAID.

Vaz, N. & Rotzoll, I.C., 2005. Presidential elections in Guinea Bissau 2005 – A stabilizing factor in a fragile democracy or only a spot test of the state of affairs? *Afrika Spectrum*, 40 (3), p.535-546.

Werner, M. & Zimmermann, B., 2006. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. *History and Theory*, (45).

CAPÍTULO 5. REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO ARTESANATO NAS TRÊS AMPS DA RESERVA DE BIOSFERA DO ARQUIPÉLAGO BOLAMA-BIJAGÓS

Rui Jorge Semedo

Introdução

Se ainda existe na Guiné-Bissau sociedades étnicas com a preocupação de preservar a sua identidade cultural e biodiversidade circundante, a bijagó é, sem dúvida, uma delas, apesar da forte pressão proveniente do contacto com o outro. É uma sociedade conhecida e reconhecida como detentora de uma tradição ancestral forte e presente nas suas manifestações diárias. É patente a sua capacidade de aproveitar de forma racional os recursos florestais e marinhos que a providência da natureza insular colocou à sua disposição, transformando-os em bens preciosos de uso quotidiano ou ocasional. Os principais consumidores dos artefactos produzidos são as comunidades espalhadas pelas diferentes ilhas da Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós (RBABB), em que o próprio bijagó constitui a maioria²⁸. Esse facto, muitas das vezes, faz com que o bijagó não precise de recorrer ao mercado convencional para adquirir objetos industrializados²⁹.

Importa dizer que essa rica biodiversidade soma-se à engenhosidade artística de mãos hábeis, que produzem um conjunto diversificado de objetos artesanais utilizados na agricultura, na pesca, nos ritos cerimoniais, nos atos culturais, lúdicos e decorativos, nas vestimentas e nos artefactos de apoio às atividades domésticas. Como admite

²⁸ O arquipélago dos bijagós é constituído por cerca de 88 ilhas e ilhéus, das quais cerca de 25 são habitadas. A sociedade étnica bijagó constitui 70% dos habitantes, os restantes 30% pertencem às outras sociedades, sendo que as mais numerosas são papeis, fulas e emigrantes senegaleses conhecidos como *nhomincas*.

²⁹ O fenómeno da globalização e o seu poderoso poder de alienar as sociedades (principalmente as tradicionais) já é perceptível no complexo das ilhas Urok e em toda a RBABB, apontando para o risco de ameaça e abandono de todo um conjunto de conhecimento secular de “saber fazer” em detrimento de objetos que, na sua maioria, não são biodegradáveis e têm um alto poder de agressão ao ecossistema.

Scantamburlo (1991: 32), juntamente com os nalus³⁰, os bijagós são os melhores entalhadores da Guiné-Bissau. Todos eles parecem possuir uma aptidão inata para esta atividade, que requer uma formação longa e paciente sob a orientação do pai ou de outro familiar próximo. Embora Galhano (1971: 12) tenha frisado anteriormente a semelhança cultural entre os dois grupos, foi incisivo em considerar que a escultura bijagó é mais completa porque revela um espírito muito livre e aberto, enquanto a escultura nalu é exclusivamente de caráter cultural e rigidamente sujeita a formas convencionais.

Para reforçar a visão de Scantamburlo (1991), acreditamos que o sentido do artesanato no universo bijagó é de uma profunda dimensão artístico-cultural e com uma característica peculiar do seu universo socioreligioso. Mas, mais do que aparenta ser, vezes há em que o artesanato bijagó é um enigma decifrável só por aqueles que passaram por várias etapas cerimoniais e ritos de iniciação. Processo que analogamente na concepção bijagó corresponde a um ciclo de aprendizagem que eles mesmo consideram de *escola de mato*. Isso porque é a partir dos ensinamentos no mato que é reconhecido, primeiramente ao indivíduo, o seu pertencimento social ao grupo e, ao mesmo tempo, adquire todos os valores e princípios orientadores de interação e integração sócio-espiritual com a sua cultura e natureza. Não basta nascer de pais bijagó para gozar da legitimidade identitária, é necessário participar ativamente nos processos de empoderamento cultural.

A sociedade bijagó é detentora de uma capacidade peculiar e consegue desenvolver símbolos comunicativos, utilizando ramos e/ou folhas de palmeira (*Elaeis guineensis*) como código, quer para aplicar uma interdição social (*mandjidura*) ou, simplesmente, para anunciar algo ou um acontecimento importante a decorrer na comunidade.

De um modo geral, este trabalho procurou, por um lado, resgatar o registo de experiência da memória artesanal bijagó e, por outro lado, dar a conhecer aos leitores um conjunto de saberes e valores associados que, objetiva e/ou subjetivamente, explicam a relação multidimensional que a sociedade procura estabelecer consigo, com o ambiente e com o outro “*ôxibago*”. Uma relação cujos fundamentos se baseiam a partir de uma ação racional de gestão tradicional e sustentável dos recursos que visa garantir meio de subsistência e de empoderamento sociocultural.

³⁰ Nalu é uma sociedade étnica no sul da Guiné-Bissau.

Nesse aspeto particular, vale ressaltar que cerca de 67% das peças inventariadas neste trabalho são exclusivamente objetos identitários originários da tradição bijagó e, presumivelmente, podemos arriscar em dizer que nenhuma outra sociedade étnica da Guiné-Bissau fora culturalmente conhecida e reconhecida como produtora dessas peças³¹. E, mesmo em caso de existir coincidência, a conceção simbólica das peças difere, às vezes, com a da cosmogonia bijagó. Como exemplo, podemos mencionar *cufu*, *esteira* e bengala, que apesar de servirem como objetos utilitários em outras sociedades, apresentam, no universo bijagó, uma doze a mais de simbologia, tanto na ligação com o além numa perspetiva existencial de continuidade de vida pós-morte, quanto no funcionamento como um banco de dados pessoal, caso de bengala.

Além do artesanato e escultura, o inventário também procurou fazer levantamento sobre danças e cantigas, manifestações socioculturais estruturantes da tradição bijagó. Por exemplo, embora não seja uma regra que se aplique a todas as ilhas, a legitimidade para dançar, de um modo geral, não é concedida a todas as classes e as que gozam desse privilégio social são, entre as mulheres: Kampuni, kabaro e kadjona³²; nos homens: Kadeni, Kanhocã e Kabaro³³. Aqui vale salientar que diferentemente de outras sociedades étnicas guineenses, a tradição concede a mulher bijagó um papel estruturante de equilíbrio familiar, religioso, social e cultural. Uma conquista secular, que lhe reserva o seu espaço próprio de identidade e liberdade, inclusive no aspeto matrimonial, onde se afigura como a única da sociedade étnica guineense com o direito de escolher livremente o seu parceiro conjugal. Assim, na tradição bijagó, não é concedido aos pais o direito de arranjar o marido para a filha. É dela a decisão de escolher o seu companheiro que, geralmente, acontece num ritual denominado *anny*.

Quem nos traz uma leitura interessante sobre o espaço e o tempo no sistema político bijagó é Fernandes (1989: 5), quando explica que:

A partilha do espaço entre os anciões e as anciãs, ou seja, entre as duas frações da classe dos *otobongo/kabugna/onokoto* (designações diferentes de uma mesma classe de idade segundo as ilhas), faz do

³¹ Nome das peças.

³² Nas ilhas de N'ghago e Tchedingha, para essa classe cerimonial o termo é kaenka. Na ilha de Canhabaque, apenas dançam as kampuni e mulheres defunto.

³³ Em Canhabaque, há uma outra classe cerimonial depois do kamabi, denominado kaçuka, que também dança, mas só em momentos especiais, como na ida ao fanado dos kabaro. Em Orango, apenas o Kanhocã e kabaro dançam.

mato an`oka, em bidjogó – um espaço “masculino”, e da tabanca *anden/neguen*, em bidjogó de Canhabaque e de Orango, respetivamente, um espaço “feminino”. Esta divisão de poderes não significa exclusividade do exercício do poder sobre esses espaços, mas uma pré-dominância de uma das frações sexuais sobre os seus espaços respetivos de dominação.

Esse princípio de separação de poderes, na observação de Fernandes (1989: 7), tem como um dos fundamentos estabelecer o (re)equilíbrio³⁴, de forma a não permitir existência de condições de submissão de um grupo sobre outro. No entanto, para ele, a situação de (re)equilíbrio constante entre os poderes masculino e feminino atravessa todas as instituições do político nos bijagós.

Por conseguinte, a dança é concebida como uma arte de imitação, admiração e de interação com as forças da natureza e tanto as mulheres quanto os homens procuram imitar determinados animais e meios de transporte, expressando a sua força, beleza e *performance*. Como é óbvio, esses momentos são tacitamente de disputa pela fama porque permite a consagração social da mulher e/ou do homem no seio comunitário. E são sempre os melhores a serem seguidos pelo seu próprio filho, filha ou qualquer outro indivíduo da comunidade que pretende granjear a fama.

Por outro lado, a cantiga surge na sua vertente de animação, quer como suporte de dança, quer como algo singular ou coletivo que expressa a visão e o sentimento do cantor sobre diversos valores e acontecimentos sociais na comunidade. Traz consigo uma narrativa muito forte que procura retratar a história do(a) cantor(a) a partir de uma perspetiva que anuncia o seu estado d`alma – amor, crítica, desalento, exaltação cultural, maternidade, etc.

Metodologia

Em termos metodológicos, a realização deste estudo obedeceu a duas fases de trabalho de campo que favoreceram a nossa compreensão sobre dinâmicas, simbologias e,

³⁴ Alteração nossa do termo, o original é reequilíbrio.

sobretudo, procedimentos multifacetados que envolvem a produção e reprodução dos saberes da tradição artístico-religiosa e cultural bijagó.

Na primeira fase, optamos pela identificação de artesãs e artesãos – mulheres, homens, anciãs e anciões –, todos eles com determinados saberes reconhecidos, quer do ponto de vista de classes cerimoniais e manifestações tradicionais ou dos saberes de arte e ofício da tradição bijagó. Já na segunda fase, a partir de identificação realizada e, em função do domínio do saber cultural associado peculiar a cada lugar, procedemos à coleta de informações por ilhas que constituem as três Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) da RBABB, nomeadamente Formosa, N`ghago, Tchedingha³⁵, Canhabaque e Orango, mediante entrevistas semi-estruturadas com pessoas individuais e/ou em *focus groups*.

Também, em alguns momentos, utilizamos a observação participante, sobretudo nos eventos culturais organizados, tanto no quadro do “Projeto Bemba di Vida”, onde foram realizadas algumas atividades culturais, entre as quais exposições itinerantes, danças, concursos gastronómicos, *djumbai* cultural nas tabancas e oficinas de artesanato nas escolas; como em algumas ocasiões comunitárias, onde tivemos a oportunidade de assistir a manifestações como o rito de *unta kabaro*, *toka-tchur*, consagração de novos kamabi e kabaro no *etikapungha*, *kuzinha kaminhu*, etc. A esses factos ajunta-se a nossa vivência diária, tendo em consideração as exigências que a dinâmica do projeto nos impunha em permanecer por períodos longos no terreno. Esse facto, embora desgastante por vezes, contribuiu para clarificar a nossa compreensão sobre diferentes manifestações.

Todo esse trabalho foi aprofundado graças a um recorte realizado mediante consultas bibliográficas a escassas literaturas especializadas sobre a RBABB e, particularmente, sobre as peculiaridades e/ou especificidades das ilhas estudadas.

Na tentativa de procurar elucidar da melhor maneira possível o inventário, além do levantamento realizado, efetuámos a classificação de peças a partir da função social atribuída pelo próprio bijagó e dividimo-la em três importantes categorias, a saber: utilitário, lúdico e religioso. Contudo, no que concerne a essa última categoria, registamos um total de 34 peças, enquanto nas duas primeiras – embora não sejam religiosas –, em determinados momentos ritualísticos algumas peças ganham uma

³⁵ Embora nos documentos oficiais produzidos pela Tiniguena e outras instituições os termos são Nago e Chediã, neste inventário vamos preferir utilizar a fonética bijagó, que é N`ghago e Tchedingha.

incomensurável dimensão religiosa, caso de *tagara*, *cufo*, *saia*, etc., peças indispensáveis para um rito fúnebre e outras cerimónias inerentes à vida comunitária.

Contextualização

O presente trabalho é parte do inventário sobre “artesanato, dança e cantiga bijagó” realizado nas três AMPs³⁶ da RBABB no âmbito do “Projeto “Bemba di Vida”, financiado pela União Europeia no quadro do Programa para Atores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento, executado através da parceria entre a ONG guineense Tiniguena (Esta Terra é Nossa) e a sua congénere portuguesa, o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF).

Este trabalho é de fundamental importância, visto que vai contribuir para o propósito de resgate e preservação da memória coletiva e sócio-histórica bijagó. Valorizar o património cultural nas três AMPs não deve ser visto apenas como um indispensável suporte aos esforços de conservação do ecossistema na RBABB, como também servirá, com certeza, de ensinamentos para outros lugares do país e da nossa subregião africana. E mais, esse trabalho poderá vir a servir como base para futuros estudos com o propósito de analisar de forma mais pormenorizada e aprofundada os desafios paradigmáticos do conhecimento ancestral num contexto que reclama pela mudança e, ao mesmo tempo, pela manutenção das suas práticas culturais estruturantes.

Grosso modo, o trabalho procurou incidir sobre três elementos culturais: artesanato, dança e cantiga bijagós. A longa experiência da Tiniguena no domínio do desenvolvimento sustentável e particularmente resultante dos trabalhos com as comunidades locais nos domínios de governação partilhada e conservação dos recursos da biodiversidade na AMPC-Urok, permitiu-lhe não só inteirar da realidade local como também perceber os riscos associados à crescente procura pelas Ilhas Bijagós para o desenvolvimento do turismo de massa, comércio convencional e evangelização. A nossa experiência no terreno permitiu-nos evidenciar que essas actividades são portadoras de elevados níveis de agressividade à tradição bijagó. Como consequência, têm contribuído

³⁶ As três AMPs da RBABB são: Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas Urok, Parque Nacional das ilhas Orango e Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão.

significativamente para a desvirtualização da cosmogonia bijagó, que se manifestava mediante princípios de solidariedade e coesão social.

Aliás, sobre esse aspeto, Galhano (1971: 11) já havia percebido o impacto das implicações do contacto com o outro “*ôxibago*” no declínio de prosperidade da cultura bijagó, conforme afirma:

O nível das suas esculturas acompanhou, porém, o declínio da sua prosperidade e o começo da desagregação da sua cultura. O abandono forçado das guerras e da rapina, epidemias desastrosas e o contacto agressivo com o mundo ocidental começaram a abrir brechas na sua forte estrutura social. Hoje, as figuras que o bijagó esculpe são, em grande parte, para vender ao europeu e o seu valor estético baixou consideravelmente.

Numa perspetiva *Lato sensus*, o artesanato, a dança e a cantiga na tradição insular são simbólicos e apresentam funções sócio-espirituais definidas pelas necessidades do calendário cultural³⁷. Contudo, nos últimos tempos, devido à notável mobilidade para o continente e vice-versa, constata-se a forte pressão sobre a sua produção, facto que está a contribuir para a alteração da lógica de manifestações simbólicas e de todo um conjunto de saberes e procedimentos associados sobre os quais são representados os multifacetados cenários de vida e vivência bijagó.

Desta forma, quatro fatores podem estar a contribuir para essa alteração: primeiro, a influência de pressão que o turismo exerce na região, que, implícita ou explicitamente, obriga o artesão a confeccionar peças em função de desejos tácitos impostos pelo mercado emergente; segundo, a monetarização gradativa de relação social não existente anteriormente está a contribuir, em certa medida, para a profanação dos actos e das peças que outrora eram realizados ou confeccionados apenas para fins sagrados; terceiro, a presença do cristianismo e do islamismo impingiram um novo conceito cultural de relação espiritual que desqualifica as valências seculares de manifestação religiosa

³⁷ A produção artesanal, principalmente a escultura, tem um significado muito especial na História da cultura bijagó porque é um dos elementos estruturantes da sua tradição.

bijagó; e, por último, mas não menos importante, estão as naturais mudanças que são intrínsecas às sociedades, por um lado, e, por outro, o processo de miscigenação étnico-cultural entre o bijagó e as sociedades emigrantes. Por exemplo, em algumas tabancas já é hoje uma dificuldade encontrar artefactos alegóricos “*fadjamentus*”, utilizados principalmente nos eventos de danças das classes cerimoniais de kadeni, kanhocã e kabaro. Mas o problema não é só esse, também existem, entre outros, a escassez de peças sacra-utilitárias como “*tagara*”, *panelas de barro* e “*cufu*” que são artefactos fundamentais na realização de um rito fúnebre. No geral, constata-se que atualmente existe um gradativo risco de o bijagó, sobretudo os adolescentes e jovens, se distanciarem de atividades identitárias e federadoras da sua tradição cultural.

Principais Componentes de Expressão Artístico-Cultural Bijagó

Embora a diferença concetual é clara entre a escultura³⁸ e o artesanato³⁹, todavia o que os torna comum, no nosso ponto de vista, é que são todos a arte de transformar com a mão uma matéria no seu estado natural ou bruto num objeto de uso social, religioso ou pessoal. Por isso, a partir dessa percepção e tendo em conta que, no nosso entendimento, a escultura pode ser considerada parte integrante do artesanato, vamos preferir utilizar apenas o termo artesanato neste inventário como unificador de um conjunto de práticas feitas tradicionalmente pelo artista bijagó com as mãos. Conforme identificou Scantamburlo (1991: 32), o artista bijagó, ao trabalhar com uma faca afiada, é capaz de transformar um bocado de madeira numa representação perfeita de um animal ou bailarino ou, ainda, fazer um utensílio para a cozinha. As ferramentas simples, muitas vezes forjadas *in loco*, são ainda as mais comuns, embora haja a possibilidade de enriquecer a oficina com formões modernos em ferro, facas e pequenos machados, às vezes⁴⁰, adquiridos no mercado.

³⁸ De acordo com o dicionário da língua portuguesa, ed. (2006), significa a arte de representar um objeto em relevo ou em três dimensões: moldando pedra, madeira ou outro material duro.

³⁹ Significa manufatura de objetos com matéria-prima existente numa determinada região, produzidos por um ou mais artífices numa pequena oficina ou na própria habitação. Ver dicionário da língua portuguesa, ed (2006).

⁴⁰ Grifo nosso.

Um aspeto importante a ressaltar é a complementaridade que existe entre o artesanato, cantiga e dança. Esses últimos dois componentes, objetivamente, ganham brilho e/ou notoriedade cultural com a presença de expressões artesanais que envolvem definições de artefactos e todo um conjunto de ritualidades sacra, peculiares às dinâmicas sociais estruturantes da vida comunitária. Ou seja, as manifestações atingem o auge de uma pura expressão cultural com a presença conjugada desses três elementos.

E todo esse conjunto complexo de manifestações socioreligiosas tem uma profunda ligação com mecanismos de gestão e acesso aos recursos (terra, floresta e mar), cuja coordenação é partilhada entre chefes tradicionais, denominados *balobeiro*, e representantes da linhagem dona da terra, que são culturalmente reconhecidos como grupo que tem um pacto espiritual com o chão. Conforme Silva (2000: 68) procurou observar:

“O parentesco é determinado pelos laços uterinos – interferindo inclusive na definição das chefias, pois estas devem sair das gerações donas do chão, que têm o pacto com a terra – e o seu uso implica uma série de observâncias de práticas ancestrais, que se formalizam em inúmeras cerimónias sacralizadas”.

Por isso, não se pode e muito menos se deve mexer na terra ou numa árvore de grande porte e importância sem antes solicitar a autorização para o efeito junto à linhagem dona da terra e, muitas das vezes, mediante o pagamento simbólico de aguardente e galinha, que é sacrificada para interrogar aos espíritos a viabilidade da acção que se pretende levar a cabo. Aliás, mesmo quando alguém falece – uma criança ou um adulto –, a abertura da sepultura só é autorizada pelo representante da linhagem dona da terra mediante o pagamento supracitado. Ou seja, implícita ou explicitamente, há uma relação intrínseca entre o exercício do poder, acesso aos recursos e a produção cultural. E a gestão da terra, embora seja uma propriedade comunitária, obedece a uma regulamentação restrita.

Com efeito, vamos procurar fazer uma breve apresentação daquilo que é o nosso entendimento sobre os componentes básicos do artesanato bijagó.

Estrutura do Artesanato Bijagó

a) Artesanato Utilitário

Este componente reúne um conjunto de peças que fazem parte de artefactos que a mulher e o homem bijagó produzem e utilizam no seu dia-a-dia para assegurar modos de vida que lhes são identitários e/ou para garantir outras necessidades domésticas que lhes possibilitam construir o bem-estar sociocultural da família, da comunidade ou mesmo dos guineenses.

b) Artesanato Lúdico

O bijagó é uma sociedade consciente das necessidades que tem, por isso, além do trabalho mediante o qual procura dar significado à sua existência, encontra nos momentos de lazer espaços próprios para afirmar a sua identidade, através de exibição de peças, máscaras e/ou adornos que são associados a determinadas danças. No entanto, é sobretudo pela forma de trajar e dançar em eventos culturais e religiosos que a mulher e o homem granjeiam parte da admiração e reconhecimento sócio-comunitária.

c) Artesanato Sagrado

O bijagó é uma sociedade crente numa forte ligação transcendental com espíritos ancestrais, facto que a leva a procurar na arte de esculpir a representação do seu divino-protetor. Os espíritos ancestral-protetores são representados por máscaras sagradas, que têm nomes, sexos, função espiritual e território delimitado. Obedecem a uma hierarquia bem definida em função da tabanca e responsabilidade socioreligiosa. Em certas regiões, como é o caso da ilha de Canhabaque, a influência colonial é fortemente perceptível e manifesta-se pelo sincretismo religioso – cruz de cristo com chifres – e máscaras, símbolos que os balobeiros exibem nos pescoços. Para confeccionar uma peça sagrada, o artista precisa conhecer em detalhe todos os procedimentos ritualísticos que o trabalho exige, sendo que a bênção de sacralização final, conforme uso e tradição, acontece apenas no momento em que o seu proprietário “*balobeiro*” recebe a peça do artesão.

Peças Artesanais Bijagó

Artesanato utilitário

a) Saia Bijagó

Matéria-prima e técnica de confecção

Eritó (*Sterculia tragacanta*), *epaintá* (*Hibiscus tiliaceus*), *erindune*, *gumpe* (*Entada pursaetha*), *nghodane*, raiz e ramo de árvore pau de bicho, “*épota*” (*Antiaris toxicaria*) são nomes das árvores provenientes da língua bijagó e principais matérias-primas ou, como consideram as mulheres com quem conversamos, “tecidos”, que sabiamente utilizam para confeccionar saias nos seus variados modelos e tamanhos. Para a confecção, primeiramente após a recolha, os paus são cortados com a ajuda de uma catana, de acordo com o tamanho de saia que se pretende confeccionar – se é para criança, adolescente, jovem, mulher adulta ou mulher idosa. Tiradas as medidas, o caule é raspado para extrair a primeira camada e, em seguida, as nervuras são esmagadas, retiradas e colocadas em processo de secagem numa zona onde não devem apanhar sol. Depois, numa corda extraída do pau denominado “*nghodane*”, a saia é engenhosamente confeccionada fio a fio em tranças. Para concluir o processo, é extraída na margem da praia uma lama específica para esse fim, denominada “*édjedja*”, que permite colorir de preta ou vermelha a saia. Mas, nesse processo de coloração, quando se vai utilizar a lama vermelha, a parte que deve receber a coloração preta é bem protegida com a folha de bananeira e a parte que deve ser trabalhada é colocada no fogo em água fervente e vice-versa, por duas vezes. Depois, a saia é colocada para secar e pronta para o uso.

Utilidade

A Saia, além de representar um símbolo identitário de mulher bijagó, é de um valor cultural incomensurável na tradição bijagó. Ela é a vestimenta mais antiga da mulher dessa sociedade étnica. Vale enfatizar que, por ser uma sociedade cuja estrutura social é definida e disciplinada por uma hierarquia de estágio cerimonial, o seu tamanho, qualidade de espessura e cor variam em função da idade, papel e momento ritualístico. O contacto com a vida urbana e conseqüente processo de aculturação levou a que hoje não seja muito comum observar nas tabancas uma menina ou mulher bijagó trajada

apenas de saia como era a tradição. Mas, tendo em conta a sua importância socioreligiosa, o seu uso é obrigatório em rituais estruturantes da vida sociocultural (*tchur*, *toka-tchur*, dança e ritos espirituais e de iniciação). A saia é uma das vestes “*mortadja*” que não podem faltar no acto fúnebre de uma mulher.

b) Saia de Defunto

Matéria-prima e técnica de confeção

A matéria-prima para a confeção dessa saia especial é a flor de tara (*Raphia SP.*). Depois de coletada, é deixada enterrada na lama à beira-mar por um período de três a quatro dias. Em seguida, é lavada com a água do mar e colocada na sombra para secar, técnica que também lhe permite ganhar a coloração castanha. Após esse processo, inicia-se o trabalho de tecelagem numa corda até fechar o perímetro desejável.

Utilidade

A saia de defunto é uma outra variedade de saia bijagó menos vulgar, muito comum na ilha de Canhabaque. É um artefacto essencialmente de uso religioso, com um *design* e estética que não só diferem da saia tradicional convencional bijagó, mas como há, em cada ilha, um modelo identitário. A saia é utilizada por mulheres espiritualmente possuídas pela alma de uma criança ou homem falecido que não chegou a passar por fanado. Durante o momento em que a mulher está possuída pelo espírito ancestral, apenas comunica numa língua hermética própria que é entendida por poucos. Também não pode ser chamada pelo nome pelo qual é socialmente conhecida e passa a responder pelo nome do defunto da encarnação. Conforme salientamos, cada ilha tem a sua particularidade e, em função de práticas religiosamente preestabelecidas, variam os números de saias que as mulheres podem ou devem utilizar durante o período rito. Por exemplo, em Canhabaque, as mulheres defuntos chegam a vestir uma média de seis saias e, apesar de aparentemente apresentarem uma estrutura robusta, não pesam muito.

c) Cinta (Banda di Barriga)

Matéria-prima e técnica de confecção

É confeccionada a partir de fibra da árvore que em bijagó de Formosa se chama *épantanka* ou *éda* (*Lonchocarpus sericeus* ou *Ficus guaranitica*). A fibra é retirada em forma de fita e enrolada por, pelo menos, um dia, depois é raspada e as suas pontas são endireitadas. A cinta volta a ser novamente enrolada por alguns dias. Depois, é perfurada e colocada a taca que é fixada por uma corda denominada *nghodane*.

Utilidade

Como diz o nome, Cinta ou “*banda di barriga*” é um objeto de extrema importância para manter a forma e beleza da mulher bijagó. Serve para manter a estética corporal de forma a permitir-lhe exibir a sua elegância corporal sem o mínimo de desconfiança. A cinta é geralmente utilizada pela mulher bijagó no período pós-parto, para fazer o umbigo voltar à sua posição normal. Segundo Baldé, Silva & Fidélis (2012), é uma técnica que serve para estimular a contração uterina, permitindo que o ventre volte ao tamanho normal.

d) Esteira

Matéria-prima e técnica de confecção

Nas 3 AMPs da RBABB estudadas, identificamos duas matérias-primas indispensáveis e básicas para a confecção da esteira, que é uma actividade essencialmente feminina.

Primeira, a única matéria-prima que é utilizada nas ilhas Urok, no Parque Nacional das ilhas de Orango e em algumas tabancas de Canhabaque é a vara de tara (*Raphia SP.*). O procedimento para a sua confecção consiste na sua retirada do tareiro (local de exploração ou *mata*) pelas mulheres, depois passa pelo processo de secagem, que dura pouco mais de uma semana e, de seguida, são retiradas cuidadosamente com o apoio de uma faca as partículas em forma de fitas que, posteriormente, através de técnica de tecelagem, são apoiadas em dois grupos de estacas em forma de tear, que são montadas em paralelo horizontalmente, numa distância de aproximadamente 2 metros⁴¹ de

⁴¹ No PNO, o tamanho da esteira é mais pequeno, de aproximadamente 1 metro e vinte centímetros.

comprimento. Essas duas partes constituem o que as artesãs denominam por “*miolo* ou *boca de esteira*”. A primeira é formada por uma média de oito estacas e a segunda, denominada “*pé de esteira*”, é constituída, em média, por vinte e quatro estacas. Entretanto, as duas extremidades de estacas ficam unidas paralelamente por *nghodane* ou cordas de *nylon*, sob as quais as fitas são montadas através de um processo de tecelagem até formar uma esteira.

Segunda, a matéria-prima mais comum e utilizada na confecção de esteira na ilha de Canhabaque é o ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*), que, segundo as artesãs, é mais trabalhoso do que a tara (*Raphia SP.*)⁴². Geralmente, os ramos são retirados pelas artesãs em palmeiras novas, que não têm mais de dois metros de comprimento, denominadas “*kapondo* ou *kaponro*”, depois, com a ajuda de uma faca bem afiada, as estruturas são retiradas em forma de fitas, raspadas e colocadas na sombra para secar. Após ficar pronta para a confecção, algumas fitas são separadas e coloridas para o efeito de decoração da esteira. A técnica de coloração consiste em colocar as partículas da fita anteriormente separadas juntamente com uma folha que é esmagada, denominada “*kaxumbe*”, em água fervente. Em seguida, as fitas são retiradas de água e colocadas na sombra e, à medida que começa a secar, passa a ganhar a cor preta. A estrutura de tecelagem é basicamente a mesma, embora em cada ilha existam pequenos detalhes, como é o caso de Canhabaque, onde constatamos essas diferenças: em frente, as estacas que constituem “*cabeça e pé da esteira*” são ainda atravessadas na posição horizontal por duas varras que ficam unidas pelas cordas sob as quais se permite desenvolver o trabalho de tecelagem; há muito que já não utilizam *nghodane* como corda de tecelagem, preferem utilizar fitas *nylon* que, segundo elas, dão mais consistência à esteira. Em Orango, a técnica é mais simples, as mulheres utilizam apenas quatro estacas (duas em cada lado) e duas varras que atravessam transversalmente as estacas sob as quais são lançadas as cordas de tecelagem por onde as fitas são montadas, uma por uma, até formar a esteira.

⁴² Segundo explicações das artesãs e não só, o que as leva a trabalhar com o ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*) e não com a tara (*Raphia SP.*), como tem sido hábito nas outras ilhas, deve-se à escassez dessa última matéria-prima na ilha de Canhabaque. Ou seja, das 19 tabancas que constituem essa ilha, apenas 4 têm tara (*Raphia SP.*) nas suas matas: Meneque, N'ghoda, Ambenu e Bini. E, para evitar a pressão sobre esse importante recurso, a sua exploração para a confecção de esteira só é permitida quando é para fins religiosos e não comerciais.

Utilidade

A esteira é um objeto de muita importância cultural em quase todas as sociedades étnicas guineenses. No caso particular, as bijagós são das maiores produtoras e, quiçá, também consumidoras de destaque e utilizam-na para sentar-se ou deitar-se em vários eventos sociais, nomeadamente fanado, casamento, convívios diversos, decoração de casa, atos fúnebres, sendo ainda o primeiro objeto que se coloca no sepulcro antes da deposição do cadáver.

Figura 1. Alunas da escola comunitária da tabanca de Abu numa oficina de confecção de esteira



Autoria: Rui Semedo

e) Cufo

Matéria-prima e técnica de confecção

Cufo é confeccionado com *manpufa* (*Cyperus articulatus*), matéria-prima que, em bijagó, é denominado *uchoi*. Ela é encontrada geralmente nas proximidades de zonas húmidas, principalmente onde existem bolanhas. Após a recolha, é deixada por um período de, pelo menos, uma semana para secar e, em seguida, a artesã começa o

trabalho. Pacientemente, ela pega varra por varra, alisa-a com a ajuda de uma faca e depois inicia a tecelagem, utilizando apenas as fitas de *manpufa* (*Cyperus articulatus*) até formar o objeto no seu diferente modelo e tamanho, que pode ser menor, médio ou maior, dependendo do interesse.

Utilidade

Basicamente, o cufo desempenha a função de um vasilhame tradicional e tem duas importantes utilidades na sociedade bijagó: por um lado, serve como objeto de apoio às atividades domésticas, sobretudo no armazenamento ou conservação de produtos agrícolas, como arroz em casca ou sem casca, mancara, feijão, etc. Contudo, actualmente, devido a influências inerentes às mudanças sociais, as mulheres estão a recorrer aos vasilhames plásticos para esse fim. Por outro lado, a sua importância é de destaque nos eventos fúnebres. Durante esse ritual, são necessários dois cufos pintados com duas cores, preta e vermelha. No interior de cada cufo é colocada um colher de pau e uma panela de barro com comida de arroz cozido. É um procedimento que é feito durante o processo de interrogação do defunto sobre o motivo do seu falecimento, “*karga djon-gago*⁴³”.

No fim da inquirição, uma mulher da linhagem do defunto é chamada pelos balobeiros ao *bantaba* e, em frente dos espíritos “*irans*⁴⁴”, ajoelha-se e levanta um cufo de cada vez, aponta-o para o nascente e depois para o poente. Além do cufo pequeno, existe também um outro maior, onde são colocados os pertences do defunto, sendo todos colocados no interior da sepultura, juntamente com o cadáver.

f) Bemba (*Karua*)

Matéria-prima e técnica de confecção

Na tradição bijagó das ilhas Urok existem dois tipos de *bemba*, uma mais recente, que é feita pelos homens, e a tradicional, feita pelas mulheres. A primeira costuma ter formato retangular ou quadrangular, enquanto a segunda é oval. Em Canhabaque, apenas encontramos o modelo retangular, mas com uma estrutura maior em relação às ilhas

⁴³ Ritual espiritual de interrogação do defunto sobre o motivo de morte da pessoa falecida.

⁴⁴ Deuses e/ou espíritos ancestrais.

Urok. Embora a técnica de confecção seja a mesma, o formato é semelhante a uma casa e com uma porta de entrada.

A confecção dos modelos retangular e quadrangular é feito de duas maneiras: na primeira, é formada uma base com uma estrutura “*benten*” de mangal (*Avicénia africana*), depois coloca-se areia por cima, que é fixada por argamassa misturada com a palha de arroz. Concluída a base, é iniciado o trabalho de levantamento das paredes de taípe até atingir a altura desejada. Seguidamente é feita a tampa com uma pequena entrada que permite colocar ou retirar os produtos armazenados no seu interior; o segundo modelo é considerado o mais moderno e com um processo de construção menos complexo, no qual apenas a base é igual ao primeiro, sendo, no entanto, levantado com o adobe.

Por outro lado, já na confecção do modelo tradicional oval feito pelas mulheres, a base é igualmente construída à parte mediante mistura de terra com a palha de arroz, depois de secar é cuidadosamente levada e colocada em cima de suporte de pedras ou adobe preparados para o efeito. Depois desse processo, inicia-se o levantamento que é feito a partir de argamassa enrolada com a mão e cuidadosamente amontoadada até atingir a altura desejada. A entrada fica no topo e a partir dela pode-se colocar ou retirar produtos armazenados no seu interior.

Utilidade

Bemba funciona como um tesouro da família, um celeiro por excelência onde se guarda e conserva os recursos provenientes da produção agrícola e também outros bens. Tradicionalmente, a sua gestão pertence à mulher, tendo em conta a sua responsabilidade na qualidade de dona de casa e, sobretudo, porque é ela quem fica a maior parte do tempo com os filhos em casa. Mas o homem está sempre por perto a acompanhar, procurando partilhar responsabilidades, visto que os dois juntos desempenham um importante papel na gestão da economia agrícola familiar.

g) Tagara

Matéria-prima e técnica de confecção

É confeccionada a partir da parte saliente de base do tronco de poilão (*Ceiba pentandra*), que os artesãos denominam *cumbo*, que é a zona espalmada intermediária entre a raiz e o tronco. Extraída a matéria-prima, são utilizadas ferramentas como o machado de *corta* (abate) e a catana para apurar o nível desejado do objeto. Para o acabamento, utiliza-se o *inxon* para esculpir a parte interior e apurar a forma.

Utilidade

Tagara (*Alstonia SP.*) é um objeto muito importante no apoio às tarefas domésticas, ritos em geral e outras atividades relacionadas que fazem parte do quotidiano da sociedade bijagó. São confeccionadas em diferentes tamanhos. Entre as suas múltiplas funções, serve como prato para servir refeições e também de bandeja para fazer seleção de produtos ou secar arroz, milho, mancarra, extração de óleo de palma e é ainda utilizada nos trabalhos de recolha de conchas no banco no mar, como *kombe* (*anadara senilis*), *lingron* (*tagellus adansonii*), *ostra* (*crassostrea gasar*), *gandhin* (*pugilina morio*, *murex sp et cymbium sp*), etc.

Por ser um objecto de extrema relevância na vida doméstica e religiosa da mulher e do homem bijagó, ela faz parte, no ato fúnebre de adultos, de um conjunto de objectos indispensáveis que acompanham o defunto à sua última morada. Na cosmogonia bijagó, a tagara (*Alstonia SP.*), esteira, cufo, óleo de palma, arroz e o machado são bens que acompanham o defunto até à sua última morada. No entendimento bijagó, quando a alma chega ao além, deve apresentar obrigatoriamente os respectivos materiais e continuar a fazer o seu trabalho.

h) Balaio (kada)

Matéria-prima e técnica de confecção

A matéria-prima de eleição para a confecção de balaio é a daria, que é a nervura extraída do ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*) e são os homens os únicos responsáveis para a sua confecção. Depois do corte, o ramo é engenhosamente lascado em finas estruturas compridas, que são colocadas em processo de secagem num local de sombra, onde também pode estar a apanhar constantemente a fumaça que, além de deixar a matéria-

prima com uma boa aparência, contribui para a tornar mais consistente e manuseável. Para estar em boas condições, a matéria-prima precisa de ficar exposta ao fumo por um período de, pelo menos, três dias. A partir disso, inicia-se o trabalho de tecelagem e, quando ganhar o tamanho desejável, a borda é selada com o cabo de trepadeira denominada malila (*Landholphia heudelotti*), sendo depois revestida com fitas de daria. Dependendo do tempo e habilidade do artesão, pode durar entre um a dois dias para a conclusão da confecção.

Utilidade

O balaio é um artefacto essencialmente doméstico e com um papel multifuncional semelhante ao que a tagara desempenha noutras ilhas observadas. Serve, igualmente, para separar ou limpar arroz, feijão, chabéu ou também para secar mariscos como ostra (*Crassostrea gasar*), combe (*Anadara senilis*), gandin (*Pugilina morio*, *murex sp et cymbium sp*), lingron (*Tagellus adansonii*) e outros. A única diferença funcional com a tagara é que não é utilizada como prato.

i) Sangra

Matéria-prima e técnica de confecção

A sangra é feita a partir de fitas de nervuras retiradas do ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*). A sua confecção é feita mediante a técnica de tecelagem, sendo que a fita que forma a base e lançada na posição vertical é denominada mãe (*Incho*) e a outra mais fina que interlaça na posição horizontal é filho (*Ikpe*). Tem uma pequena porta por onde são introduzidas as galinhas e também apresenta uma estrutura aberta quadrada que facilita a circulação do ar.

Utilidade

Este artefacto é de suma importância no período agrícola, momento em que o agricultor bijagó praticamente abandona a sua residência e passa a viver a maior parte do tempo no lugar de cultivo de *m`pampam* (arrozal de sequeiro) que, às vezes, pode ser numa outra ilha. A sangra funciona como “porta-galinhas” para esse tipo de deslocamentos. No período da colheita, a sangra é novamente utilizada para transferir as galinhas para a

tabanca. Além desse momento, a sangra também serve para transportar galinhas para o mercado de Bissau ou outras cidades.

j) Canape

Matéria-prima e técnica de confecção

Pau de mangal (*Avicénia africana*) e de goiaba de lala são matérias-primas utilizadas para a estrutura principal e a mantampa de serra ou ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*) servem para esteira central na confecção do canape. Segundo os artesãos, o grupo das primeiras é o das matérias-primas mais consistentes e duráveis. Para a confecção, os paus são primeiramente cortados de acordo com a medida desejada, limpos e perfurados dois buracos nas zonas superiores e que permitem fixar as quatro partes que constituem a sua estrutura. Geralmente são confecionados em dois formatos ou modelos: quadrangular, que são normalmente modelos menores, e retangular, maiores. Os tamanhos variam de acordo com o fim que se pretende. Já a parte central leva uma trança que pode ser de mantampa de serra (*Calamus deeratus*), considerada de primeira qualidade e esteticamente mais apreciável, além de apresentar um nível maior de consistência, ou daria, que é nervura extraída do ramo da palmeira (*Elaeis guineensis*), que é de segunda qualidade e mais comum devido à sua acessibilidade.

Utilidade

Tradicionalmente, em casa de uma família bijagó, o canape afigura-se como mobiliário de eleição e o principal objecto decorativo presente nos lares. É um bem multifuncional que serve para sentar ou deitar. Por exemplo, o modelo quadrangular serve para uma só pessoa sentar-se enquanto o retangular, dependendo do tamanho, pode ter a capacidade para fazer sentar entre duas a cinco pessoas. Os modelos maiores podem servir também como cama e, normalmente, são utilizados nas ilhas e tabancas mais longínquas para transportar doentes em condições de incapacidade física de caminhar ou defuntos.

k) Corda de Palmeira

Matéria-prima e técnica de confecção

Ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*) é a única matéria-prima escolhida pelo homem bijagó para confeccionar a corda. Após o corte com o machado, o ramo é limpo cuidadosamente com uma faca bem afiada e, seguidamente, sempre com o apoio de uma faca, é trabalhada minuciosamente toda a sua estrutura. As pontas são trançadas para permitir o entrelaçamento das partes mediante um nó cuja posição deve ficar sempre na parte esquerda. Após esse processo a corda ganha o formato oval e colocado por um período de não muito mais do que três dias para secar num sol brando. Para dar-lhe melhor consistência e flexibilidade, deve ser ligeiramente molhada com a água sempre que o dono pretender utilizá-la. É geralmente pessoal e a sua durabilidade varia em função do número de palmeiras (*Elaeis guineensis*) que a pessoa está a explorar, ou seja, quando é uma só pode durar aproximadamente um mês, mas se for mais a sua durabilidade não ultrapassa pouco mais de uma semana.

Utilidade

A corda de palmeira (*Elaeis guineensis*) ou *kodoka*, como é chamado na língua bijagó, é uma das mais importantes invenções do homem bijagó, visto que lhe permitiu ter o domínio sobre a árvore cultural e secularmente mais simbólica em termos de utilidade social, religiosa e alimentar. A corda de palmeira permitiu ao homem bijagó assegurar a sua segurança alimentar e religiosa com a extração de chabéu e dos seus derivados, coração de palmeira e extração da seiva (vinho palma), que é um produto indispensável na realização de cerimónias ancestrais. Tanto que, muito cedo, pouco antes da fase de *kadeni*, um adolescente bijagó é submetido no mato aos ensinamentos técnico-culturais sobre todo o conhecimento ligado à palmeira (*Elaeis guineensis*).

l) Chifre de Vaca

Matéria-prima e técnica de confecção

O chifre de gado bovino é aproveitado e transformado num copo de uso quotidiano, a partir de um processo em que o objeto é colocado em água fervente até ficar manuseável, condição que permite ao artesão trabalhá-lo. De acordo com a preferência, o tamanho e o formato do chifre são alterados com a ajuda de um pau que é introduzido no interior, sob pressão, e a partir disso é adequado num copo artesanal.

Utilidade

A vida do homem bijagó está estreitamente ligada à floresta, local onde passa maior parte do seu tempo no processo de empoderamento cultural, que envolve rituais sagrados, trabalhos agrícolas e outras tarefas identitárias da sua tradição. E, durante esses momentos, o copo feito de chifre serve para beber, sobretudo vinho de palmo, aguardente e água. Outro aspeto interessante é a simbologia envolvente no momento de partilha do copo entre os homens. A sua passagem a alguém requer o conhecimento do código que denota a hierarquia existente entre quem dá e quem o recebe. Por isso, apenas quem cumpriu os processos de transição cerimonial consegue perceber a forma como se deve segurar o chifre-copo em função dos detalhes de reconhecimento mútuo expresso no ato.

m) Buli

Matéria-prima e técnica de confecção

Buli (*langenaria sicerariale*) é recolhido e depois levado para beira do mar, onde é enterrado na lama por, pelo menos, cinco dias, técnica que facilita o apodrecimento rápido da polpa que se encontra no seu interior e que permite a sua retirada com a ajuda de uma faca sem danificar a cápsula. De seguida, a cápsula é lavada com água quente e colocada para secar e, após esse processo, o objeto fica pronto para uso.

Utilidade

Buli é utilizado como uma garrafa artesanal na extração da seiva de palmeira (vinho de palmo) que é a bebida de eleição na tradição bijagó. Mas a utilidade do buli não se

limita apenas a conservar o vinho de palma, serve também para guardar outros líquidos, como óleo de palma, vinagre de limão ou também para conservar e/ou transportar sementes como de arroz, feijão, mancarra, milho, etc. Embora frágil, é um objeto com uma importância ambiental significativa, pois, tanto quanto outros artefactos do artesanato bijagó, é biodegradável. Contudo, ultimamente, o seu uso tem sido abandonado em detrimento de garrafas plásticas ou de vidro.

n) Machado (Mantchado *di korta*)

Matéria-prima e técnica de confecção

O mangal (*Avicénia africana*) é uma das principais matérias-primas utilizadas na confecção do *mantchado di korta*. Após o corte do cabo, utiliza-se a faca, catana e o formão para esculpi-lo e depois prepara-se duas argolas de ferro denominadas *étchu`nghi*, que são confeccionadas na “*feradia*”. Uma é colocada na frente e serve para fixar a lâmina e a outra fica na outra extremidade do cabo e funciona como retentor para não deixar cair o cacho de chabéu, que é segurado com uma corda e fica pendurado nessa parte de machado no regresso para a casa após a jornada de trabalho no mato.

Utilidade

O *mantchado di korta* e a corda são ferramentas de extrema importância para o homem bijagó. São objetos que, para serem funcionais, precisam ser associados para viabilizar a ação antrópica. Geralmente, o machado é um objeto pessoal, serve para fazer a limpeza de ramos mal posicionados na palmeira (*Elaeis guineensis*), para fazer a extração e transporte do cacho de chabéu e, às vezes, é também utilizado como escavadora para fazer pequenos buracos para a fixação de varras que formam “*djemberen*”⁴⁵ e “*betem*”⁴⁶ no lugar de cultivo agrícola.

⁴⁵ Palhota.

⁴⁶ Espécie de mesa artesanal fixa no chão e serve para secagem de produtos agrícolas, loiças etc.

o) Cachimbo (*kanhutu*)

Matéria-prima e técnica de confecção

É confeccionado com cabos provenientes de diferentes árvores, mas as mais utilizadas são o pau *fedida* (Acácia albida) e *bicilon* (*khaya senegalensis*). O ramo é extraído e engenhosamente afinado com o apoio de uma faca até ganhar a forma desejada e, por último, é perfurado para permitir a circulação do ar.

Utilidade

O cachimbo ou “*kanhuto*”, como é popularmente chamado em crioulo, é utilizado tanto pelos homens quanto pelas mulheres para fumar tabaco. No passado, devido às dificuldades de conseguir o tabaco, eram também utilizadas as raízes da banana *santcho* (*kvaria chamae*) e algumas folhas ou flores que eram aproveitadas como tabaco para abastecer o *kanhuto*.

p) Canoa de Remo

Matéria-prima e técnica de confecção

As matérias-primas mais utilizadas são os troncos de poilão (*Ceiba pentandra*) e pau de bicho (*Antiaris toxicaria*). Alguns instrumentos, como *inxon* em tamanhos diferentes (grande e pequeno) e machado, são as principais ferramentas utilizadas para esculpir o tronco até ganhar a forma de canoa.

Mas, antes de iniciar os trabalhos, quando a árvore é identificada, devem cumprir-se, obrigatoriamente, os procedimentos ritualísticos, designados por “*rônia*”, para solicitar a permissão dos espíritos, por intermédio do representante do dono de chão, para derrubar e utilizar a árvore. Assim sendo, além de aguardente, quatro galinhas são sacrificadas. Sendo que, logo no primeiro momento do rito, dois na baloba da tabanca e os outros restantes na própria árvore a ser derrubada. Com o rito realizado, a árvore é derrubada e iniciam-se os trabalhos de esculpir. E, com a conclusão do trabalho, deve-se novamente pagar a mesma quantidade de galinhas e, desta vez, os sacrifícios são realizados nos lugares anteriormente mencionados e também à beira-mar, no local onde a canoa vai ser posta, pela primeira vez, à navegação. No passado, conforme era o entendimento social, todo o benefício conseguido no primeiro trabalho, quer na

actividade de pesca ou na de transporte de mercadorias e de passageiros, o resultado obtido era voluntariamente doado às comunidades.

Figura 2. Artesão a esculpir a canoa



Autor: Rui Semedo

Utilidade

A canoa é um instrumento muito importante na dinamização da vida comunitária, cultural, social, religiosa e económica das ilhas. Contribui ainda significativamente para o estabelecimento de comunicação entre ilhas, minimizando o impacto do isolamento em que se encontram. Actualmente, com o “boom” de cultura de cajú, a canoa em miniatura está a servir também como prensa artesanal para a extração de suco de cajú e que, posteriormente, devido ao processo de fermentação, se transforma em vinho, que é significativamente consumido por todo o país.

q) Kasuña

Matéria-prima e técnica de confecção

Cana de bambu (Oxytenanthera abyssinica) e nervura de palmeira (*Elaeis guineensis*) são as matérias-primas mais comuns que são combinadas para confeccionar esse engenho de pesca. Apresenta uma estrutura simples e é montada em forma de cone, na parte interna uma vara ou cabo de fole (*Landholphia heudelotti*) é colocada num formato circular e serve para fixar a estrutura com o apoio de corda de *mantampa de serra (Calamus deeratus)*.

Utilidade

Kasuña é um artefacto artesanal de pesca, tradicionalmente utilizada pela sociedade bijagó, principalmente para abastecimento da cerimónia de transição etária onde é preparado um prato sagrado denominado “*kumpude*”. Esse prato é também feito no processo de preparação de investidura de um chefe espiritual “balobeiro”. Conforme determina a tradição, durante algum período em que se está a realizar o ritual, fica religiosamente proibido de consumir pescados que não sejam capturados com o referido engenho artesanal de pesca.

r) Casa

Matéria-prima e técnica de confecção

O nosso trabalho estaria incompleto se não incluíssemos essa importante arte humana que é a construção da casa que, no caso particular da sociedade bijagó, ganha um “detalhe” maior e, talvez, incomum. Na nossa conceção, ela é revestida de uma dimensão sociológica muito interessante, visto que, tanto no ato de levantamento, quanto em termos de posse de propriedade, apresenta-nos manifestações autênticas de uma tradição com fortes características matrilineares. Historicamente e, de acordo com a tradição, o levantamento da casa é da responsabilidade das mulheres e não dos homens. São elas quem preparam a terra misturada com a água, transformando-a em lama utilizada no levantamento das paredes até ganhar a altura desejada. Vale salientar que o processo de levantamento é feito por etapas. A técnica de construção das paredes obedece a intervalos obrigatórios e, depois de cada jornada de levantamento, é dado um

intervalo de, pelo menos, quatro dias para deixar a parede secar e depois voltam a levantar. Com o levantamento finalizado, os homens entram em cena e são requisitados para aquisição de paus ou varras na mata, que são utilizadas na estrutura de cobertura.

De acordo com a tradição arquitetónica bijagó, a casa apresenta um formato circular e/ou quadrangular com apenas uma entrada, sendo que as moradias nunca têm saída nas traseiras, o dono entra e sai pela mesma porta. Além da entrada principal, é comum encontrar nas laterais da casa outros quartos individuais que, geralmente, são do filho mais velho ou de um familiar próximo.

As principais matérias-primas para a construção da casa são: lama proveniente da terra molhada, paus e cordas tradicionais denominadas de *daria* e *nacinho* (*Hibiscus sterculiifolius*) e palha (*Anadelphia afzeliana*). Os paus mais usuais na construção são *manpataz* (*Parinari excelsa*), *nacinho* ou *eritó* (*Hibiscus sterculiifolius*), mangal (*Avicennia africana*), cola amarga (*Carapa procera*) e pau miséria (*Anisophylea laurina*).

Terminada a fase de montagem da estrutura de cobertura que é feita pelos homens, as mulheres entram novamente em ação, indo para a savana (lala) buscar a palha (*Anadelphia afzeliana*), utilizada como cobertura. Mas, antes, a palha passa pelo processo de tecelagem e depois é estendida ou amarrada na estrutura armada pelos homens. Finda a cobertura, elas descem e continuam a fazer o trabalho de acabamento – fazem a pavimentação com lama e pintam, utilizando uma lama especial denominada “*kabongo*,” que é extraída nas margens do rio.

Esses e outros fatores faziam e ainda fazem da mulher bijagó uma figura singular entre as mulheres da Guiné-Bissau. Conforme frisamos, a tradição atribui-lhe o direito como proprietária legítima da casa. E mais, ainda na qualidade de quem pede a mão do homem em casamento, quando não mais lhe apetecer continuar com o marido, desfaz o casamento. E como faz isso? Apenas coloca em frente da casa os pertences que o homem diariamente utiliza, nomeadamente *kassinque*, *manchado di korta*, *catana*, *kanhako*, etc. E este, ao chegar e ver os seus pertences no “olho da rua”, já sabe que a ordem é para abandonar a casa, porque a mulher já não o quer.

Utilidade

A casa, na conceção sócio-antropológica bijagó, transcende a função social que lhe é inerente e reconhecida entre diferentes sociedades guineenses e, quiçá, mundial. A casa tem um significado sagrado com uma profundidade simbólico-transcendental que liga os vivos aos seus mortos. Ou seja, a casa é um lugar espiritual, um património cultural familiar e um sítio arqueológico de dimensão secular, servindo como espaço comum de repouso e convivência familiar durante a vida e depois dela. Diferentemente do que acontece noutras sociedades étnicas guineenses, onde a morte supostamente simboliza a “separação definitiva” do indivíduo com a casa e a sua família e passa a habitar numa nova morada – embora, às vezes, no recinto da casa –, para o bijagó, esse acontecimento apenas engendra outro tipo de ligação entre o mundo material e a espiritualidade.

O interior da casa e o seu entorno (varanda) são espaços onde é realizado o funeral. Por conseguinte, não é qualquer um que beneficia desse espaço, que constitui um motivo de honra para o defunto e prestígio social para os seus familiares. Segundo a tradição, só devem ser sepultadas em casa pessoas socialmente consideradas limpas espiritualmente, ou seja, que não são consideradas feiticeiras. E o método para conhecer o estado espiritual do defunto é baseado em respostas espirituais mediante o sacrifício de galinhas e a interrogação do próprio defunto que, tradicionalmente, é denominado por “*karga djon-gago*”. Depois da sessão de interrogatório espiritual em função da resposta, abre-se a sepultura⁴⁷. Se for uma pessoa de bem, o funeral é realizado em casa, mas, se for o contrário, o interior da mata é o lugar escolhido para enterro num rito sigiloso e desprestigiante para familiares do defunto. Esse espaço é também utilizado para sepultar os forasteiros, que denominam de “*oxibago*”.

Artesanato lúdico

a) Pis Berga

⁴⁷ Esse rito apresenta um detalhe interessante, porque se a pessoa falecer fora do território bijagó e o seu funeral for realizado nesse espaço, cumpre-se, na sua tabanca, o ritual que simula o seu enterro – a sepultura é aberta e são realizados todos os procedimentos como se o corpo estivesse presente e depois a sepultura é fechada com todos os artefactos que a tradição recomenda.

Matéria-prima e técnica de confecção

O tronco de tagara (*Alstonia sp.*) é uma das matérias-primas de eleição para a confecção da peça de *pis berga* ou tubarão-martelo. Segundo os artesãos, a opção pela escolha desse material é porque não pesa muito e facilita o movimento do dançarino durante a dança. Após o corte, o tronco é verticalmente dividido ao meio e posto para ecoar por alguns dias e, em seguida, é esculpido. São utilizadas como ferramentas o machado, *inxon*, catana e formão. No passado, de acordo com os artesãos, utilizava-se como lixa as folhas de planta denominada “*noi*” para afinar as peças construídas e, actualmente, utiliza-se a lixa convencional para o trabalho de alisamento. Concluída essa etapa, o passo seguinte é dedicado à preparação do suporte que amortece a sua fixação na cabeça “*ordidja*”, feita com nervura de caule da bananeira ou pedaço de pano, como agora é comum, para facilitar a fixação do adorno através de uma corda denominada “*nghodane*” na cabeça do dançarino.

Como técnica de pintura, recorria-se, no passado, à utilização do pó da fumaça que se encontra na parede de cozinha a lenha ou carvão triturado, ao qual era adicionada a clara do ovo de galinha que contribui para fixar a pintura. A cor vermelha é obtida a partir de “*édjedja*,” que é uma lama extraída na praia. Mas, actualmente, essa técnica tem vindo a diminuir e os artesãos têm recorrido com frequência às tintas convencionais disponíveis nos mercados, sendo que as cores vermelha, branca e preta são as preferidas.

Utilidade

Pis berga faz parte de um conjunto de máscaras⁴⁸ acompanhadas dos seus respetivos adornos que os jovens kabaro recebem dos novos kamabi durante o período em que estes estavam na mata sagrada a cumprir o ritual do fanado. Antes da saída dos kamabi da mata, os jovens kabaro são submetidos aos ensaios de aperfeiçoamento de coreografias de dança. E, no momento de saída dos novos kamabi da mata, os kabaro fazem a primeira apresentação pública no palco para esse efeito, denominado “*etikapungnha*”. Depois, sempre que se organizam eventos, sob a orientação dos kamabi, os kabaro são convidados a dançar e a animar a comunidade.

b) Barbatana de Pis Berga

Matéria-prima e técnica de confecção

⁴⁸ Cabeça de vaca (mungut), peixe-serra, tubarão e peixe-boi.

É confeccionada com duas principais matérias-primas, nomeadamente tagara (*Alstonia sp.*) e cumbo de poilão (*Ceiba Pentandra*). Primeiramente faz-se o alinhamento com apoio de uma catana e depois inicia-se o processo de esculpir o pedaço de tronco com o *inxon* e, já na parte final, utiliza-se a faca para afinar os detalhes e, seguidamente, é passada a lixa. Mas o artesão ainda procura fazer decorações com a imagem completa do peixe e, às vezes, até coloca outras imagens, como de conchas, por exemplo. Geralmente são utilizadas duas cores para a decoração – branca e preta.

Utilidade

A barbatana é um acessório de dança que o kabaro ou kanhocã carrega nas costas para imitar o movimento referido e nas laterais tem furos, por onde é enfiada uma corda que fica presa aos ombros do dançarino.

Figura 3. Dança dos Kabaró da ilha de Kanhabaque



Autor: Rui Semedo

c) Cabeça de vaca “mungut”

Matéria-prima e técnica de confeção

Tronco de tagara (*Alstonia sp.*) é a matéria-prima de eleição na confecção da peça de cabeça de vaca “*mungut*”. São utilizados machado, catana, *inxon*, formão e furadora como ferramentas para esculpir o tronco até ganhar a forma desejada. Depois fixa-se o chifre e o suporte “*ordidja*,” que era feito com a nervura do caule da bananeira. Atualmente utiliza-se o pedaço de pano para facilitar a fixação do adorno na cabeça do dançarino e fica presa através de uma corda “*nghodane*”. Para o processo de pintura, a técnica é a mesma com o que acabamos de descrever sobre *pis berga*.

Utilidade

Cabeça de vaca “*mungut*”⁴⁹, vaca bruto, vaca e *pis berga* fazem parte, atualmente, das máscaras de eleição de dança dos jovens kabaro. Conforme enfatizamos, antes da saída dos novos kamabi da mata, os jovens kabaro são submetidos aos ensaios de aperfeiçoamento das coreografias de dança e fazem a primeira apresentação pública no palco “*etikapungnha*” na saída dos kamabi de fanado. Depois, sempre que se organizam eventos e, sob a orientação dos kamabi, os kabaro são convidados a dançar e a animar a comunidade.

d) Kuruba

Matéria-prima e técnica de confecção

A tagara (*Alstonia sp.*) é a matéria-prima de eleição para esculpir *kuruba* ou *n`ghuretido*. Após o corte, o tronco é dividido verticalmente ao meio e esculpido em círculos que formam um conjunto interligado de quatro partes, sendo que as duas partes de cima são maiores do que as de baixo. E é nesta última parte que é fixada uma miniatura de um pássaro *tinancoi*, que fica com a ponta do bico para a parte de cima. Geralmente, são utilizadas três cores na decoração: vermelha, branca e preta.

Utilidade

⁴⁹ Os jovens kabaro das ilhas Orango, Uno, Unhucomo e Unhucomozinho dançam “*baca bruto*” e é utilizado o tronco de mangueiro, por exemplo, como matéria-prima para a confecção da máscara.

Kuruba é um artefacto alegórico que os kabaro imitadores de vaca carregam nas costas durante a dança, mas vale mencionar que os imitadores de vaca *mungut* não utilizam nada nas costas e os que representam peixe apenas utilizam barbatanas.

e) **Pis Serra**

Matéria-prima e técnica de confecção

A principal matéria-prima para confeccionar o *pis serra* (peixe-serra) é o tronco de tagara (*Alstonia sp.*). Após o corte, o tronco é dividido verticalmente ao meio com machado e com o apoio de outras ferramentas como catana, faca e formão. A escultura ganha a forma desejada mediante o desenho artístico do artesão. Seguidamente é colocado um suporte “*ordidja*” que é feito com a nervura do caule da bananeira ou pedaço de pano para facilitar a fixação da máscara na cabeça do utilizador e, através de uma corda “*nghodane*”, o adorno fica presa na cabeça.

Utilidade

Pis serra, a par das outras máscaras, é o adorno de eleição de dança dos jovens kanhocã e kabaro. Sempre que se organiza eventos, e sob a supervisão dos kamabi, os kabaro são convidados ao palco para dançar e animar a comunidade e, às vezes, os kanhocã podem aproveitar a oportunidade para brincar.

f) **Tubarão**

Matéria-prima e técnica de confecção

É utilizado, igualmente, o tronco de tagara (*Alstonia sp.*) como matéria-prima para a sua confecção. Diferentemente de outras peças, na confecção do tubarão utiliza-se ferramentas como machado, *inxon*, catana, formão e faca. Algumas vezes, o artesão procura a estrutura dentária do próprio animal para colocar na peça esculpida, na tentativa de procurar ser mais autêntico na sua criação. Mas, quando não é o caso, colocam-se dentes artesanais feitos de tara. Depois, fixa-se o suporte “*ordidja*”, que é feito com a nervura do caule da bananeira, ou com um pedaço de pano para facilitar a fixação do

adorno na cabeça do dançarino, através de uma corda “*nghodane*”. Para o processo de pintura, a técnica é a mesma que acabamos de descrever sobre as peças anteriores.

Utilidade

Tanto quanto as peças anteriores, a do tubarão faz parte de um conjunto de máscaras que os kabaro utilizam nos momentos de dança. Embora ultimamente o seu uso tenha sido estigmatizado e praticamente não seja muito comum ver actualmente essa dança. Mas ainda existem artesãos que continuam a fazer a peça. Algumas explicações dão conta de que os jovens kabaro não consideram atrativo dançar tubarão e parece que está a dançar sozinho, mas a explicação mais próxima é talvez porque a atual geração não encontrou a referência desejada nos seus antecessores, por isso a atração fica centralizada nas danças de *pis berga*, vaca e vaca bruto.

g) Barbatana de Tubarão

Matéria-prima e técnica de confecção

A matéria-prima para a confecção da peça de barbatana de tubarão é geralmente cumbo de poilão (*Ceiba Pentandra*). Primeiramente faz-se o corte do cumbo de poilão (*Ceiba Pentandra*), depois são utilizadas as seguintes ferramentas: *machado di korta*, *inxon*, *catana* e *formão* para afinar as pontas e os lados. Com o artefacto pronto, passa-se para a segunda fase, que é a de pintura e fixação de corda “*nghodane*” que, no ato de dança, fica presa aos ombros do utilizador, que pode ser um kabaro ou um kanhocã.

Utilidade

É utilizada como acessório de dança pelos kabaro ou kanhocã nas costas como acessório nos momentos de dança tradicionais para imitar o movimento do animal imitado. O artefacto fica preso ao dançarino através de uma corda enfiada nos buracos feitos nas laterais por onde são fixados nos ombros do dançarino.

~

h) Pis Bus

Matéria-prima e técnica de confecção

A principal matéria-prima para a confecção de *pis bus* (peixe-boi) é a tagara (*Alstonia sp.*). Depois de cortado, o tronco é deixado a secar e dependendo do tamanho que se pretende, é moldado conforme a pretensão do artesão. São utilizadas ferramentas como *inxon*, formão, faca e lixa para a fase do acabamento. Para a pintura são utilizadas, na maioria dos casos, as cores branca e preta.

Utilidade

No passado, no momento de consagração de um chefe religioso (*balobeiro/régulo*) no trono era obrigatoriamente realizada a dança de *pis bus*⁵⁰ e hoje, devido à manifestação da erosão cultural presente na RBABB, passou-se, nesse mesmo evento, a dançar *pis berga* e *vaca*. Entretanto, atualmente, *pis bus* é ainda uma peça que é confeccionada pelos artesãos, apenas sob encomenda para fins de decoração e não para fins de dança.

i) Darga de kanhocã

Matéria-prima e técnica de confecção

As principais matérias-primas para a confecção da peça de darga são a mantampa de serra (*Calamus Deeratus*) e malila de fole (*Landholphia heudelotti*), esta segunda é utilizada como estrutura por onde a primeira é enlaçada em forma circular até atingir o tamanho desejado. Antes do início da confecção, a mantampa de serra é raspada e dividida em quatro partes iguais e, seguidamente, é submersa em água por algumas horas para a tornar mais fácil de manusear e, depois, inicia-se o trabalho da confecção.

Utilidade

Darga ou escudo é um objeto de defesa que os kanhocã utilizam em dois momentos: guerra e dança. Sendo que, neste segundo momento, o objetivo é exibir as suas habilidades guerreiras mediante demonstração de dança. Nesse ato, procuram sempre segurar numa mão a espada e noutra o darga e ficam a correr, a cantar e a gritar no *bantabá*, numa clara demonstração de força e valentia guerreira. É um momento

⁵⁰ No passado, na ilha de Formosa durante a festa de consagração dos chefes tradicionais era a tradição a captura do *Pis bus* para a celebração da festa.

desafiador em que cada kanhocã procura demonstrar a virilidade, para exibir a sua força física e, ao mesmo tempo, demonstrar o seu poder mágico-espiritual.

j) Barco

Matéria-prima e técnica de confecção

A matéria-prima de eleição para a confecção da peça de barco é a raiz de pau incenso (*Daniellia oliveri*), denominado “*nghoserebe*” na língua bijagó. Após o corte, o artesão utiliza a catana, formão e serrote para moldar as partes que, depois de afinada e passada lixa, são unidas com apoio de pregos alfinetes e cola. Também do ponto de vista de decoração são colocados os pequenos espelhos nas janelas. Esse tipo de técnica de construção mais complexa não é uma prática vulgar e tradicional, são invenções recentes que os artesãos mais ousados e criativos estão a confeccionar. No passado e, mesmo ainda hoje, muitos artesãos continuam a confeccionar figuras de embarcações nos seus diversos modelos, mais elaborada e menos elaborada.

Utilidade

O barco é um dos artefactos de dança que os kabaro utilizam. Durante a dança, procuram fazer a representação da beleza e força que esse meio de transporte enfrenta no mar, sobretudo nos momentos das marés altas.

Artesanato Sagrado

a) Kassinque

Matéria-prima e técnica de confecção

Tradicionalmente, o homem bijagó confecciona o Kassinque a partir de duas matérias-primas: daria, que é extraída da nervura de ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*), e mantampa de serra (*Calamus deeratus*), sendo que esta última é mais apresentável do ponto de vista estético. Contudo, exige muito mais do artesão. Existem dois modelos de kassinque: aberto e fechado.

Para confeccionar o kassinque de daria, o ramo de palmeira (*Elaeis guineensis*) é limpo e retirada a nervura em dois tamanhos: largo e estreito. A primeira é denominada de *Incho* na língua bijagó, que quer dizer mãe, e a segunda *Ikpe*, que significa filho. A confeção é iniciada com o *Incho* colocado na base e com as quatro partes constituintes iguais lançadas na posição vertical e que são interlaçadas horizontalmente pelo *Ikpe*, até atingir a altura desejada, formando um artefacto aproximadamente oval.

Para evitar que a matéria-prima quebre com facilidade no ato de confeção, é recomendado deixá-la por algumas horas ao sol brando e, com isso, fica pronta e mais consistente para o uso. O tempo de confeção dura entre um a dois dias, dependendo do tempo e habilidade do artesão.

Em relação à mantampa de serra (*Calamus deeratus*), após a recolha antes de secar, deve ser raspada, porque se secar antes de ser raspada, a probabilidade de a matéria-prima quebrar é grande. Depende da quantidade mas, em média, o processo de raspagem dura, no mínimo, dois dias e, quando se pretende iniciar o trabalho de confeção, o primeiro passo é deixar a matéria-prima submersa em água. De seguida, as varras devem ser seleccionadas e divididas com a faca em duas partes quando se pretende confeccionar um objeto pouco refinado. Todavia, se a pretensão é confeccionar um kassinque bem elaborado, é aconselhável dividir a mantampa de serra (*Calamus deeratus*) em quatro partes iguais para confeccionar o artefacto.

Entretanto, os procedimentos técnicos são praticamente iguais na confeção de dois modelos de kassinque, apenas existe um pequeno detalhe na estrutura de kassinque de mantampa de serra (*Calamus deeratus*): não existe a denominação *Incho* (mãe) e *Ikpe* (filho), as fitas são todas iguais.

Utilidade

Kassinque funciona como uma mala para guardar pertences, sobretudo *Korakoto*, que é um amuleto. Também serve para guardar comida, bebida e outros bens que são utilizados, principalmente, nas fases de preparação para a realização do fanado ou nas cerimónias tradicionais de “*garandessa*”. Kassinque é de uma importância sobretudo sigilosa e sagrada, por isso ninguém deve pôr as mãos ou direccionar o olhar no seu interior a não ser o seu próprio dono, aliás, salvo quando existe uma autorização prévia do proprietário. Geralmente existem três tipos de kassinque: de balobeiro (homem e

mulher), de mulheres defunto e de kamabi (mulheres e homens). Todos são sagrados, com a exceção de kassinque de balobeira, de kabaro homem em fase preparatória para o fanado e de mulheres defunto. Entre os bijagós, todos os kassinque são sagrados, mas os fechados são simbolicamente considerados de uma sacralidade maior.

a) **Erandy**

Matéria-prima e técnica de confecção

A confecção de Erandi é feita a partir do tronco ou ramo de árvore que, em bijagó, se chama “*Farra*” (*Piliostigma thonningii*). Após o corte, deve ser sempre respeitada a posição natural do tronco, ou seja, a parte que estava posicionada para cima deve obrigatoriamente manter a sua posição no ato da confecção. *Erandy* é uma estatueta sagrada, mas também pode ser lúdico-decorativa se não for sacralizada. E, quando o objetivo é confeccionar um objeto sagrado, o escultor procura afastar-se, refugiando-se na mata para fazer o trabalho longe dos olhares. E todos os dias deve receber do dono da encomenda peixe, vinho de palma ou aguardente. No final do trabalho, o artesão recebe como pagamento um gado caprino e dois panos, sendo que um deve servir de cobertor enquanto o outro, que é sempre de cor preta, serve para rodear a cabeça – esses panos nunca devem ser doados a outrem ou vendidos. De acordo com a tradição, é expressamente proibido o pagamento em dinheiro ao artesão. No entanto, todo o animal sacrificado no dia da celebração e realização da “*rónia*” do *Erandy* é para o artesão que ainda recebe faca, catana, machado, esteira, chapéu e vinho.

Vale mencionar que, antes de iniciar o trabalho, o escultor recebe, de quem encomendou o trabalho, peixe, tabaco e vinho com os quais as ferramentas são abençoadas e utilizadas nos trabalhos da confecção. Inicia-se o trabalho e o interessado volta a trazer ao escultor tabaco e vinho, antes de o escultor apurar a forma do *Erandy*. Esse rito permite ao escultor, mediante um sonho que deve ser confirmado com o sacrifício de um pinto, saber o sexo da estatueta *Erandy*, ou seja, se será masculino ou feminino.

Utilidade

Erandy representa a encarnação de espíritos ancestrais e funciona como uma entidade reguladora das relações sócio-espirituais. Ele pode ser protetor da família, tabanca,

linhagem e/ou de toda a ilha. É utilizado, sobretudo, como um poderoso e importante mecanismo de controlo e, ao mesmo tempo, de proteção social. Em verdade, se Deus é o nome que as sociedades globais modernas encontraram para mencionar o nome daquilo que se acredita ser o ser superior, *Erandy*, sem titubear, significa, igualmente, para os bijagós, um ser superior e, quiçá, o tal Deus criador.

b) Nepats

Matéria-prima e técnica de confeção

Primeiramente o balobeiro e o artesão identificam as árvores *fugueira* branco, tronco de mango (*Mangifera indica* L.) ou azeitona, das quais são extraídos troncos para a confeção do *nepats*, que é o banco ou “*turpeça*” sagrado do balobeiro. Em seguida, através de uma cerimónia, o artesão recebe animais (galinha ou cabra), vinho de palma, aguardente e um pano preto como pagamento. Passado isso, inicia-se o trabalho de esculpir o tronco com o apoio das seguintes ferramentas: machado, catana, *inxon*, formão e faca. Durante esse processo, o artesão está religiosamente proibido de estar simultaneamente a fazer um outro trabalho com as mesmas ferramentas. O topo do *nepats* é esculpido em forma oblíqua e na base tem sempre um animal representado, mas os mais comuns são peixe-boi e lagarto.

Utilidade

Nepats é um banco sagrado do balobeiro. De acordo com a tradição, o balobeiro, por obrigação, deve sempre fazer-se acompanhar do *nepats* para sentar-se em encontros e rituais sagrados, porque não pode sentar-se em nenhum outro banco. No entanto, quando morre o balobeiro, o *nepats* é depositado na baloba até quando for indicado o seu sucessor e este, por sua vez, só pode utilizar o banco do antecessor quando realiza o rito de sacrifício de uma galinha. Ato que, simbolicamente, é considerado de purificação para poder sentar-se nele enquanto não for confeccionado o seu próprio *nepats*.

c) **Bumbulum (Éboro e Ébonkabonka)**

Matéria-prima

A matéria-prima mais utilizada pelos escultores bijagó na confecção da peça de bumbulum ou *bombolom* são as árvores *karádju*, *bicilon* (*Khaya senegalensis*) e *uchoron*. Todo o processo exige o cumprimento de procedimentos ritualísticos sigilosos, por isso, o local escolhido para a realização do trabalho de esculpir o tronco é sempre nos lugares isolados, preferencialmente na mata e, às vezes, o artesão prefere trabalhar sozinho ou acompanhado de alguém que lhe é próximo e que, mais tarde, poderá vir a desempenhar essa função. Geralmente são utilizadas como ferramentas de trabalho machado comum, alavanca, *inxon* e o *manchado di korta*, que serve para moldar a peça.

Utilidade

Existem dois tipos de *bumbuluns*, o pequeno e o grande: o primeiro é o instrumento onde se aprende a tocar. Geralmente, no passado, durante o período agrícola, era levado para o lugar (campo agrícola) pelas crianças e adolescentes que utilizavam-no como meio de diversão e comunicação.

O *bumbulum* é um importante instrumento de comunicação de grande relevância sócio-espiritual, portador de uma linguagem codificada que só pode ser interpretada e/ou decodificada pelos indivíduos treinados culturalmente para o efeito. É sobretudo utilizado em dois momentos de grande significado cultural, *toka-tchur* e fanado. Também quando morre um balobeiro é utilizado para anunciar a sua morte.

Devido à sua importância sacra, ser o tocador de *bumbulum* é considerado um cargo religioso de alto risco e responsabilidade. Por exemplo, quando é oficialmente anunciada a realização de um *toka-tchur* mediante o cumprimento de alguns procedimentos ritualísticos, o tocador de *bumbulum* fica expressamente interdito de realizar alguns desejos pessoais, como manter relações sexuais com a(s) sua(s) mulher(es), ausentar-se do espaço ou fazer qualquer outra coisa à margem daquilo que a tradição prescreve. Ou seja, está religiosamente proibido de vacilar e existem situações em que a falha pode custar-lhe a vida. Ele apenas volta a ficar livre após o cumprimento do ritual.

d) Tambores (iangaram e n`ghato)

Matéria-prima e técnica de confecção

São dois os tambores mais comuns na tradição bijagó. O *iangaram*, que tem um formato estreito e comprido, e o *n`ghato*, que é curto, ligeiramente largo e apresenta um formato que se assemelha a um pilão. Para a confecção do primeiro, a matéria-prima de eleição é o mangal (*Avicénia africana*), muito embora hoje, tendo em conta as fortes influências urbanas, os artesãos utilizem o tubo PVC como alternativa. Após o corte, o artesão engenhosamente esculpe o interior do tronco até transformá-lo num tubo e, depois, na parte superior, é fixado, com o apoio de pequenas varras e cordas, um couro de cabra e a base fica aberta. Tendo em conta o seu tamanho, é enlaçada uma corda que fica presa ao corpo do tocador no momento da atuação. Já o segundo, denominado *n`ghato*, a matéria-prima utilizada é o tronco de tagarra (*Alstonia sp.*) ou pau bicho, mas a preferência dos artesãos é para o primeiro. Nas suas opiniões, o tambor feito com o tronco de tagarra (*Alstonia sp.*) emite melhor qualidade de som. Após o corte, a matéria-prima é deixada por, pelo menos, duas semanas para escoar e, depois, inicia-se o trabalho de esculpir até o objeto ganhar o formato desejável. Tal como o *iangaram*, o couro é fixado na parte superior com o apoio de pequenas estacas e corda.

Utilidade

Os dois tambores são instrumentos musicais e utilizados para animar as danças de homens das classes cerimoniais Kaçuka, kabaro, kanhocã, kadeny e, entre as mulheres, são utilizados pelas classes cerimoniais kadjona e kampuny.

Figura 4. Kadeny da tabanca de Acoco na ilha de Formosa



Autoria: Rui Semedo

e) **Bengala** (*Enchia*)

Matéria-prima e técnica de confecção

A bengala ou *enchia* é confeccionada a partir de diferentes árvores, mas a matéria-prima mais utilizada e comum é a varra do mangal (*Avicénia africana*) e pau fedida (*Faiderbida álvida*). Após o corte, o cabo é cuidadosamente raspado e polido com óleo de palma. Com isso fica pronto e o dono, com o apoio de uma faca, vai registando o tempo (mês ou dias) de duração dos rituais realizados. A parte de cima é projetada com duas ou três ponte-agudas, denominada vaca, enquanto o lado oposto fica com o formato de uma lança (*kanhako*).

Utilidade

Bengala é um objeto sagrado e pessoal. Representa a simbologia do poder, ou seja, a fase em que deve transparecer a autoridade, a responsabilidade e a maturidade. O homem bijagó recebe-a no fanado, no ritual de transição de kabaro para kamabi. Conforme mencionámos, a bengala é também um calendário ou uma agenda onde ficam registadas em forma de código todas as etapas ritualísticas realizadas pelo proprietário a partir do momento da sua entrada na mata sagrada, “fanado”, até concluir o processo cerimonial “*paga garandessa*,” que corresponde à classe de *kabongha*.

Também é considerado, sobretudo, um instrumento de defesa física e espiritual. No primeiro caso, em caso de agressão por uma pessoa ou por uma cobra, o dono pode utilizá-la como defesa e, no segundo caso, a bengala concentra um poder transcendental e serve como protetor do dono contra a maldição. Por isso, aconselha-se ao dono a andar sempre com ela, principalmente quando se desloca para assistir a eventos públicos, como choro ou cerimónias “*rónias*”. De acordo com a tradição, a bengala não pode ser doada ou vendida e, se o dono não quer utilizá-la, deve deixá-la enfiada na estrutura de cobertura da casa em frente à sua porta. De acordo com a sabedoria bijagó, quando se fere com a bengala dificilmente essa ferida sara. A bengala também serve como objeto de apoio para carregar no ombro coisas pesadas, como cachos de chabéu, bidão de óleo de palma, bidão vinho de palma, peixe, arroz, etc.

f) Darga de kabaro

Matéria-prima e técnica de confeção

As principais matérias-primas para a confeção de darga são a mantampa de serra (*Calamus deeratus*) e malila de fole (*Landholphia heudelotti*), esta segunda funciona como estrutura por onde a primeira é enlaçada em forma de círculo até atingir o tamanho desejado. Antes do início da confeção, a matéria-prima é raspada e dividida em

quatro partes iguais e, seguidamente, submersa na água e só depois disso é que se pode iniciar o trabalho da confeção. Com a conclusão dos trabalhos de confeção, pintura e fixação de rabo de vaca no centro, o kabaro leva o artefacto e entrega-o a(s) sua(s) mulher(es) para o efeito de decoração com búzios. Para finalizar, é realizado na mata o rito de sacralização do darga e, a partir desse momento, não pode ser tocado pelas mulheres e também por homens que ainda não passaram por esse processo.

Utilidade

Esse tipo de darga é sagrado e utilizado, sobretudo, por kabaro das ilhas de N`ghago e Tchedingha no momento de cumprimento ritualístico de transição de classe etária para o estágio de kamabi.⁵¹ Funciona como um protetor espiritual.

Nota final

Quando se fala das ilhas bijagó, a ideia predominante entre os indivíduos e, mesmo no domínio das políticas públicas, é de um lugar com um papel específico, senão fixo – propício ao desenvolvimento do turismo. O pior é que ninguém recorda e muito menos procura compreender que atrás das 88 ilhas e ilhéus encantadoras encravadas nas margens do Atlântico estão os valores ancestrais seculares da tradição bijagó que têm contribuído para a conservação do rico ecossistema circundante.

Conforme mencionámos na parte introdutória, a sociedade bijagó é detentora de um potencial cultural de enorme relevância, particularmente no que concerne à forma como aproveita racionalmente os recursos florestais e marinhos para assegurar ritos religiosos, práticas culturais, actividades económicas e domésticas e ainda garantir a segurança e soberania alimentar.

Embora as ilhas bijagós estejam condicionadas geograficamente à insularidade, os seus problemas e/ou as suas prosperidades jamais podem ser percebidas fora do contexto

⁵¹ Ao transitar de classe cerimonial, cada kamabi deve deixar o seu darga e todas as suas alegorias para o jovem que vai ascender ao estágio cerimonial de kabaro.

guineense, porque constituem parte integrante e indivisível do território guineense. Por isso, inequivocamente, as transformações negativas presentes hoje não são nada mais do que reflexos de situação contextual que a Guiné-Bissau vive, sobretudo, nos últimos anos. O Estado deixou de ser o gestor principal do bem público, e, cada vez mais, está a distanciar-se da sua responsabilidade social, ambiental, económica e política. Por conseguinte, pessoas e grupos procuram assumir, ilegitimamente, sem o mínimo de responsabilidade institucional, papéis que não lhes cabem.

Referências bibliográficas

BALDÉ, Fanceni ; SILVA, Cleunismar & FIDÉLIS, Mary (2012). Produtos, Técnicas e saberes da Tradição Bijagó: artesanato, danças e trajes, gastronomia. Tiniguena.

DICIONÁRIO da língua portuguesa, edição (2006). Porto editora.

FERNANDES, Raúl Mendes (1989). O espaço e o tempo no sistema político bidjogo. In: Soronda, revista de estudos guineenses, n.8, p.5-23, INEP.

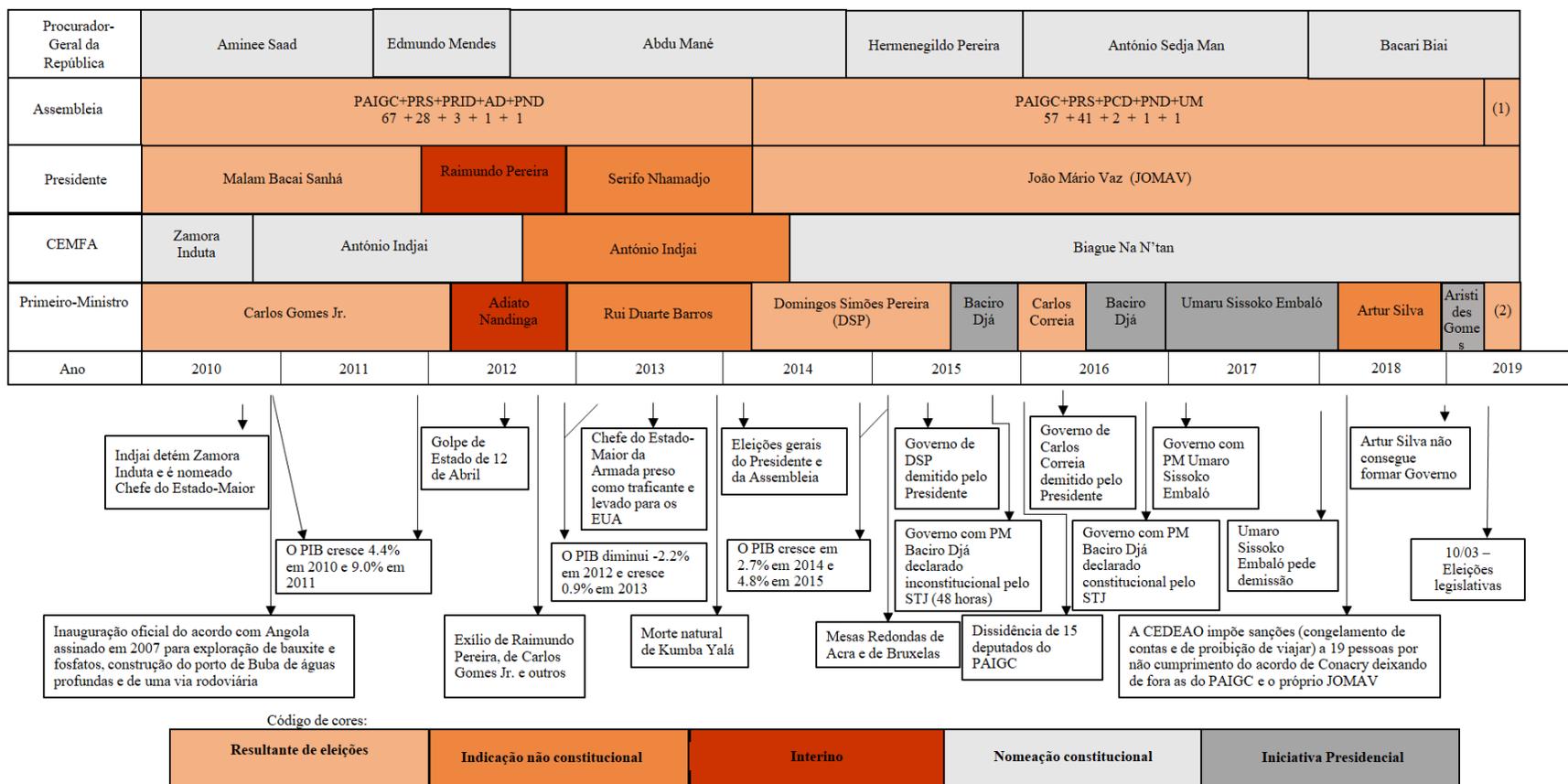
GALHANO, Fernando (1971). Esculturas e Objectos decorados da Guiné-Portuguesa: no museu de etnologia do Ultramar. Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia cultural.

SCANTAMBURLO, L (1995). Etnologia dos Bijágos da ilha de Bubaque. Instituto de investigação científica e Tropical, Lisboa.

SILVA, Dilma de Melo (2000). Por entre as dórcades encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau. Terceira miragem, São Paulo.

Anexos

Anexo 1. Quadro cronológico da evolução política na Guiné-Bissau entre 2010 e a atualidade



(1) PAIGC (47) + Madem G-159 (27) + PRS (21) + APU/PDGB (5) + UM (1) + PND (1)

(2) Primeiro-ministro não foi, até à data, nomeado

Fonte: elaboração própria, a partir de quadro similar para 1998-2013 em O' Regan and Thompson, 2013, p.28.

Anexo 2. Composição dos executivos na Guiné-Bissau de 2012 até à atualidade

MANDATO	COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO	
Maio de 2012 - Junho de 2013	Primeiro-Ministro	Rui Duarte Barros
	Ministro Presidência do Conselho de Ministros, da Comunicação Social e dos Assuntos Parlamentares	Fernando Vaz
	Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades	Faustino Fudut Imbali
	Ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria	Celestino de Carvalho
	Ministro do Interior	António Suka Ntchama
	Ministro da Educação Nacional, Juventude, Cultura e dos Desportos	Vicent Pungura
	Ministro da Saúde Pública e Solidariedade Social	Agostinho Cá
	Ministro da Justiça	Mamadú Saido Baldé
	Ministro dos Recursos Naturais e da Energia	Daniel Gomes
	Ministro das Finanças	Abubacar Demba Dahaba
	Ministro da Economia e Integração Regional	Degol Mendes
	Ministro das Infra-estruturas	Fernando Gomes
	Ministério do Comércio, da Indústria e Valorização de Produtos Locais	Abubacar Baldé
	Ministro da Agricultura e das Pescas	Malam Mané
	Junho de 2013 - Julho de 2014	Primeiro-Ministro
Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (ministro de Estado)		Fernando Vaz
Ministro da Função Pública, do Trabalho, Reforma do Estado e Segurança Social (ministro de Estado)		Aristides Ocante da Silva
Ministro dos Transportes e das Telecomunicações (ministro de Estado)		Orlando Mendes Viegas
Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades		Fernando Delfim da Silva
Ministro da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria		Celestino de Carvalho
Ministro do Interior		António Suka Ntchama
Ministro das Finanças		Gino Mendes
Ministro da Economia e Integração Regional		Soares Sambu
Ministro da Administração do Território e Poder Local		Baptista Té
Ministério das Pescas e dos Recursos Haliêuticos		Mário Lopes da Rosa
Ministério da Educação Nacional, Juventude, Cultura e Desportos		Alfredo Gomes
Ministério da Saúde Pública		Agostinho Cá
Ministério da Justiça		Saido Baldé
Ministério dos Recursos Naturais		Certorio Biote
Ministério das Infraestruturas		Rui Aratijo Gomes
Ministério do Comércio, da Valorização de Produtos Locais e Artesanato		Abubacar Baldé
Ministério da Agricultura		Nicolau Santos
Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social	Gabriela Fernandes	

MANDATO	COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO	
Julho de 2014 - Setembro de 2015	Primeiro-Ministro	Baciro Dja
	Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares	Aristides Ocante da Silva
	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Rui Dia Sousa
	Ministro da Administração Interna	Octávio Alves
	Ministro dos Recursos Naturais	Epifânio Carvalho de Melo
	Ministro da Defesa Nacional	Eduardo Costa Sanhá
	Ministro da Saúde Pública	Domingos Malu
	Ministra da Educação Nacional	Nharebat Ntchasso
	Ministra da Mulher, Família e Coesão Social	Evarista de Sousa
	Ministro da Comunicação Social	Respício Nunes
	Ministro da Energia e Indústria	Florentino Mendes Pereira
	Ministro do Comércio	Serifo Embaló
	Ministro da Função Pública e Trabalho	Carlitos Barai
	Ministro da Justiça	Dionísio Caby
	Ministro da Agricultura	Rui Nene Djabatá
	Ministro das Obras Públicas	Malam Banjai
Dezembro de 2015 - Junho de 2016	Primeiro-Ministro	Carlos Correia
	Ministro da presidência do Conselhos de Ministros e dos Assuntos Parlamentares	Malai Sane
	Ministra da Defesa Nacional	Adiatu Djalo Nandigna
	Ministra da Mulher, Família e Coesão Social	Valentina Mendes
	Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades	Artur Silva
	Ministro da Economia e das Finanças	Geraldo Martins
	Ministro do Comércio e Indústrias	Vicente Fernandes
	Ministro da Comunicação Social	Agnelo Regala
	Ministra da Educação Nacional	Odete Costa Semedo
	Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	João Aníbal Pereira
	Ministra da Saúde Pública	Cadi Seidi
	Ministro das Obras Públicas, Construção e Urbanismo	José António Cruz Almeida
	Ministro da Justiça	Aída Injai Fernandes
	Ministro da Energia	Wasna Papai Danfa
	Ministro da Função Pública e Trabalho	Luís Anibal Vaz Fernandes
	Ministro do Turismo e do Artesanato	Malam Jaula

MANDATO	COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO	
Junho de 2016 - Dezembro de 2016	Primeiro-Ministro	Baciro Dja
	Ministro da Energia de Indústria (ministro de Estado)	Florentino Mendes Pereira
	Ministro da Presidência, do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares (ministro de Estado)	Aristides Ocante da Silva
	Ministro do Interior (ministro de Estado)	Botche Candé
	Ministro da Economia e das Finanças	Henrique Horta dos Santos
	Ministro dos Recursos Naturais	Epifânio Carvalho de Melo
	Ministro da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria	Eduardo Costa Sanhá
	Ministro da Comunicação Social	Victor Gomes Pereira
	Ministro das Obras Públicas, Construções e Urbanismo	Malam Banjai
	Ministro da Saúde	Domingos Malu
	Ministro da Educação, Ensino Superior e Investigação Científica	Sandji Fati
	Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Rui Nene Djatá
	Ministra da Mulher, Família e Coesão Social	Maria Evarista de Sousa
	Ministro da Justiça	Luís Olundo Mendes
	Ministro da Função Pública, Trabalho e Segurança Social	Tumane Balde
	Ministro do Comércio e Artesanato	António Serifo Balde
	Ministro das Pescas	Fernando Correia Landim
	Ministro da Administração Territorial	Sola Nquelim Nabitchita
Ministro da Juventude, Cultura e Desportos	Tomás Gomes Barbosa	
Ministro do Turismo	Malam Jaura	

MANDATO	COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO	
Dezembro de 2016 - Janeiro de 2018	Primeiro-Ministro	Umaro Sissoco Embaló
	Ministro da Energia e Indústria (ministro de Estado)	Florentino Mendes Pereira
	Ministro da Presidência, do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares (ministro de Estado)	Malal Sané
	Ministro do Interior (ministro de Estado)	Botche Candé
	Ministro dos Combatentes da Liberdade, da Pátria e Reinserção Social (ministro de Estado)	Aristides Ocante da Silva
	Ministro da Economia e das Finanças (ministro de Estado)	João Alage Mamadu Fadia
	Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades	Jorge Malu
	Ministro da Defesa Nacional	Eduardo da Costa Sanha
	Ministro da Justiça	Rui Sanha
	Ministro do Comércio e Promoção Empresarial	Victor Luís Pinto Fernandes Mandinga
	Ministro das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo	Marciano Silva Barbeiro
	Ministro da Administração Territorial	Sola Nquelim Nabitchita
	Ministro dos Recursos Naturais	Barros Bacar Banjai
	Ministro do Turismo e Artesanato	Fernando Vaz
	Ministro da Função Pública, Reforma Administrativa e Trabalho	Tumane Balde
	Ministro da Comunicação Social	Victor Gomes Pereira
	Ministro da Educação e do Ensino Superior	Sandji Fati
	Ministro da Saúde Pública	Carlitos Barai
	Ministro da Agricultura, Floresta e Pecuária	Nicolau dos Santos
	Ministro dos Transportes e Comunicações	Fidelis Forbs
	Ministro das Pescas	Orlando Mendes Viegas
	Ministro da Mulher, Família e Solidariedade Social	Carlos Alberto Kenedy de Barros
	Ministro da Cultura e Desporto	Tomés Gomes Barbosa
	Ministro da Juventude e Emprego	Doménico Oliveira Sanca
	Ministro do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	António Sirifo Embaló
	Ministro da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho	Fernando Gomes
Ministro dos Combatentes da Liberdade	Aristides Ocante da Silva	
Ministro da Comunicação Social	Victor Gomes Pereira	
Ministro da Saúde Pública, Família e Coesão Social	Maria Inácia Có Sanhá	

MANDATO	COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO	
Janeiro de 2018 - Abril de 2018	Primeiro-Ministro - Não consegue formar governo	Artur Silva
	Primeiro-Ministro	Aristides Gomes
	Ministro da presidência do Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares	Agnelo Regala
	Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e das Comunidades	João Ribeiro Có
	Ministro da Economia e das Finanças (Aristides Gomes)	Aristides Gomes
	Ministro da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria	Eduardo Costa Sanhá
	Ministro do Interior	Mutaro Djaló / Edmundo Mendes
	Ministro do Turismo e Artesanato	Vicente Fernandes
	Ministro da Educação, Ensino Superior, Juventude, Cultura e Desporto	Camilo Simões Pereira
	Ministro das Obras Públicas, Construção e Urbanismo	António Óscar Barbosa
	Ministro da Administração Territorial	Ester Fernandães
	Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos	Iaia Djaló
	Ministro das Pescas	Adiatu Djaló Nandigna
	Ministro da Energia, Indústria e Recursos Naturais	António Serifo Embaló
	Ministro dos Transportes e Comunicações	Mamadú Serifo Jaquité
	Ministro da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho	Fernando Gomes
	Ministro dos Combatentes da Liberdade	Aristides Ocante da Silva
Ministro da Comunicação Social	Victor Gomes Pereira	
Ministro da Saúde Pública, Família e Coesão Social	Maria Inácia Có Sanhá	

MANDATO	COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO	
Abril 2019 – Presente	Primeiro-Ministro	Aristides Gomes
	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares	Armando Mango
	Ministério da Administração Territorial e Gestão Eleitoral	Odete Costa Semedo
	Ministério das Pescas	Adiatu Djaló Nandigna
	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	Suzi Barbosa
	Ministério da Defesa e Combatentes da Liberdade da Pátria	Luís Melo
	Ministério do Interior	Juliano Augusto Fernandes
	Ministério da Economia e Finanças	Geraldo João Martins
	Ministério do Comércio e Indústria	Iaia Djaló
	Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior	Dautarin Monteiro da Costa
	Ministério da Administração Pública e Modernização do Estado	Fatumata Djau Balde
	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	Rute Monteiro
	Ministério da Saúde Pública	Magda Nely Robalo Silva
	Ministério da Mulher, Família e Proteção Social	Cadi Seidi
	Ministério da Agricultura e Florestas	Nelvina Barreto
	Ministério dos Recursos Naturais e Energia	Issufo Balde
	Ministério das Infraestruturas, Habitação e Desenvolvimento Humano	Osvaldo Abreu

Fonte: autores.